

ALFA
Revista de Lingüística

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Reitor

Marcos Macari

Vice-Reitor

Herman Jacobus Cornelis Voorwald

Pró-Reitor de Pesquisa

José Arana Varela

INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS, LETRAS E CIÊNCIAS EXATAS
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Diretor

Carlos Roberto Ceron

Vice-Diretor

Vanildo Luiz Del Bianchi

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

ALFA
Revista de Lingüística

ISSN 1981-5794 (ON LINE)
ISSN 0002-5216 (IMPRESSA)

Alfa	São Paulo	v.51	n.1	p.1-243	2007
------	-----------	------	-----	---------	------

Alfa: Revista de Linguística
UNESP – Universidade Estadual Paulista - Campus de São José do Rio Preto
Departamento de Estudos Linguísticos e Literários
Rua Cristóvão Colombo, 2265 – Jardim Nazareth
15054-000 – São José do Rio Preto – SP
cristina@ibilce.unesp.br

Comissão Editorial

Arnaldo Cortina
Marco Antônio Domingues Sant'Anna
Marize Mattos Dall'Aglio Hattnher
Sandra Aparecida Ferreira
Sebastião Carlos Leite Gonçalves
Sílvia Dinucci Fernandes

Editora responsável

Cristina Carneiro Rodrigues

Capa

Adriana Bessa Dammann

Revisão

Maura Loria

Revisão dos Abstracts

Álvaro Luiz Hattnher

Assessoria Técnica

Maria do Carmo Junqueira

Diagramação

Gustavo Ribeiro

Conselho Editorial

Ângela Cecília Souza Rodrigues (USP), Arnaldo Cortina (UNESP), Ataliba Teixeira de Castilho (USP), Bento Carlos Dias da Silva (UNESP), Christian Hudelot (CNRS), Claudia Maria Xatara (UNESP), Claudia Nívia Roncarati de Souza (UFF), Clélia Cândida Abreu Spinardi Jubran (UNESP), Daniel Leonard Everett (University of Manchester), Dermeval da Hora (UFPA), Diana Luz Pessoa de Barros (USP), Edair Gorski (UFSC), Esmeralda Vailati Negrão (USP), Ester Miriam Scarpa (UNICAMP), Fábio Lopes da Silva (UFSC), Helena Hatsue Nagamine Brandão (USP), Ieda Maria Alves (USP), Ingedore G. V. Koch (UNICAMP), Jacques Fontanille (Université de Limoges), Jacyntho Luís Brandão (UFMG), João Azenha Júnior (USP), João Wanderlei Geraldi (UNICAMP), John Robert Schmitz (UNICAMP), José Luiz Fiorin (USP), Kanavillil Rajagopalan (UNICAMP), Laurent Danon-Boileau (Paris V - CNRS), Leda Bisol (PUC-RS), Leonor Scliar Cabral (UFSC), Lúcia Teixeira (UFF), Luís Antônio Marcuschi (UFPE), Luís Carlos Travaglia (UFU), Maria Augusta Bastos de Mattos (UNICAMP), Maria Beatriz Nascimento Decat (UFMG), Maria Bernadete M. Abaurre (UNICAMP), Maria Helena de Moura Neves (UNESP), Maria Helena Vieira Abrahão (UNESP), Maria Luiza Braga (UFRJ), Maria Marta Pereira Scherre (UnB), Maria Tereza de Camargo Biderman (UNESP), Mariangela Rios de Oliveira (UFF), Mary Aizawa Kato (UNICAMP), Pedro de Souza (UFSC), Renata Coelho Marchezan (UNESP), Roberta Pires de Oliveira (UFSC), Roberto Gomes Camacho (UNESP), Rodolfo Ilari (UNICAMP), Rosa Virgínia Barretto de Mattos Oliveira e Silva (UFBA), Rosemary Arrojo (State University of New York), Seung Hwa Lee (UFMG), Silvana Mabel Serrani Infante (UNICAMP), Sírio Possenti (UNICAMP), Vera Lúcia Paredes Pereira da Silva (UFRJ), Zélia de Almeida Cardoso (USP).

Publicação semestral/Bi-annual publication

Alfa: Revista de Linguística / UNESP – Universidade Estadual Paulista – v.1 (1962) – v.23 (1977); v.24 (1980) – São Paulo, UNESP, 1962-1977; 1980 –

Semestral

Publicação suspensa de 1978-1979

ISSN 0002-5216 (Impressa) 1981-5794 (On line)

Os artigos publicados na Alfa: Revista de Linguística são indexados por:

The articles published in Alfa: Revista de Linguística are indexed by:

CSA: Linguistics and Language Behavior Abstracts – Francis DataBase – INIST (Institut de l'Information Scientifique et Technique du Centre National de la Recherche Scientifique) – MLA International Bibliography

APRESENTAÇÃO

Em 2002, quando a *Alfa: Revista de Lingüística* completou quarenta anos de existência, a apresentação do volume salientou tanto a representatividade de seus colaboradores no cenário dos Estudos Lingüísticos, quanto a pluralidade dos pontos de vista teóricos acolhidos pela revista ao longo de sua trajetória. Em 2007 a *Alfa* comemora seus quarenta e cinco anos e reitera sua representatividade como divulgadora da pesquisa lingüística brasileira publicando artigos escritos por alguns de seus assíduos colaboradores – articulistas e membros do Conselho Editorial – que representam o panorama da lingüística brasileira, em relação à variedade de linhas de pesquisa e de perspectivas teóricas.

Como seria inviável, em um único volume, trazer toda a magnitude da lingüística brasileira e da produção de seus colaboradores, com o recorte aqui apresentado a *Alfa* pretende homenagear todos os lingüistas que estiveram presentes em suas páginas e contribuíram para seus quarenta e cinco anos de história.

Cristina Carneiro Rodrigues

SUMÁRIO / CONTENTS

Apresentação	5
--------------------	---

ARTIGOS ORIGINAIS / ORIGINAL ARTICLES

▪ Semiótica das paixões: o ressentimento Semiotics of passions: resentment <i>José Luiz Fiorin</i>	9
▪ Hipertexto e construção do sentido Hypertext and the construction of sense <i>Ingedore G. Villaça Koch</i>	23
▪ A caracterização de categorias de texto: tipos, gêneros e espécies The characterization of text categories: types, genres and species <i>Luiz Carlos Travaglia</i>	39
▪ A gramática e suas interfaces Grammar and its interfaces <i>Maria Helena de Moura Neves</i>	81
▪ Fundamentos teóricos da Gramática do português culto falado no Brasil: sobre o segundo volume, classes de palavras e as construções gramaticais Theoretical foundations of the Spoken Brazilian Portuguese Grammar: on the second volume, word classes and constructions <i>Ataliba T. de Castilho</i>	99
▪ A informação gramatical nos dicionários Grammatical information in dictionaries <i>Francisco S. Borba</i>	137
▪ A categoria advérbio na gramática do português falado The adverbial category in the grammar of standard spoken Brazilian Portuguese <i>Rodolfo Ilari</i>	151

<ul style="list-style-type: none"> ▪ Construções de gerúndio no português do Brasil Gerund constructions in Brazilian Portuguese <i>Maria Luiza Braga</i> <i>Jaqueline Coriolano</i> 	175
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aspectos sincrônicos e diacrônicos do imperativo gramatical no português brasileiro Synchronic and diachronic aspects of grammatical imperative in Brazilian Portuguese <i>Maria Marta Pereira Scherre</i> 	189
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Emergência gradual das categorias verbais no português brasileiro Gradual emergency of verbal categories in Brazilian Portuguese <i>Leonor Scliar-Cabral</i> 	223
IN MEMORIAM	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Paulo A. A. Froehlich 	235
ÍNDICE DE ASSUNTOS	239
<i>SUBJECT INDEX</i>	241
ÍNDICE DE AUTORES / <i>AUTHOR INDEX</i>	243

SEMIÓTICA DAS PAIXÕES: O RESSENTIMENTO

José Luiz FIORIN¹

Os desgostos secretos são mais cruéis do que as misérias públicas. (Voltaire, 1998, p.76)

At Romae ruere in servitium consules, patres, eques. Quanto quis inlustrior, tanto magis falsi ac festinantes, vultuque composito, ne laeti excessu principis neu tristiores primordio, lacrimas gaudium, questus adulationem miscebant. (Tácito, *Anais*, I, 7)²

- RESUMO: Este trabalho, depois de mostrar as razões por que a Semiótica sentiu necessidade de estudar, de maneira rigorosa, as paixões, nota que Greimas distingue o discurso apaixonado do discurso da paixão. Essa diferença aponta para uma dupla manifestação dos sentimentos no discurso: na enunciação e no enunciado. Naquela, cria-se um tom patêmico; neste, os afetos podem ser mencionados ou representados. A Semiótica, ao examinar as paixões, não perscruta temperamentos ou caracteres. Os efeitos de sentido passionais são construções de linguagem, pois derivam de arranjos provisórios, de intersecções e de combinações de modalidades diferentes. Depois de fazer ver que os afetos marcam profundamente a vida na universidade e que, entre eles, o mais importante parece ser o ressentimento, este estudo faz uma descrição dessa paixão e mostra as implicações de sua presença no convívio acadêmico.
- PALAVRAS-CHAVE: Discurso da paixão; discurso apaixonado; modalização do ser; ressentimento; enunciação; enunciado.

O estudo das paixões em Semiótica

O estudo das paixões sempre interessou a filosofia: aparece no estudo do *páthos* do auditório, no segundo livro na *Retórica*, de Aristóteles; é objeto de

¹ USP – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Linguística – 05508-900 – São Paulo – SP – Brasil. Endereço eletrônico: fl@usp.br

² Enquanto isso, em Roma, precipitaram-se na servidão cônsules, senadores, cavaleiros. Quanto mais ilustres, tanto mais hipócritas e ansiosos; com o rosto composto, para não parecer alegres com a morte de um príncipe nem tristes com a ascensão de um outro, misturavam lágrimas e alegria, lamentos e adulação.

diferentes tratados das paixões, onde se busca fazer sua tipologia e sua classificação (cf., por exemplo, *Passions de l'âme*, de Descartes (1990)). Os antigos viam a paixão (o *páthos*) como uma *morbus animi* e, por conseguinte, como patologia. A paixão opunha-se à lógica: aquela subsumia a loucura, a morte, a obscuridade, o caos, a desarmonia, enquanto esta abarcava o que era da ordem da razão, da vida, da claridade, dos cosmos, da harmonia. Essa maneira de considerar os estados passionais começa a mudar no século XVIII, quando se passa a conceber a paixão como o que impele o homem à ação e o que o eleva às grandes coisas.

A Semiótica, ao reconhecer que há um componente patêmico a perpassar todas as relações e atividades humanas, que ele é o que move a ação humana e que a enunciação discursiviza a subjetividade, mostra que as paixões estão sempre presentes nos textos. A teoria narrativa desenvolvida inicialmente explicava o que se poderiam chamar estados de coisas, mas não o que se denominariam estados de alma (GREIMAS; FONTANILLE, 1993). Ela trabalhava com textos em que há transferência de objetos tesarizáveis ou com textos em que há estruturas diversas de manipulação e de sanção. Seria preciso ocupar-se de textos que operam com a paixão, definida como qualquer “estado de alma”. O sentimento não se opõe à razão, pois é uma forma de racionalidade discursiva. Os estados patêmicos são, por exemplo, a cólera, o amor, a indiferença, a tristeza, a frustração, a alegria, a amargura... A Semiótica, ao examinar as paixões, não faz um estudo dos caracteres e dos temperamentos. Ao contrário, considera que os efeitos afetivos ou passionais do discurso resultam da modalização do sujeito de estado. Por exemplo, a *obstinação* define-se como um querer ser aliado a um não poder ser, enquanto a *docilidade* reúne um querer ser a um poder ser. O obstinado é aquele que quer, apesar da impossibilidade evidente, enquanto o dócil limita-se a desejar o que é possível (FONTANILLE, 1995, p.182).

A história modal do sujeito de estado (transformações modais que vai sofrendo) permite estudar textos narrativos fundados sobre um processo de construção ou de transformação do ser do sujeito e não apenas do seu fazer. Os efeitos de sentido passionais derivam de organizações provisórias de modalidades, de intersecções e combinações entre modalidades diferentes. Por exemplo, a vergonha define-se pela combinação do *querer ser, não poder não ser e saber não ser*. Os arranjos modais que têm um efeito de sentido passional são determinados pela cultura.

A paixão, entendida como ordenação de modalidades, permite estabelecer uma diferença entre o atualizado (apreensão de um predicado do ponto de vista das condições de realização) e o realizado. A distinção entre *querer morrer e morrer* reside no fato de que, no primeiro, uma série de roteiros é possível, enquanto no segundo, não. A diferença entre o atualizado e o realizado permite,

pois, estabelecer potencializações, o que possibilita analisar fatos que parece contrariarem a lógica narrativa (FONTANILLE, 1995, p.175-190). São exemplos disso o *apego* que perdura após a morte do ser amado, objeto de fina análise em *Memorial de Aires*, de Machado de Assis (cf., por exemplo, 1979, p.1190-1191); o *ciúme*, sentimento indiferente ao fato de o outro ser fiel ou não.

São quatro as modalidades básicas: querer, dever, saber e poder. A elas acrescentam-se as modalidades veridictórias, resultantes de um jogo entre o *ser* e o *parecer*. As paixões são efeitos de sentido das compatibilidades e incompatibilidades das qualificações modais que modificam o sujeito de estado. Essas qualificações organizam-se sob a forma de arranjos sintagmáticos. Além disso, elas ganham uma aspectualização (por exemplo, o *remorso* diz respeito à ação acabada, enquanto o *medo* concerne ao não começado; a *ira* é pontual, enquanto o *rancor* é durativo); uma temporalização (há paixões voltadas para o passado, como a *culpa*, ou para o futuro, como o *temor*) e uma modulação tensiva (há estados patêmicos intensos, como o *furor*, e extensos, como o *enfado*: aqueles parece terem objeto bem definido, como acontece com a *tristeza*, a *felicidade*, a *indignação*; estes têm um campo de referência que parece incluir tudo, como no *sentimento de culpa*, na *melancolia*, na *apatia*).

As paixões manifestam-se comportamental (por exemplo, a adulação, a blandícia, a agressão, os gritos, as palavras doces) ou fisiologicamente (por exemplo, aumento de batimentos cardíacos, choro, riso, sudorese, respiração ofegante, ampliação dos níveis de adrenalina ou serotonina).

Greimas (1983, p.246) termina seu texto seminal sobre a análise das paixões, dizendo que há uma diferença entre o “discurso apaixonado” e o “discurso da paixão”. Pode-se tomar essa distinção para dizer que a Semiótica estuda as paixões manifestadas na enunciação e no enunciado.

Na enunciação, temos o “discurso apaixonado”, quando dos elementos lingüísticos depreende-se um tom passional presente no próprio ato de tecer o texto. Por exemplo, quando se lê o poema *Navio negreiro*, de Castro Alves, percebe-se a indignação com que se enunciam seus versos. É a chamada “ira condoreira” que preside ao ato enunciativo. Tomemos um exemplo do final do poema:

Existe um povo que a bandeira empresta
Pra cobrir tanta infâmia e cobardia!...
E deixa-a transformar-se nessa festa
Em manto impuro de bacante fria!...
Meu Deus! meu Deus! mas que bandeira é esta,
Que impudente na gávea tripudia?!...
Silêncio!... Musa! chora, chora tanto
Que o pavilhão se lave no teu pranto...

Auriverde pendão da minha terra,
Que a brisa do Brasil beija e balança,
Estandarte que a luz do sol encerra
E as promessas divinas de esperança...
Tu que, da liberdade após a guerra,
Foste hasteada dos heróis na lança,
Antes te houvessem roto na batalha,
Que servires a um povo de mortalha!...

Fatalidade atroz que a mente esmaga!...
Extingue nesta hora o *brigue imundo*
O trilho que Colombo abriu na vaga,
Como um íris no pélagos profundo!...
... Mas é infâmia de mais... Da etérea plaga
Levantai-vos, heróis do Novo Mundo...
Andrada! arranca este pendão dos ares!
Colombo! fecha a porta de teus mares! (ALVES, 1972, p.183-184)

Os vocativos; as apóstrofes; as invocações a Deus; a convocação da natureza e dos heróis do passado; as reticências e os travessões, que indicam as pausas dramáticas; os pontos de exclamação, que modulam a ênfase; a combinação de pontos de exclamação e de reticências ou de ponto de interrogação com ponto de exclamação; a linguagem grandiosa e forte, tudo isso leva à apreensão do sentimento de indignação que constrói esse discurso apaixonado. Esse discurso patemizado conduz-nos à apreensão *éthos* do enunciador (um ator da enunciação), que está tomado pelo sentimento que imprime ao produto de seu ato enunciativo.

No enunciado, a paixão é mencionada³ ou representada. No primeiro caso, aborda-se a paixão a partir da definição do lexema. Lembra Greimas (1983, p.225) que “os lexemas se apresentam muitas vezes como condensações que recobrem, por pouco que se as explicitem, estruturas narrativas e discursivas bastante complexas”. Nota ainda o semioticista francês que as definições do dicionário se situam no interior de uma cultura (GREIMAS 1983, p.225). A paixão representada é aquela figurativizada pelas ações dos “seres humanos” nos discursos que simulam o mundo ou pelos atos dos indivíduos numa situação tomada *sub specie significationis*, ou seja, como texto. Em *Gobseck*, de Balzac, examinam-se a avareza e os prazeres proporcionados pela posse da riqueza; em *Anotada pecuniária*, conto de Machado de Assis, escrutina-se a alma de um avaro; em *Otelo*, de Shakespeare, desvelam-se o ciúme e a manipulação dos estados de alma de outrem; em *Il Gattopardo*, de Tommaso di Lampedusa, dão-se a conhecer a descrença e o enfado com a mudança; no episódio do fermento

³ Observe-se o trecho que segue, retirado do romance *Helena*, de Machado de Assis: “Vinculada a um homem que, sem embargo do afeto que lhe tinha, despendia o coração em amores adventícios e passageiros, teve a força de vontade necessária para dominar a paixão e encerrar em si mesma todo o ressentimento” (ASSIS, 1979, p.279).

do príncipe Andrei, em *Guerra e Paz*, de Tolstói, delinea-se o sutil problema da vergonha do medo e do medo da vergonha; no filme *Salò, os 120 dias de Sodoma*, de Pasolini, mostra-se como a exacerbação do medo faz ruírem as normas da vergonha.

As paixões podem ser simples ou complexas. Aquelas são efeito de sentido de uma única relação modal do sujeito com o objeto. A cobiça é descrita como um *querer ser*. Esse estado passional não requer nenhum percurso modal anterior. Já as complexas são aqueles que resultam do encadeamento de vários percursos passionais (GREIMAS, 1983, p.225-226).

Universidade e paixões

Ainda vive na universidade a idéia de que a paixão se opõe à lógica. Esta tem cidadania nas relações e atividades acadêmicas; aquela, não. Portanto, pretende-se apresentar a universidade como um universo despassionalizado, em que dominam a impessoalidade, a objetividade, os critérios de mérito, a argumentação lógica. Deseja-se lançar a paixão na esfera dos assuntos privados. No entanto, na medida em que a paixão é o móvel a impelir os seres humanos à ação, não pode estar ausente da vida acadêmica, não pode deixar de definir as relações do eu com a instituição em que vive, não pode estar ausente das interações sociais. Na verdade, o que precisaria impulsionar a pesquisa deveria ser a *curiosidade*, o que necessitaria presidir ao ensino seria o *entusiasmo*. No entanto, de há muito esses estados passionais desertaram das salas e dos corredores da academia. A curiosidade, definida por um *querer saber*, deveria ser modulada por um clímax de intensidade e por um máximo de extensidade (um desejo irrefreável de saber tudo). Na realidade, os critérios burocráticos de produtividade estão levando a nenhuma curiosidade e ao encerramento em especialidades cada vez mais restritas. Na medida em que os pesquisadores vão-se tornando cada vez mais especialistas, não têm nenhuma amplitude intelectual e passam a ver os pontos de vista teóricos com que trabalham como a verdade, que explica o objeto em toda a sua complexidade. Ora, isso vai levando a um estiolamento da pesquisa, porque não se pensa fora dos quadros da *dóxa*. Surgem então dogmas, sumos pontífices, excomunhões, num processo de criação de igrejas. Por outro lado, com esse perfil, ninguém pode entusiasmar os alunos para a aventura do conhecimento, para o risco da dúvida, para a probabilidade do erro, para a necessidade do recomeço.

No entanto, os afetos marcam profundamente as relações acadêmicas. Não se trata do companheirismo, da benevolência, estados passionais da vida. O que governa a vida universitária são as paixões da morte: hostilidades, rancores,

invejas, ressentimentos... Essa é a parte sombria da universidade. Nas relações acadêmicas, o *éros* está completamente ausente e o *thánatos* reina triunfante. E o sentimento que domina tudo é o ressentimento. Vamos buscar entendê-lo e verificar como ele se manifesta na academia.

O ressentimento

Na língua, as paixões recobrem-se umas às outras e, muitas vezes, é difícil distingui-las entre si. O *ressentimento* confunde-se com a *amargura*, com a *inveja*, com o *rancor*, com a *decepção* e assim por diante. Para descrever, com precisão, o afeto de que nos ocupamos é preciso ver como se dispõem as modalizações que o definem.⁴ Começamos por decompor as unidades sintagmáticas autônomas, a sucessão de estados de alma do sujeito. *Ressentimento* é definido pelo Houaiss como “mágoa que se guarda de uma ofensa ou de um mal que se recebeu”; o Robert, como “o fato de lembrar-se com animosidade dos males, das ofensas que se sofreu (como se os ‘sentisse’ ainda)”.

Inicialmente, há uma espera fiduciária. Um sujeito quer que outro lhe atribua um determinado objeto, a que ele empresta um grande valor. Além disso, não apenas quer que o sujeito realize seu desejo, mas crê que ele deve fazê-lo. Como ele não tem certeza de que o sujeito vai realizar o que ele acha que ele deve fazer, sua espera é tensa.

A expectativa do sujeito não se realiza e, então, ele sabe que o outro não fará o que ele quer. É tomado, nesse momento, pela decepção com o sujeito que não realizou o que ele cria que ele faria e pela insatisfação pelo fato de saber que é impossível adquirir o objeto desejado. A decepção não é apenas com o outro, mas também consigo mesmo, que não soube em quem deveria depositar sua confiança. Esses dois sentimentos constituem um profundo descontentamento, que é vivenciado como um forte sentimento de injustiça, por não ter recebido aquilo que se considerava de direito.

Quando se é admitido na universidade, o objeto que se deseja e a que se julga ter direito é o reconhecimento, que se manifesta em prestígio, “o fato de impressionar a imaginação, de impor respeito, admiração”, que se traduz pelo murmúrio aprovador dos corredores. Esse reconhecimento do valor de alguém pode ainda ser chamado glória, notoriedade. No fundo, essa expectativa do reconhecimento é uma aspiração à auto-estima. Espera-se que o sujeito “universidade” realize essa performance. A universidade são os pares (os colegas

⁴ Na descrição do *ressentimento*, utilizar-se-ão sugestões dos textos *De la colère*, de Greimas (1983, p.246) e *Paixões e apaixonados*, de Barros (1989-1990). Influenciaram também nossa maneira de considerar o ressentimento as leituras de Nietzsche (1971), Scheler (1958), Merton (1965) e Kehl (2004).

de magistério) e os alunos. Quando se sabe que não se pode alcançar o reconhecimento, surge a insatisfação; quando não se crê que a universidade dará ao docente o prestígio esperado, ocorre a decepção. Mais ainda, não só não se crê que o sujeito não fará o que se espera, mas que fará o oposto daquilo com que se conta. Bem entendido, esse fazer contrário deve ser analisado do ponto de vista do sujeito da expectativa. Não importa se a esperança está fundamentada em dados reais, objetivos, ou imaginários, subjetivos. Como mostra Greimas (1983, p.230), o sujeito em quem se confia que fará alguma coisa para nós será um simulacro, uma imagem do outro que preside às relações intersubjetivas. Sempre nos relacionamos com imagens do outro, porque não podemos nunca ter acesso a suas intenções mais recônditas.

A insatisfação e a decepção são estados terminativos, suscetíveis de transformar-se num sentimento de falta, incoativo. Na medida em que tínhamos duas esperas que conduziram, pela não realização do que se desejava, a um duplo descontentamento (a insatisfação e a decepção), há que distinguir uma falta objetual de uma falta fiduciária. Aquela é a carência do objeto que se desejava; esta é uma crise de confiança.

O *ressentimento* é a consciência aguda e reiterada dessa falta (“o fato de lembrar-se com animosidade dos males, das ofensas que se sofreu (como se os ‘sentisse’ ainda)”). No entanto, é preciso notar que ele na verdade não é uma paixão resultante da insatisfação, isto é, da carência do objeto, mas da decepção, ou seja, da falta fiduciária. Ele decorre de um profundo sentimento de uma injustiça sofrida.⁵ A ausência do reconhecimento de si mesmo pelos pares é a negação da própria existência acadêmica. Esse estado passional é imperfectivo, ou seja, inacabado e, por conseguinte, durativo. O prefixo *re-* indica que se trata de uma duratividade descontínua, é como se o ressentido sentisse outra vez a ofensa ou o mal sofrido como no momento em que eles foram cometidos, é um eterno retorno, é uma reiteração incessante do sentimento. Aspectualizado pela iteratividade, a temporalidade do ressentimento é o presente. Além disso, esse estado passional é modulado pela intensidade. Seu andamento é lento. No entanto, a questão central não é a ofensa em si que dói, mas é o fato de que o sujeito que deveria fazer alguma coisa não o fez. Não passa pela cabeça do ressentido da universidade de que não recebeu o reconhecimento que esperava porque não tem méritos para tanto. Isso seria admitir que não tem competência para ocupar o lugar em que está. Ele tem a pretensão de ser mais do que é. Por isso, apresenta-se como vítima, como alguém “passado para trás”. Dessa forma, ele desincumbe-se de qualquer responsabilidade pelo seu status acadêmico. No entanto, ao contrário da *amargura* ou do *rancor*, que não têm conseqüências pragmáticas, o

⁵ Na peça *Amadeus*, de Peter Shaffer, o estado de alma de Salieri em relação a Deus derivava do sentimento de injustiça oriundo do fato de ele julgar que o Todo-poderoso tinha feito de Mozart, considerado um devasso, e não ele, um homem virtuoso, sua voz.

ressentimento desperta a *malevolência*, que rege as relações intersubjetivas de desconfiança e que se define por um *querer fazer mal* ou por um *querer não fazer bem*.

Diz-se que, quando o sujeito tem consciência da falta, ele busca repará-la ou resigna-se. O sujeito ressentido não entra num estado de resignação. Despertam-se nele sentimentos malevolentes, o que significa que tem um querer reparar a falta. Tem sentimentos difusos de ódio, de inveja, de hostilidade. No entanto, falta-lhe o poder fazer. O *ressentimento* é a paixão dos impotentes, dos fracos. Se fosse dotado da modalidade forte do poder fazer, o ressentido poderia vingar-se dos que não fizeram o que ele cria que deveriam fazer-lhe, poderia “dar-lhes o troco”. No entanto, sobra-lhe apenas o desejo de vingança, o querer fazer mal a alguém. O ressentido é o vingativo que recalca seu desejo de vingança. Resta-lhe uma cólera contida. Trata-se de um sujeito frágil, que se coloca na defensiva. Apesar de recalçado, o ressentimento manifesta-se, expressa-se, exterioriza-se em certas condutas, num dado estado de humor e em determinados comportamentos. É preciso reequilibrar as paixões. Como pode o ressentido fazer isso se não pode reagir fortemente à “ofensa” recebida, aplacando, assim, o sentimento da injúria ou do agravo? Como é moralmente covarde, o ressentido tem duas atitudes: a queixa e a acusação.

A primeira posição é a do lamuriento, daquele que se queixa de não ter boas condições de trabalho, de ter sido perseguido, de fazer todas as atividades rotineiras, enquanto os colegas têm tempo para a pesquisa e assim sucessivamente. Ele cobra, o tempo todo, supostas reparações, que imagina lhe sejam devidas. A segunda é a daqueles que invertem os valores acadêmicos, transformando o que é negativo em valor positivo, em virtude o que, em princípio, é um defeito. Nesse momento, falsifica-se, deforma-se a imagem alvo dos ressentimentos. Ela é mostrada como uma mentira: parece, mas não é. Essa é uma vingança simbólica, uma vingança recalçada, uma vingança do covarde. Ela é responsável pelo ambiente de fuxico, de difamação, de detração, de desmoralização dos outros nos corredores. Busca-se reequilibrar as paixões, destruindo o prestígio dos outros. O ressentido é um vingativo que não aparece como tal,⁶ porque não se reconhece como tal. Sempre é mal-humorado, embora, às vezes, esse estado de ânimo manifeste-se como gravidade, circunspeção, austeridade, compostura, seriedade. A sensibilidade ressentida é o domínio dos implícitos, das insinuações, dos silêncios, da meia-voz, dos sussurros, das conversas ao pé do ouvido, dos murmúrios, do segredar, dos subentendidos... Nada é claro, nada é feito à luz do dia, nada é dito em alto e bom som.

⁶ A vingança não tem nenhum sabor, se aquele que a sofre não sabe que se trata de uma retaliação e não conhece aquele que a exerce. Observe-se, por exemplo, o romance *O conde de Monte Cristo*, um estudo fino desse estado de alma, em que o prazer, advindo do reequilíbrio patêmico, só se consuma quando o outro descobre que os males que está sofrendo são resultado de uma vindita.

O que é a inversão dos valores supramencionada? É, por exemplo, considerar que ser produtivo é, na verdade, ser carreirista e, portanto, superficial. Há pouco tempo um pesquisador em Ciências Humanas perdeu sua bolsa em produtividade em pesquisa do CNPq, sob a justificativa de que, na área em que atuava, publicar muito era mau sinal. Não se fez uma avaliação do trabalho do pesquisador. Simplesmente, contou-se o número de seus trabalhos e daí se inferiu que ele é carreirista e superficial. Fazer pouco, muito pouco, é considerado seriedade. A mediocridade acadêmica é, assim, erigida em valor pelo ressentimento que grassa na academia. Essa mediania não apenas desestimula a produtividade, mas também desencoraja a liberdade intelectual, apresenta uma surda resistência à inovação e à invenção intelectual, pois tem aversão pelas idéias, pela liberdade de espírito, pela crítica. Nada é considerado mais afrontoso, em nossa instituição, do que criticar um ponto de vista. É como se atingíssemos a honra do pesquisador. É, por isso, que temos apenas resenhas a favor; que nas apresentações de comunicações se fazem perguntas e não se apresentam objeções; que essas questões são precedidas de inúmeros elogios. E a contraparte disso é a maledicência nos corredores.

Observe-se como o texto que segue, publicado na seção *Cartas* da revista *VEJA*, de 23 de maio de 2007, é a expressão do que se está mostrando, o universo de queixas e acusações dos ressentidos. Este texto foi publicado por ocasião da invasão da reitoria da USP pelos estudantes:

Fui docente em duas universidades públicas paulistas e sei que nelas se confunde autonomia com falta de transparência e de isenção. Em nome da autonomia, criam-se feudos, entronizam-se os manda-chuvas de plantão e excluem-se quantos não se rendam a esse mandonismo despudorado. No caso da autonomia financeira, é claro que cabe às universidades definir a aplicação dos montantes recebidos. Isso não significa, porém, que não deva haver a devida prestação de contas aos contribuintes que sustentam a própria universidade. Exigir a prestação de contas, aliás, poderá mostrar o excesso de gastos em despesas-meio e de abusos, como as gratificações e mordomias que sempre beneficiam os mesmos apaniguados (p.36).

Uma das técnicas do ressentido é enunciar uma proposição da qual ninguém pode discordar (no caso, a obrigação que têm as universidades de prestar contas do dinheiro que recebem dos contribuintes) com acusações inverídicas (a de que não existe prestação de contas e a de que há um sistema de gratificações e mordomias distribuídas aleatoriamente).

Na medida em que os ressentidos parece estarem defendendo as virtudes acadêmicas como a seriedade, dão a impressão de estar colocados numa posição de superioridade moral. O ressentido, hoje, passa por ser aquele que não se curvou

às imposições do mercado, que não aceitou as avaliações burocráticas, que se manteve fiel a uma concepção de universidade fora e acima das coerções históricas, que não se corrompeu. Opõem-se, assim, os bons e os maus; os sérios e os carreiristas. Por ser a paixão do recalçamento do desejo de vingança, o ressentimento não pode nomear-se, não pode reconhecer-se como tal.

Observe-se que Nietzsche (1971, p.52-55), ao analisar o ressentimento, considerou-o como o ódio interiorizado e recalçado pelos inferiores. Mostra o filósofo que os vencedores, os que mandam, os que estão em posição superior não podem sentir ressentimento, pois esse estado patêmico deriva da interiorização e recalque do ódio pelos que estão subordinados numa hierarquia de status ou sentem-se assim.⁷ É isso que pode explicar a cumplicidade e solidariedade de certas categorias docentes contra os que são vistos como membros de um mandarinato universitário ou a de alunos contra docentes. É o ressentimento o que explica a criação de determinadas normas de avaliação e os resultados de certas avaliações. Pode ainda ser explicado por esse estado passional muito do igualitarismo que perpassa a universidade e que se manifesta contra qualquer avaliação bem fundada das atuações e na zombaria àqueles que são considerados grandes intelectuais.

Um outro lugar onde grassa o ressentimento são as profissões culturais fora da universidade: jornalistas, publicitários, etc. Nesse caso, os profissionais representam seu trabalho como criação intelectual e ressentem-se do fato de não terem o reconhecimento universitário. Aí, o mesmo universo de queixas e acusações à instituição acadêmica se reproduz: os professores são pouco produtivos, não atentam para a vida real da criação cultural contemporânea, circunscrevem-se ao canônico para não correr riscos, etc.

⁷ Em *O cortiço*, de Aluísio Azevedo, Miranda tem profundo ressentimento da mulher, Estela, porque ele não pode mandá-la embora, apesar de constantemente traído por ela, pois seu dote é que garante a casa comercial que ele tem. Além disso, não consegue não desejar a mulher. Sente-se social e moralmente inferior a ela (1957, p.22-25). É ressentido contra o vizinho, João Romão, porque ele “fizera fortuna, sem precisar roer nenhum chifre; [...] para ser mais rico três vezes do que ele, não teve de casar com a filha do patrão ou com a bastarda de algum fazendeiro freguês da casa” (1957, p.32). Juntando os dois ressentimentos, assim ele analisa sua vida, expondo, com sinceridade, seu sentimento de inferioridade: “Mas então, ele, Miranda, que se supunha a última expressão da ladinagem e da esperteza; ele, que, logo depois do seu casamento, respondendo para Portugal a um ex-colega que o felicitava, dissera que o Brasil era uma cavalgada carregada de dinheiro; ele, que se tinha na conta de invencível matreiro, não passava afinal de um pedaço de asno comparado com o seu vizinho! Pensara fazer-se senhor do Brasil e fizera-se escravo de uma brasileira mal-educada e sem escrúpulos de virtude! Imaginara-se talhado para grandes conquistas, e não passava de uma vítima ridícula e sofredora!... Sim! no fim de contas qual fora a sua África?... Enriquecera um pouco, é verdade, mas como? a que preço? hipotecando-se a um diabo, que lhe trouxera oitenta contos de réis, mas incalculáveis milhões de desgostos e vergonhas! Arranjara a vida, sim, mas teve de aturar eternamente uma mulher que ele odiava! E do que afinal lhe aproveitara tudo isso? Qual era afinal a sua grande existência? Do inferno da casa para o purgatório do trabalho e vice-versa! Invejável sorte, não havia dúvida!

Na dolorosa incerteza de que Zulmira fosse sua filha, o desgraçado nem sequer gozava o prazer de ser pai. [...] Feliz e esperto era o João Romão! esse, sim, senhor! Para esse é que havia de ser a vida!... Filho da mãe, que estava tão livre e desembaraçado como no dia em que chegou da terra sem um vintém de seu! esse, sim, que era moço e podia ainda gozar muito, porque, quando mesmo viesse a casar e a mulher lhe saísse uma outra Estela, era só mandá-la para o diabo com um pontapé! Podia fazê-lo! Para esse é que era o Brasil!” (1957, p.32-33).

É interessante que essa vingança recalcada parece o desprezo a certos valores e a defesa de outros. No entanto, esse desdém dá-se apenas no modo do parecer. Na aparência, o que o ressentido faz é defender as mais puras tradições e virtudes acadêmicas. Na verdade, ele “deprecia” o que admira, “menoscaba” o que gostaria de poder fazer, “menospreza” o que queria ser. Desprezar é reconhecer como indigno de estima, como moralmente condenável; é sancionar negativamente dada ação.

O ressentido sempre justifica suas ações, por razões relacionadas, como seria de esperar, a sua esfera de atividade. Cabe lembrar, neste ponto, a advertência de Gramsci (1978) a propósito da pretensão de apresentar qualquer posição na política ou na ideologia como expressão imediata da infra-estrutura. Diz ele que muitos atos políticos têm sua motivação na necessidade de dar coerência a um partido, a uma facção ou a uma sociedade. Muitas lutas ideológicas decorrem de necessidades internas de caráter organizativo. Seria romancear a história buscar as causas desses fatos na estrutura econômica. Mostra ele, para comprovar sua afirmação, que, na disputa teológica entre Roma e Bizâncio sobre a procissão do Espírito Santo, não se pode buscar, na estrutura da Europa Oriental, as motivações para a afirmação de que o Espírito Santo provém apenas do Pai e, na do Ocidente, as justificativas para o dogma de que o Espírito procede do Pai e do Filho. A distinção e o conflito entre as duas Igrejas é que está na dependência das determinações em última instância. No entanto, como são organizações religiosas, elas marcaram essa divisão com questões que são princípio de distinção e de coesão interna de cada uma delas. No entanto, uma poderia ter afirmado o que a outra sustentava, sem que o problema da divergência se alterasse. Não é a bandeira casual que constitui o problema histórico, mas os conflitos e as lutas (GRAMSCI, 1978, p.118-119). O paralelo com a exposição gramsciana poderia surpreender, já que não estamos aqui diante de nenhuma explicação das determinações em última instância das posições universitárias. Ela vale, no entanto, para mostrar que muitas vezes as dissensões presentes na universidade, que se apresentam como posições sobre os fins da instituição acadêmica e sobre os meios de alcançá-los, na verdade, podem ser explicadas como fruto do ressentimento.

Resumindo, poder-se-ia dizer que essa paixão resulta de um sentimento de injustiça, verdadeiro ou presumido, que leva a estados difusos de ódio, inveja, hostilidade. O sujeito é impotente para reagir contra o que deu origem a seu descontentamento e, portanto, revive-o com intensidade. Isso produz uma malquerença, que conduz à lamúria ou a colocar-se no papel do bom, do justo.

Talvez a análise da personagem Juliana, criada de Luísa, de *O primo Basílio*, de Eça de Queiroz, ajude a entender esse comportamento. Em Juliana, Eça pinta a paixão do ressentimento. A criada, maltratada pela vida, desprezada pelos

homens, espera conseguir um pequeno capital com que possa estabelecer-se, para poder não mais servir como criada. No entanto, uma doença retira-lhe qualquer esperança de não mais trabalhar como doméstica e, por isso, ela torna-se ressentida:

Servia havia vinte anos. Como ela dizia, mudava de amos, mas não mudava de sorte. Vinte anos a dormir em cacifros, a levantar-se de madrugada, a comer os restos, a vestir trapos velhos, a sofrer os repelões das crianças e as más palavras das senhoras, a fazer despejos, a ir para o hospital quando vinha a doença, a esfalfar-se quando voltava a saúde!... Era de mais! Tinha agora dias em que só de ver o balde das águas sujas e o ferro de engomar lhe embrulhava o estômago. Nunca se acostumara a servir. Desde rapariga sua ambição fora ter um negociozito, uma tabacaria, uma loja de capelista ou de quinquilharias, dispor, governar, ser patroa: mas, apesar de economias mesquinhas e de cálculos sófregos, o mais que conseguira juntar foram sete moedas ao fim de anos: tinha então adoecido; com o horror do hospital fora tratar-se para casa de uma parenta; e o dinheiro, ai! derreteria-se! No dia em que trocou a última libra, chorou horas com a cabeça debaixo da roupa.

Ficou sempre adoentada, desde então, perdeu toda a esperança de se estabelecer. Teria de servir até ser velha, sempre, de amo em amo! Essa certeza dava-lhe uma desconsolação constante. Começou a azedar-se (QUEIROZ, 1966, p.914-915).

Ela recalca o ódio, mas odeia os patrões, todos eles. Queixa-se de tudo, alegra-se com o sofrimento alheio:

O pão! Aquela palavra que é o terror, o sonho e a dificuldade do pobre assustou-a. Era fina, dominou-se. Começou a fazer-se “uma pobre mulher”, com afetações de zelo, um ar de sofrer tudo, os olhos no chão. Mas roia-se por dentro: veio-lhe a inquietação nervosa dos músculos da face, o tique de franzir o nariz: a pele esverdeou-se-lhe de bilis.

A necessidade de se constringer trouxe-lhe o hábito de odiar: odiou sobretudo as patroas, com um ódio irracional e pueril. Tivera-as ricas, com palacetes, e pobres mulheres de empregados, velhas e raparigas, coléricas e pacientes; – odiava-as a todas, sem diferença. É patroa e basta! Pela mais simples palavra, pelo ato mais trivial! Se as via sentadas: – Anda, refestela-te, que a moura trabalha! Se as via sair: Vai-te, a negra cá fica no buraco. Cada riso delas era uma ofensa à sua tristeza doentia; cada vestido novo uma afronta ao seu velho vestido de merino tingido. Detestava-as na alegria dos filhos e nas prosperidades da casa. Rogava-lhes pragas. Se os amos tinham um dia de contrariedade, ou via as caras tristes, cantarolava todo o dia em voz de falsete a *Carta Adorada!* (QUEIROZ, 1966, p.914).

Seu grande desejo, na verdade, era ser patroa:

Estavam acabadas as canseiras. Ia jantar, enfim, o *seu* jantar! Mandar, enfim, a *sua* criada! A *sua* criada! Via-se a chamá-la, a dizer-lhe de cima para baixo: – Vá, faça, despeje, saia! – Tinha contrações no estômago, de alegria. Havia de ser boa ama. Mas que lhe andassem direitas! Desmazelos, más respostas, não havia de sofrer a criadas! (QUEIROZ, 1966, p.916).

Embora odeie todos os patrões, desempenha suas tarefas com afinco e camufla seus sentimentos (cf., por exemplo, QUEIROZ, 1966, p.915).

Quando descobre umas cartas de amor de Basílio a Luísa, não se vinga, mas chantageia a patroa. De um lado, deseja presentes de todos os tipos, mas o mais importante é que inverte os papéis. Faz de Luísa sua criada. Enquanto esta limpa a casa, passa a ferro, etc., aquela descansa, dorme, passeia. Quando a cozinheira estranha o que está ocorrendo e toma partido da patroa, Juliana obriga Luísa a despedi-la. Não suportando mais, a dona da casa conta o que se passa a um amigo da família, que, com auxílio de um policial, entra na casa na ausência dos senhores, surpreende a criada e recupera as cartas. Então, enraivecida, Juliana morre de um ataque do coração.

Estão aí todos os ingredientes do ressentimento: posição inferior numa dada hierarquia; expectativa de ascensão; saber que ela não se dará; insatisfação e decepção; interiorização e recalçamento de um ódio, que se manifesta num sentimento de malquerença; impotência para vingar-se, que explode em queixa de tudo ou em acusações feitas a partir da posição da vítima inocente. Se pensarmos bem, são essas as substâncias que compõem a receita que molda o ambiente acadêmico em que vivemos: queixas, lamúrias, acusações, difamações, futricas, fuxicos, calúnias, mentiras, sob uma imagem de polidez e boa convivência.

FIORIN, J. L. Semiotics of passions: resentment. *Alfa*, São Paulo, v.51, n.1, p.9-22, 2007.

- **ABSTRACT:** *After indicating the reasons why Semiotics felt the need to rigorously study passion, this paper notes that Greimas distinguishes between passionate discourse and the discourse of passion. That difference points to a double manifestation of feelings in discourse: in the enunciation and in the utterance. In the first, a passionate discursive tone is generated; in the second, the affections can be mentioned and represented. In examining the passions, Semiotics does not intend to explain the temperaments or characters. The meanings of passion and its effects are constructions of language, which are derived from temporary arrangements, from the intersections and combinations of various modalities. Furthermore, after seeing how passions, especially resentment, profoundly mark life in academia, this paper develops a description of that passion and shows the implications of its presence in everyday academic life.*
- **KEYWORDS:** *Discourse of passion; passionate discourse; modalization; resentment; enunciation; utterance.*

Referências bibliográficas

- ALVES, A. de C. *Os escravos*. São Paulo: Martins, 1972.
- ARISTÓTELES. *Rhétorique*. Paris: Librairie Générale Française, 1991.
- ASSIS, A. M. M. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1979. v.1.
- AZEVEDO, A. *O cortiço*. 13. ed. São Paulo: Martins, 1957.
- BARROS, D. L. P. Paixões e apaixonados: exame semiótico de alguns percursos. *Cruzeiro semiótico*, Porto, v.11/12, p.60-73, 1989/1990.
- DESCARTES, R. *Les passions de l'âme*. Paris: Librairie Générale Française, 1990.
- FONTANILLE, J. Le tournant modal en sémiotique. *Organon: Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, v.23, p.175-190, 1995.
- GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- GREIMAS, A. J. *Du sens II. essais sémiotiques*. Paris: Seuil, 1983.
- GREIMAS, A. J.; FONTANILLE, J. *Semiótica das paixões*. Dos estados de coisas aos estados de alma. São Paulo: Ática, 1993.
- KEHL, M. R. *Ressentimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- MERTON, R. K. *Eléments de théorie et de méthode sociologique*. Paris: Plon, 1965.
- NIETZSCHE, F. *La généalogie de la morale*. Paris: Gallimard; Folio, 1971.
- QUEIROZ, E. de. *Obras completas*. Porto: Lello & Irmão, 1966. v.1.
- SCHELER, M. *L'homme du ressentiment*. Paris: Gallimard, 1958.
- TÁCITO. *Annales*. Paris: Les Belles Lettres, 1974.
- VOLTAIRE. *Cândido ou o otimismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.

HIPERTEXTO E CONSTRUÇÃO DO SENTIDO

Ingedore G. Villaça KOCH¹

- RESUMO: O objetivo deste artigo é, partindo de um levantamento das principais características do hipertexto, discutir a questão da construção do sentido no hipertexto e, portanto, da sua coerência.
- PALAVRAS-CHAVE: Hipertexto; coerência; construção do sentido.

Conceituação

Uma reflexão sobre a construção de sentidos no hipertexto exige, em primeiro lugar, que se proceda à conceituação desse objeto.

Muitos dos autores que se ocupam do hipertexto têm ressaltado a dificuldade de chegar a uma conceituação adequada, visto que ainda se continua a tomar como parâmetro o texto impresso, como bem mostra Beiguelman (2003, p.11):

Tão estável e paradigmático é o texto impresso que não se conseguiu inventar um vocabulário próprio para as práticas de escrita e leitura on line [...] As telas de qualquer site dispõem de páginas, critérios biblioteconômicos de organização de conteúdo regem os diretórios [...] e a armazenagem é feita de acordo com padrões arquivísticos de documentos impressos, seguindo à risca o modelo de 'pastas' e 'gavetas'.

Theodor Nelson, criador do termo nos anos sessenta, considera o hipertexto "um conceito unificado de idéias e de dados interconectados, de tal modo que estes dados possam ser editados em computador. Desta forma, tratar-se-ia de uma instância que põe em evidência não só um sistema de organização de dados, como também um *modo de pensar*" (NELSON, 1992). A partir de então, tornou-se comum a conceituação de hipertexto como *metáfora do pensamento*.

¹ UNICAMP – Instituto de Estudos da Linguagem – Departamento de Linguística – 13081-970 – Campinas – SP – Brasil. Pesquisadora do CNPq – Endereço eletrônico: ingedore@gmail.com

No glossário do *Hypertext/Hypermedia Handbook*, de Berk e Devlin (1991), encontra-se a seguinte explicação do verbete hipertexto:

Hipertexto: a tecnologia de leitura e escrita não-seqüenciais. O termo hipertexto refere-se a uma técnica, uma estrutura de dados e uma interface de usuário. [...] Um hipertexto (ou hiperdocumento) é uma coleção de textos, imagens e sons – nós – ligados por atalhos eletrônicos para formar um sistema cuja existência depende do computador. O usuário/leitor caminha de um nó para outro, seguindo atalhos estabelecidos ou criando outros novos. (BERK; DEVLIN, 1991, p.543)

Para Bairon (1995, p.45), trata-se de “um texto estruturado em rede [...], uma matriz de textos potenciais”, de forma que cada texto particular vai consistir em uma leitura realizada a partir dessa matriz.

Lévy (1993, p.33) afirma que o hipertexto melhor se define como

um conjunto de nós ligados por conexões. Os nós podem ser palavras, páginas, imagens, gráficos ou parte de gráficos, seqüências sonoras, documentos complexos que podem ser eles mesmos hipertextos. Os itens de informação não são ligados linearmente, como uma corda com nós, mas cada um deles, ou a maioria deles, estende suas conexões em estrela, de modo reticular.

Na opinião de Levy (1996), o hipertexto, configurado em redes digitais, desterritorializa o texto, deixando-o sem fronteiras nítidas, sem interioridade definível. O texto, assim constituído, é dinâmico, está sempre por fazer. Isto implica, por parte do leitor, um trabalho contínuo de organização, seleção, associação, contextualização de informações e, conseqüentemente, de expansão de um texto em outros textos ou a partir de outros textos, uma vez que os textos constitutivos dessa grande rede estão contidos em outros e também contêm outros.

Bolter (1991), por sua vez, assevera que o hipertexto constitui um texto aberto ou um texto múltiplo, caracterizado pelos princípios da não-linearidade, interatividade, multicentramento e virtualidade.

Nas palavras de Snyder (1997, p.126),

hipertexto é um **medium** de informação que existe apenas **on line**, num computador. É uma estrutura composta de blocos de texto conectados por nexos (**links**) eletrônicos que oferecem diferentes caminhos para os usuários. O hipertexto providencia um meio de arranjar a informação de maneira não-linear, tendo o computador como automatizador das ligações de uma peça de informação com outra.

De forma bem simplificada, poder-se-ia dizer que o termo hipertexto designa uma escritura não-seqüencial e não-linear, que se ramifica de modo a permitir ao leitor virtual o acesso praticamente ilimitado a outros textos, na medida em que procede a escolhas locais e sucessivas em tempo real.

Características

A partir das conceituações aqui apresentadas, podemos elencar as principais características que vêm sendo apontadas para o hipertexto:

1. não-linearidade ou não-seqüencialidade (característica central) – o hipertexto estrutura-se reticularmente, não pressupondo uma leitura seqüenciada, com começo e fim previamente definidos. Segundo Marcuschi (1999, p.33), o hipertexto “rompe a ordem de construção ao propiciar um conjunto de possibilidades de *constituição textual plurilinearizada*, condicionada por interesses e conhecimentos do leitor-co-produtor” (grifos do autor);
2. volatilidade – que é devida à própria natureza do suporte;
3. espacialidade topográfica – por tratar-se de um espaço não-hierarquizado de escritura/leitura, de limites indefinidos;
4. fragmentariedade, já que não existe um centro regulador imanente;
5. multissemiótica – por viabilizar a absorção de diferentes aportes sígnicos e sensoriais (palavras, ícones, efeitos sonoros, diagramas, tabelas tridimensionais, etc.) numa mesma superfície de leitura;
6. descentração ou multicentramento – a descentração estaria ligada à não-linearidade, à possibilidade de um deslocamento indefinido de tópicos; contudo, já que não se trata de um simples agregado aleatório de fragmentos textuais, há autores que contestam essa característica, preferindo falar em multicentramento, como é o caso, por exemplo, Bolter (1991) e Elias (2000, 2005);
7. interatividade – possibilidade de o usuário interagir com a máquina e receber, em troca, a retroação da máquina;
8. intertextualidade – o hipertexto é um “texto múltiplo”, que funde e sobrepõe inúmeros textos que se tornam simultaneamente acessíveis a um simples toque de *mouse*;
9. conectividade – determinada pela conexão múltipla entre blocos de significado;
10. virtualidade – outra característica essencial do hipertexto, que constitui, conforme foi dito, uma “matriz de textos potenciais” (BAIRON, 1995).

Links e nós

Santaella (2001) chama a atenção para o fato de que, enquanto no texto impresso predomina um fluxo linear, no caso do hipertexto essa linearidade se rompe em unidades ou blocos de informação, cujos tijolos básicos são os nós e nexos associativos, formando um sistema de conexões que permitem interligar um nó a outro, por meio dos hiperlinks. Isto é, uma das principais inovações do texto eletrônico consiste, justamente, nesses dispositivos técnico-informáticos que permitem efetivar ágeis deslocamentos de navegação on line, bem como realizar remissões que possibilitem acessos virtuais do leitor a outros hipertextos de alguma forma correlacionados (XAVIER, 2002).

Isto é, o autor de um hipertexto distribui seus dados entre módulos que se interconectam por meio de referências computadorizadas, os hiperlinks.

Os hiperlinks podem ser fixos – aqueles que ocupam um espaço estável e constante no site; ou móveis – os que flutuam no espaço hipertextual, variando a sua aparição conforme as conveniências do produtor, desempenhando funções importantes, entre as quais a dêitica, a coesiva e a cognitiva.

Os hiperlinks dêiticos funcionam como focalizadores de atenção: apontam para um lugar “concreto”, atualizável no espaço digital; ou seja, o sítio indicado existe virtualmente, podendo ser acessado a qualquer momento. Possuem, portanto, caráter essencialmente catafórico, prospectivo, visto que ejetam o leitor para fora do texto que está na tela, remetendo suas expectativas de completude para outros espaços. Isto é, como bem mostra Xavier (2002), estes hiperlinks

convitam o leitor a um movimento de projeção, de êxodo não-definitivo dos limites do lido, sugerem-lhe insistentemente atalhos que o auxiliem na apreensão do sentido, ou seja, apresentam-lhes rotas alternativas que lhe permitam pormenorizar certos aspectos e preencher on line lacunas de interpretação.

Em outras palavras, os links são dotados de função dêitica pelo fato de monitorarem a atenção do leitor no sentido da seleção de focos de atenção, permitindo-lhe não só produzir uma leitura mais aprofundada e rica em pormenores sobre o tópico em curso, como também cercar determinado problema por vários ângulos, já que remetem sempre a outros textos que tratam de um mesmo tópico, complementando-se, reafirmando-se ou mesmo contradizendo-se uns aos outros.

Salienta Xavier (2002) que os links desempenham função coesiva por amarrarem as informações, “soldando” peças esparsas de maneira coerente. Por essa razão, é importante para o produtor atar os hiperlinks de acordo com certa

ordem semântico-discursiva, de modo a garantir ao hiperleitor a fluência de leitura e o encaminhamento da compreensão sem excessivas interrupções ou rupturas cognitivas.

Do ponto de vista cognitivo, pode-se dizer que o hiperlink exerce o papel de um “encapsulador” de cargas de sentido. Para tanto, cabe ao produtor proceder a uma construção estratégica dos hiperlinks, de maneira que eles sejam capazes de acionar modelos (frames, scripts, esquemas etc.) que o leitor tem representados na memória, levando-o a inferir o que poderá existir por trás de cada um deles, formulando hipóteses sobre o que poderá encontrar ao segui-los.

Os links funcionam, portanto, como portas de entrada para outros espaços, visto que remetem o leitor a outros textos virtuais que vão incrementar a leitura. Cada um desses textos, uma vez atualizado, torna-se, por alguns instantes, centro de atenção do leitor, para, logo em seguida, descentralizar-se no momento da atualização de outro(s) texto(s) da rede. Por esse motivo, cada leitura do hipertexto será uma leitura diferente, já que cada atualização é um evento único, com condições de produção próprias, quer se trate do mesmo leitor ou de outros leitores: como o hipertexto é um texto aberto ou “múltiplo”, os textos que constituem a rede, como já mencionamos, tratam de temas diversos, embora interligados. Ao acionar a rede textual, em dado momento, o leitor atualiza alguns desses textos, de acordo com seus objetivos de leitura, assinala trechos que considera importantes, associa os conhecimentos novos ao seu conhecimento prévio e vai construir um percurso próprio de leitura dentre os muitos outros possíveis.

Segundo Storrer (2000), a organização não-linear favorece a leitura seletiva e facilita a transmissão de conhecimentos para grupos heterogêneos de receptores, abrindo diferentes perspectivas. Cada receptor percorre a rede de módulos e links apenas parcialmente e em trilhas individuais de recepção, ou seja, cada receptor decide, de conformidade com seu conhecimento prévio, seus interesses e preferências, quais os módulos que deseja acessar, e em qual sucessão e combinação: sua liberdade de escolha é delimitada apenas pelos links instalados pelo autor e pela funcionalidade estabelecida do sistema. Em sistemas mais aperfeiçoados, os receptores podem não apenas perseguir os links preestabelecidos pelo autor, mas, devido às ferramentas de navegação que o sistema lhes oferece, realizar um percurso através de trilhas particulares e redes particulares de atalhos. O fato de os caminhos de recepção não poderem ser previstos ou planejados pelo autor tem conseqüências decisivas para a produção do texto e, em especial, para o planejamento da coerência (STORRER, 2000, p.7).

Demandas lingüísticas e cognitivas

Xavier (2002, p.28-29) concebe o hipertexto como “um espaço virtual inédito e exclusivo no qual tem lugar um modo digital de enunciar e de **construir sentido**”. Para Levy (1993, p.40), a memória humana é estruturada de modo que o homem compreende e retém melhor aquilo que está organizado em relação espacial, como é o caso das representações esquemáticas. Ora, o hipertexto propõe vias de acesso e instrumentos de orientação sob forma de diagramas, de redes ou de mapas conceituais manipuláveis e dinâmicos, oportunizando, desta maneira, um domínio mais fácil e mais rápido da matéria do que o audiovisual clássico ou o suporte impresso tradicional.

Por esta razão, o hipertexto não é feito para ser lido do começo ao fim, mas por meio de buscas, descobertas e escolhas, que irão levar à produção de UM sentido possível, entre muitos outros. Ou seja, no hipertexto a multiplicidade de leituras é condição mesma de sua existência: sua estrutura flexível e não-linear favorece buscas divergentes e o trilhar de caminhos diversos. Nele, a conexão múltipla entre blocos de significado constitui o elemento dominante, em virtude do fato de que, como ressalta Elias (2005, p.9), “a tecnologia de programação característica da máquina (html) torna o princípio de conectividade, por assim dizer, natural, desimpedido, imediato e sem problemas de tempo e distância”.

Conforme Bolter (1991), a conectividade é um princípio estruturante do hipertexto, o que permite pensá-lo como qualitativamente diferente do texto impresso, constituindo, assim, um potencial revolucionário para produzir mudanças significativas quer nas formas de acúmulo e circulação da informação, quer nos conceitos de leitura, de autor e de leitor, e nas próprias formas de produção de textos, devido à sua capacidade de justapor documentos alternativos e complementares.

Penso, contudo, que a maior diferença entre texto e hipertexto está na tecnologia, no suporte eletrônico. Isto porque, se o texto, conforme venho defendendo, “constitui uma proposta de sentidos múltiplos e não de um sentido único [...], se todo texto é plurilinear em sua construção, então, pelo menos do ponto de vista da recepção, todo texto é um hipertexto” (KOCH, 2002). É este, também, o pensamento de Marcuschi (1999, p.29), quando afirma que “*assim como o hipertexto virtualiza o concreto, o texto concretiza a virtualidade*”.

O hipertexto é, portanto, um texto constituído por traços peculiares, ele é “subversivo em relação ao monologismo, à linearidade, à forma e à postura física do leitor” (RAMAL, 2002). É um texto elástico, que se estende reticularmente conforme as escolhas feitas pelo leitor, possibilitando-lhe escolher a seqüência do material a ser lido. É ele quem determina os caminhos para a construção de um sentido. Pode-se dizer que o hipertexto “pergunta ao leitor o que deseja ler

depois”. Assim diferentes leitores responderão de formas diferentes a essas perguntas sucessivas, de modo a definir percursos próprios, individuais. Isto implica demandas cognitivas, já que o leitor deverá ter sempre em mente o objetivo da leitura, bem como os princípios de topicidade e relevância, essenciais para a construção da coerência.

Do ponto de vista da produção, os links com função dêitica, como dissemos, monitoram o leitor no sentido da seleção de focos de conteúdo, porções de hipertextos que devem merecer sua consideração caso esteja interessado em obter uma leitura mais aprofundada, mais rica em matizes sobre o tópico em tela. Eles servem, portanto, como pistas dadas ao leitor para que busque no hipertexto as informações necessárias que lhe permitam detectar o que é relevante para solucionar o problema que lhe é posto, ou seja, aquelas que vão produzir, naquele contexto, efeitos contextuais, que são dotadas de saliência relativamente àquele background (SPERBER; WILSON, 1986). Como operadores de coesão que são, cabe, portanto, ao produtor fazê-los funcionar como orientadores da hiperleitura na direção de sentidos coerentes e compatíveis com a perspectiva postulada no todo do hipertexto.

Cabe ao produtor de quaisquer tipos de textos formulá-los de tal forma que os usuários possam reconhecer a conexão entre os seus constituintes e construir um modelo mental coerente do texto em questão. Convém perguntar, portanto, em que sentido os conhecimentos sobre processos de construção da coerência adquiridos no estudo de textos linearmente organizados podem ser úteis na produção de hipertextos: o que pode ser pressuposto ou adaptado; onde é necessário recorrer a novas explicações e estratégias.

Por exemplo, em termos de sua função cognitiva, é importante que as palavras “linkadas” pelo produtor do texto constituam realmente palavras-chave, cuidadosamente selecionadas no seu léxico mental e relacionadas de forma a permitir ao leitor estabelecer, ao navegar pelo hipertexto, encadeamentos com informações topicamente relevantes, para que seja capaz de construir uma progressão textual dotada de sentido. Em outras palavras, ao hiperleitor caberá, ao passar, por intermédio de tais links, de um texto a outro, detectar, por meio da teia formada pelas palavras-chave, quais as informações topicamente relevantes para manter a continuidade temática e, portanto, uma progressão textual coerente.

Marcuschi (1999) mostra que tais ligações seguem normas e princípios variados, de ordem semântica, cognitiva, cultural, social, histórica, pragmática e científica, entre outras. Por esta razão, defende que se trata aqui de um caso de “relevância mostrada” e que tal demonstração é a alma mesma da navegação hipertextual. Contudo, tendo em conta que o hipertexto constrói relações de variados tipos e permite caminhos não hierarquicamente condicionados, postula

que a noção de relevância que preside à continuidade temática e à progressão referencial no hipertexto não pode ser exatamente a mesma que encontramos nos estudos pragmáticos e discursivos sobre textos falados e escritos.

Do ponto de vista da leitura, perceber o que é relevante vai depender em muito da habilidade do hiperleitor não só de seguir as pistas que lhe são oferecidas, como de saber até onde ir e onde parar. Além disso, cumpre-lhe, como acabamos de dizer, ter sempre em mente o tópico, o objetivo da leitura e o problema a ser resolvido, ou seja, buscar no hipertexto as informações, as opiniões, os argumentos relevantes para a sua mais adequada solução. Caso o leitor se deixe levar desavisadamente de um link a outro e, a partir do novo texto acessado, por meio de novos links, a outros textos, e assim sucessivamente, ele correrá o risco de formar uma conexão em cascata, que, de tão extensa, poderá transformar-se numa cadeia sem fim, quebrando a continuidade temática, como é comum acontecer na conversação espontânea, em que um assunto puxa outro, que puxa outro e mais outro, de tal forma que, ao final da interação, já não é mais possível nomear o tópico da conversa, isto é, dizer sobre o que, afinal, se falou (“falamos de tanta coisa...!”).

Snyder (1997) afirma que “o hipertexto obscurece os limites entre leitores e escritores”, visto ser construído parcialmente pelos escritores, que criam as ligações, e parcialmente pelos leitores, que decidem os caminhos a seguir. Visto que o hipertexto oferece uma multiplicidade de caminhos, cabendo ao leitor incorporar ainda outros caminhos e inserir outras informações, este passa a ter um papel ainda mais ativo e oportunidades ainda mais ricas que o leitor do texto impresso. Como dificilmente dois leitores tomarão exatamente as mesmas decisões e seguirão os mesmos caminhos, jamais haverá leituras exatamente iguais (lembre-se, porém, que isto também raríssimas vezes acontece com os textos impressos). Pode-se, portanto, falar, de forma categórica, numa co-autoria. A leitura torna-se simultaneamente uma escritura, pois o autor já não controla mais o fluxo da informação. O leitor decide não só a ordem da leitura, como também os caminhos a serem seguidos e os conteúdos a serem incorporados, determinando a sua versão final do texto, que pode diferir significativamente daquela proposta pelo autor.

Escreve Marcuschi (1999) que a leitura do hipertexto é como uma viagem por trilhas. Ela nos obriga a conectar nós para formar redes de sentido. Sydner (1997), por seu turno, afirma que, ao ler um hipertexto, movemo-nos num labirinto que não chega a constituir uma unidade e cuja saída precisamos encontrar, de modo que o hipernavegador é submetido a um certo estresse cognitivo, já que as exigências são muito mais sérias e rigorosas do que no texto impresso.

Sabe-se que o leitor de um texto constrói a sua coerência ao ser capaz de, por meio das intrincadas teias que nele se tecem durante a progressão textual,

estabelecer mentalmente uma continuidade de sentidos. Como o hipertexto, por ligar textos diversos, não apresenta relações semânticas ou cognitivas imanentes (como, aliás, ocorre também em grande parte com o texto impresso ou falado), é sempre possível que se estabeleçam relações incoerentes na seqüenciação de unidades textuais, o que pode afetar irremediavelmente a compreensão.

Foltz (1996) considera a coerência como o *processo de incorporação de proposições ao texto-base*. Para que isto ocorra de forma adequada, torna-se necessário haver algum tipo de integração conceitual e temática, que deve resultar da proposta de organização do produtor e da proposta de construção do sentido do leitor. Cabe a este, do mesmo modo que no texto falado ou impresso, a produção de inferências não só para o preenchimento de lacunas, como para a resolução de enigmas ou desencontros (*mismatches*), para a reformulação de hipóteses abortadas, tomando como base, para tanto, seus conhecimentos prévios (enciclopédicos ou episódicos), a pressuposição de conhecimentos compartilhados, bem como seu modelo cognitivo de contexto (VAN DIJK, 1994, 1997), o qual inclui necessariamente o conhecimento de gêneros textuais e de seu modo de constituição em suportes diversos.

Surge, então, o problema de determinar que tipo de suposição cognitiva os produtores de um hipertexto devem fazer para possibilitar a um grande número de leitores, cujos conhecimentos e interesses são diferentes, o acesso rápido e seguro às informações desejadas. Não lhes é possível antecipar todos os caminhos alternativos que o leitor poderá tomar. Isto é, para a construção da coerência no hipertexto, não é razoável utilizar a metáfora de que o produtor conduz o leitor do início até o fim. Cabe falar, isto sim, de um diálogo entre o usuário e o sistema hipertextual, cujo percurso não pode ser gerenciado pelo produtor durante o tempo de processamento, mas pode ser influenciado pela forma de estruturação do hipertexto e pelo uso de suportes de navegação e de orientação específicos deste.

Entre tais suportes, podem-se mencionar os seguintes (STORRER, 2003):

1. *suportes de orientação*, que dão apoio ao usuário para a construção de um modelo mental da estrutura do documento hipertextual;
2. *suportes de contextualização global*, que revelam o valor funcional e temático, facilitando a construção da coerência global;
3. *suportes de contextualização local*, que explicitam quais módulos-alvo são acessíveis, bem como a relação entre os módulos-alvo e o módulo em foco, auxiliando o usuário no planejamento do caminho de recepção a percorrer.

Em seus estudos sobre a coerência, Stutterheim (1994), recorre à categoria da *quaestio* – questão implícita que deve ser respondida no texto – para descrever

a conexão entre a representação global do tema do texto e o tipo de construção textual. A *quaestio* fornece diretrizes ou normas para a verbalização da representação mental em que se baseia a produção textual e seus diferentes domínios (pessoas/objetos, acontecimentos a serem predicados, tempo, espaço e modalidade. Em se tratando de hipertextos, a *quaestio* fornece instruções para o preenchimento referencial desses domínios. O autor estabelece distinção entre coerência estática e coerência dinâmica:

- a **coerência estática** refere-se às entidades pertencentes à estrutura dos fatos que permanecem constantes, vindo a formar o **quadro de vigência** (Geltungsrahmen), isto é, o pano de fundo sobre o qual as informações específicas serão dispostas;
- a **coerência dinâmica** refere-se à disposição e ao entrelaçamento das informações no texto.

Storrer (2003) salienta que a distinção entre os dois tipos de coerência é relevante para a conceituação do hipertexto, já que, numa base hipertextual, é sempre possível, por meio da ativação de atalhos, transitar facilmente entre módulos tematicamente afins de diferentes documentos hipertextuais. Contudo, esse trânsito vai implicar uma alteração do quadro de vigência, que fornece o pano de fundo para os processos de coerência local. Se essa mudança passar despercebida, podem ocorrer rupturas de coerência ou ter lugar suposições errôneas sobre a correferencialidade.

Assim, segundo a autora, o planejamento e a construção da coerência em contextos hipertextuais distingue-se em três aspectos dos modelos desenvolvidos para textos fechados e linearmente organizados:

1. a impossibilidade da antecipação de uma ordem de leitura, visto que cada módulo dispõe, por princípio, de vários outros precedentes e de vários sucessores possíveis, de modo que, na textualização do módulo, são muito limitadas as possibilidades de o produtor antecipar quais informações o usuário já processou, quais referentes potenciais já foram introduzidos e quais estarão disponíveis no domínio atual de atenção. Tais restrições dificultam o planejamento da coerência dinâmica para além de cada módulo textual;
2. a recepção descontínua do texto, já que nos ambientes hipertextuais o processamento contínuo da informação pode ocorrer, na melhor das hipóteses, dentro de um mesmo módulo. Assim, torna-se preciso decidir, em cada caso particular, qual dos módulos disponíveis (acessáveis a partir do módulo ativado) será escolhido para o processamento adequado;
3. em decorrência do exposto em 2, a obrigação do usuário de reconstituir ele mesmo a conexão temática entre dois módulos sucessivamente escolhidos.

Isto é, em comparação com textos linearmente organizados, o autor pode garantir a continuidade temática apenas parcialmente;

4. a falta de limites do suporte midiático, o que pode levar a uma recepção na qual os limites entre os documentos hipertextuais e as hiper-redes são, sem que se perceba, rapidamente ultrapassados. Dessa forma, a construção da coerência poderá não ocorrer sobre o pano de fundo de um quadro de vigência global uniforme.

Por esta razão, salienta a autora, para a construção da coerência no hipertexto, é mais adequado falar de um diálogo entre o usuário e o sistema hipertextual, cujo percurso não pode ser gerenciado pelo produtor no decorrer do processo, mas pode ser influenciado pela estruturação do hipertexto e pelo uso de suportes de navegação e de orientação específicos, dos quais trataremos a seguir.

Suportes para a construção da coerência no hipertexto

Para compensar os problemas ocasionados pela recepção descontínua, a falta de limites do suporte midiático e a falta de uma ordem previsível de leitura, a tecnologia do hipertexto disponibiliza suportes especiais para a construção da coerência (STORRER, 2003). Tais recursos, quando bem aplicados na organização de um hipertexto, permitem mesmo facilitar a construção da coerência na recepção seletiva do hipertexto, até mais do que na leitura parcial e seletiva de textos impressos. Entre eles, podem-se mencionar os seguintes:

- suportes de orientação: que apóiam o usuário na construção de um modelo mental da estrutura do documento hipertextual;
- suportes de contextualização global: que esclarecem o valor funcional e temático de um módulo, facilitando, assim, a construção da coerência global;
- suportes de contextualização local: que explicitam quais módulos-alvo são acessíveis a partir do módulo atual e quais as relações entre eles, auxiliando, desta forma, no planejamento do caminho futuro de recepção e a construção da coerência local na troca entre dois módulos.

De qualquer forma, o usuário tem à sua disposição uma gama enorme de possibilidades continuativas, a partir dos links e dos nós (blocos textuais) por eles indiciados, que o poderão levar ou não a manter-se fiel àquilo que é relevante para o tópico em tela. O problema é, portanto, como diz Marcuschi (2000a), um problema de macrocoerência e as ligações previstas são instrumentos vitais para possibilitar essa construção.

Assim, para garantir ou, pelo menos, facilitar a construção da coerência no hipertexto, é importante que o produtor considere quais os conhecimentos necessários para a compreensão dos outros tópicos, isto é, aqueles módulos de que o usuário necessita para compreender o módulo em tela. Estes podem ser automaticamente oferecidos ao leitor por meio de atalhos (links).

Considerações finais

Braga (2004) assevera que, segundo Lemke (2002), o hipertexto é hipermodal (texto verbal, som, imagem) e que, nesse tipo de texto, o conjunto de recursos, já utilizados também em textos impressos, é ampliado e ressignificado, visto que as redes hipertextuais permitem uma conexão mais livre entre as informações veiculadas pelas unidades textuais construídas a partir de diferentes modalidades. Afirma a autora que isto favorece, inclusive, a construção de textos e materiais didáticos, na medida em que uma mesma informação pode ser complementada, reiterada e sistematizada ao ser apresentada na forma de um complexo multimodal.

Em virtude da possibilidade de conexões imediatas entre blocos de significados interligados como num vasto banco de dados, o hipertexto altera o significado do ato de ler e dos conceitos de autor e leitor (ELIAS, 2005). Segundo Bellei (2002, p.70-71), o autor é “construtor de dispersões de sentido e o leitor autor de configurações de sentido em um sistema previamente programado”.

Por esta razão, autor e leitor do hipertexto são colaboradores ativos (o que, evidentemente, não é privilégio do hipertexto), de modo que há autores que propõem redefinir o leitor do hipertexto como *lautor (wreader)* ou *leitor liberto da tirania da linha*, já que ele mesmo, em certa medida, produz e consome o sentido do texto. Um leitor de banco de dados deve organizar informações dispersas em termos de um certo padrão estrutural e em um espaço virtual, isto é, justapor blocos de sentido em uma atividade de “bricolagem” (BELLEI, 2002, p.71-73). Isto é, todo leitor é também autor, já que toda leitura torna-se um ato de escrita.

Desta forma, para Levy (1996, p.46),

A escrita e a leitura trocam seus papéis. Todo aquele que participa da estruturação do hipertexto, do traçado pontilhado das possíveis dobras do sentido, já é um leitor. Simetricamente, quem atualiza um percurso ou manifesta este ou aquele aspecto da reserva documental contribui para a redação, conclui momentaneamente uma escrita interminável. As costuras e remissões, os caminhos de sentido originais, que o leitor reinventa, podem ser incorporados à estrutura

mesma do corpus. A partir do hipertexto, toda leitura tornou-se um ato de escrita.

Hiperlinks e nós tematicamente interconectados serão, portanto, os grandes operadores da continuidade de sentidos e da progressão referencial no hipertexto, desde que o hipernauta seja capaz de seguir, de forma coerente com o projeto e os objetivos da leitura, o percurso assim indiciado. É ele próprio o responsável pela “edificação” de seu texto. E, para tanto, deverá não apenas mobilizar seus conhecimentos lingüísticos, textuais, enciclopédicos, interacionais, como utilizar recursos próprios para a leitura, tendo em vista que o hipertexto é um labirinto formado de uma infinidade de textos, versando sobre infinitos temas, em uma extensa rede que possibilita múltiplos caminhos de leitura, e que lhe exige, portanto, o estabelecimento de conexões coerentes entre os segmentos do texto lingüisticamente materializados.

Assim, ao navegar por toda uma rede de textos, o hiperleitor faz de seus interesses e objetivos o fio organizador das escolhas e ligações, procedendo por associações de idéias que o impelem a realizar sucessivas opções e produzindo, assim, uma textualidade cuja coerência acaba sendo uma construção pessoal, visto que, como já dissemos, não haverá, efetivamente, dois textos exatamente iguais na escritura hipertextual. Persiste, no entanto, pelo menos até os nossos dias, uma restrição: o hiperleitor somente poderá partir para novas ligações que tenham sido previstas pelo autor, indicadas pelos links por ele criados para acessar os nós assim interconectados, do que se depreende que ele não é tão todo-poderoso como alguns pretendem fazer dele. O hipertexto, como também o texto tradicional, constitui um evento textual-interativo, embora com características próprias. Uma delas é não haver limitação do interlocutor, que pode ser qualquer pessoa desde que conectada à rede, já que o hipertexto não constitui um texto realizado concretamente, mas apenas uma virtualidade.

No hipertexto – como, aliás em todos os demais usos da linguagem – há sempre a consideração do outro, mas nele ela é levada às últimas conseqüências. Ainda que a única tarefa do autor fosse a marcação dos links, ele teria sempre em seu horizonte a projeção da imagem do leitor. E este será sempre co-autor, já que o acabamento do (hiper)texto não pode prescindir de sua participação. Trata-se, no caso, de uma alteridade multilinearizada, fragmentada, descorporalizada, volatilizada, mas fundada em nossos saberes, nossas relações com o mundo e nossa inserção em dada cultura.

KOCH, I. G. V. Hypertext and the construction of sense. *Alfa*, São Paulo, v.51, n.1, p.23-38, 2007.

- **ABSTRACT:** *The aim of this paper is to discuss how the sense of a hypertext is constructed. We start from the main characteristics of hypertext to show how sense is processed, and therefore coherence may be obtained.*
- **KEYWORDS:** *Hypertext; coherence; construction of sense.*

Referências bibliográficas

BAIRON, S. *Multimídia*. São Paulo: Global, 1995.

BEIGUELMAN, G. *O livro depois do livro*. São Paulo: Petrópolis, 2003.

BELLEI, S. L. P. *O livro, a literatura e o computador*. São Paulo: EDUC; Florianópolis: UFSC, 2002.

BERK, E.; DEVLIN, J. (Eds.). *Hypertext/Hypermedia handbook*. New York: Intertext Publications, 1991.

BOLTER, J. D. *Writing space: the computer, hypertext and the history of writing*, Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1991.

BRAGA, D. B. A comunicação interativa em ambiente hipermídia: as vantagens da hipermodalidade para o aprendizado no meio digital. In: MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. (Org.), *Hipertexto e gêneros digitais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. p.144-162.

ELIAS, V. M. S. *Do hipertexto ao texto: uma metodologia para o ensino de língua portuguesa a distância*. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.

_____. Hipertexto, leitura e sentido. *Caleidoscópio*, São Leopoldo, v.3, n.1, p.13-20, jan./abr. 2005.

FOLTZ, P. W. Comprehension, coherence, and strategies in hypertext and linear text. In: ROUET, J.-F. et al. (Ed.). *Hypertext and cognition*. Mahwah: Lawrence Erlbaum, 1996. p.109-136.

KOCH, I. G. V. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002

LÉVY, P. *O que é virtual*. Rio de Janeiro: 34, 1996.

_____. *As tecnologias da inteligência*. Rio de Janeiro: 34, 1993.

MARCUSCHI, L. A. Linearização, cognição e referência: o desafio do hipertexto. *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*, Campinas, n.3, p.21-45, 1999.

_____. *A coerência no hipertexto*. Palestra proferida no I Seminário sobre o Hipertexto: demandas teóricas e práticas, Recife, 2000a.

_____. *Hipertexto: definições e visões*. Recife: UFPE, 2000b. Mimeografado.

NELSON, T. H. Opening hypertext: a memoir. In: TUMAN, M. C. (Ed.). *Literacy online*. Pittsburg: University of Pittsburg Press, 1992. p.43-57.

RAMAL, J. *Educação na cibercultura: hipertextualidade, leitura, escrita e aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

SANTAELLA, L. *Matrizes da linguagem e do pensamento: sonora, visual, verbal*. São Paulo: Iluminuras, 2001.

SNYDER, I. *Hypertext: the eletronic labyrinth*. Washington: New York University Press, 1997.

SPERBER, D.; WILSON, D. *Relevance: communication and cognition*. Oxford: Blackwell, 1986.

STORRER, A. Kohärenz in Hypertexten. *Zeitschrift für germanistische Linguistik*, v.31, n.2, p. 274-292, 2003.

_____. Was ist „hyper“ am Hypertext? In: KALLMEYER, W. (Org.). *Sprache und neue Medien*. Berlin, New York: Walter de Gruyter, 2000. p.222-249.

STUTTERHEIM, C. Quaestio und Textaufbau. In: KORNADT, H. et al. (Ed.). *Sprache und Kognition: Perspektiven Moderner Sprachpsychologie*. Heidelberg: Spectrum Akademie, 1994. p.251-272.

VAN DIJK, T. A. *Cognitive context models and discourse*. 1994. Mimeografado.

_____. Towards a theory of context and experience models in discourse processing. In: OOSTEDORP, H. van; GOLDMAN, S. (Ed.). *The construction of mental models during reading*. Hillsdale: Erlbaum, 1977.

XAVIER, A. C. Leitura, texto e hipertexto. In: MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. *Hipertexto e gêneros digitais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. p.170-180.

Bibliografia consultada

KOCH, I. G. V. *Introdução à lingüística textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PERFETTI, C. A. Text and hypertext. In: ROUET, J-F et al. (Ed.). *Hypertext and cognition*. Mahwah: Lawrence Erlbaum, 1996. p.157-161.

SHUTZ, A. *Reflections on the problem of relevance*. New Haven: Yale University Press, 1970.

VAN DIJK, T. A. Structures of news in the press. In: _____ (Ed.). *Discourse and communication*. Berlin: Walter de Gruyter, 1985.

XAVIER, A. C. *O hipertexto na sociedade de informação: a constituição do modo de enunciação digital*. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2003.

A CARACTERIZAÇÃO DE CATEGORIAS DE TEXTO: TIPOS, GÊNEROS E ESPÉCIES

Luiz Carlos TRAVAGLIA¹

- **RESUMO:** O objetivo neste artigo é discutir parâmetros e critérios para caracterizar categorias de texto, sejam tipos, gêneros ou espécies (TRAVAGLIA, [2003]2007a). Essa caracterização é fundamental para a identificação e distinção das categorias a que os textos podem pertencer. Nossa proposta é que os diferentes critérios para este fim podem ser agrupados segundo cinco parâmetros distintos: a) o conteúdo; b) a estrutura composicional; c) os objetivos e funções sócio comunicativas da categoria; d) as características da superfície linguística, geralmente em correlação com outros parâmetros; e) elementos que podem ser atribuídos às condições de produção da categoria de texto.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Gêneros discursivos e de texto, tipos de texto, espécies de texto, caracterização.

Introdução

A identificação, distinção e caracterização das diferentes categorias de texto é um dos objetivos da Linguística Textual em seu programa de trabalho, todavia ao nos debruçarmos sobre os textos circulantes em uma sociedade e cultura, vemos que esta não é uma tarefa simples. Tanto a identificação quanto a distinção das categorias de textos dependem diretamente de sua caracterização, porque o simples nome atribuído pelos usuários dos textos nunca é suficiente para identificar e diferenciar as categorias de texto, embora seja o primeiro passo para fazê-lo. Este artigo tem por objetivo levantar e estruturar parâmetros e critérios que podem ser usados para caracterizar o grande número de categorias de texto existentes em uma sociedade e cultura, sejam elas tipos, gêneros ou espécies (TRAVAGLIA, [2003]/2007a)². Os parâmetros e critérios que vamos aqui apresentar são aqueles que, até agora, já observamos ser pertinentes em nossa

¹ Universidade Federal de Uberlândia – Professor Associado de Língua Portuguesa e Linguística do Instituto de Letras e Linguística – 38408-100 – Uberlândia – MG. Endereço eletrônico: ltravaglia@ufu.br

² Este texto foi escrito em 2003, mas sua publicação só saiu em 2007, devido a problemas diversos para finalização do livro. Doravante será citado apenas como Travaglia (2007a).

pesquisa dentro do projeto “Uma teoria tipológica geral de textos: sim ou não?” e em trabalhos de outros pesquisadores.

Estes critérios, pelo que pudemos observar até agora, estão agrupados em cinco parâmetros distintos:

- a) o **conteúdo temático**;
- b) a **estrutura composicional**;
- c) os **objetivos e funções sócio comunicativas**;
- d) as **características da superfície lingüística**, geralmente em correlação com outros parâmetros;
- e) as **condições de produção**.

Um outro critério ou parâmetro que pode contribuir para a caracterização das categorias de texto, sobretudo dos gêneros, é o **suporte** típico em que o mesmo costuma ou deve aparecer.

A caracterização das categorias de texto é feita por uma conjugação de critérios que pode ocorrer de diferentes modos e, muitas vezes, a distinção depende de uma combinação diversa dos mesmos elementos e não da presença de elementos distintos. Nem sempre uma categoria se caracteriza por critérios e parâmetros de todos os cinco grupos, mas de apenas alguns deles.

O que designamos por **categorias de texto** é um conjunto de textos com características comuns, ou seja, uma classe de textos que têm uma dada caracterização, constituída por um conjunto de características comuns em termos de conteúdo, estrutura composicional, objetivos e funções sócio comunicativas, características da superfície lingüística, condições de produção, etc., mas distintas das características de outras categorias de texto, o que permite diferenciá-las (TRAVAGLIA, 2004a)³. São exemplos de categorias de texto em nossa sociedade e cultura brasileiras: descrição, dissertação, injunção, narração, texto argumentativo “stricto sensu”, texto preditivo, romance, novela, conto, fábula, parábola, caso, ata, notícia, mito, lenda, certidão, requerimento, procuração, atestado, denúncia, ofício, carta, soneto, haikai, ditirambo, ode, acróstico, epitalâmio, prece, tragédia, comédia, farsa, piada, tese, artigo, etc. Diversas categorias de texto podem ter características comuns. Este é o caso, por exemplo, de todas as categorias de texto que têm o tipo narrativo como necessariamente presente em sua composição e como dominante e entre as quais podemos citar: romance, conto, novela, fábula, parábola, apólogo, mito,

³ Em Travaglia (2004a) e outros textos, usamos o termo “elemento tipológico” para designar o que agora designamos por “categoria de texto”. Mudamos o termo por considerar “categoria de texto” mais claro e direto para identificar o conceito.

lenda, caso, fofoca, notícia, ata, biografia, piada, conto de fadas, epopéia, etc.)⁴. Todos esses gêneros vão ter em comum características de narração, mesmo que realizadas de diferentes formas. Sempre haverá, todavia, características que permitam distingui-los entre si, diferenciando, por exemplo, um romance de um conto, uma fábula de uma parábola, e assim por diante. É o caso também das categorias de texto necessariamente e predominantemente dissertativas (por exemplo: tese, dissertação de mestrado, artigo acadêmico-científico, editorial de jornal, monografia, conferência, etc.) e assim por diante.

De acordo com o proposto em Travaglia (2001, 2007a), consideramos que as categorias de textos podem ser de uma entre três naturezas distintas, que chamamos de “**tipelementos**” (classes de categorias de texto de uma dada natureza), a saber: o tipo, o gênero e a espécie. O **tipo** pode ser identificado e caracterizado por instaurar um modo de interação, uma maneira de interlocução (TRAVAGLIA, 1991, capítulo 2), segundo perspectivas que podem variar constituindo critérios para o estabelecimento de tipologias diferentes (TRAVAGLIA, 2001, 2007a, p.101-104). Alguns tipos que podemos citar, divididos em sete tipologias, são: a) texto descritivo, dissertativo, injuntivo, narrativo; b) texto argumentativo “*stricto sensu*” e argumentativo não-“*stricto sensu*”; c) texto preditivo e não preditivo; d) texto do mundo comentado e do mundo narrado; e) texto lírico, épico/narrativo e dramático; f) texto humorístico e não-humorístico; g) texto literário e não literário. O **gênero** se caracteriza por exercer uma função sócio comunicativa específica. Estas nem sempre são fáceis de explicitar. A **espécie** se define e se caracteriza apenas “por aspectos formais de estrutura (inclusive superestrutura) e da superfície lingüística e/ou por aspectos de conteúdo” (TRAVAGLIA, 2001, 2007a, p.104-106).

As relações possíveis entre tipos, gêneros e espécies – que podem ser vistas com maiores detalhes em Travaglia (2007a) – e as relações entre os tipos na composição dos gêneros (TRAVAGLIA, 2007b) são importantes na caracterização das categorias de textos. Basicamente tem-se o seguinte:

- 1) os tipos e espécies compõem os gêneros que são os tipelementos que existem e circulam na sociedade;
- 2) as espécies podem estar ligadas a tipos (como a história e a não-história que são espécies do tipo narrativo) ou a gêneros (como a carta, carta comercial, o ofício, o memorando, o bilhete, o telegrama, o cartão, que são espécies do gênero correspondência);

⁴ A narração é um “tipo”, enquanto romance, conto, novela, fábula, parábola, apólogo, mito, lenda, caso, fofoca, notícia, ata, biografia etc. são “gêneros” (TRAVAGLIA, 2007a). Tipos compõem gêneros (TRAVAGLIA, 2007a, 2007b).

- 3) os gêneros podem estar ligados a tipos que os compõem necessariamente (como a tese é necessariamente composta pelo dissertativo como dominante) ou não (como a carta, que pode ser composta por descritivo, dissertativo, injuntivo ou narrativo, mas não necessariamente) ou a espécies de tipos (como o romance, o conto, a piada, por exemplo, que são compostos pela espécie história do tipo narrativo) ;
- 4) quando os tipos compõem os gêneros, eles podem (TRAVAGLIA, 2007b):
- a) se *cruzar* ou *fundir*: neste caso, o gênero apresenta características de dois ou mais tipos simultaneamente. É o caso, por exemplo, do “editorial” de jornal, que é composto ao mesmo tempo necessária e predominantemente pelos tipos dissertativo e argumentativo “*stricto sensu*”; da piada que, simultaneamente é composta necessária e predominantemente pelos tipos narrativo e humorístico; e do apólogo, fábula e parábola, que são compostos pelos tipos narrativo e argumentativo “*stricto sensu*” em cruzamento ou fusão;
 - b) se *conjugam*: neste caso, os tipos aparecem lado a lado na composição do gênero, mas não há uma fusão de características no mesmo trecho. Assim, o editorial apresenta trechos descritivos, injuntivos e narrativos ao lado dos trechos dissertativos, geralmente representando argumentos ou com outras funções dentro do editorial.⁵ Já o romance geralmente apresenta, além do narrativo (obrigatório) que é dominante, trechos descritivos, dissertativos e injuntivos. Este último mais eventualmente, mas a descrição e a dissertação quase sempre. Na bula, tem-se os tipos descritivo, dissertativo, injuntivo e narrativo, mas nenhum é dominante. Portanto, quando os tipos se conjugam, um deles pode ser dominante ou não. A dominância pode ser necessária (acontece sempre no gênero) ou não (pode acontecer, mas não obrigatoriamente);
 - c) se *intercambiar*: neste caso, em uma situação de interação em que se esperava um tipo ou gênero, tendo em vista o modo de interação que se estabelece e que exigiria uma dada categoria de texto, ocorre outra categoria. O produtor do texto lança mão de uma categoria que não é a própria daquele tipo de interação naquela esfera de ação social, para produzir determinados efeitos de sentido.

Como se verá, estes elementos são importantes na caracterização das categorias de texto. Vamos discutir e exemplificar a caracterização das categorias de texto seguindo os cinco grupos de parâmetros acima.⁶ A exemplificação que

⁵ Ver Melo (2005).

⁶ Evidentemente os exemplos se limitarão a algumas categorias apenas para que se tenha uma percepção melhor do que se está falando em cada caso, pois seria impossível tratar, num texto como este, de centenas de categorias de texto (tipos, gêneros e espécies).

vamos apresentar procura ser funcional no sentido de permitir um entendimento mais claro do que se discute, mas em nenhum momento pretende ser exaustiva nem em relação à categoria (tipo, gênero ou espécie) abordada, nem em relação aos critérios ou parâmetros que se está exemplificando. Ou seja, pode haver mais elementos sobre um critério ou parâmetro que se poderia dizer na caracterização da categoria, mas apresentamos apenas o que parece suficiente para a clareza do que está sendo proposto e comentado.

O conteúdo temático

O **conteúdo temático** refere ao que pode ser dito em uma dada categoria de texto, à natureza do que se espera encontrar dito em um dado tipo, gênero ou espécie de texto, o que, obviamente tem de estar ligado a um tipo de informação. As características relativas ao conteúdo temático nos levam, em princípio, ao que devemos dizer ao produzir a categoria ou ao que esperar na leitura/compreensão de uma categoria. Vejamos alguns exemplos de caracterizações ligadas ao conteúdo temático.

Para Travaglia (1991), o tipo **narrativo** tem como conteúdo temático os acontecimentos ou fatos organizados em episódios (indicação e detalhamento – geralmente por meio de descrição – de lugar, tempo, participantes/actantes/personagens + acontecimento: ações, fatos ou fenômenos que ocorrem). No caso da espécie **história** da narração, os episódios aparecem encadeados entre si caminhando para um desfecho ou resolução e um resultado. Já na espécie **não-história** da narração, os episódios estão lado a lado no texto, mas não se encadeiam, conduzindo a uma resolução e a um resultado. O tipo **descritivo** vai se caracterizar por trazer a localização do objeto de descrição (não obrigatoriamente), características (cores, formas, dimensões, texturas, modos de ser, etc.) e/ou componentes ou partes do “objeto” descrito. No tipo **dissertativo**, o que importa como informação são as entidades, as proposições sobre elas e as relações entre estas proposições, sobretudo as de condicionalidade, causa/consequência, de oposição (ou contrajunção), as de adição (ou conjunção), de disjunção, de especificação, inclusive exemplificação, de ampliação, de comprovação, etc. No tipo **injuntivo**, o conteúdo é sempre algo a ser feito e/ou como ser feito, uma ou várias ações ou fatos e fenômenos cuja realização é pretendida por alguém. Os fatos e fenômenos aparecem sobretudo, nos injuntivos de volição, os chamados textos optativos (TRAVAGLIA, 1991, p.55-57). Já um texto do tipo **humorístico** quase sempre se construirá sobre dois mundos textuais que são intercambiáveis, por serem compatíveis com os recursos linguísticos de expressão utilizados, como na piada do exemplo (1) em que “diamante”, na língua oral, tanto pode ser entendido como “diamante”

(a pedra preciosa), quanto como “de amante” (pessoa com que se tem um relacionamento visto, em muitos quadros sociais, como “ilícito”). Sem este conteúdo “dúbio” dificilmente se constrói um texto humorístico.

(1) A mulher está na festa com um belíssimo solitário de dois quilates no dedo.

A amiga chega e pergunta:

— É diamante?

Ao que ela responde:

— Não. Foi meu marido mesmo que me deu.

Quanto aos **gêneros**, observa-se que muitos vão ter como uma de suas características o conteúdo. O **aceite** “é o texto pelo qual pessoas ou instituições⁷ declaram que aceitam convite ou proposta feita por outrem (pessoa, instituição)” (TRAVAGLIA, 2002a, p.130-131). Os gêneros **convite**, **convocação**, **intimação**, **notificação**, (TRAVAGLIA, 2002a, p.139-140, 144-145), que têm o objetivo de solicitar a presença de alguém, sempre contêm um chamado para estar em um lugar e/ou evento (festa, apresentação/show, conferência, reunião, etc.) para determinado fim (se divertir, se instruir, decidir coisas, cumprir determinado papel dentro de um processo legal na justiça, etc.). Alguns elementos de conteúdo aparecem nos quatro, como, por exemplo, quem solicita a presença, quando e onde se deve comparecer e para o que: festa, apresentação de alguma natureza (espetáculo, conferência, etc.), curso, realizar algo, etc. O chamado pode configurar uma obrigatoriedade de atendimento (convocação, notificação, intimação) ou não (convite), conforme quem o faz, mas isso tem a ver com as condições de produção. Ainda se pode observar, na caracterização, um detalhamento maior no conteúdo de alguns gêneros, na dependência de espécies. Por exemplo, no caso do **convite**, conforme o elemento para o qual se convida, se configuram espécies de convite com influência no conteúdo: convite de casamento, de aniversário, para apresentações (espetáculos, conferências, etc.), cursos, etc. Assim, um convite de casamento se caracteriza por indicar minimamente: quem se casa, os pais dos nubentes (opcional, mas esperável pelas regras sociais de cortesia), local e data do casamento e se haverá ou não recepção festiva após o ato religioso ou civil. Já num convite para uma apresentação, deve-se colocar outro tipo de informação: o tipo da apresentação (espetáculo, conferência, outra), o conteúdo/tema/assunto quando for o caso (palestras e cursos, por exemplo), quem faz a apresentação, se para estar presente o convidado deverá ou não pagar. Uma **prece** ou **oração** geralmente contém uma louvação à entidade (Deus, Jesus, Nossa Senhora, santo, etc.) a que a prece

⁷ Estaremos sempre usando o termo instituição como um hiperônimo para empresas comerciais, industriais, de serviços (públicas ou privadas), órgãos públicos, associações de todas as naturezas, clubes, instituições educacionais, religiosas, financeiras, filantrópicas, culturais e assemelhados. Quando houver necessidade, especificaremos as instituições envolvidas.

é dirigida e pedidos e/ou agradecimentos. É interessante observar que, quando um gênero apresenta diferentes tipos de informação, geralmente essas informações aparecem distribuídas em diferentes partes ou categorias da superestrutura do gênero. No caso da prece, a superestrutura será exatamente marcada pelas informações: louvação + solicitação/pedido + agradecimento.

Na área jurídica, temos muitos gêneros, e aqui especificamos o conteúdo de alguns que os caracteriza: a) **qualificação**, que, segundo Pimenta (2007, p.84), é um gênero necessária e predominantemente descritivo, que contém “nome, nacionalidade, estado civil, profissão, domicílio e residência (que podem ser incertos e não sabidos) e documentos pessoais (optativo em alguns casos)” e tem por objetivo identificar indivíduos, “enquanto pessoas capazes de direitos e deveres diante do Estado e da sociedade”. Na verdade, a qualificação aparece compondo muitos gêneros jurídicos, forenses e administrativos, como o requerimento, a procuração, termo de fiança, o rol de testemunhas em um processo penal, a denúncia, etc.; b) o **termo de fiança**, que para Pimenta (2007) é um

gênero textual redigido e assinado pelo escrivão, no uso de suas atribuições, também assinado pelo delegado de polícia, pelo indiciado e por duas testemunhas. Neste texto, basicamente narrativo e descritivo, é indicado o número do inquérito policial, o nome do indiciado e sua qualificação, e dito que, na presença das testemunhas, deposita o valor arbitrado pelo delegado de polícia da fiança, prestada a seu favor, para solto se defender. O indiciado também assume suas obrigações previstas em lei, que são lidas e narradas neste termo de fiança, fica também registrado que no caso de quebra da fiança o afiado será recolhido à prisão. A função sócio-comunicativa deste texto é a de formalizar o pagamento da fiança com suas respectivas ressalvas. (PIMENTA, 2007, p.89-90) (Grifo nosso para destacar o conteúdo temático)

c) a **exceção de litispendência**, definida por Pimenta (2007) como:

gênero textual redigido por qualquer das partes, com a função sócio-comunicativa de demonstrar para determinado juízo que há causa idêntica em andamento, em outro foro, ainda pendente de julgamento. Neste texto a prova de que há causa idêntica em andamento em outro foro funciona como argumento – agir estratégico – para que o processo seja extinto sem julgamento do mérito. (PIMENTA, 2007, p.103)

Portanto como um gênero cujo conteúdo é sempre dizer ao juízo que existe outra causa em andamento julgando o mesmo fato/crime; d) a **denúncia**, que é um

gênero textual redigido pelo MP no qual o MP expõe o fato criminoso com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado e da

vítima (se possível) ou esclarecimentos pelos quais se possa identificar o acusado, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas. (PIMENTA, 2007, p.110) (MP = Ministério Público) (Grifo nosso para destacar o conteúdo).

Como se pode observar, nas caracterizações feitas por Pimenta (2007), aparecem as funções sócio comunicativas ou objetivos e quais tipos compõem o gênero, o que exemplifica outros critérios que comentamos aqui.

Tavares (1974, p.237, 256), ao buscar caracterizar e distinguir a **epopéia** ou **poema épico** do **poema heróico**, usa o critério do conteúdo, dizendo que: a) a **epopéia** é “a narração de um fato heróico grandioso e de interesse nacional” em que se “trata de ‘cantar os feitos dum povo que haja contribuído para a realização de acontecimentos que interessam à vida da humanidade’”. Às vezes se caracteriza a **epopéia** como um relato de uma saga nacional com heróis nacionais, fundando uma nacionalidade; b) o **poema heróico**, por sua vez, embora também de interesse nacional, trata de assunto menos importante, tais como “façanhas dum varão notável, qualquer fato histórico ou lendário que haja impressionado a imaginação popular, embora de ordem secundária. Portanto o critério da distinção é o que se diz e sua importância para um povo.

Quanto às **espécies**, já registramos a definição pelo conteúdo das espécies história e não-história ligadas ao tipo narrativo e da espécie de convite que o convite de casamento representa.

Travaglia (2007a) comenta sobre várias espécies que se caracterizam pelo conteúdo temático. Vejamos alguns exemplos.

- 1) Os gêneros **romance** e **conto** apresentam várias espécies que se definem e caracterizam tendo em vista o conteúdo temático: a) **históricos**: falam sempre de fatos ligados à história da humanidade ou de um país, região, etc; b) **psicológicos**: que fazem estudos de personagens do ponto de vista de sua psiquê; c) **regionalistas**: tratam temas muito ligados à cultura de uma região, como os romances brasileiros referentes à seca na região Nordeste e seu efeito sobre os homens; d) **indianistas**: cujo tema é o índio, como alguns romances de José de Alencar; e) **fantásticos**, em que acontecem fatos mágicos ou estranhos sem muita explicação dentro do senso comum e/ou científico (Cf. contos do autor mineiro Murilo Rubião); f) **de ficção científica**, em que o tema gira em torno de viagens espaciais, alta tecnologia no futuro ou no presente, experimentos científicos, etc; g) **de capa e espada**, em que se tem as aventuras de espadachins; h) **policiais**, em que se trata de casos de crimes e sua solução; i) **eróticos**, cujo tema é intimamente ligado à sexualidade, com passagens que buscam e causam um erotismo, a sensualidade, etc.;

- 2) O **tipo descritivo** tem relacionadas a ele algumas espécies que se caracterizam por aspectos de conteúdo, às vezes em conjugação com aspectos formais:
- a) segundo a tradição dos estudos tipológicos (classificatórios) de textos, na descrição **objetiva** o produtor do texto se guia exclusivamente pelo objeto visto como algo exterior ou não ao falante, ou seja, o conteúdo são a localização, as características e componentes ou partes do objeto de descrição sem interferência do estado emocional, afetivo, psicológico de quem diz, enquanto na descrição **subjetiva** tem-se o tipo de informação própria do tipo descritivo (localização, características, partes ou elementos) fundida a uma expressão dos sentimentos, afetividade e estados psicológicos daquele que diz;
 - b) a descrição **estática** tem como conteúdo dizer como são objetos e seres, já a **dinâmica** caracteriza movimentos, eventos (uma dança, uma tempestade, uma festa), dizendo como são. Dizer como algo é constitui o objetivo da descrição, como veremos adiante;
 - c) Travaglia (1991, p.225, 234-237) propôs a distinção de duas espécies de descrição: a **comentadora** e a **narradora**. A narradora se refere sempre a um exemplar único do elemento descrito (acontecimento, ser, coisa, objeto, etc.) e a comentadora se refere sempre a uma classe de elemento descrito. Por exemplo, uma descrição narradora diria como foi a festa de casamento de minha filha, enquanto uma descrição comentadora diria como são as festas de casamento em geral em qualquer lugar ou época ou pelo menos em uma dada sociedade.
- 3) Considerando o gênero **poema**, o **tipo lírico** tem vinculadas a ele muitas espécies caracterizadas e distinguíveis pelo conteúdo. Segundo caracterizações tomadas a Tavares (1974, p.269 e ss.), temos, por exemplo:
- a) **ditirambo** é o poema que celebra os prazeres da mesa, principalmente na hora do brinde de modo jovial e entusiástico;
 - b) a **elegia** comporta as composições de tristeza e de luto;
 - c) o **epitalâmio** é composição destinada a celebrar bodas e núpcias;
 - d) os **poemas bucólicos** têm por assunto a vida do campo e apresenta duas espécies diferenciadas pela forma: o **idílio** (que é monológico) e **écloga** (que é dialogada);
 - e) o **genetliaco**, que celebra o nascimento e aniversários de nascimento;
 - f) o **madrigal**, que já foi caracterizado pela forma e pelo conteúdo, mas modernamente se caracteriza mais pelo conteúdo: contém sempre “pensamentos graciosos, numa discreta e galante confissão de amor” (TAVARES, 1974, p.288), às vezes sutilmente satírica.
- 4) O **mistério**, que é a “representação de episódios da vida de Cristo” e o **milagre**, que é a “representação de episódios envolvendo homens e santos”

(TAVARES, 1974, p.139), em que acontecem fatos excepcionais e graças concedidas pelos santos, são duas espécies, definidas pelo conteúdo e que se vinculam ao **tipo dramático**.

- 5) Na oratória tem-se o gênero discurso com espécies definidas pelo conteúdo (TAVARES, 1974, p.144-145): a) **exéquias**, que é um discurso fúnebre em homenagem a alguém falecido; b) o **genetliaco**, que é o discurso feito para saudar o nascimento de alguém; c) o **brinde** é um discurso muito breve que se faz em ocasiões festivas, para saudar alguém e contendo saudações, louvações e desejando boa sorte.

A estrutura composicional

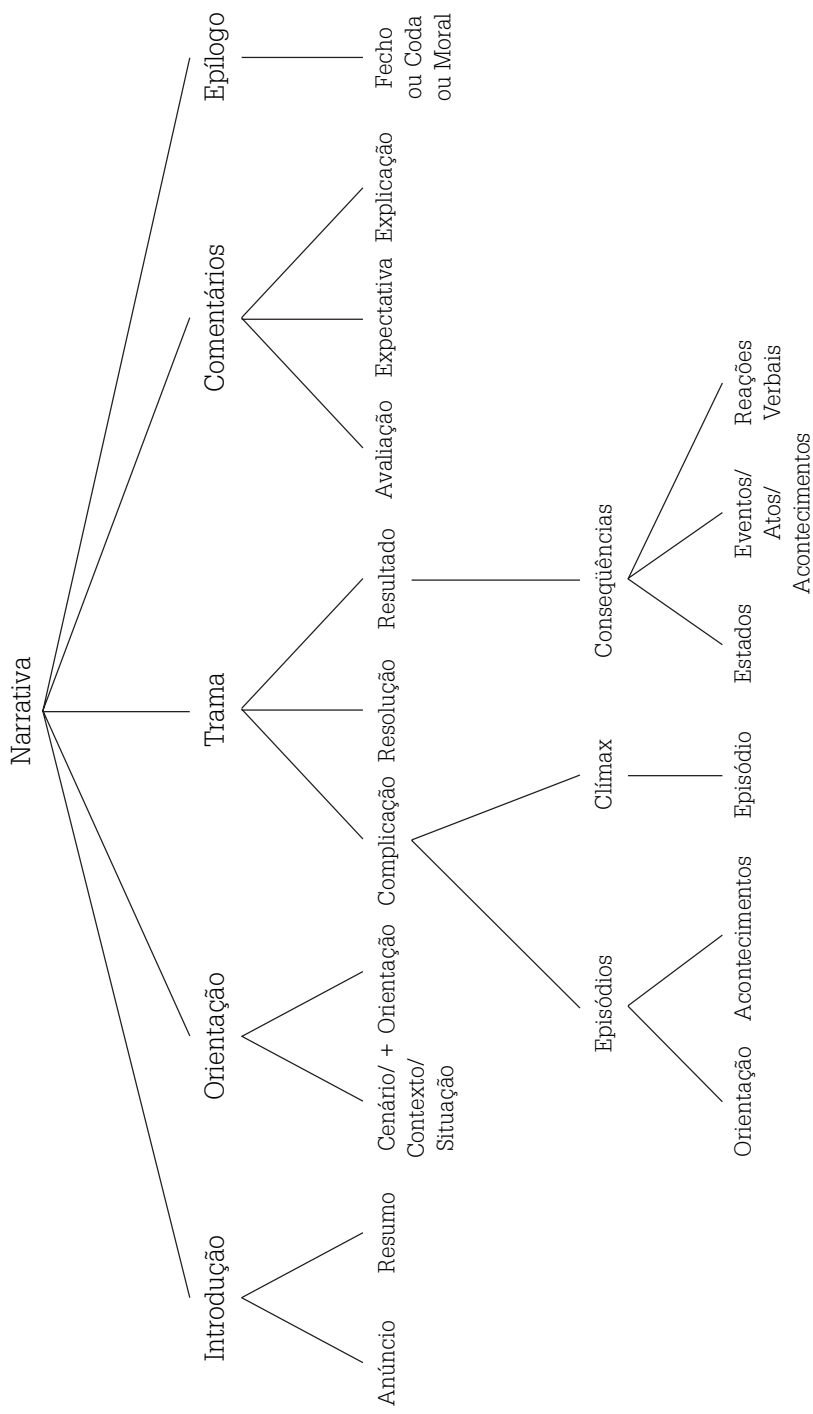
Vários elementos podem ser considerados quando pensamos em estrutura composicional. Vamos aqui falar de alguns já observados por nós na caracterização de categorias de texto (tipos, gêneros e espécies), com alguns exemplos, lembrando mais uma vez que os exemplos não pretendem ser exaustivos nem em relação à categoria, nem em relação ao critério ou parâmetro enfocado.

No que diz respeito ao parâmetro da **estrutura composicional**, o primeiro critério a lembrar é a **superestrutura**, de importância fundamental na caracterização de categorias de texto. Assim, por exemplo, os textos que têm o **tipo narrativo** como necessário e dominante em sua composição e são da **espécie história** (por exemplo, romance, conto, novela – literária, de rádio, de TV –, conto, conto de fadas, fábula, apólogo, parábola, piada, lenda, mito, caso, fofoca, biografia, epopéia, poema heróico, etc.) encaixam-se todos na superestrutura geral, proposta por Travaglia (1991) e apresentada no esquema 1.

A “complicação” e a “resolução” são as únicas partes ou categorias obrigatórias da superestrutura da narrativa história. Assim, é possível fazer um texto narrativo história com apenas duas orações, como em (2). São recursivas, podendo aparecer várias vezes: a) a introdução, a complicação, o clímax, os comentários, os resultados, quando há várias linhas ou cadeias de episódios; b) a orientação que pode aparecer para cada novo episódio ou cadeia de episódios.

(2) O meu filho adoeceu com cinco anos e morreu em um mês.

Todas as partes ou categorias da superestrutura que são opcionais podem ou não se realizar, conforme o gênero e quando isto é sistemático faz parte da caracterização do mesmo.



Esquema 1 – Superestrutura da narrativa história

Todas as categorias da superestrutura podem realizar-se de modo diferente, conforme o gênero, o que certamente é importante para caracterizá-lo. Assim, por exemplo, a **piada** geralmente só tem uma pequena orientação quando necessária para tipificar minimamente o(s) personagem (ns) e a situação com a(s) características fundamentais para o estabelecimento do humor (Ver no exemplo 1 o trecho “A mulher está na festa com um bellissimo solitário de dois quilates no dedo.”) e um ou alguns poucos episódios, geralmente com uma resolução que chega rápido. Já um **romance** será constituído de um grande número de episódios, geralmente organizados em várias cadeias paralelas ou não no tempo em diferentes núcleos de personagens. A orientação vai aparecer recursivamente em muitos momentos. Podemos ter comentários diversos para episódios diferentes ou cadeias deles, geralmente do tipo avaliação e explicação, mas pouco provavelmente do tipo expectativa. Os resultados (conseqüências) que aparecem são os estados e eventos/atos/acontecimentos, mas muito pouco provavelmente o resultado do tipo reações verbais. Vários climaxes e resoluções intermediários ou secundários podem acontecer representando episódio(s) que mantém (mantêm) o interesse pela narrativa e que estabelece(m) as condições para um acontecimento posterior. O comentário do tipo expectativa e o resultado do tipo reações verbais, que são pouco prováveis no romance, já são bastante freqüentes na **notícia** quando ela é uma narrativa da espécie história. Arantes (2006), estudando a caracterização de três gêneros muito próximos (a **fábula**, o **apólogo** e a **parábola**) que são compostos em fusão pelos tipos narrativo e argumentativo “*stricto sensu*”, evidencia que há diferenças no modo de realização da superestrutura do esquema 1, o que os caracteriza e diferencia. Assim, segundo Arantes (2006, p.103), nenhum desses gêneros apresenta a introdução. Nos três, a orientação, a complicação e a resolução aparecem do mesmo modo. Todavia, nos resultados Arantes (2006, p.105-106, 110) observou uma certa preferência conforme o gênero: a) nos **apólogos** o resultado é preferencialmente do tipo *estado* (50%), mas apresentados em uma reação verbal. Ainda ocorreram 20% de resultados do tipo reação verbal e 30% de eventos; b) nas **fábulas** o resultado mais comum (56,7%) foi do tipo *reações verbais*. A autora ainda encontrou 10% de estado nos resultados e 33,3% de eventos; c) nas **parábolas** o tipo de resultado mais freqüente foi o do tipo *evento/acontecimento* (76,7%), mas encontrou-se 16,7% de resultados do tipo reação verbal e 6,7% de estados. Essa autora encontrou ainda diferenças significativas na forma de argumentar e no tipo de argumento utilizado, o que nos parece ter a ver também com a estrutura composicional (Ver mais adiante neste mesmo item).

De acordo com o que foi proposto em Travaglia (1991, p.237, 239, 1992), a superestrutura de um texto do tipo **injuntivo** é constituída de três partes ou apresenta três categorias esquemáticas, a saber:

a) o **elenco** ou **descrição** em que se apresentam os elementos a serem manipulados na ação a ser feita. Pode-se dar apenas uma lista desses elementos (V. ingredientes das receitas culinárias) ou pode-se listá-los e descrevê-los, como nos manuais de instrução em que, comumente, a descrição é substituída por fotos ou desenhos com indicação dos nomes das partes seguida ou não de indicação de sua função;

b) a **determinação** ou **incitação** em que aparecem as situações a cuja realização se incita ou por determinação ou desejo. Aqui teríamos a injunção em si;

c) a **justificativa**, **explicação** ou **incentivo** em que se dá razões para a realização das situações especificadas em **b**.

Estas partes não têm ordem fixa e podem se intercalar. A única parte obrigatória é a determinação, mas às vezes o produtor do texto apenas dá a justificativa ou explicação e a determinação fica implícita, sendo deduzível através de inferências. Isto é comum em horóscopos (V. exemplos de 224).

(224) a) Câncer/saúde: "A dieta da Lua é especialmente recomendada para as cancerianas" (Horóscopo da revista Elle. Ano 2, nº. 10. São Paulo, Ed. Abril, outubro 1989:209).

b) Carneiro/pessoal: "A amizade exige às vezes discricção e sacrifícios." (texto nº. 51).

c) Touro/pessoal: "Dia favorável para transformar sua casa." (texto nº. 51)

(TRAVAGLIA, 1991, p.237)

Travaglia (1991, 1992) observa que a parte do **elenco ou descrição** é sempre descritiva, a **determinação** ou **incitação** é sempre injuntiva e a **explicação**, **justificativa** ou **incentivo** pode ser descritiva, dissertativa ou narrativa. Desse modo, os gêneros que são necessária e predominantemente injuntivos (mensagem religiosa-doutrinária, instruções, manuais de uso e/ou montagem de aparelhos e outros, receitas de cozinha e receitas médicas, textos de orientação comportamental: por exemplo, como dirigir sob neblina, etc.) vão apresentar esta superestrutura em seu todo ou em parte de sua superestrutura própria.

Vimos a superestrutura de tipos que vão influir nos gêneros que o tipo compuser. Vejamos a superestrutura de um gênero: **o requerimento**, cujo conteúdo é sempre uma solicitação de algo a que se tem direito por lei. O requerimento apresenta em nossa sociedade a seguinte superestrutura:

- a) especificação da autoridade e/ou órgão a quem se dirige a solicitação;
- b) *qualificação do solicitante*;
- c) **especificação do que está sendo solicitado**;
- d) especificação do que sustenta o direito e/ou qual a lei que lhe dá o direito, se esta não for amplamente conhecida para o caso em questão e as condições que você preenche de acordo com a lei;

- e) **especificação de para quem e para onde deve ir a resposta (opcional e se necessário);**
- f) fecho tradicional;
- g) **local e data;**
- h) assinatura do solicitante acima da especificação do seu nome e da condição que ocupa e que é pertinente no caso, se for necessário.

Veja no exemplo (3) abaixo a realização dessa superestrutura: o tipo de letra indica a correspondência com a parte ou categoria acima com o mesmo tipo de letra.

- (3) Prof. Dr. José XPTO
Exmo. Sr. Secretário de Estado de Educação de Minas Gerais

Luiz Carlos Travaglia, brasileiro, casado, carteira de identidade M-275.907, MASP 212.217, lotado na Escola Estadual de Uberlândia como contratado – Uberlândia – MG, tendo sido aprovado em concurso de habilitação para o magistério de Ensino Fundamental e Médio, conforme publicação no Diário Oficial do dia 12/11/2006, página 06, coluna 03, e tendo o título de Mestre em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, conforme atesta cópia autenticada do diploma (em anexo), vem, muito respeitosamente, requerer/solicitar a V. Exa. sua nomeação para o referido cargo e sua lotação como efetivo na Escola Estadual de Uberlândia.

Nestes termos,
Aguarda deferimento

Uberlândia, 22 de novembro de 2006

Luiz Carlos Travaglia
Professor contratado da Escola Estadual de Uberlândia

Várias espécies do gênero correspondência (carta, telegrama, ofício, memorando, bilhete, cartão, etc.) geralmente são caracterizadas por aspectos formais, particularmente de superestrutura. Assim, a **carta** vai apresentar a seguinte superestrutura, em que os parênteses indicam uma categoria ou parte opcional:

- 1) A superestrutura da carta é mais ou menos a seguinte:⁸
 - a) local e data;
 - b) vocativo;
 - c) (saudação) / introdução
 - d) corpo

⁸ Adaptado de Yagüe (2002) apud Gomes (2002, p.35).

- e) despedida
- f) assinatura
- g) (pós-escrito)
- h) (notas)

2) Para Gomes (2002), o gênero carta teria a seguinte estrutura retórica:

Função 1: **Estabelecer contato**

- Subfunção 1: situar o tempo e o espaço da produção (*local e data*)
- Subfunção 2: definir o interlocutor / destinatário (*vocativo*)
- Subfunção 3: assegurar o contato (*saudação*) / *introdução*)

Função 2: **Realizar propósito**

Subfunções: o número e o tipo de subfunção depende do(s) tópico(s) e objetivos da carta. (*corpo*)

Função 3: **Finalizar contato**

- Subfunção 1: despedir-se (*despedida*)
- Subfunção 2: identificar-se (*assinatura*)

Pós-escrito e notas geralmente têm função de complementação do corpo

Ainda é preciso considerar que, no que diz respeito à composição dos gêneros pelos tipos, determinadas categorias da superestrutura são formuladas/compostas por determinadas categorias de texto específicas e, portanto, atenderão às determinações deste fator tipológico em sua formulação, apesar de o texto como um todo se definir pela dominância como de um tipo, gênero ou espécie que não coincide com aquele da parte ou categoria da superestrutura. Assim, na superestrutura da narração história temos o seguinte:

- a) a orientação e o resultado (estado) são descritivos;
- b) o anúncio, o resumo, a complicação, a resolução, o resultado (eventos, atos, acontecimentos, algumas reações verbais) e o epílogo ou conclusão (fecho) são narrativos e os comentários (expectativas) geralmente são narrativos preditivos;⁹
- c) os resultados (as reações verbais em sua maioria), os comentários (avaliação e explicação) e o epílogo ou conclusão (coda e moral) são dissertativos.¹⁰

Algumas categorias de texto incluem **outros aspectos nesta superestrutura**. Assim, alguns gêneros e espécies que são narrativas história incluem

⁹ Sobre textos preditivos ver Fávero e Koch (1987) e Travaglia (1991).

¹⁰ Sobre a relação entre partes ou categorias de superestruturas e elementos tipológicos ver Castro (1980) e Travaglia (1991, item 6.4).

personagens típicos ou prototípicos. É o caso dos **contos de fadas** (reis e rainhas, príncipes e princesas, fadas, bruxas, objetos e animais mágicos ou fantásticos) e das **piadas** (o português e a loira burros, o judeu e o árabe avarentos, o papagaio e o mineiro espertos, o genro e sogra que se odeiam, etc.). Os romances da espécie de **ficção científica** normalmente incluem aparelhos e recursos de alta tecnologia, descobertas científicas ainda não existentes no mundo real, seres alienígenas, geralmente episódios com ocorrência no futuro; já os **romances policiais** trazem sempre as figuras dos policiais, detetives, criminosos e vítimas. A tradição costuma caracterizar fábulas, apólogos e parábolas dizendo que têm como personagens respectivamente animais, objetos inanimados e pessoas. Todavia, Arantes (2006, p.101) observou que, embora haja realmente uma maior frequência desses tipos de personagens nesses gêneros, eles não são exclusivos. No *corpus* estudado ela encontrou os seguintes números: a) **fábulas**: 71% animais, 7% objetos e 22% pessoas; b) **apólogos**: 60% objetos, 20% animais e 20% pessoas; c) **parábolas**: 72% pessoas, 15% animais e 13% objetos. Tavares (1974, p.237-238) afirma que a **epopéia** se caracteriza pela presença necessária de dois tipos de personagens: o herói nacional e os deuses (pagãos ou entidades cristãs) que aparecem pela necessidade de grandeza e majestade do poema. Vimos que os **milagres** sempre têm santos como personagens.

Além da superestrutura, outros elementos de estruturação do texto são considerados como critérios dentro do parâmetro da estrutura composicional.

Estamos nos referindo, por exemplo, ao que temos na caracterização de algumas espécies do gênero **poema** do tipo lírico: a) **acróstico**: as letras iniciais dos versos lidas na vertical formam um nome ou frase; b) **balada**: poema composto de três oitavas e uma quadra final, às vezes substituída por uma quintilha, que é o ofertório, versos octossílabos, três rimas cruzadas ou variáveis; c) **soneto**: composição de quatorze versos, distribuídos em duas quadras e dois tercetos, sendo o último verso chamado de "chave de ouro" por conter a essência do poema; d) **haicai**: poema de forma fixa com estrofes de três versos com um total de dezessete sílabas métricas assim distribuídas: primeiro verso: cinco sílabas; segundo verso: sete sílabas; terceiro verso: cinco sílabas); etc.

Estas características relativas:

- 1) à **disposição de elementos do texto**, como no caso das letras iniciais dos versos no acróstico e das palavras em poemas figurativos;
- 2) a **elementos de versificação**, tais como: a) número de versos e tipos de verso quanto ao número de sílabas métricas e o ritmo (heróico, alexandrino, sáfico, redondilha maior, redondilha menor, octossílabo, etc.); b) número de estrofes e tipo de estrofe quanto ao número de versos (dístico, quadra/

quarteto, quintilha, oitavas, etc); c) esquemas de rimas (emparelhadas, alternadas, continuadas, etc.) e tipos de rima (consoante, toante, interna, etc.);

quando seu uso for obrigatório ou altamente freqüente na categoria de texto, seriam incluídas entre os elementos caracterizadores dentro do parâmetro da estrutura composicional.

Outro elemento importante para caracterização dos gêneros, na dimensão da estrutura composicional, é a sua **composição por tipos e espécies**. Aqui parece importar quais tipos entram na composição de um gênero, como esses tipos se relacionam (Ver Introdução) e sua distribuição ou não por partes ou categorias da superestrutura do gênero. Já apresentamos alguns exemplos desse fato ao comentar que as **narrativas história** podem ser compostas pelos tipos descritivo, dissertativo, injuntivo e narrativo, em conjugação, e o narrativo é dominante (daí se dizer que temos um gênero narrativo) e os outros aparecem subordinados a ele. Além disso, ao falar da superestrutura da narrativa histórica, vimos que as partes da superestrutura são realizadas preferencialmente por um desses tipos de acordo com o especificado. Na verdade, como essas partes ou categorias da superestrutura se realizam vai distinguir gêneros, como já registramos e exemplificamos com os apólogos, fábulas e parábolas. Vimos também que os **gêneros injuntivos** são compostos, em conjugação, por trechos dos tipos descritivo, na parte da superestrutura que chamamos de elenco ou descrição; injuntivo (que é necessário e dominante para o gênero), na parte da “incitação”; e descritivo, narrativo ou dissertativo, na parte da “justificativa”. É o caso também do **editorial** (composto necessariamente pelo dissertativo e argumentativo “stricto sensu”, em cruzamento ou fusão, e mais o descritivo, narrativo e injuntivo, em conjugação), da **piada** (composta pela fusão dos tipos narrativo e humorístico) e dos **apólogos, fábulas e parábolas** (compostos sempre em fusão pelos tipos narrativo e argumentativo “stricto sensu”). Os **gêneros preditivos** (como programas de viagem ou outros programas, boletins meteorológicos e astronômicos, profecias, etc.) sempre serão compostos necessariamente pelo tipo preditivo geralmente em fusão com o descritivo ou o narrativo e às vezes o dissertativo. Um gênero como o **atestado** será sempre composto pelo tipo narrativo ou pelo tipo descritivo, mas se define como atestado em função de seu objetivo ou função dado por um ato de fala.

No Quadro 1,¹¹ apresentamos exemplos de gêneros necessariamente compostos por determinados tipos como dominantes.

Tipo	Exemplos de gêneros necessariamente compostos por um tipo em termos de dominância
Descritivo	Até 2003, não observáramos nenhum gênero necessariamente descritivo. Atualmente incluímos a qualificação ¹² e o classificado. ¹³
Dissertativo	Tese, dissertação de mestrado, artigo acadêmico-científico, editorial de jornal, monografia, conferência, artigo de divulgação científica, etc.
Injuntivo	Mensagem religiosa-doutrinária, instruções, manuais de uso e/ou montagem de aparelhos e outros, receitas de cozinha e receitas médicas, textos de orientação comportamental (ex.: como dirigir), etc.
Narrativo	Atas, notícias, peças de teatro, romances, novelas (literárias, de rádio e TV), contos, contos de fadas, fábulas, apólogos, parábolas, mitos, lendas, anedotas, piadas, fofoca, caso, biografia, epopéia, poema heróico, poema burlesco, etc. Podem ser incluídos aqui os gêneros em que há fusão com o tipo dramático: comédia, tragédia, drama, farsa, auto, esquete, ópera, vaudeville, etc.
Preditivo	Boletins meteorológicos e astronômicos, profecias, programas, etc.
Humorístico	Piada, comédia, farsa, esquete humorístico, etc.
Lírico	<i>Espécies:</i> ¹⁴ Soneto, madrigal, ditirambo, elegia, poemas bucólicos (écloga, idílio), haicai, ode, acróstico, balada, epitalâmio, hino, vilancete, acalanto, barcarola, canto real, trova.

Quadro 1 – Gêneros necessariamente compostos por um tipo

Como se pode perceber, ao caracterizar os gêneros, será sempre importante observar: a) quais tipos entram em sua composição; b) se o fazem fundindo-se ou conjugando-se. Até onde pudemos observar, parece que o intercâmbio não é caracterizador de nenhuma categoria de texto, mas apenas um recurso utilizado para criação de certos efeitos na interação comunicativa feita por meio do texto; c) se quando se conjugam algum dos tipos é dominante ou não e qual o papel dos demais; d) se os tipos estão ou não correlacionados com partes da superestrutura.

Outro aspecto de estrutura composicional que geralmente é utilizado na caracterização dos gêneros é a **dimensão**: o tamanho médio dos textos daquele

¹¹ Este quadro é baseado no Quadro 3 de Travaglia (2007a, p.109) com acréscimos e modificações.

¹² Segundo proposta de Pimenta (2007).

¹³ Segundo proposta de Silva (2007).

¹⁴ Apesar do quadro falar em gêneros, para o tipo lírico temos espécies, segundo a definição de Travaglia (2001, 2007a). Essa lista de espécies foi tomada a Tavares (1974, p.269-312).

gênero. Embora nunca se possa estabelecer e nunca se estabeleça um tamanho exato para um gênero há um padrão esperado de dimensão. Assim, por exemplo, uma epopéia (como “Os Lusíadas” de Camões) é sempre muito maior que um “poema heróico” (como o “Uruguai” de José Basílio da Gama, “Caramuru” de S. Rita Durão, “I-Juca Pirama” de Gonçalves Dias, “Navio Negreiro” de Castro Alves, “O Caçador de Esmeraldas” de Olavo Bilac, “Juca Mulato” de Menotti del Picchia)¹⁵. Do mesmo modo se espera que um romance seja muito maior que um conto. Vimos anteriormente que uma piada é sempre constituída de um ou poucos episódios, caracterizando-se por ser uma narrativa bem curta. São também narrativas curtas os apólogos, fábulas e parábolas que, geralmente, são menores que um conto. Nas programações de cinema os textos do gênero resumo de filme são bem curtos, do mesmo modo que os classificados. Como vimos, o brinde é um tipo de discurso sempre muito breve.

Certamente muitos dirão que este critério é problemático. Não se pode deixar de concordar com tal afirmação, mas também não se pode deixar de reconhecer que a dimensão do texto de dado gênero é caracterizadora do mesmo. Basta pensar que ninguém imaginará ser um conto, uma fábula, um apólogo, uma parábola, um caso, um texto narrativo de duzentas páginas impressas em um livro. Além disso, convém lembrar que alguns gêneros podem apresentar dimensão muito variável. É o caso do conto de fadas, que não tem a dimensão como um critério válido em sua caracterização, pois se tem contos de fada curtos e contos de fada bastante longos. Nesse caso, ainda acresce o problema de caracterização criado por adaptações e versões facilitadas desses contos que geralmente reduzem, e muito, a sua dimensão.

Um outro critério que podemos colocar como pertencendo ao parâmetro da estrutura composicional é o que a Teoria Literária propôs como uma classificação das obras quanto à composição (TAVARES, 1974, p.116): texto **representativo** versus **expositivo**, podendo aparecer ainda os textos **mistos**. Assim, por exemplo, os gêneros teatrais, compostos pelo tipo dramático (comédia, tragédia, drama, farsa, auto, esquete, etc.) são quase todos representativos em oposição aos gêneros narrativos (Ver Quadro 1), que são basicamente expositivos, podendo ter trechos representativos. Já os gêneros dissertativos (Ver Quadro 1) parecem ser essencialmente expositivos. Outros gêneros essencialmente representativos são as histórias em quadrinhos, as tiras, os filmes e os textos dramáticos quando encenados no teatro. No representativo, a forma essencial parece ser o diálogo e, no expositivo, o monólogo, mas não é só isso que caracteriza um texto como expositivo ou representativo. Na verdade, o representativo, como o nome diz, faz com que o receptor do texto tenha diante de si uma reprodução de determinada situação, enquanto no expositivo tem-se um relato ou um

¹⁵ A classificação destes textos como poemas heróicos é tomada a Tavares (1974, p.259-265).

comentário da situação, mas não há, por exemplo, nos gêneros narrativos não-dramáticos, uma reprodução da situação como se o receptor do texto, o alocutário, presenciasse o transcorrer dos fatos. A composição representativa aparece também em gêneros que utilizam diversas linguagens, como os quadrinhos, as tiras, os filmes, as óperas e os gêneros teatrais quando encenados. O uso de diversas linguagens nos permite passar para outro critério de estrutura composicional.

A(s) **linguagem(ns)** que entra(m) na composição do gênero é um outro critério da estrutura composicional importante para a caracterização dessas categorias de texto. Quase todos os gêneros que citamos até agora são compostos exclusivamente pela língua. Todavia, podemos lembrar alguns exemplos em que a presença de várias linguagens é caracterizadora dos gêneros: a) as **histórias em quadrinhos** e as **tiras** são compostas pela linguagem verbal (língua), geralmente dialogada, e pelas imagens em desenhos, que representam outras formas de linguagem utilizadas na interação face a face, como gestos e expressões fisionômicas. Em alguns casos, esses gêneros lançam mão também das cores para sugestão, por exemplo, de atmosferas, sentimentos, estados de espírito; b) os **filmes** e **novelas de televisão** utilizam uma grande número de linguagens: língua, gestos, expressões fisionômicas, imagens (em desenho ou fotografia), música, luz e suas variações, cores e, menos sistematicamente, arquitetura, escultura, dança e determinados sons que evocam elementos psicológicos ou onomatopeízam sons e ruídos da realidade representada; c) os **textos publicitários** podem usar linguagens diversas, mas parece que não obrigatoriamente, e há diferenças entre as publicidades impressas e aquelas apresentadas por meio de filmes e vídeos; d) A linguagem básica das **notícias e reportagens**, seja impressa, seja nos telejornais e outras formas de transmissão possíveis, é a língua. As outras formas de linguagem (imagem – desenhos e fotos, música, sons, cores, gestos, expressões fisionômicas, etc.) parecem ter um papel de apoio, ilustração, esclarecimento, complementação, etc. (isso precisa ser estudado mais detidamente); e) o gênero jornalístico “**texto legenda**” foi caracterizado por Silva (2007, p.132) como uma variedade de notícia em que se tem “uma foto e um texto que a explica e relata o fato/evento noticiado” e pode funcionar como outro gênero jornalístico, “a chamada”. Portanto, é um gênero composto por duas linguagens: a língua e a imagem (geralmente foto).

Publicidades geralmente usam a língua, as imagens – desenhos, fotos – (nas impressas e em filmes) e todas as linguagens usadas nos filmes, quando são publicidades em vídeo. Contudo, não há uma obrigatoriedade de nenhuma linguagem, daí podermos hipotetizar que as linguagens utilizadas pela publicidade não são caracterizadoras. Isso pode ser o caso para outras categorias de texto.

Finalmente, mas sem dizer que esgotamos os critérios relacionados à estrutura composicional, queremos lembrar que outros elementos podem ser

vistos como parte da estrutura composicional de uma categoria de texto. Não há como referenciar, num artigo como este, todos os elementos que podem entrar aqui, até porque seria preciso ter caracterizado todas as categorias existentes e ter conhecimento de todas essas caracterizações. Queremos aqui exemplificar com o caso do **tipo de argumento** que é geralmente usado em determinados gêneros, além de outros elementos relacionados à argumentação e que caracterizam o gênero, seja em oposição a outro ou não.

Segundo Arantes (2006), nos **apólogos** o tipo de argumento mais usado é a comparação (95%, sendo 80% de comparação em si e 15% de argumento do sacrifício, para ela um tipo de comparação); nas **fábulas** a argumentação é feita principalmente com argumentos pelo exemplo (73,3%) e pragmáticos que têm a ver com a consequência (26,7%), e ainda os argumentos de autoridade (10%); e nas **parábolas** a argumentação usa sobretudo argumentos pela analogia (56,7%), pelo exemplo (10%) pela comparação, justiça e reciprocidade (6,7% cada).¹⁶ Essa autora ainda observou outras diferenças relativas ao como a argumentação é feita nesses três gêneros com referência a acordos ou pontos de partida da argumentação e ao auditório. Esses elementos são importantes para distinguir esses gêneros tão próximos em sua função ou objetivo sócio comunicativo e em sua constituição por tipos.

Parreira (2006, p.144-152), estudando o uso de operadores argumentativos no gênero jornalístico **editorial**, observa que os tipos de argumento mais usados pelos editoriais são os argumentos pragmáticos (51%), os por ilustração (25,3%), os por compatibilidade/incompatibilidade (11,7%) e por definição (6,8%) (PARREIRA, 2006, p.150, tabela 11) que juntos são responsáveis pela quase totalidade dos argumentos usados nesse gênero (94,89%), ficando apenas 5,11% para todos os outros tipos de argumentos (p.151, 152). Por outro lado, Parreira (2006) registra que 80,5% dos argumentos de um editorial são “argumentos fundamentados na estrutura do real” e 19,5% são “argumentos quase-lógicos”. Esses dados têm um reflexo na superfície textual quanto aos operadores argumentativos mais usados no editorial, o que relatamos no item 5, ao falar das características da superfície textual.

Outros elementos de constituição/composição das categorias, para os quais sejam observadas regularidades como as anotadas aqui, também podem entrar na caracterização das categorias pela estrutura composicional.

Creemos ser pertinente colocar aqui a questão sobre a **categoria de texto** ser **em prosa ou em verso**, o que consideramos como espécie por ser definido

¹⁶ Arantes (2006) registra outros tipos de argumento para cada gênero, mas que aparecem em porcentagem bem menor. As porcentagens às vezes ultrapassam 100% devido ao modo de computar os tipos de argumentos em cada gênero.

apenas pela forma. Muitas categorias se caracterizam por ser em verso (epopéia, poema heróico, poemas líricos, etc.), outras por ser em prosa (romance, conto, ata, atestado, editorial, etc.). Algumas tiveram uma forma e passaram a ser feitas em outra no correr da história. É o caso das fábulas, inicialmente apenas em verso e que depois passaram a ser em prosa e a ter versões em prosa de textos outrora em verso. É um critério que serve para distinguir grandes grupos de categorias, todavia ficamos em dúvida se ele se inclui no parâmetro da estrutura composicional ou no das características da superfície lingüística. Essa dúvida não faz com que o critério seja inválido enquanto tal, mas é apenas um problema de modelização teórica, com uma certa importância, mas que não inviabiliza o uso do critério em análises diversas. Em princípio, parece-nos ser um critério de estrutura composicional com conseqüências gerais na superfície lingüística, mas permanece a questão.

Objetivos ou função sócio comunicativa

O terceiro parâmetro para caracterizar as categorias de texto é seu **objetivo** e/ou **função sócio comunicativa**. Embora os gêneros sejam definidos por sua função sócio comunicativa, os tipos também apresentam objetivos. Esses objetivos ou funções sócio comunicativas são identificados por muitos como um ato ou macro-ato de fala (FÁVERO; KOCH, 1987).

Lembrando que a descrição e a dissertação são discursos do saber/conhecer e que a narração e a injunção são discursos do fazer/acontecer, Travaglia (1991, p.49-50) propõe que os objetivos do enunciador ou funções comunicativas desses tipos são:

- a) na **descrição** visa-se, ao caracterizar, dizer como é o objeto do dizer;
- b) na **dissertação** busca-se o refletir, o explicar, o avaliar, o conceituar, expor idéias para dar a conhecer, para fazer saber, associando-se à análise e à síntese de representações;
- c) na **injunção** objetiva-se dizer a ação requerida, desejada, é dizer o que e/ou como fazer e assim incitar o alocutário à realização da situação;
- d) na **narração** o objetivo é contar, dizer os fatos, os acontecimentos, entendidos estes como os episódios, a ação em sua ocorrência.

Como se sabe, os textos do tipo **argumentativo “stricto sensu”** têm sempre por objetivo convencer e, mais ainda, persuadir o alocutário a fazer algo, ou a participar de certo modo de ver os fatos, os elementos do mundo. Busca-se a adesão do alocutário a algo. Já os textos **preditivos** buscam antecipar a ocorrência de situações por alguma razão.

Os objetivos do locutor/enunciador nos tipos de texto sempre configuram o alocutário/enunciatário de um certo modo. Para Travaglia (1991, p.50), na descrição, o alocutário se instaura como um “voyeur” do espetáculo; já na dissertação, ele deve ser um ser pensante, que raciocina; na injunção, ele é constituído como aquele que realiza aquilo que se requer ou se determina que seja feito, aquilo que se deseja que seja feito ou aconteça; e na narração o alocutário é aquele que assiste, o espectador não-participante que apenas toma conhecimento ou se inteira dos episódios ocorridos. É fácil perceber que o alocutário do tipo argumentativo “stricto sensu” é aquele que pode aderir ao que se espera (ação, idéia, sentimento, etc.) e o do tipo preditivo é aquele que deve crer, acreditar.

Como dissemos em Travaglia (2001, 2007a), o gênero se define por exercer uma função sócio comunicativa, que nem sempre é fácil especificar. Por exemplo, qual é o objetivo, a função sócio comunicativa de um romance? O objetivo/função pode variar conforme a época e, neste caso, mudaria a caracterização do gênero. Em muitos casos, todavia, é mais fácil perceber a função sócio comunicativa dos gêneros. Assim, por exemplo, em Travaglia (2002a), ao falar dos gêneros definidos por atos de fala, tratamos de 48 gêneros que se definem por atos de fala que representam exatamente sua função sócio comunicativa. Muitos deles apresentam funções básicas comuns, conforme foi mostrado pelo Quadro 2, que reproduzimos aqui.

	Grupos de gêneros	Função básica comum
01	Aviso, comunicado, edital, informação, informe, participação, citação	Dar conhecimento de algo a alguém
02	Acórdão, acordo, convênio, contrato, convenção	Estalecer concordância
03	Petição, memorial, requerimento, abaixo assinado, requisição, solicitação	Pedir, solicitar
04	Alvará, autorização, liberação	Permitir
05	Atestado, certidão, certificado, declaração	Dar fé da verdade de algo
06	Ordem de serviço, decisão, resolução	Decidir, resolver
07	Convite, convocação, notificação, intimação	Solicitar a presença
08	Nota promissória, termo de compromisso, voto	Prometer
09	Decreto, decreto-lei, lei, resolução	Decretar ou estabelecer normas
10	Mandado, interpelação	Determinar a realização de algo
11	Averbação, apostila	Acrescentar elementos a um documento, declarando, corrigindo, ratificando

Quadro 2 – Gêneros com função básica comum (TRAVAGLIA, 2002a, p.152, Quadro 2)

Os gêneros que apresentam a mesma função básica vão se distinguir por características de outros parâmetros e critérios. Veja no item Condições de produção, abaixo, uma proposta de distinção dos gêneros do grupo 5 (que objetivam “dar fé da verdade de algo”) por meio de características relativas a condições de produção.

Pimenta (2007) define os objetivos/funções de um grande número de gêneros forenses, como, por exemplo: a) **ordem de serviço**, a “função sócio-comunicativa deste gênero textual é detalhar o que o investigador deve fazer” (PIMENTA, 2007, p.90). É um gênero produzido pelo delegado de polícia e dirigido a investigadores policiais; b) a **denúncia** é um gênero produzido pelo Ministério Público, dirigido ao Juiz de Direito, com o objetivo de solicitar ao juiz (petição) que leve a julgamento dada pessoa por crimes relatados e qualificados no gênero (PIMENTA, 2007, p.110); c) a **citação** é um gênero produzido pelo Juiz de Direito cuja “função sócio-comunicativa é citar somente o réu ou acusado para comparecer em juízo e apresentar defesa” (PIMENTA, 2007, p.110); d) a **defesa prévia** é um “gênero textual redigido pelo defensor do acusado com a função sócio-comunicativa de negar os atos imputados ao réu e narrar os fatos segundo a defesa, neste momento, o réu pode inclusive negar todo seu depoimento contido no IP”¹⁷ (PIMENTA, 2007, p.113); e) **apelação**, que é um gênero textual que pode ser redigido tanto pela acusação quanto pela defesa e cujo objetivo/função é interpor recurso contra sentença proferida em primeira instância solicitando a uma instância imediatamente superior a reforma total ou parcial dessa sentença (PIMENTA, 2007, p.132); e f) o **ofício**, que é um gênero “redigido pelo escrivão da secretaria da vara criminal ao Instituto de Identificação e Estatística” com o objetivo de “comunicar sobre a remessa dos autos ao juiz competente” (PIMENTA, 2007, p.145).

Creemos que esses exemplos são suficientes para deixar claro como é a questão dos objetivos ou funções sócio comunicativas para a caracterização de categorias de texto. As espécies parecem não ter objetivos específicos, mas sempre incorporam o(s) objetivo(s)/função(ões) dos tipos e gêneros a que se ligam.

Características da superfície lingüística do texto

As características da superfície lingüística do texto, a que Bakhtin (1992) chamou de estilo, são elementos composicionais de formulação da seqüência lingüística, do que muitos chamam de superfície lingüística. Essas características podem referir-se a qualquer plano da língua (fonológico, morfológico, sintático, semântico, pragmático) ou nível (lexical, frasal, textual).

¹⁷ IP = inquérito policial.

É preciso que fique claro que a caracterização por meio desse parâmetro não se refere pura e simplesmente ao **recurso lingüístico** utilizado, mas também a sua relação com as propriedades da categoria. Estamos chamando de **propriedades**, por exemplo, as perspectivas definidoras dos tipos, a instauração de locutor e alocutário enquanto enunciadores (produtores de uma enunciação contextualizada e condicionada pelos contextos de situação e sócio-histórico-ideológico, por objetivos de interação, etc., enfim, considerando-se as condições de produção), os objetivos/funções das categorias de texto, os objetivos/funções definidores de gêneros, etc. Assim, por exemplo, se tomarmos a forma verbal “*presente do indicativo*” que aparece nos textos narrativos (história ou não-história), injuntivos, dissertativos e descritivos dos mais variados gêneros, veremos que ela exerce papéis ou funções diferentes em cada caso. Na narrativa passada, pode ter papel de relevo emocional; na narrativa presente real, sua função é marcar a relação entre o tempo da enunciação e o referencial como simultâneo; na narrativa de presente “histórico”, dar aparência de atualidade e forte presenciamento pelo alocutário dos episódios narrados; nos textos dissertativos e descritivos em conjugação com o aspecto imperfectivo,¹⁸ a função é marcar a simultaneidade referencial das situações que aparecem no texto; além disso, nos textos dissertativos, em conjugação com os aspectos indeterminado ou habitual, tem o papel de estabelecer uma duração ilimitada das situações, o que produz o efeito anotado para este tipo de texto de “verdade eterna” ou validade por todos os tempos. Por isso mesmo, nos textos dissertativos, essa forma não marca tempo presente, mas onitemporal. Já nos textos injuntivos, essa forma aparece com valor de futuro e, em conjugação com modalidades como ordem, obrigação, proibição, necessidade, volição, produz o efeito de incitação à realização de algo (TRAVAGLIA, 1991).

Vamos apresentar outros exemplos de características ligadas a esse parâmetro.

Considerando os tipos propostos por Weinrich (1968), no Português, para os dois tipos, temos grupos de verbos que seriam, segundo Koch (1984), os seguintes:

- a) *textos do mundo narrado* (em que a perspectiva é de não comprometimento do locutor/enunciador com o que diz): pretéritos imperfeito, perfeito e mais-que-perfeito (simples e composto) do indicativo, futuro do pretérito (simples e composto);
- b) *textos do mundo comentado* (em que a perspectiva é de comprometimento do locutor/enunciador com o que diz): presente do indicativo, pretérito perfeito composto, pretérito perfeito simples (retrospectiva), futuro do presente simples e composto.

¹⁸ Estamos utilizando o quadro de aspectos proposto por Travaglia (1981).

Como se sabe, Weinrich ainda agrupa as formas verbais de cada tipo de texto segundo uma perspectiva comunicativa (grau zero, prospecção, retrospecção) e relevo (primeiro e segundo planos).

Isso nos dá, por exemplo, uma diferença importante entre uma descrição com o presente do indicativo e uma descrição com o pretérito imperfeito do indicativo. Na primeira, que será do mundo comentado, o falante pode, numa interação, ser cobrado pelo interlocutor em termos de responsabilidade pelo que disse. Já com a descrição no pretérito imperfeito, isso não será possível.

Em Travaglia (1991), estudamos o funcionamento textual-discursivo do verbo no Português do Brasil e observamos que o uso dos tipos de verbos e situações por eles indicadas e das formas e categorias verbais é altamente regulado pelos quatro tipos de textos que utilizamos na análise (descrição, dissertação, injunção e narração), havendo uma correlação clara entre propriedades e marcas lingüísticas na formulação de cada tipo de texto. Alguns fatos são apresentados a seguir, em forma resumida e bastante simplificada:¹⁹

A) Textos descritivos

- a) contrariamente ao que se tem proposto, a descrição se faz sobretudo com verbos dinâmicos.²⁰ Os estáticos aparecem muito na descrição estática, mas eles não são a maioria;
- b) os únicos verbos gramaticais que aparecem são os de ligação, sobretudo na descrição estática, daí o alto número de frases nominais, que aparecem também sem verbo;
- c) aparecem verbos enunciativos ligados à visão, já que se instaura o interlocutor como “voyeur”: ver, perceber, notar, observar, admirar, avistar (todos em sentido sensorial);
- d) os textos descritivos só são possíveis com o aspecto imperfectivo, sendo que na descrição narradora aparecem os aspectos durativo e iterativo (de duração limitada) e na descrição comentadora,²¹ os aspectos indeterminado e habitual (de duração ilimitada). A descrição ainda é caracterizada pelos aspectos começado e cursivo;
- e) por ser um tipo de texto do conhecer, o predomínio quase total é da modalidade epistêmica da certeza. Às vezes aparece a possibilidade (menos de 1%);
- f) a hipótese de Travaglia (1991, p.261) é “de que o tempo²² para a descrição será dado sempre pela relação entre o tempo referencial e

¹⁹ Permitam os leitores que repitamos aqui um resumo feito em Travaglia (2002b).

²⁰ Utiliza-se aqui a classificação de verbos proposta por Travaglia (1991, capítulo 3).

²¹ Sobre a distinção entre descrição narradora e comentadora ver o item sobre o tipo descritivo, acima, e Travaglia (1991, capítulo 2 e item 6.3.1).

²² Entenda-se aqui a categoria de tempo e não as formas verbais. Para nós (TRAVAGLIA, 1991), o verbo no português faz as seguintes marcações temporais: passado, passado até o presente, presente, presente para o futuro, futuro, onitemporal; além, é claro, da ausência de marcação temporal.

o da enunciação²³: a) passado para as descrições passadas” (estáticas e dinâmicas, narradoras e comentadoras) (observou-se ocorrência de 100%); b) “onitemporal para as descrições presentes de comentário” (estáticas ou dinâmicas) (observou-se ocorrência de 100%); c) “presente para as descrições presentes de narração”; e d) “futuro para as descrições futuras”.²⁴

B) Textos dissertativos

- a) são os textos com maior porcentagem de verbos gramaticais, sobretudo os auxiliares modais das mais diferentes modalidades, os ordenadores textuais, as expressões e os verbos de relevância. Estes seriam caracterizadores dos textos dissertativos;
- b) contêm todos os tipos de verbos: dinâmicos, estáticos e gramaticais;
- c) aparecem os verbos enunciativos de pensar, já que se instaura o interlocutor como ser pensante, que raciocina: pensar, achar, saber, parecer, etc;
- d) os textos dissertativos só podem ser formulados com os aspectos imperfectivo, começado, cursivo e os de duração ilimitada (indeterminado e habitual), já que pretendem apresentar fatos como válidos para todos os tempos;
- e) como um texto do conhecer conceitual, é o tipo de texto com o maior número de modalidades presentes, mas predominam as modalidades da certeza (83,7%), da possibilidade (10,37%) e da probabilidade (4,08%). Ainda aparecem obrigatoriedade, permissibilidade, necessidade e volição (todas com menos de 1% e como objeto de análise);
- f) aparecem todos os tempos verbais (categoria), mas a predominância é do onitemporal (67,85%) ou do tempo não marcado (21,86%), seguidos do futuro (4,18%), do presente (3,21%) e do passado até o presente (1,61%) nesta ordem. A marcação de presente para o futuro não apareceu. Entende-se a predominância do onitemporal e do não-marcado, tendo em vista as propriedades da dissertação de apresentar idéias vistas como válidas para todos os tempos, o conhecer abstraído do tempo. A marcação de passado até o presente parece ser característica do texto dissertativo.

C) Textos injuntivos

- a) aparecem auxiliares modais de modalidades imperativas, sobretudo ordem, obrigação e prescrição;
- b) são constituídos essencialmente de verbos dinâmicos (ações);
- c) aparecem verbos enunciativos mais no discurso indireto, e ligados à condição do produtor do texto de incitador e do receptor de potencial executor das ações: mandar, ordenar, determinar, pedir, suplicar, sugerir, recomendar, etc.

²³ Travaglia (1991, capítulo 5) propõe e distingue três tipos de tempos envolvidos na formulação dos textos: o referencial, o do texto e o da enunciação.

²⁴ As porcentagens referem-se aos verbos com a categoria de tempo atualizada. Para os casos que não se apresentam porcentagens, o autor considerou os dados encontrados não significativos quantitativamente, mas confirmando a hipótese.

- d) são marcados pela não atualização do aspecto;
- e) só são possíveis com as modalidades imperativas (obrigação, permissão, ordem, proibição, prescrição) e com a volição e que são características dos textos injuntivos;
- f) o tempo característico é o futuro independentemente da forma verbal (100% dos verbos com tempo atualizado).

D) Textos narrativos

- a) os verbos gramaticais predominantes são os marcadores temporais e os auxiliares aspectuais, o que é coerente com a propriedade dada pela perspectiva de inserção no tempo e também os auxiliares semânticos (que dão detalhes ou nuances dos fatos narrados);
- b) são constituídos essencialmente por verbos dinâmicos (ações, fatos, fenômenos, transformativos);
- c) aparecem verbos enunciativos de contar e assistir, já que o produtor é o contador e o receptor é o assistente dos episódios: presenciar, assistir, ver (tudo/o que acontecer/suceder/ocorrer), contar, relatar, narrar, falar/dizer (tudo/o que acontecer/ suceder/ocorrer);
- d) só são possíveis com o aspecto perfectivo que caracteriza a narração. Dos aspectos de duração, os mais característicos da narração são o durativo, o iterativo e o pontual;
- e) as modalidades características desse tipo de texto são a certeza e a probabilidade, uma vez que são os textos que dão a conhecer os acontecimentos;
- f) também para a narração o tempo atualizado depende da relação entre o tempo referencial e o da enunciação: a) presente na narração presente (85,65% dos verbos com tempo atualizado. O passado aparece com função retrospectiva.); b) passado na narração passada (98,50% dos verbos com tempo atualizado). O presente aparece com função de relevo emocional; c) futuro nas narrações futuras (os dados não foram quantitativamente significativos, mas confirmam a hipótese).

Travaglia (1991) ainda apresenta outros fatos sobre os tipos de verbos e situações, as formas e as categorias verbais (inclusive pessoa e voz), mas cremos que esses exemplos são suficientes para mostrar características desses quatro tipos de textos relativas à superfície lingüística no que respeita ao uso dos tipos de verbos e das formas verbais, mas sobretudo das categorias de tempo, modalidade e aspecto.

Um outro exemplo, fora dos elementos do verbo, é o fato de que nos **textos narrativos** (em que a perspectiva do produtor do texto em relação ao objeto do dizer é a do fazer ou acontecer inserido no **tempo** – TRAVAGLIA, 1991, 2007a) a formulação lingüística vai exigir o uso de recursos da língua para marcação desse tempo, daí a presença maior em textos narrativos de recursos da língua **marcadores de tempo**, pois, além da marcação de tempo feita pelos verbos, observa-se o uso muito freqüente nesse tipo de texto de recursos, tais como: a)

expressões: era uma vez; b) datas: em 1997, no dia 25 de outubro de 2003; c) conectores de valor temporal: *conjunções e locuções conjuntivas* (quando, enquanto, logo que, assim que, depois/antes que, etc.); *preposições ou locuções prepositivas* (após, antes de, depois de, etc.); *seqüenciadores* ou encadeadores temporais no tempo referencial, tais como: aí, daí, então, etc.; d) advérbios e adjuntos adverbiais de tempo: há muito tempo atrás, à noite, em três dias, por muitos anos, dali a algum tempo, naquele momento; e) nomes (substantivos e adjetivos) indicadores de tempo: dia, mês, semana, ano, década, atrasado, adiantado, temporário, transitório, etc.), entre outros; f) tempos verbais: passado, presente, futuro.

É interessante observar que alguns desses recursos são mais usados para certos tipos de narrativas. Assim, por exemplo, as narrativas ficcionais geralmente se inserem num tempo pouco específico, como em (4), já as narrativas nas notícias costumam ter indicações temporais mais precisas, com datas, por exemplo, como em (5). Outras formas de narrativa parece que apresentam uma inserção no tempo dada apenas pelo tempo verbal como algo passado (veja, por exemplo, piadas, fábulas, apólogos, parábolas) ou futuro (como no caso das profecias e previsões).

- (4) Era uma vez, há muito tempo atrás, quando havia fadas e bruxas andando pela Terra, um príncipe ...
- (5) O presidente Lula, esteve em Cuba no dia 26/09/2003, onde estabeleceu acordos comerciais com aquele país...

Na verdade o **uso de conectores e de tipos de relações entre cláusulas** tem se revelado ligado ao tipo de texto:

- a) nos **descritivos** predominam os conectores de conjunção, somando as características que formam o “quadro” resultante da descrição e aparecem também os de contrajunção, permitindo a oposição de características para o mesmo fim (Ela é bonita, mas um pouco deselegante);
- b) nos **dissertativos**, como importam as relações entre idéias constituintes do conhecer, aparecem conectores para os mais diferentes tipos de relações: conjunção, contrajunção ou oposição, disjunção ou alternância, causa / consequência (explicativas, justificativas, causais, condicionais, finais, consecutivas, conclusivas), comparação (comparativas, conformativas), comprovação, especificação (incluindo a exemplificação) entre outras;
- c) na **narração** já falamos da importância dos conectores para marcar as relações temporais;
- d) na **injunção** são importantes os conectores de seqüenciamento de ações (em textos injuntivos que ensinam a fazer e como fazer com diversos passos)

e de justificativa (para justificar o incitamento feito para determinada ação, na parte da superestrutura do texto injuntivo vista quando falamos da estrutura composicional).

O recurso principal no estabelecimento de seqüência e ordem referencial de situações nos textos é o aspecto verbal que, segundo Travaglia (1991, capítulo 5, 1994), constitui o princípio básico do seqüenciamento e ordenação referencial transcrito em (6). Esse princípio dá conta do seqüenciamento e ordenação não só na narrativa, mas também nas descrições, dissertações e injunções.

(6) 1) Dada uma seqüência de situações em um texto, duas situações contíguas na linearidade textual:

a) serão seqüentes, se o aspecto do verbo das orações ou frases que as expressam for perfectivo (Ver exemplos 8 e 9);

b) serão simultâneas, se o aspecto do verbo de pelo menos uma das orações ou frases que as expressam for imperfectivo (Ver exemplo 10);

c) se forem seqüentes, a ordem referencial (cronológica) será aquela em que aparecem no texto (Ver exemplos 8 e 9), a não ser que haja instruções em contrário dadas por qualquer um dos elementos ordenadores apontados em (7) (Ver exemplos 11, em que se tem a mesma ordem referencial do exemplo 8)

d) a simultaneidade estabelecível por b pode ser transformada em seqüência pelos elementos ordenadores de (7.1) a (7.7).

2) se tivermos duas situações seqüentes e uma delas tiver aspecto acabado em combinação com tempo relativo de anterioridade ou com o advérbio “já”, ou com tempo passado em relação a presente ou futuro, a situação com aspecto acabado será anterior à outra, mesmo que esteja depois no texto. (TRAVAGLIA, 1991, p.129-130) (Ver exemplo 12 em que se tem a mesma ordem do exemplo 8)

(7) A atuação do princípio de (6) no seqüenciamento e ordenação é complementada pelos seguintes recursos e princípios:

1) o tempo verbal absoluto (passado, presente, futuro) seqüencia as situações nesta ordem;

2) o tempo relativo: a) pretérito mais-que-perfeito do indicativo, em conjunto com o aspecto acabado, marca a situação como anterior a um momento indicado por adjunto adverbial ou situação(ões) no perfectivo (Veja exemplo 12); b) o futuro do pretérito marca posterioridade;

3) elementos lingüísticos diversos de valor temporal ou com implicações temporais, que podem marcar anterioridade, simultaneidade, posterioridade: a) elementos adverbiais de valor temporal: advérbios, sintagmas adverbiais, orações adverbiais; b) datas; c) preposições (após, antes de, depois de, etc.); d) conjunções (enquanto, depois que, antes que, logo que, etc.); e) verbos (iniciar, começar, terminar, etc.) outros elementos ordenadores, tais como: primeiro, segundo, último, penúltimo, aí, daí, etc.;

4) o conhecimento de mundo, por meio: a) do conhecimento de esquemas, planos e scripts; b) de relações entre orações e períodos que expressam situações: causa e

conseqüência/efeito; meio e fim; condição e condicionado; ação e resultado; possibilidade e realização, etc.; c) da ordenação de tipos de situações; d) do próprio valor do semantema de certos verbos, como preceder, seguir(-se), acompanhar, etc., quase sempre com as situações indicadas por nomes.

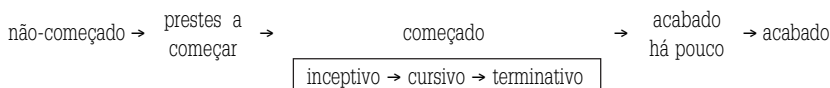
5) elementos do conhecimento de mundo que funcionam como instruções em contrário a (6.1.a): a) quando várias situações são constituintes de outra; b) as fases de realização e de desenvolvimento de uma situação, sendo partes constituintes dela também não são vistas como seqüentes a outras situações, mas têm uma ordem entre si; c) dois verbos distintos que indicam a mesma situação (seja por repetição do mesmo item lexical, seja porque são sinônimos ou temos um verbo vicário);

6) o conhecimento de mundo que nos diz que duas ou mais situações com o mesmo sujeito e no imperfectivo não podem ter realização simultânea, é uma instrução em contrário a (6.1.b) e, neste caso, as situações serão vistas como seqüentes;

7) instruções em contrário a (6.1.a) e (6.1.c) ocorrem quando se tem relações entre situações que não permitem afirmar se as situações são seqüentes ou simultâneas, nem estabelecer uma ordem para as situações. Isto ocorre: a) quando uma ou mais situações são ligadas a uma só, representando exemplos, conseqüências, reações, especificação, etc.; b) quando se tem uma ou mais situações englobadas em um período de tempo dado por outra situação, constituindo uma espécie de efeito lista, quando se tem mais de uma situação;

8) alguns tipos de situação mantêm entre si uma relação que resulta em ordenação referencial porque: a) representam o início ou término de outra situação; b) sua ocorrência representa ao mesmo tempo o término de uma situação prévia e o início de uma nova. São os verbos transformativos, como engordar. Essas situações são percebidas como ocorrendo na ordem dada a seguir independentemente da ordem em que aparecem no texto: c) situação pontual inceptiva à processo à situação pontual terminativa (Exemplo: partir → ir → chegar); d) estado ou característica → mudança de estado/transformativo → novo estado ou característica (Exemplo: ser/estar magro → engordar → ser/estar gordo).

9) a marcação de aspectos relativos às fases de realização (não-começado / começado / acabado) e desenvolvimento (inceptivo – início / cursivo – meio / terminativo – fim) das situações, conjugada com a indicação de duas noções temporais (passado recente e futuro próximo), também leva à ordenação de situações, pois se percebe as situações no mundo real como acontecendo na seguinte ordem:



(TRAVAGLIA, 1991, p.130-139)

Vejamos alguns exemplos em que se pode perceber a aplicação de parte dos princípios acima e que são importantes na caracterização das categorias de texto.

(8) João mudou para Uberlândia e comprou uma casa.

- (9) João comprou uma casa e mudou para Uberlândia.
- (10) João comprou uma casa quando morava em Uberlândia.
- (11) a) João comprou uma casa, depois que mudou para Uberlândia.
b) Antes de comprar uma casa, João mudou para Uberlândia.
- (12) Quando comprou a casa, João tinha mudado para Uberlândia.

O uso desse princípio vai permitir a caracterização de descrição, dissertação, injunção e narração quanto a esses aspectos de superfície lingüística diretamente ligada a elementos de conteúdo e sua organização, uma vez que o que está nesses princípios tem uma realização lingüística específica.

Vimos que o **editorial** de jornal é um texto composto pela fusão dos tipos dissertativo e argumentativo “*stricto sensu*”, fusão que aparece como necessária e dominante na composição desse gênero. Parreira (2006, p.125-132) faz um estudo do uso de **operadores argumentativos** em tal gênero²⁵ e constata que os dois grupos de operadores que são mais usados são os que têm as seguintes funções: “a) introduzir um argumento apresentado como acréscimo, um argumento a favor de uma determinada conclusão (22,10%); b) assinalar uma oposição (15,04% + 3,35% = 18,39%)” (PARREIRA, 2006, p.128), “contrapor argumentos orientados para conclusões contrárias” (p.130). No primeiro grupo estão incluídos os seguintes operadores: além disso, ainda mais, além de, e mais, e, também, nem, nem mesmo, ademais, não apenas ... mas, não apenas ... mas também, e não só porque ... mas também, não só ... mas também, sobretudo, e também, além, mais uma vez, mais ainda, aliás, ainda, e ainda (PARREIRA, 2006, p.124, 130). O segundo grupo a autora divide em dois subgrupos: a) no primeiro aparecem aqueles que introduzem argumentos que se contrapõem usando uma estratégia de suspense (15,04%): mas, mais ainda, mas também, entretanto, porém, contudo, todavia, do contrário, no entanto, agora, ao contrário. b) no segundo aparecem aqueles que introduzem argumentos que se contrapõem usando uma estratégia de antecipação (3,35%): embora, mesmo que, apesar de, ainda que. Parreira (2006) ainda evidencia que o predomínio dos operadores com essas duas funções tem uma correlação direta com os tipos de argumentos mais usados, conforme vimos ao falar da estrutura composicional. Como se pode ver, essa característica da superfície lingüística acaba por ser caracterizadora do editorial em seu funcionamento argumentativo. Por isso dissemos que a caracterização pelos recursos da superfície lingüística não pode ser desvinculada das propriedades da categoria de texto.

²⁵ Parreira (2006) trabalhou com 78 editoriais, com uma média de 14.153 operadores por editorial, de três grandes jornais: *Folha de S. Paulo* (27 editoriais / 35,9%), *O Globo* (26 editoriais / 32,5%) e *Estado de Minas* (25 editoriais / 31,6%) para evitar o viés do estilo de um jornal em sua caracterização.

Freitas (1997) estudou o gênero **folheto de hotéis** do Brasil, da Inglaterra e dos Estados Unidos da América, escritos em Inglês, e constatou em sua pesquisa que esses folhetos no nível lexical são caracterizados por um conjunto recorrente de palavras que ela dividiu em dois grupos: a) o de palavras-chave (*key words*) e b) o de palavras super-chave (*key key words*). As palavras-chave dos folhetos de cada país eram recorrentes nos folhetos daquele país. As palavras super-chave são as que apareciam nos folhetos de mais de um país. Aqui vamos listar apenas as palavras super-chave e que apareceram nos folhetos dos três países com uma frequência acima de 0,10%, que a autora usou como ponto de corte estatístico. São elas: fax, facilities, enjoy, special, service, hotel, to, club, suites, this, that, by, private, reservations, it, park, our, hotels, room, rooms, restaurant, in, international, offers, be, all, your, area, you, and, bar (FREITAS, 1997, p.135-136). A autora ainda discute o papel das palavras-chave e super-chave em relação às três macro funções propostas por Halliday (a textual, a experiencial e a interpessoal). A análise e caracterização feita pela autora vão além do que apresentamos aqui, mas queremos apenas que se tenha um exemplo em que o uso de um conjunto de palavras caracteriza, no nível lexical, um gênero pela sua presença constante nesse gênero. Dentro do quadro teórico que propomos, pode-se levantar a hipótese de que essa caracterização lexical dos “folhetos de hotel” tem uma relação direta com o conteúdo temático que se especializa por termos uma espécie do gênero definida pelo conteúdo: hotel. Talvez um reflexo da coesão seqüencial por manutenção temática.

Como se pode observar, a caracterização das categorias de texto pelo parâmetro de como se constrói a superfície lingüística do texto pode apresentar recursos de todos os planos e níveis como caracterizadores. Desse modo não se pode esquecer que elementos composicionais de formulação da seqüência lingüística, advindos da correlação entre marcas e propriedades próprias da categoria de texto em formulação ou recepção configuram características de superfície lingüística de cada categoria de texto e, portanto, têm de ser observadas ao caracterizar tais categorias.

Condições de produção

O quinto parâmetro de critérios para caracterização das categorias de texto se relaciona ao que decidimos chamar de **condições de produção**. Até o momento pudemos observar que nesse parâmetro podemos incluir e observar: quem produz, para quem, quando, onde (geralmente um quadro institucional), o suporte, o serviço, etc.

O critério de “**quem produz**” inclui tanto o *indivíduo* (geralmente *ocupando um lugar social*) como a *comunidade discursiva* (SWALES, 1990), ou esfera de

ação social (BAKHTIN, 1992), ou formações sociais (BRONCKART, 2003), ou domínio discursivo (MARCUSCHI, 2002). A comunidade discursiva é importante na caracterização sobretudo dos gêneros que, como vimos, são os que realmente circulam e funcionam em dada sociedade e cultura. Assim, se o texto é da esfera jornalística, forense/jurídica, administrativa, literária, médica, acadêmica, religiosa (considerando-se e distinguindo-se diferentes grupos religiosos), das relações familiares e das relações sociais do dia-a-dia, publicitária, comercial, industrial, etc., é muito importante, inclusive porque, em alguns casos, temos gêneros com um mesmo nome, mas que identificam categorias distintas em comunidades discursivas distintas. Este é o caso do **ofício**, que, como vimos no item 4, para a comunidade forense é um gênero “redigido pelo escrivão da secretaria da vara criminal ao Instituto de Identificação e Estatística” com o objetivo de “comunicar sobre a remessa dos autos ao juiz competente” (PIMENTA, 2007, p.145) e na administração em geral é uma espécie do gênero correspondência caracterizada por uma estrutura composicional (forma) que configura a seguinte superestrutura:²⁶ a) o *timbre* do papel identificando a instituição ou órgão que envia o ofício (optativo); b) *epígrafe* (onde se coloca a palavra “ofício” seguida das siglas do órgão/instituição que envia o ofício, uma numeração do ofício seguida do ano de envio, e a data na mesma linha); c) *ementa* (optativo) em que se coloca uma síntese do assunto para que o recebedor saiba logo de que se trata; d) *invocação* ou *vocativo*: em que geralmente se coloca a forma de tratamento “senhor(a)” seguida da indicação do cargo da pessoa a quem o ofício se dirige; e) *contexto* ou *desenvolvimento*: parágrafo(s) em que se desenvolve o assunto objeto do ofício; f) *fecho*: geralmente coloca-se uma forma de cortesia como “atenciosamente”, “saudações”, etc.; g) *assinatura e cargo*: aparece o nome do responsável pela comunicação feita no ofício e seu cargo ou função; h) indicação de *anexos* quando ela não foi feita no contexto ou desenvolvimento; i) *destinatário*: coloca-se à esquerda, em linhas separadas, o vocativo com forma de tratamento, o nome do destinatário, o cargo acompanhado de fórmula de enobrecimento abreviada (DD. = digníssimo ou MM. = meretíssimo, etc.), órgão ou instituição e local (cidade e estado); j) *redator e digitador* (opcional): coloca-se geralmente da seguinte forma: iniciais do redator em maiúsculas / iniciais do digitador em minúsculas.

No Quadro 2, dissemos que os gêneros atestado, certidão, certificado e declaração têm todos o objetivo básico de “dar fé da verdade de algo”. Eles vão se distinguir por características de outros parâmetros e critérios. Assim, com relação à superfície lingüística, eles vão se caracterizar pela presença de certos verbos, como atestar, certificar, declarar, etc. No que diz respeito às condições de produção, eles vão se distinguir por quem pode produzir e em que quadro

²⁶ Tomada a Cunha e Matos (1985, p.34), com algumas adaptações e atualizações.

institucional, conforme especificado a seguir. A *certidão* dá fé da verdade de algo pela transcrição de registros existentes em instituições e órgãos geralmente públicos e só pode ser feita por tabeliães em cartórios (como no caso de certidões de nascimento, casamento, óbito, de escritura, etc.) ou funcionários de órgãos públicos autorizados (como no caso das certidões negativas de débitos com prefeituras, receitas estaduais e federais, delegacias, etc.). No *certificado* geralmente se dá fé da verdade de que alguém realizou algo em dada instituição (por exemplo: cursos, treinamentos, apresentações em congressos, etc.) e, por isso, quem pode emitir um certificado é sempre uma autoridade responsável pela instituição em que o fato se deu (por exemplo: diretor de escola, coordenador de curso, secretário de educação, diretor de instituição em que alguém realizou estágio, coordenador/presidente de evento). Já o *atestado* geralmente é feito por alguém que tem competência técnica (atestado médico, por exemplo) ou institucional para fazê-lo (como no caso do atestado de bons antecedentes). Finalmente, a *declaração* pode ser feita por qualquer cidadão disposto a responsabilizar-se pela verdade de algo perante outrem ou perante algum órgão ou instituição (por exemplo, a declaração que alguém faz para um juiz, dizendo conhecer um casal e que eles estão separados de fato há mais de três anos, e o faz para fins de separação legal com mais facilidades na justiça ou que declara que uma mulher M viveu maritalmente com um homem pelo tempo X, num processo de pedido de pensão ou de disputa de bens).

No caso da comunidade forense ou jurídica, extremamente formal e estruturada no que diz respeito aos seus gêneros, muitas vezes dois gêneros muito próximos se distinguem apenas por quem pode produzi-los e os produz. Esse é o caso, por exemplo, da queixa crime e da denúncia. Vimos que a **denúncia** é um gênero sempre redigido por um promotor do Ministério Público, solicitando (é uma petição) a abertura do processo contra o agente do fato criminoso (PIMENTA, 2007, p.110). Já a **queixa crime** com o mesmo tipo de conteúdo e objetivo da denúncia tem condições de produção diferentes. Como diz Pimenta (2007), a queixa crime é

texto similar ao da denúncia a diferença está nas condições de produção do texto por tratar-se de crime de ação penal privada ou subsidiária da pública nos crimes contra a honra e os costumes.

A denúncia é obrigatoriamente oferecida pelo MP em ação penal pública incondicionada, já a queixa crime é obrigatoriamente oferecida pelo defensor do querelante. (PIMENTA, 2007, p.124)

Na comunidade discursiva forense e jurídica a denúncia só pode ser produzida por um promotor do Ministério Público, enquanto a queixa crime é feita pelo advogado que defende o proponente da ação. O tipo de crime em que

ela é possível é diferente dos crimes denunciados pelo Ministério Público. Ambas dirigem-se a um juiz.

Pimenta (2007) mostra que, na comunidade discursiva forense, para ocorrência do processo penal há muitos gêneros que só podem ser produzidos por agentes específicos da comunidade: delegado, policial, escrivão, promotor, juiz, técnicos especializados, etc., e em circunstâncias específicas. Como seria longo reproduzir aqui todos os exemplos, remetemos o leitor a esse estudo.

Dentre as condições de produção parece interessante observar aquilo que se tem denominado nos estudos sobre gêneros de **suporte**, definido de modo geral como o espaço-objeto que porta o texto, em que o texto ganha materialidade — “um locus físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto” (MARCUSCHI, 2003, p.3) e também o que se chama de **serviço**. Muitos gêneros só existem em suportes específicos, como o **e-mail** (com um suporte específico: um programa de computador em um meio virtual e num serviço específico – provedor de internet). **Filmes** só podem aparecer em superfícies de celulose ou mais recentemente em suportes digitais e, quando projetados, em uma tela. **Cartas**, além de terem uma forma específica que as distingue de outras espécies do gênero correspondência, sempre têm como suporte o papel em que são escritas e são levadas até o destinatário por um serviço de correio ou por um mensageiro que faz o papel de transportador da carta. O **telegrama** já usa um outro serviço, pois é transmitido via telégrafo ou outro meio mais atual, não levando o que o locutor escreveu (a mão, datilografando ou digitando), pois a redação é dele, mas não a produção física da mensagem. **Convites** podem usar o mesmo suporte (folha de papel) e serviço transportador da carta. Evidentemente cartas, telegramas e convites têm características de outros parâmetros (principalmente estrutura composicional: superestrutura e superfície lingüística) que os distinguem. Assim, por exemplo, sempre se destacou no telegrama sua linguagem concisa, que inclusive deu origem ao epíteto “linguagem telegráfica”.

Creio que é interessante transcrever aqui o exemplo dado por Araújo (2006) ao discutir a questão do suporte e sua influência no estabelecimento, na definição do gênero enquanto tal, portanto como tomando parte possível na caracterização dos gêneros.

Contudo, como Marcuschi alerta, nem sempre essa relação é tranqüila, pois verificamos casos em que ocorre o contrário: o suporte é determinante para distinguir o gênero. Exemplificando, tomemos o seguinte texto:

(1) Paulo,
Parabéns! Você passou no vestibular!

Um abraço!
Sua mãe, Maria.

Esse texto, se for escrito em um pequeno pedaço de papel e colocado por Maria sobre a mesa da sala, para que Paulo, ao chegar de uma viagem tenha contato com o fato exposto, tal texto é um *bilhete*. Se Paulo estiver trabalhando, chegar em casa “correndo” para apenas tomar um banho e ir à Faculdade [...], ao ouvir na secretária eletrônica esse texto,²⁷ ele muda para um *recado*. Se Paulo fizer uma viagem de negócios, e, no local em que estiver, abrir sua caixa de mensagens na internet, e deparar com esse texto, ele terá um *e-mail*. Numa outra situação, se Paulo tiver feito um vestibular numa cidade distante onde sua mãe mora, e caso Paulo não possuísse telefone, sendo que o resultado lhe será informado por sua mãe que lhe enviará um *telegrama* com esse texto, temos assim um novo gênero. Podemos perceber que em todos os gêneros, o conteúdo não mudou, teve o mesmo fim, no entanto, o que determinou a caracterização do gênero – *bilhete, recado, e-mail, telegrama* – foi exatamente o suporte, ou seja, o gênero acabou por ser identificado graças a sua relação com o suporte. (ARAÚJO, 2006, p.39)

Percebe-se pelo exemplo de Araújo (2006) que os suportes efetivamente podem contribuir para a caracterização das categorias de texto, sobretudo dos gêneros.

Considerações finais

Como se pode perceber, a caracterização de um tipo, gênero ou espécie de texto será feita por meio da utilização de diversos parâmetros e critérios. É preciso, entretanto, estar ciente de que: a) não é necessário nem obrigatório o uso de todos os parâmetros e critérios na caracterização de todas as categorias de texto: às vezes apenas um permite fazer a caracterização, às vezes é preciso conjugar mais de um parâmetro e/ou critério; b) a caracterização pode ser feita tanto pela presença quanto pela ausência dos elementos implicados nos parâmetros e critérios; c) é preciso haver uma regularidade ou frequência para que o elemento em foco seja caracterizador de uma categoria e é preciso evitar estabelecer tais regularidades pela observação de um ou dois exemplares de dada categoria de texto; d) não é só a presença ou ausência do parâmetro ou critério que caracteriza a categoria de texto, mas também como os elementos caracterizadores se relacionam e/ou interferem uns com os outros, como eles se combinam na categoria; e) sempre há, portanto, uma inter-relação entre os

²⁷ O autor escreveu “ouvir na secretária eletrônica esse fato”. Trocamos “fato” por “texto”, por acharmos mais adequado ao que estamos defendendo.

critérios e parâmetros que é importante para a caracterização; f) com frequência um fato não é absoluto, mas há uma tendência que se mostra pertinente para a caracterização, como no caso do tipo de personagem para fábulas, apólogos e parábolas e no caso dos tipos de argumentos para o editorial; g) a distinção entre gêneros muito próximos, por exemplo, pode se dar mais pelo jogo entre as características do que pelas características em si.

É preciso também lembrar que, como os tipos compõem os gêneros, não se deve ou pode apresentar como característica exclusiva de um gênero aquelas características que ele apresenta por ser composto por um ou mais tipos, seja em cruzamento ou fusão, seja em conjugação. O fato de os tipos e espécies serem obrigatórios ou não na composição de um gênero, de o tipo ser ou não dominante em relação aos outros com que se conjuga, é também critério de estrutura composicional para a caracterização do gênero (TRAVAGLIA, 2007b).

Acreditamos na possibilidade de existência de outros parâmetros e critérios para a caracterização de categorias de texto, além dos que elencamos aqui, e na pertinência de sua utilização e pertinência para tal caracterização. A sua descoberta, especificação e explicação é contribuição de pesquisa que esperamos fazer ou que seja feita para além do que já conseguimos reunir aqui a partir de nossas observações e estudos e de estudos de outros pesquisadores.

TRAVAGLIA, L. C. The characterization of text categories: types, genres and species. *Alfa*, São Paulo, v.51, n.1, p.39-79, 2007.

- *ABSTRACT: In this paper, we aim at discussing parameters and criteria to characterize text categories which can be considered as types, genres or species (Travaglia, 2007a). Such characterization is essential for identifying and distinguishing the categories to which texts can pertain. Our proposal is that the different criteria for this purpose can be grouped according to five distinct parameters: a) the content; b) the compositional structure; c) the socio-communicative objectives and functions of the category; d) the linguistic surface characteristics, generally in correlation with other parameters; and e) elements that can be attributed to the production conditions of the text category.*
- *KEYWORDS: Discursive and textual genre; text type; text species; characterization.*

Referências bibliográficas

ARANTES, M. B. *A argumentação nos gêneros fábula, parábola e apólogo*. 2006. 170 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

- ARAÚJO, E. L. de. *ERA UMA VEZ... Coesão e legibilidade em histórias infantis para leitores iniciantes*. 2006. 184 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BRONCKART, J.-P. *Atividades de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo: EDUC, 2003.
- CASTRO, V. S. *Os tempos verbais da narrativa oral*. 1980. 160 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 1980.
- CUNHA, M. T. da; MATOS, N. J. *Redação técnica e oficial*. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 1985.
- FÁVERO, L. L.; KOCH, I. G. V. Contribuição a uma tipologia textual. *Letras & Letras*, v.3, n.1, Uberlândia, p.3-10, jun. 1987.
- FREITAS, A. C. *América mágica, Grã-Bretanha real e Brasil tropical: um estudo lexical de panfletos de hotéis*. 1997. 230 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.
- GOMES, A. B. L. *A emergência do gênero carta*. 2002. 124 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.
- KOCH, I. G. V. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 1984.
- MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p.19-36.
- _____. A questão do suporte dos gêneros textuais. *DLCV: Língua, linguística e literatura*, João Pessoa, v.1, n.1, p.9-40, 2003.
- MELO, C. S. *Tipos de textos empregados com função de argumento na dissertação argumentativa*. 2005. 177 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.
- PARREIRA, M. S. *Um estudo do uso de operadores argumentativos no gênero editorial de jornal*. 2006. 223 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.
- PIMENTA, V. R. *Textos forenses: um estudo de seus gêneros textuais e sua relevância para o gênero "sentença"*. 2007. 192, 237 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

SILVA, P. H. *Os gêneros jornalísticos e as várias faces da notícia*. 2007. 225 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

SWALES, J. M. *Genre analysis: English in academic and research settings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TAVARES, H. U. da C. *Teoria literária*. 5. ed. rev. e atual. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

TRAVAGLIA, L. C. *O aspecto verbal no português: a categoria e sua expressão*. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 1981.

_____. *Um estudo textual-discursivo do verbo no português*. 1991. 330, 124 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

_____. A superestrutura dos textos injuntivos. In: SEMINÁRIO DO GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 39., 1992. Jaú. *Anais...* Jaú: Fundação Educacional Dr. Raul Bauab, 1992. v. 2, p.1290-1297.

_____. O verbo e a ordenação referencial de situações em diferentes tipos de textos. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA HISPÂNICA, 4., 1993, Leipzig. *Verbo e estruturas frásicas: Actas...* Porto: Revista da Faculdade de Letras do Porto, 1994. p.225- 239.

_____. Da distinção entre tipos, gêneros e subtipos de textos. *Estudos Lingüísticos*, São Paulo, v.30, p.1-6, 2001. 1 CD-ROM.

_____. Gêneros de texto definidos por atos de fala. In: ZANDWAIS, A. (Org.). *Relações entre pragmática e enunciação*. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2002a. p.129-153.

_____. Composição tipológica de textos como atividade de formulação textual. *Revista do GELNE*, Fortaleza, v.4, n.1/2, p.32-37, 2002b.

_____. Tipos, gêneros e subtipos textuais e o ensino de língua materna. In: BASTOS, N. M. O. B. (Org.). *Língua Portuguesa: uma visão em mosaico*. São Paulo: EDUC, 2002c. p.201-214.

_____. Tipologias textuais literárias e lingüísticas. *Scripta*, Belo Horizonte, v.7, n.14, p.146-158, 2004a.

_____. Tipologia textual, ensino de gramática e o livro didático. In HENRIQUES, C. C.; SIMÕES, D. (Orgs.). *Língua e cidadania: novas perspectivas para o ensino*. Rio de Janeiro: Europa, 2004b. p.114-138.

_____. *Categorias de texto como objeto de ensino*. Trabalho apresentado no 21. Encontro nacional da ANPOLL, São Paulo, 2006.

_____. Tipologias e a construção de uma teoria tipológica geral de textos. In: FÁVERO, L. L.; BASTOS, N. M. O. B.; MARQUESI, S. C. (Org.). *Língua Portuguesa pesquisa e ensino*. São Paulo: EDUC, 2007a. v.2, p.97-117.

_____. *Das relações possíveis entre tipos na composição de gêneros*. Trabalho apresentado no 4. Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais (SIGET). Florianópolis, 2007b.

WEINRICH, H. *Estructura y función de los tiempos en el lenguaje*. Madrid: Gredos, 1968.

A GRAMÁTICA E SUAS INTERFACES

Maria Helena de Moura NEVES¹

- RESUMO: Com base na noção de gramática como cálculo de produção de sentido, o texto discute as interfaces estabelecidas pelo acionamento da gramática de uma língua, considerada bem comum de uma comunidade. A discussão parte da interface entre gramática e política lingüística (configuração de território, com foco na identidade lingüística) para chegar à interface entre gramática e ação escolar (configuração de decisões, com foco no uso lingüístico), ficando envolvidas as interfaces da gramática com a poética (vivência privilegiada), com a descrição lingüística (reflexão privilegiada) e com a variabilidade lingüística (formação de padrões). O fato de eleição para exame, nesse percurso, é a gramaticalização, que evidencia a relação entre funcionamento lingüístico e sistema gramatical.
- PALAVRAS-CHAVE: Gramática; política lingüística; poética; metalingüística; variação; ação escolar.

Introdução

Neste número comemorativo da Revista ALFA, periódico especializado de grande importância na história da Lingüística no Brasil, e de particular relevância na trajetória de cada um dos cultores dos estudos de língua e linguagem brasileiros – professores ou alunos, unespianos ou não –, considero oportuno refletir exatamente sobre aspectos da constituição da minha experiência nessa área. Por isso, este texto constitui uma recolha de proposições que tenho defendido em meu trabalho com língua e linguagem, e que têm sustentado as ações práticas que desenvolvo nesse campo.

Invoco um dos motes que perenemente orientam minha consciência da língua materna, que considero definir meus valores e minhas crenças:

*Meu país, esta parte de mim fora de mim
constantemente a procurar-me. Se o esqueço*

¹ UNESP – Faculdade de Ciências e Letras – Departamento de Lingüística – 14800-901 – Araraquara – SP – Brasil.
UPM – Centro de Comunicação e Letras – Pós-Graduação em Letras. Endereço eletrônico: mhmneves@uol.com.br

*(e esqueço tantas vezes)
volta
em cor, em paisagem
na polpa da goiaba na abertura
de vogais
no jogo divertido de esses e erres
e sinto
que sou mineiro carioca amazonense
coleção de mins entrelaçados*

(Drummond, em *Canto brasileiro*)

O que Drummond está me dizendo é que em meu país estão minhas faces e minhas contrafaces. Mais que isso, que em minha língua estão minhas faces, minhas contrafaces e minhas interfaces, e que é exatamente por aí que eu sou quem sou.

Sentindo o peso do que representa para o profissional da linguagem lidar com essa complexidade que o poeta me faz ver, empreendo aqui algumas reflexões sobre as interfaces que, ao mesmo tempo que complicam, ajudam a explicar o que, numa comunidade – mesmo que “tantas vezes” isso passe despercebido –, representa a língua de cada dia de cada um, que é a mesma língua de todos os dias de todos. E a representa, sejam quais forem as variações dessa língua, segundo os diferentes indivíduos, os diferentes momentos, os diferentes espaços.

Acaba toda a poesia se, para falar sobre a dificuldade de lidar com essa complexidade, eu invocar o fato de que estão sem resolução muitas questões que se ligam à própria inserção sociocultural das línguas naturais. Mas é o que tem de ser feito. A proposição de interfaces e sua discussão, a que passo agora, vai montar um quadro de relações que constituem desafios que o espírito humano talvez nunca consiga equacionar satisfatoriamente, o que nem chega a ser desanimador, já que apenas sacramenta a idéia de que cada membro de uma comunidade (lembrando que toda comunidade é falante) é um entrelaçamento de mins, no entrelaçamento de marcas da sua língua, que é o entrelaçamento de espaços dessa mesma e cambiante língua.

Na discussão, estabeleço como esteio da língua, como sua definição primeira, a sua GRAMÁTICA, aquele aparato que leva ao cálculo de sentido na linguagem, e que organiza todo o entrelaçamento das relações que a sociocomunicação estabelece sustentado pela cognição. É neste ponto que considero oportuno meditar sobre esta frase aparentemente tão simples do semanticista Gennaro Chierchia:

*Não há dúvidas de que para conhecer o significado de uma palavra é preciso enfronhar-se na história da comunidade que a usa.
(CHIERCHIA, 2003, p.44)*

O complexo das interfaces

O emblema principal, ou distintivo, de uma comunidade é sua língua. (CRYSTAL, 2004, p.70)

Falo aqui das interfaces que emergem no efetivo exercício da atividade lingüística, e dirijo as reflexões mais especificamente para uma avaliação do uso lingüístico que não perca de vista as inter-relações, as pressões e os condicionamentos a que está sujeita essa atividade, vista nas suas diferentes destinações funcionais.

São direções centrais, nas reflexões, a consideração de que pelo uso se chega ao sistema, e pelo significado se chega à forma. As entidades **linguagem** e **língua** estão na base das postulações, a primeira, pela variedade de propósitos a que serve, e a segunda, pela unidade que, assentada na diversidade, a identifica.

Fixemos como primeira interface a ser considerada a que existe entre GRAMÁTICA e POLÍTICA LINGÜÍSTICA. Primeira, porque é essa interface que, com foco na identidade lingüística, faz a **configuração de território** e constitui o **ponto de partida** para todo o complexo de reflexões que vão compor uma investigação das interfaces, no estudo gramatical da língua em uso, meu objetivo.

Fixemos, por outro lado, como interface derradeira no complexo, aquela que existe entre GRAMÁTICA e AÇÃO ESCOLAR no campo da língua materna. Coloco-a exatamente na outra ponta, porque nela está, com foco no uso lingüístico, o **ponto de chegada** das reflexões e a **configuração de decisões**.

Situadas entre essas duas interfaces que emolduram o estudo estão outras duas, a que se dá entre GRAMÁTICA e POÉTICA e a que se dá entre GRAMÁTICA e DESCRIÇÃO LINGÜÍSTICA, as quais confrontam, exercitam e avaliam parâmetros de procedimento, na condução das reflexões, e sobre as quais se exercita uma operação metadescritiva de análise e crítica orientada.

Finalmente, na concretização da proposta, na lida prática com o complexo, quem se aventurar vai ao exame da interface entre GRAMÁTICA e VARIAÇÃO / MUDANÇA, que, em contínuo, se afunila e se operacionaliza no exame da entranhada ligação entre GRAMÁTICA e GRAMATICALIZAÇÃO. Este é um processo chave que continuamente altera o recorte de campo das entidades de conteúdo e de expressão da língua, um processo que ilustra significativamente a relação entre funcionamento lingüístico e sistema gramatical, deixando ver o caminho que vai do uso lingüístico ao sistema da língua, na direção do significado para a forma.

A partir da banal mas fulcral indicação, cara ao Funcionalismo de todas as facetas, de que a linguagem serve a uma variedade de propósitos – e, por isso mesmo, nos seus esses e erres ela entrelaça os mins de todas as horas – eu

reafirmo a opção por uma posição funcionalista de análise, considerando que essa proposta teórico-metodológica permite o reconhecimento e o estudo das diversas interfaces, prestando-se, inclusive, ao diálogo com outras consistentes propostas teóricas de análise linguística (por exemplo, a teoria variacionista), ou, mesmo, com campos de reflexão e estudo que vêm sendo fecundamente desenvolvidos sem explicitamente buscarem uma filiação teórica (por exemplo, os estudos da Linguística do texto). Considero, ainda, que as propostas funcionalistas são especialmente produtivas na condução do trabalho escolar com a organização gramatical do discurso,² visto que a finalidade última desse trabalho há de ser a compreensão do funcionamento linguístico e a apreensão dos processos que nele se acionam. Assim, pois, em fidelidade à minha preocupação sempre renovada com uma destinação escolar das reflexões e conclusões dos estudos acadêmicos sobre língua e linguagem,³ reafirmo, nesta incursão, a opção por um direcionamento funcionalista de estudo, o qual permite sustentar uma condução prática (funcional) das análises e favorece abrigar a consideração da POLÍTICA LINGÜÍSTICA no tratamento escolar da língua materna.

A representação dessas inter-relações está no organograma apresentado a seguir.

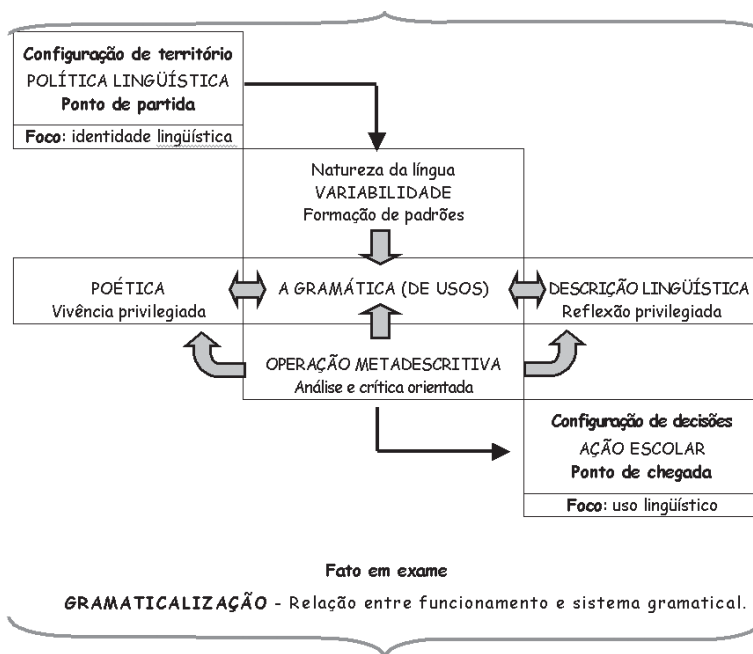
² Venho defendendo esse ponto de vista em diversos estudos (NEVES, 1994, 1996b, 1997, 1998a, 1998c, 1999b, 1999c, 2000a, 2000b, 2000d, 2002a, 2004a, 2004b, 2006b, entre outros).

³ Tenho tratado insistentemente dessa questão (NEVES, 1991, 1993, 1996a, 2000c, 2001b, 2002b, 2002c, 2002d, 2003a, 2003b, 2005a, 2005b, 2005c, 2006a, Neves; Andrade, 2001, entre outros).

TEMA - A LÍNGUA EM USO E SUAS INTERFACES

Postulados

1. A LINGUAGEM serve a uma variedade de propósitos.
2. A LÍNGUA identifica-se pela unidade na diversidade.



Pontos Centrais

1. O USO para chegar ao SISTEMA.
2. O SIGNIFICADO para chegar à FORMA

Gramática e política lingüística: a configuração de território

– *Mostrengo ou monstrengo, vovó? – quis saber Pedrinho. Vejo esta palavra escrita de dois jeitos.*
 – *Os gramáticos querem que seja mostrengo – coisa de mostrar: mas o povo acha melhor monstrengo – coisa monstruosa, e vai mudando. Por mais que os gramáticos insistam na forma “mostrengo”, o povo diz “monstrengo”.*
 – *E quem vai ganhar essa corrida, vovó?*
 – *Está claro que o povo, meu filho. Os gramáticos acabarão se cansando de insistir no “mostrengo” e se resignarão ao “monstrengo”.*

(Monteiro Lobato, *Fábulas*)

Seja o orgulho comunitariamente genético de ser falante da “língua de Camões”, seja o orgulho nacionalmente histórico de cultivar “a última flor do Lácio”, seja o simples e natural bem-estar de falar e ouvir a sintaxe que regeu nossas primeiras frases, qualquer desses sentimentos assegura a força de irmanação representada pela identidade lingüística de cidadãos de uma mesma língua em qualquer espaço geográfico e em qualquer Pátria.

Estamos no Brasil mas falamos o “português”, e como língua legitimamente nossa, como em todos os campos é de alguém, inalienavelmente, tudo o que lhe tenha sido herança. Já foi tentada a denominação “língua brasileira”⁴ para a nossa língua, mas sempre – e até meritoriamente – a ação surgiu como clamor de afirmação nacionalista, e, mais ainda, como lampejo de genialidade poética, eivada de espírito romântico, libertário, iconoclasta.⁵

É evidente que o português europeu soa bem diferente do nosso – por vezes até nem o entendemos muito bem – e, quanto ao português de outros continentes, pouco ou nada conhecemos: se o ouvimos, e temos ouvidos preparados para tal, sentimos nele o acento de fala da terra portuguesa, que é a fala que realmente constitui a sua fonte. Nada disso, entretanto, nunca terá podido nos fazer pensar que Portugal e Brasil falam línguas diferentes. Pelo contrário, afora o “sotaque”, há uma sensação natural de identidade lingüística entre o “português” de lá e o “português” de cá, identidade que automaticamente se reveste do peso de uma comunidade de raízes e de valores que nem a mais acentuada e perceptível diversidade de cultura, de prosódia e de tesouro lexical pode perturbar.⁶ Iniciativas

⁴ Lembre-se, em primeiro lugar, a expressão “idiome brésilien”, usada pelo Visconde de Pedra Branca em 1824, expressão que, segundo Pinto (1978, p.xv), não traria uma implicação de compromisso ideológico ou conotação nacionalista. Já no século XX, lembre-se a “cademeta” de Mário de Andrade intitulada *Língua Brasileira* (PINTO, 1990, p.23) e também o poema, do mesmo nome, de Menotti del Picchia, que termina com esta invocação: “E assim nasceste, ágil, acrobática, sonora, rica e fidalga, ó minha língua brasileira!” (PICCHIA, 1958, p.136).

⁵ Está em Pinto (1980, p.27): “A defesa da língua brasileira avultou, como se sabe, principalmente em dois momentos, correspondentes, ‘grosso modo’, ao Romantismo e ao Modernismo, em literatura, quando a língua era bandeira de indisciplina em face das rígidas prescrições gramaticais; e de nacionalismo, em face da necessidade de auto-afirmação política do país.” Houaiss (1980, p.57) refere-se a um “interregno de ‘abrasileiramento’ do romantismo”, no meio da contínua busca de ajuste aos padrões portugueses, sustentado, no Brasil, pela “língua escrita para fins artísticos, e mesmo científicos e universalistas”, até pela razão de cultivarmos a consciência de que os portugueses são “os proprietários da língua”, “cabendo a eles sóis ditar o que fazer com essa coisa sua deles”. Se a referência mais freqüente no Modernismo é Mário de Andrade, a referência infalível, no Romantismo, é José de Alencar, que, no prefácio dos *Sonhos d’Ouro*, afirma: “Não alcançarão jamais que eu escreva neste meu Brasil coisa que pareça vinda em conserva lá da outra banda, como fruta que nos mandam em lata”. Leão (1980, p.85) fala do “constante ideal de nacionalização da língua literária” de Alencar, que reivindicava “o direito do escritor de influir na evolução da língua” e prognosticava o nascimento da língua brasileira, que “haveria de sair da portuguesa como esta saíra da latina”. Outros românticos, como diz Leão (1980, p.87), o que fizeram foi “incorporar na língua literária traços típicos da língua oral”.

⁶ Leia-se Pinto (1980, p.33): “Descartado um ou outro retardatário desinformado, já ninguém põe em dúvida o fato de que a nossa é uma variante da língua portuguesa, uma nova norma, resultante de um prolongado uso, por parte de uma comunidade específica, que já firmou suas tradições lingüísticas”.

como a do projeto apresentado em 1935 à Câmara Municipal do Distrito Federal, determinando que a disciplina escolar “língua pátria” passasse a denominar-se “língua brasileira”, não respeitam a verdade dos fatos. Nada mais exato do que a frase de Antenor Nascentes proferida durante uma entrevista, na ocasião: “O mesmo motivo que há para criar uma ‘língua brasileira’ atualmente, haveria para criar uma algarvia, uma paulista, uma paraense” (NASCENTES, 2003, p.315).⁷

Digamos que é essa uma opção política natural e comunitária, que nenhum falante comum sequer imagina que seja necessário explicar, mas que teóricos já têm qualificado como “instrumento de coesão entre povos” e “afirmação política e econômica num contexto envolvente transnacional” (MATEUS, 2002b, p.279). Entende-se, simplesmente, que se manifestam “feições” de uma mesma língua (FIORIN, 2006, p.45), as quais, afinal, nada mais são do que formas de “manifestar diferença” (MATEUS, 2002a, p.42) no espaço comum de uma língua, mais especificamente no espaço comum de uma gramática. Um brasileiro pode não entender exatamente a recomendação dada numa tabuleta como a que encontrei no banheiro de um hotel de Lisboa: “Não deite o penso na sanita.”. Ele pode não conhecer o significado de nenhuma das três palavras lexicais dessa frase, mas nunca terá a sensação de que se trata de frase de uma língua estrangeira. E de modo algum, ele passará a pensar, a partir do episódio, que corre o risco de não ser entendido ao sair pela porta do hotel. A sensação de identidade lingüística, assegurada pela gramática, persistirá, ainda, na sensação de um compartilhamento de espaço que prescinde da geografia, e se assegura num valor simbólico e político (FIORIN, 2006, p.25), de peso no comportamento social.

Afinal, como ensina Herder (apud BERRINI, 2002, p.34), “a língua é não só um instrumento, mas também um depósito (da experiência e do saber das gerações passadas) e uma forma de pensamento”.

A interface entre GRAMÁTICA e POLÍTICA LINGÜÍSTICA implica categorias como dominação lingüística e dominação cultural, sempre refletidas e sempre presentes nos discursos de que se revestem as atividades culturais e políticas, dos quais proponho como ótimos exemplos para exame e avaliação: (i) a criação literária e o discurso sobre ela; (ii) a produção de estudos (meta)lingüísticos (gramáticas, dicionários, ensaios, tratados) bem como sua análise e crítica; (iii) a proposição de ações escolares ligadas à língua materna.

⁷ Nascentes (2003, p.310-316) conta que o executivo vetou o projeto (veto rejeitado pela Câmara), iniciando seu texto com a frase “O projeto fere a verdade científica”, que ele endossa. Conta, também, que a seguir projeto do mesmo teor foi apresentado à Câmara dos Deputados, mas, chegando o 10 de novembro de 1937, o processo de exame do processo foi suspenso.

Não se pode, é claro, dar ao idioma uma função isolada ou uma importância tão grande que, por si só, explique a nacionalidade. Entretanto, é bom não esquecer que da língua advém uma forma literária e, para muitos dos países-nações, a literatura é indiscutivelmente um fator de identificação muito poderoso. (SOUZA, 2001, p.49)

A literatura já entra, como se vê, nas primeiras considerações deste texto. Com efeito, há relações essenciais, fundadoras, entre a gramática (ou seja, o arranjo lexicogramatical para produção de sentido) e a poesia (ou seja, a criação de significados naquela esfera meio impalpável que se tem chamado de “literatura”). Na verdade, se **poesia** é um fazer lingüístico,⁸ no reverso se pode afirmar que é a língua (a sua “gramática”) que faz poesia. O que digo é que há GRAMÁTICA na POÉTICA, e que disso também se pode – e legitimamente – fazer corpo de doutrina, porque uma reflexão sobre tal fato é exatamente o que nos há de fazer compreender a literatura como “criação”, como coisa de “poeta”. O poeta é aquele que “faz” as peças que, na hora da leitura descomprometida e recriadora, fruímos, mas que, também, na hora da atividade escolar engajada, podemos explorar refletidamente, na busca de características que caibam num padrão de organização já preparado pela teoria da literatura, isto é, na busca de confirmação de um conjunto de características que a história da literatura (e da cultura) mostra que será encontrável nesse campo de exploração.

Essa é, afinal, uma afirmação da importância do exercício da operação metalingüística, tão natural no homem quanto a operação lingüística, aquela que se faz sobre os demais objetos de referência. Tome-se exatamente como exemplo o processo de referenciação – um processo básico de constituição dos enunciados –, o qual se cria no próprio discurso, em ligação com o mundo de eventos e estados nele construído (a partir dos propósitos do enunciador), mas que os artistas da palavra, os “poetas”, constroem a partir de uma “realidade” que eles mesmos criam. Como se afirma em Neves e Junqueira (2004, p.4), é um axioma dizer que a linguagem se tece sobre a instauração de referentes, mas é notável o fato de que o poeta, que se distancia do mundo real, ou, ainda mais que isso, não precisa do mundo real – porque é senhor do *poiéo* –, instaura o próprio mundo, e cria, ele próprio, a referência que há de verbalizar. De fato não há como, nem por quê, desmentir Bandeira (que me desculpará os grifos):

*Andei onde deu o vento
Onde foi meu pensamento*

⁸ **Poesia** liga-se ao verbo grego *poiéo*: “fazer”, “criar”. **Poeta** (grego: *poietés*), no seu sentido etimológico – e, na verdade, real –, é um “fazedor”, um “criador”. É quem faz a linguagem, e por excelência é quem faz criação literária. Nenhuma ligação necessária com composição em versos fica sugerida.

Em sítios que nunca viste
De um país que não existe.
(Opus 10)

*Vi terras da minha terra
Por outras terras andei
Mas o que ficou marcado
No meu olhar fatigado
Foram terras que inventei.*
(Lira dos cinquent' anos)

O poeta compõe o mais revelador relicário e mostuário da língua que usamos: ao mesmo tempo que, da vida, ele tudo sente, da língua nada lhe foge do que possa ser sua ferramenta de obreiro da expressão. É assim que sua arte vai buscar, não apenas na riqueza do tesouro vocabular mas principalmente na multiplicidade dos arranjos gramaticais, o dizer que sentiremos como nosso, no mais profundo dos compartilhamentos, que é o da vivência “poética”, “fazedora” de vida:

*O poeta é um reciclador
Das palavras de todo dia
Do verbo de toda hora
Que usa e bota fora.
Separa o descartável
Do reaproveitável
E o belo da bobagem.
A poesia
É o lixo limpo
Da linguagem.*
(Veríssimo, *Limpeza pública*)

Gramática e descrição lingüística

Vimos como um saber de tipo gramatical podia nascer da prática textual na base de uma prática da escrita. Se esses elementos desempenham um papel, não são necessariamente decisivos. O reconhecimento das unidades se prende freqüentemente a outras práticas e a outros saberes sociais. (AUROUX, 1992, p.26)

Já fica claro que ressalta, na interface entre GRAMÁTICA e POÉTICA – mas não apenas aí, como se verá –, a interface entre GRAMÁTICA e DESCRIÇÃO LINGÜÍSTICA, em que se inclui privilegiadamente a Lingüística do texto. Uma análise funcionalista faz, acima de tudo, a interpretação dos textos, que são considerados as unidades de uso – portanto discursivo-interativas –, embora, obviamente, ela vá à interpretação dos elementos que compõem as estruturas da língua (tendo

em vista suas funções dentro de todo o sistema lingüístico) e à interpretação do sistema (tendo em vista os componentes funcionais). Como está em Neves (1997), em referência às propostas do funcionalista Givón (1984), o homem se expressa por discursos multiproposicionais, e a análise busca observar a concatenação das proposições, mas o que se põe sob observação é não apenas o modo como se dá essa concatenação “mas também as regras textuais a que as proposições devem ser submetidas para que não haja quebra da estrutura temática e para que haja coesão e coerência na composição lingüística” (GIVÓN, 1984, p.25).

Afinal, sobre a Lingüística do texto é necessário dizer que uma investigação que incorpora aos elementos formulativos – enunciados lingüísticos – as unidades temáticas, ou seja, uma investigação que inclui as unidades do fluxo de informação apanha confortavelmente o que está disponível no aparato teórico funcionalista. Não é à toa que o desenvolvimento pioneiro do estudo da coesão textual (HALLIDAY; HASAN, 1976) – que não deixa de prover ingredientes como o registro, por exemplo – é de um funcionalista, Halliday, o criador da gramática sistêmico-funcional.⁹

Gramática e variabilidade lingüística

A língua move-se ao longo do tempo numa corrente que ela mesma constrói. Tem um curso... (SAPIR, 1921, p.150-171, apud ULMANN, 1973, p.401)

Reconheço que, se nos fixarmos na categoria “objeto de análise”, fica mais difícil invocar uma ligação especial do Funcionalismo – mais que do Formalismo – com a consideração da variabilidade das línguas. Os estudos especializadamente variacionistas – sociolingüísticos –, embora fiquem no pólo oposto da preocupação com pura competência e considerem a linguagem um fato social, centram-se no estudo das estruturas, e, afinal, não se fixam no valor comunicativo das ocorrências, já que as variantes, por definição, são funcionalmente correspondentes (nada mais que manifestações regulares da natural heterogeneidade da linguagem), distinguindo-se basicamente pela representatividade social, a que automaticamente se acrescentam efeitos do tipo “estilístico”.¹⁰ Labov (1987, p.313-314, apud CAMACHO, 2003, p.62) declara-se

⁹ Diz Halliday (1985) que uma teoria sistêmica é uma teoria de significado como escolha, pela qual a língua, ou qualquer outro sistema semiótico, é interpretada como redes de opções: “ou isto, ou aquilo, ou o outro”, e assim por diante.

¹⁰ A própria proposta de Chomsky de colocação da competência, completamente desvinculada do desempenho, como objeto de análise, ficando constituída uma reserva de domínio ligada a princípios gerais, já implica a afirmação de que, no uso lingüístico, há variação, e, do mesmo modo, a postulação chomskiana de um falante/ouvinte ideal, presa ao domínio da competência, está longe de significar a consideração de homogeneidade no uso lingüístico.

“cada vez mais desconfiado de argumentos funcionais”, e exatamente porque “a hipótese funcional prevê uma tendência do falante em selecionar uma variante ou outra de modo a preservar informação” (CAMACHO, 2003, p.62). Entretanto, cabe contra-argumentar no sentido de que, se a variação se manifesta no uso, ela resulta, de fato, de uma escolha do falante (não importa se no abrigo das “regras” que o sistema oferece), e é impossível não pensar na obtenção de efeitos comunicativos (não importa se sob condicionamento sociocultural, ou, até, por isso mesmo), sendo, portanto, absolutamente relevante buscar a interface entre uma GRAMÁTICA (de usos) e a VARIABILIDADE LINGÜÍSTICA (variação a que se alia mudança).

Gramática e gramaticalização

A língua transmite-se de um modo “descontínuo” de uma geração para outra. (ULMANN, 1973, p.402, citando MEILLET, 1948)

E aí se chega à ligação entranhada entre GRAMÁTICA e GRAMATICALIZAÇÃO. Esse é um processo que tem encontrado abrigo privilegiado no Funcionalismo, e exatamente porque reflete a relação entre o sistema gramatical e o funcionamento discursivo, ou seja, porque se explica pela interação entre as motivações internas e as motivações externas ao sistema. A tal ponto isso ocorre que se tem chegado a postular que a GRAMATICALIZAÇÃO constitui um fator de equilíbrio entre tais forças em competição, equilíbrio que, afinal, permite a própria existência da gramática (DU BOIS, 1985). É um processo que se assenta em bases cognitivas, sobre o pressuposto de que a atividade do discurso pressiona o sistema, chegando a reorganizar o quadro das estruturas lingüísticas, embora dentro de regularidades previsíveis. Por isso, GRAMATICALIZAÇÃO é processo de eleição para ilustrar a operacionalização do exame do funcionamento lingüístico que aqui proponho.¹¹

Fica colocado na base das reflexões sobre os usos, e do reconhecimento da existência de processos acomodativos na vida da língua (entre os quais a GRAMATICALIZAÇÃO), um conjunto de assunções funcionalistas como a multifuncionalidade da linguagem (PRIDEAUX, 1987), a não-autonomia da língua (e da gramática) (GIVÓN, 1995), a relatividade do valor das formas lingüísticas (HALLIDAY, 1985), a não-arbitrariedade da relação entre o funcional e o estrutural, na língua (MACKENZIE, 1992), a capacidade que tem o falante de proceder a escolhas que tem o falante, e a propriedade que tem a gramática de organizar as seleções simultâneas do falante (HALLIDAY, 1973, 1985), a susceptibilidade da gramática às pressões do uso (DU BOIS, 1993), ou seja, às determinações discursivas (GIVÓN, 1979), a resolução da gramática no equilíbrio entre forças

¹¹ Tenho tratado esse tema em diversos estudos (Neves, 1998b, 1999a, 2001a, 2002a, 2006b, Neves; Braga, 1998).

internas e forças externas ao sistema (DU BOIS, 1985), tudo governado pela integração, na gramática, dos componentes sintático, semântico e pragmático (DIK, 1978, 1980, 1989, 1997; GIVÓN, 1984; HENGEVELD, 1997).

O que proponho é que, para a análise da gramática em uso, é particularmente revelador o exame do processo da GRAMATICALIZAÇÃO, que ilustra, à perfeição, a existência de processos acomodativos na vida da língua, os quais a mantêm viva e eficiente, e dos quais se destacam: (i) caráter não-discreto das categorias; (ii) fluidez semântica, com valorização do papel do contexto; (iii) gradualidade das mudanças e coexistência de etapas; (iv) regularização, idiomatização e convencionalização contínuas (NEVES, 2002a, p.176). Trata-se de um processo pelo qual itens e construções passam, em determinados contextos linguísticos, a servir a funções (mais) gramaticais, e, uma vez assim gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais (HOPPER; TRAUGOTT, 1993). Implicados nessa propriedade essencial do fenômeno estão processos como perda de complexidade semântico-lexical, de liberdade sintática e de substância fonética, com a contraparte de ganho em significação morfossintática. Prevê-se uma ordem cronológica de arranjo pela qual esses níveis da estrutura linguística são afetados pela GRAMATICALIZAÇÃO (HEINE; REH, 1984), mas a análise não necessariamente é diacrônica. Trata-se, antes, de um processo pancrônico, que, do ponto de vista cognitivo, é instantâneo, envolvendo um ato mental pelo qual uma relação de similaridade é reconhecida e explorada (GIVÓN, 1991). Pela natureza desse processo, relacionam-se nele, de modo exemplar, o USO e o SISTEMA.

Gramática e ação escolar: a configuração de decisões

Além de ensinar a língua nacional, desde as primeiras faixas etárias, a escola tem, durante esse longo tempo, destacado os valores qualitativos da língua, considerando-a digna de culto e justificando o aprimoramento do falar dos educandos; deve-se buscar uma linguagem que se mostre coerente com os padrões de nacionalismo, de polidez, de cultura, etc. (SOUZA, 2001, p.76)

Por todas essas premissas, e centrada a atenção na atividade formativa escolar com a gramática da língua, fica aqui assentado que não é a homogeneidade que tem de ser buscada; pelo contrário, a heterogeneidade é constitutiva da linguagem, pois a língua é um sistema eminentemente variável, e isso é o que tem de ser mostrado no exercício de uma atividade reflexiva sobre a linguagem. Essa compreensão da heterogeneidade ajuda a ver que não são as tão perceptíveis diferenças de “sotaque” e de acionamento lexical que hão de justificar a postulação de uma cisão idiomática.

Também a partir daí, a perspectiva direcionadora da interface entre GRAMÁTICA e AÇÃO ESCOLAR que se escancara é a rejeição de moldes ideais ou supostos, sejam eles de desempenho, guiado por submissão estrita a normas lingüísticas consideradas legitimadas, sejam eles de organização de entidades metalingüísticas, guiada por submissão estrita a paradigmas fixos e estanques.

A complexidade de que se reveste esse empreendimento é evidente, especialmente porque estão sem resolução muitas questões que se ligam à própria inserção sociocultural das línguas naturais e, particularmente no Brasil – como, em geral, no Ocidente –, a uma forte consciência de que a escola é a entidade sociopolítica a que compete preparar o cidadão para um desempenho lingüístico de registro valorizado que lhe confira garantia de elevada qualificação social. E, na verdade, essa não é uma questão alheia à tarefa do lingüista (NEVES, 2006b).

Fica, afinal, assentado que a GRAMÁTICA da língua faz o arranjo da POÉTICA e dela recebe a inspiração dos arranjos. Ela determina a POLÍTICA (LINGÜÍSTICA) e está sempre naturalmente a seu serviço, condiciona-se pela sua própria história, mas condiciona a história da língua, depende da unidade da língua, mas garante essa unidade, fixando-se e emergindo ao mesmo tempo, a cada momento. E, afinal, a GRAMÁTICA é “transportada” à ESCOLA, e aí é que ela corre o risco de banalizar a POÉTICA, confundir a POLÍTICA LINGÜÍSTICA, violentar a história, fazendo a língua posar perigosamente e infertilmente de uma, imutável, pronta, acabada.

NEVES, M. H. M. Grammar and its interfaces. *Alfa*, São Paulo, v.51, n.1, p.81-98, 2007.

- *ABSTRACT: Based on the notion of grammar as calculation of meaning production, this paper discusses the interfaces established by the activation of a language grammar considered as a common asset of a community. The discussion departs from the interface between grammar and linguistic policy (configuration of territory, with focus on linguistic identity) to reach the interface between grammar and school action (configuration of decisions, with focus on the language usage). Involved in this trajectory are the interfaces between grammar and poetics (privileged experience), grammar and linguistic description (privileged reflection) and grammar and linguistic variation (pattern formation). The fact to be examined in this trajectory is the grammaticalization, which shows the relationship between linguistic functioning and grammar system.*
- *KEYWORDS: Grammar; linguistic policy; poetics; linguistic description; variation; school action.*

Referências bibliográficas

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução do francês de Eni P. Orlandi. Campinas: EDUNICAMP, 1992.

- BERRINI, B. O português do Brasil: heranças e invenções – 500 anos. In: *Língua portuguesa: uma visão em mosaico*. São Paulo: EDUC, 2002. p.33-42.
- CAMACHO, R. G. O formal e o funcional na teoria variacionista. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Org.). *Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003. p.55-65.
- CHIERCHIA, G. *Semântica*. Tradução de Luis Arthur Pagani, Lígia Negri e Rodolfo Ilari. Campinas: EDUNICAMP, 2003.
- CRYSTAL, D. *A revolução da linguagem*. Tradução de Ricardo Quintana; consultoria de Yonne Leite. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- DIK, S. C. *Functional grammar*. Dorderecht: Foris, 1978.
- _____. *Studies in functional grammar*. London: Academic Press, 1980.
- _____. *The theory of functional grammar*. Dorderecht: Foris, 1989.
- _____. *The theory of functional grammar*. 2. ed. Rev. by Kees Hengeveld. Berlin: Mouton de Gruyter, 1997.
- DU BOIS, J. W. Competing motivations. In: HAIMAN, J. (Ed.). *Iconicity in syntax*. Amsterdam: John Benjamins, 1985. p.343-365.
- DU BOIS, J. W. *Discourse and the ecology of grammar: strategy, grammaticization, and the locus: Rice Symposium*. Santa Barbara: University of California, 1993.
- FIORIN, J. L. A lusofonia como espaço lingüístico. In: BASTOS, N. (Org.). *Língua portuguesa: reflexões lusófonas*. São Paulo: Ed. PUC, 2006. p.25-48.
- GIVÓN, T. *Syntax and semantics: discourse and syntax*. New York: Academic Press, 1979.
- _____. *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam: John Benjamins, 1984.
- _____. Serial verbs and the mental reality of “event”: grammatical vs. cognitive packaging. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (Ed.). *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1991. v. 1. p.81-127.
- _____. *Functionalism and grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1995.
- HALLIDAY, M. A. K. The functional basis of language. In: BERNSTEIN, B. (Ed.). *Class, codes and control*. London: Routledge and Kegan Paul, 1973. p.343-366.
- _____. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1985.
- _____; HASAN, H. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.

- HEINE, B.; REH, M. *Grammatical categories in African languages*. Hamburg: Helmut Buske, 1984.
- HENGEVELD, K. Cohesion in functional grammar. In: CONNOLLY, J. H. et al. (Ed.) *Discourse and pragmatics in functional grammar*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1997. p.1-16.
- HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- HOUAISS, A. Língua e realidade social. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n.22. p.53-60, 1980.
- LABOV, W. The overestimation of functionalism. In: DIRVEN, R.; FRIED, V. (Ed.). *Functionalism in linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 1987. p.311-332.
- LEÃO, A. V. Formação da língua literária brasileira: século XIX. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n.22. p.77-96, 1980.
- MACKENZIE, J. L. *What is functional grammar?* Comunicação apresentada no 20. Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes. Zurique, 1992.
- MATEUS, M. H. M. *A face exposta da língua portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2002a.
- _____. *Uma política de língua para o português*. Lisboa: Colibri, 2002b.
- MEILLET, A. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Champion, 1948.
- NASCENTES, A. *Estudos filológicos*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2003.
- NEVES, M. H. M. O ensino da gramática. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, Lisboa, v.4, p.43-52, 1991.
- _____. Reflexões sobre o estudo da gramática nas escolas de primeiro e de segundo grau. *ALFA*, São Paulo, v.37, p.91-98, 1993.
- _____. A gramática e o usuário. *Estudos Lingüísticos*, v.23, p.7-17, 1994.
- _____. O ensino da gramática. *Linha D'Água*, São Paulo, v.10, p.9-17, 1996a.
- _____. Teorias sintáticas e análises gramaticais. *Estudos Lingüísticos*, Ribeirão Preto, v.25, p.53-62, 1996b.
- _____. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- _____. A gramática de usos é uma gramática funcional. *ALFA*, São Paulo, v.41, n.esp., p.1-25, 1998a.

- _____. A gramaticalização e a articulação de orações. *Estudos Lingüísticos*, São José do Rio Preto, v.27, p.46-56, 1998b.
- _____. Funcionalismo e descrição do português. *Veredas*, Juiz de Fora, p.69-75, 1998c.
- _____. Aspectos da gramaticalização em português. In: DUARTE, L. P. (Org.). *Para sempre em mim: homenagem a Ângela Vaz Leão*. Belo Horizonte: CESPUC, 1999a. p.221-233.
- _____. Discurso e gramática no funcionalismo. *Estudos Lingüísticos*, Bauru, v.28, p.30-40, 1999b.
- _____. Estudos funcionalistas no Brasil. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v.15, p.71-104, 1999c.
- _____. A modalidade: um estudo de base funcionalista na língua portuguesa. *Revista Portuguesa de Filologia*, Coimbra, v.23, p.97-123, 2000a.
- _____. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000b.
- _____. A gramática: conhecimento e ensino. In: AZEREDO, J. C. (Org.). *Língua portuguesa em debate: conhecimento e ensino*. Petrópolis: Vozes, 2000c. p.52-73.
- _____. Um tratamento funcionalista da articulação de orações. In: GÄRTNER, E.; HUNDT, C.; SCHÖNBERGER, A. (Ed.). *Estudos de gramática portuguesa (II)*. Frankfurt: TFM, 2000d. p.137-147.
- _____. A gramaticalização e a organização dos enunciados. *Scripta*, Belo Horizonte, v.5, n.9, p.13-22, 2001a.
- _____. Língua falada, língua escrita e ensino: reflexões em torno do tema. In: URBANO, H. et al. (Org.) *Dino Preti e seus temas: oralidade, literatura, mídia, ensino*. São Paulo: Cortez, 2001b. p.321-332.
- _____. *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: Ed. UNESP, 2002a.
- _____. A gramática escolar no contexto do uso lingüístico. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v.10, n.2, p.233-253, 2002b.
- _____. A noção de erro no ensino da língua. In: GROßE, S.; SCHÖNBERGER, A. et al. (Org.). *Ex oriente lux: Festschrift für Eberhard Gärtner zu seinem 60 Geburtstag*. Frankfurt am Main: Valentia, 2002c. p.303-315.
- _____. O uso lingüístico e a noção de certo e de errado. *Lingüística 12*, São Paulo, p.175-184, 2000/2002 (2002d).
- _____. *Que gramática estudar na escola?: norma e uso na Língua Portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2003a.

_____. Subsídios teórico-metodológicos para o tratamento escolar da gramática. *Questões de Lingüística*, Passo Fundo, p.88-105, 2003b.

_____. Funcionalismo e lingüística do texto. *Revista do Gel*, Araraquara, v.1, p.71-89, 2004a.

_____. Uma introdução ao funcionalismo: proposições, escolas, temas e rumos. In: CHRISTIANO, M. E. A.; SILVA, C. R.; HORA, D. (Org.). *Funcionalismo e gramaticalização*: teoria, análise e ensino. João Pessoa: Idéia, 2004b. p.13-28.

_____. A tensão entre o uso lingüístico e a norma prescritiva: os reflexos no ensino escolar. In: Congresso Internacional da ALFAL, 13., 2003, San José. Actas... San José: Universidad de Costa Rica, 2005a, p. 1413-1420.

_____. Examinando os caminhos da disciplina Lingüística nos cursos de Letras: por onde se perdem suas lições na formação dos professores de português. *Revista do Gelne*, Universidade Federal do Ceará, v.3, n.2, p.23-26, 2005b.

_____. *Gramática na escola*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2005c.

_____. Para uma gramática escolar. In: BASTOS, N. B. (Org.). *Língua Portuguesa: reflexões lusófonas*. São Paulo: Ed. PUC, 2006a.

_____. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006b.

_____; ANDRADE, S. R. A norma lingüística em livros didáticos do português. *Estudos Lingüísticos*, v.30, p.1-7, 2001.

_____; BRAGA, M. L. Hipotaxe e gramaticalização. uma análise das construções de tempo e de condição. *D.E.L.T.A*, São Paulo, v.14, n.esp., p.191-208, 1998.

_____; JUNQUEIRA, R. S. O estatuto da linguagem n'Ó Marinheiro de Fernando Pessoa. *Revista Scripta*, Minas Gerais, v.7, p.183-201, 2004.

PICCHIA, M. del. *Poesias (1907-1946)*. São Paulo, Martins, 1958.

_____. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos 1-1820/1920: fontes para a teoria e a história*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos/ São Paulo: Ed. USP, 1978.

_____. Panorama: a definição da língua no Brasil. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n.22, p.27-34, 1980.

_____. *A gramatiquinha de Mário de Andrade: texto e contexto*. São Paulo: Duas Cidades, 1990.

PRIDEAUX, G. D. Processing strategies: a psycholinguistic neofunctionalism? In: DIRVEN, R.; FRIED, V. (Ed.). *Functionalism in linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 1987. p.297-308.

SAPIR, E. *An introduction to the study of speech*. New York: Harcourt, 1921.

SOUZA, A. J. *Geografia lingüística: dominação e liberdade*. São Paulo: Contexto, 2001.

TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (Ed.). *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1991.

ULMANN, S. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Tradução de J. A. Osório Mateus. 3.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1973.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS CULTO FALADO NO BRASIL: SOBRE O SEGUNDO VOLUME, CLASSES DE PALAVRAS E AS CONSTRUÇÕES GRAMATICAIS

Ataliba T. de CASTILHO¹

- RESUMO: Relaciono neste artigo os principais fundamentos teóricos que embasaram os capítulos do volume II da Gramática do português culto falado no Brasil, dedicado às classes de palavras e às construções gramaticais.
- PALAVRAS-CHAVE: Gramática; língua falada; funcionalismo.

Introdução: o volume II e os estudos funcionalistas no Brasil

Com este número, a revista *Alfa* atinge definitivamente sua maioridade, como a Revista de Lingüística da Universidade Estadual Paulista.

Particpei de sua trajetória, como seu primeiro Diretor, durante o período de 1962 a 1975, quando a *Alfa* estava ligada ao Departamento de Letras da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, posteriormente incorporada à Unesp.

A idéia de sua publicação veio do Prof. Massaud Moisés, então Diretor da Faculdade. Durante esse período, publiquei 19 números da revista, dois deles dedicados aos Profs. Robert Henri Aubreton e Theodoro Henrique Maurer Jr., como miscelâneas de estudos. Ajudado pelos colegas do Departamento e por minha esposa, Célia Maria Moraes de Castilho, que fez sua Licenciatura em Letras na antiga "FAFI", pedíamos as contribuições, preparávamos os originais para o linotipo, fazíamos as revisões das provas, e distribuíamos os exemplares. Foi estabelecido um intercâmbio regular entre essa revista e 167 publicações congêneres do país e do exterior. O respectivo arquivo de endereços viria a ser utilizado mais tarde por duas outras publicações: os *Cadernos de Estudos*

¹ Professor aposentado de Filologia e Língua Portuguesa da USP, ex- Professor Titular da UNESP, campus de Marília, e UNICAMP, Instituto de Estudos da Linguagem. Professor colaborador voluntário da UNICAMP, Departamento de Lingüística – Campinas – São Paulo – 13093-240. Pesquisador do CNPq. Endereço eletrônico: ataliba@uol.com.br

Linguísticos da Universidade Estadual de Campinas, e *Filologia e Linguística Portuguesa* da Universidade de São Paulo.

O presente trabalho traz algumas reflexões sobre uma iniciativa derivada indiretamente do Departamento de Letras de Marília, cujas contribuições à Linguística brasileira não foram ainda estudadas. Refiro-me ao Projeto de Estudo da Norma Urbana Linguística Culta do Brasil, impulsionado entre outras coisas pela brochura *Projeto de Estudo da Norma Linguística Culta de algumas das principais capitais brasileiras*, editada pelo Conselho Municipal de Cultura de Marília, em 1970 (CASTILHO, 1969, 1972/1973).

Esse projeto, que ficaria mais conhecido como Projeto NURC, coletou materiais entre 1970 e 1978, nele assentando diversos estudos, em sua maior parte publicados em três séries: materiais para estudo, pragmática da língua falada e gramática da língua falada. Relaciono tais publicações, sem preocupação de exaustividade:

- Materiais para estudo: Castilho e Preti (1986, 1987), Preti e Urbano (1989), Callou (1992), Callou e Lopes (Orgs. 1993, 1994), Motta e Rollemberg (1994, 2006), Hilgert (1997), Sá et al. (1996, 2005).
- Pragmática da língua falada: Preti e Urbano (1989), Preti (1993, 1997, 1998, 2000, 2002, 2003, 2005, 2006).
- Gramática e léxico da língua falada: Castilho (1989), Marques (1996).

As pesquisas de cunho gramatical previstas pelo Projeto NURC não deram muito certo, por razões que examinei em Castilho (1984). Decidi então lançar em 1988 o *Projeto de Gramática do Português Falado* (PGPF), que envolveu entre 1988 e 2002 cerca de cinquenta pesquisadores, afiliados a quinze universidades brasileiras, divididos em cinco grupos de trabalho, cada qual com seu recorte teórico e sua agenda. Os resultados dessa empresa foram publicados pela Editora da Unicamp em oito volumes: Castilho (1990, 1993), Castilho e Basílio (1996), Ilari (1992), Kato (1996), Koch (1996), Neves (1999b), Abaurre e Rodrigues (2002). Tenho exercido a coordenação geral do PGPF, que contou com financiamento concedido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

Durante o período acima foram preparados mais de duzentos ensaios, o que permitiu ingressar na segunda fase do projeto, em 2004, a consolidação de tudo isso, em cinco volumes. O primeiro desses volumes já publicado: *Construção do texto*, Jubran e Koch (2006), v. I. O volume II, *Classes de palavras e construções gramaticais*, organizado por Rodolfo Ilari e Maria Helena Moura Neves, foi encaminhado para publicação em junho de 2007. Seguir-se-ão os volumes III, *Construção da sentença*, organizado por Mary Kato, o volume IV, *Construção morfológica da palavra*, organizado por Ângela C. Rodrigues e Ieda Maria Alves,

e o volume V, *Construção fonológica da palavra*, organizado por Maria Bernadete Marques Abaurre.

Escolhi como tema deste trabalho apresentar uma percepção pessoal sobre os fundamentos teóricos do volume II da *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. Devo deixar claro que o que se segue não compromete os autores dos doze capítulos desse volume, situados maiormente numa percepção funcionalista da linguagem.

Os textos aí reunidos foram preparados pelo Grupo de Trabalho de Sintaxe I (Classes de Palavras) do PGPF, coordenado pelos Profs. Rodolfo Ilari, de 1988 a 1993, e Maria Helena Moura Neves, de 1993 a 2000. Integraram o grupo os seguintes pesquisadores: Ataliba T. de Castilho, Carlos Franchi, Célia Maria Moraes de Castilho, Erotilde Goreti Pezatti, Esmeralda Vailati Negrão, Marco Antônio de Oliveira, Maria Helena Moura Neves, Maria Luiza Braga, Roberto Gomes Camacho, Rodolfo Ilari e Sírio Possenti. A eles se somaram, na fase de consolidação dos resultados (2002-2007), Ana Lúcia Muller, Lou-Ann Kleppa, Marcelo Módolo, Maria Lúcia Leitão, Marize Dall'Aglio Hattnher, Renato Basso, Sanderléia Longhin-Thomazi e Sebastião Carlos Leite Gonçalves.

Este trabalho constará de cinco seções: (1) gramática e conversação, (2) gramática e criação dos significados, (3) gramática e categorias semânticas, (4) gramática e processamento da informação, (5) gramática e dinamismo das estruturas: a gramaticalização.

A GPCFB enquadra-se entre os estudos funcionalistas desenvolvidos no Brasil, minuciosamente retratado por Neves (1997 e 1999a), e debatidos em sua articulação no exterior por Kato (1998, 1999). Grupos brasileiros de pesquisa com essa orientação foram organizados em diversos ambientes: (i) na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Anthony J. Naro fundou o “Programa de estudos sobre o uso da língua”; (ii) na Universidade Federal Fluminense, Sebastião Josué Votre organizou o projeto “Discurso e gramática”; (iii) na Universidade Federal de Juiz de Fora, Margarida Salomão vem orientando o projeto “Espaços mentais e gramaticalização”, que integra a tradição funcionalista-cognitivista. Devem ainda ser lembradas as pesquisas individuais listadas em Neves (1998/1999). A polêmica Votre e Naro (1989, 1996) x Nascimento (1990), e em seguida as observações de Dillinger (1991), deram maior visibilidade ao entrechoque Formalismo x Funcionalismo na Linguística brasileira contemporânea.

Os pesquisadores do Grupo de Sintaxe I do PGPF postularam a língua como uma atividade social, por meio da qual veiculamos a informação, expressamos nossos sentimentos e agimos sobre o outro. Assim concebida, a língua é um somatório de usos concretos, historicamente situados, envolvendo sempre um locutor e um interlocutor localizados num espaço particular, interagindo a

propósito de um tópico previamente negociado. A língua, portanto, é constitutivamente heterogênea, e sua gramática é sensível a essa propriedade.

Esses pesquisadores deixaram deliberadamente de aderir à aplicação de uma teoria única, operando com princípios de variada ordem, num leque em que se incluem a Análise da Conversação, as idéias gramaticais de Halliday, Dik e Givón, a Semântica de Frege e a Semântica Cognitiva. Uniu os pesquisadores desse grupo o propósito de tentar explicar por que a estrutura do Português falado é como é. Para melhor recortar o campo, atribuiu-se à língua uma função comunicativa, entendida em sentido suficientemente amplo para abarcar vários tipos de interação, e uma função constitutiva, para dar conta dos processos exemplificados mais abundantemente na modalidade falada.

Nessa abordagem, os sistemas discursivo, semântico e gramatical são vistos em sua convivência nas expressões lingüísticas, o que exclui a possibilidade de selecionar um deles como o sistema central da língua. Por outras palavras, postula-se que a natureza da língua não está apenas em dispor de uma estrutura, mas sim em ancorar essa estrutura na necessidade de cumprir certas funções. A correlação não biunívoca entre funções e estruturas explica a natural heterogeneidade das línguas naturais. As estruturas mais gramaticalizadas perdem sua eficácia interacional, reinstaurando-se mecanismos que fazem da língua muito mais um conjunto de processos do que um catálogo de produtos.

Convencionou-se que a identificação desses processos se faria a partir da observação do comportamento discursivo-semântico-sintático das classes de palavras e das construções – e isso nos traz à questão central levantada pelo volume II da GPCFB, a saber, que processos as classes de palavras e as construções exemplificam no português culto falado no Brasil.

Penso que os seguintes tópicos sintetizam a percepção dos pesquisadores, a esse respeito:

- (1) A língua se manifesta através da conversação, considerada como a articulação discursiva fundamental.
- (2) A língua opera constantemente sobre categorias cognitivas e semânticas, criando os significados, descritos em termos de processos.
- (3) A língua processa a informação, referenciando-se à situação de fala e ao próprio texto que está sendo criado.
- (4) As estruturas lingüísticas não são objetos autônomos nem cristalizados; sua dinâmica é captada pela teoria da gramaticalização.
- (5) Uma abordagem funcionalista opera com esses construtos na descrição das classes de palavras e dos processos de construção

Elabora-se a seguir cada um dos tópicos acima.

Gramática e conversação

A Gramática Funcional é o estudo da gramática no discurso, ou seja, no texto. Vários achados da Análise da Conversação, da Análise do Discurso e da Linguística do Texto foram apropriados pelos autores do vol. II da GPCFB.

Com referência ao discurso conversacional, diversos lingüistas em diversas ocasiões especularam sobre o estabelecimento de um programa em que se passasse da análise da conversação para a análise gramatical.

O célebre ensaio de Sacks, Schegloff e Jefferson (1974) desempenhou aqui um papel seminal. Esses autores tinham apontado para a necessidade de uma “sintaxe conversacional”. A seção 3 desse trabalho descreve o sistema de tomada de turnos em termos de dois componentes e de um conjunto de regras conversacionais. O primeiro componente é o da construção dos turnos, e o segundo, o da alocação dos turnos. A proposta de uma sintaxe conversacional formulada por eles só foi percebida pelos lingüistas a partir dos anos 90, quando Sandra Thompson deu origem ao seu projeto “Interactional Syntax”.

O componente de construção dos turnos apresenta propriedades fortemente baseadas na sintaxe. Sacks, Schegloff e Jefferson (1974, p.702) afirmam que “há várias unidades-tipo com as quais o falante pode construir um turno”. Essas unidades-tipo compreendem construções sentenciais, sintagmáticas e léxicas. A afirmação mais forte aqui é que “exemplos das unidades-tipo projetam a próxima unidade-tipo”, o que me levou a postular o “Princípio de Projeção Interacional” (CASTILHO, 1998).

A projetabilidade pragmática implica em que há uma percepção do completamento (*completion*) do movimento verbal, com respeito ao qual os turnos se sucedem. O falante prevê o momento em que o interlocutor vai encerrar sua fala, e se prepara para entrar na conversação. A teoria gramatical reconheceu há tempos a projetabilidade como uma propriedade sintática fundamental, exemplificada quando determinados itens lexicais projetam / escolhem seus argumentos. Há uma interessante correspondência entre a habilidade discursiva que os interlocutores envolvidos numa conversação têm de prever seu momento de entrada na cadeia da fala, de um lado, e sua habilidade gramatical de construir estruturas sintáticas mediante a projeção de argumentos sentenciais, de outro. Dito de outra maneira, pela primeira vez se constataram interessantes correspondências entre processos pragmáticos e estruturas sintáticas, como a tomada de turnos, o emparelhamento de construções e a organização da sentença.

Sacks, Schegloff e Jefferson (1974) tinham reconhecido essa correlação, como se vê por este trecho de seu estudo:

parece produtivo admitir que, entendida a conversação como um lugar de uso da língua, se não for O lugar de uso da língua, aspectos da estrutura da língua foram concebidos para o uso conversacional e, *pari passu*, para as contingências das trocas de turno. (p.722)

E mais além:

é de se esperar, portanto, que alguns aspectos da sintaxe da sentença serão melhor entendidos por referência às tarefas que têm de ser desempenhadas num turno-situado-numa-série, sendo os turnos o lugar fundamental para a ocorrência das sentenças. (p.723)

Nessa mesma década, Blanche-Benveniste e associados (1979) tinham notado que a sintaxe da língua falada não é unilinear, pois abriga ao mesmo tempo o eixo sintagmático e o eixo paradigmático.

Na década seguinte, essas idéias apareceriam em vários textos, que passo a mencionar, mostrando que estava ocorrendo uma convergência de pontos de vista.

Em sua intervenção no “Encontro Internacional de Filosofia da Linguagem” (Universidade Estadual de Campinas, 1981), Dorothea Franck desenvolveu indagações tais como “que tipo de objetos devem ser considerados sentenças, para que nossa definição seja compatível com os pressupostos básicos da Análise Conversacional?” (FRANCK, 1981, p.8). Partindo das estruturas duplamente articuladas (*double bind*), tais como

- (1) *isso aconteceu / assim no ano 1907 / eu nasci*
- (2) *mas ele existe / assim o animal-ambulância / vem pegá-lo*
- (3) *primeiro você escuta eles o tempo todo fazendo bagunça no corredor / esses gatinhos / eles estão brincando.*
- (4) *eu falei / primeiro / falei eu que...*

em que o segmento medial se articula tanto com o segmento à sua esquerda quanto com o segmento à direita, ela conclui que

em vez de analisar as sentenças como produtos terminados da atividade da fala, de uma perspectiva *post-factum*, parece mais cabível, à luz de nossas observações, tratá-las como *processos que se desenrolam no tempo*. (FRANCK, 1981, p.14, grifos meus)

Vistas as coisas deste ângulo, ela agrega muito afirmativamente:

acho que uma breve inspeção de dados conversacionais confirma que as sentenças ou componentes sentenciais (incluindo formulações

elípticas, em alguns contextos) são efetivamente operativas, não somente para a análise lingüística, mas para os próprios participantes (1981, p.14-15).

No domínio da Língua Portuguesa, Dias de Moraes (1987) mostrou que os marcadores conversacionais e os nexos coordenativos dispõem de propriedades compartilhadas. Marcuschi (1988/1991) e Castilho (1989b) propuseram outras tantas questões relativas à interface “conversaço / gramática”.

Gramática e criação dos significados

A Lingüística Cognitivista, desenvolvida a partir dos anos 80, é “uma abordagem da língua baseada em nossa experiência do mundo como o percebemos e o conceptualizamos” (UNGERER; SCHMID, 1996). Ancorada nas Ciências Cognitivas, a Lingüística Cognitiva ali aprendeu a “postular um nível de análise separado, que pode ser chamado ‘nível de representação’: quando trabalha nesse nível, um cientista trafega por entidades representacionais tais como símbolos, esquemas, regras, imagens” (GARDNER, 1995, p.53). Já por essas observações se vê que a Lingüística Cognitiva é na verdade uma Semântica Cognitiva.

Mas o que se deve entender por “cognitivo”? A Gramática Gerativa emprega esse termo para remeter ao entendimento da língua como um sistema de conhecimento, indagando-se como esse conhecimento é adquirido. Já na Gramática Funcionalista, “cognição” é o conhecimento que se obtém através da linguagem, isto é, “como é que a linguagem contribui para o conhecimento do mundo” (SILVA, 1997, p.62).

A abordagem funcionalista-cognitivista recusa os seguintes pontos: (i) “a existência de um nível estrutural ou sistêmico de significação lingüística [...] distinto do nível em que o conhecimento do mundo está associado às formas lingüísticas”; (ii) a arbitrariedade do signo; (iii) a afirmação de que as categorias lingüísticas são discretas e homogêneas; (iv) “a idéia de que a linguagem é gerada por regras lógicas e por traços semânticos ‘objetivos’” (SILVA, 1997, p.61).

A grande indagação formulada pela Lingüística Cognitiva é entender como a mente cria o pensamento – um desafio que vem dos primeiros tempos da Filosofia ocidental, e que retomou toda a sua força no final do século passado. Sweetser / Fauconnier (1996, p.1), por exemplo, afirmam que “os dados lingüísticos quando adequadamente compreendidos podem servir para revelar aspectos da representação mental em seu nível mais alto”.

Algumas dessas idéias apareceram na fase de consolidação dos resultados obtidos, quando foram preparados os capítulos sobre os pronomes e as preposições. Os seguintes aspectos foram considerados relevantes pelos autores desse volume.

*Esquemas imagéticos*²

Num nível cognitivo diretamente motivado pelas experiências motoras, os falantes compartilham esquemas imagéticos – esquemas muito gerais, desprovidos de conteúdo proposicional e de formulação lingüística, e vinculados diretamente à percepção de si próprio e do ambiente. A consideração dada à percepção é relevante porque, pela ótica cognitivista, a língua revela o enquadre que o falante está fazendo do evento, e esse enquadre mostra o que está sendo colocado em proeminência e o que está sendo tomado como fundo para compreender uma expressão determinada.

Os esquemas imagéticos são, em sua maioria, de natureza espacial. Convém, é claro, procurar uma representação tão rica quanto possível de nossas experiências espaciais, mas isso não é difícil, porque as entidades e eventos (e os seres humanos, enquanto entidades ou eventos) se situam no espaço ora dinâmica, ora estaticamente. É no espaço que definimos relações como as de continente / conteúdo, centro / periferia, proximidade / distância, copresença e ligação. É ainda no espaço que definimos o esquema imagético do deslocamento, que dá suporte a várias conceptualizações, entre elas a do trajeto, posição num trajeto, resistência, impedimento e permissão.

Por que essa prioridade cognitiva dada ao espaço? Porque o espaço é uma experiência humana primordial, na qual convergem (i) a percepção da capacidade de movimento corporal e (ii) a percepção das coisas que rodeiam o ser humano como entidades únicas.

Além disso, a categoria de espaço, enquanto objeto da experiência, relaciona-se com atividades corriqueiras de deslocamento, de impedimentos ao deslocamento, de estar contido em algum lugar, de ter contato e ligação com objetos. Tais vivências são significativas num nível pré-verbal e pré-conceitual, constituem experiências próprias de qualquer ser humano, independentemente da cultura, e formam esquemas imagéticos altamente produtivos.

É no espaço ainda que se experiencia o que se convencionou chamar de dinâmica de forças: a representação de obstáculos que impedem determinada

² As seções Esquemas imagéticos e Modelos cognitivos idealizados foram desenvolvidos por Maria Lúcia Leitão (UFRJ), para o Cap. VII do vol. II, dedicado às Preposições.

ação e a representação de elementos que a favorecem, já que a base é o esquema do trajeto.

Modelos cognitivos idealizados

Num nível da atividade humana dependente de conceitualização, fortemente comprometido com a linguagem, encontramos além dos esquemas imagéticos as bases de conhecimento que os cognitivistas conhecem como “modelos cognitivos idealizados” (MCIs).

Os MCIs são construções conceituais destinadas a enquadrar situações, processo mediante o qual formulamos nossa compreensão do mundo, consolidando as categorias que o descrevem e fixando o semantismo das expressões da língua. A Filosofia e a Psicologia desde sempre falaram de categorização, mas para o estudioso de orientação cognitivista o recurso a MCIs define um modo de categorizar a realidade muito diferente do que propuseram tradicionalmente essas disciplinas: os MCIs enquadram situações de maneira holística, global, e utilizam critérios com um forte lastro na experiência física e social das pessoas, em vez de categorias estabelecidas conceitualmente e em abstrato.

Para os cognitivistas, a distinção é importante porque o léxico passa então a ser entendido como um meio de categorizar a realidade via MCIs. O exemplo que ilustra classicamente essa distinção são os diferentes tratamentos dados à semântica da palavra *solteiro*. Muitos autores já entenderam que o significado dessa palavra é captado por definições construídas por meio de traços semânticos, como “homem, adulto não casado”, mas há muitos aspectos do uso do termo *solteiro* que essas definições por traços semânticos não explicam, por exemplo, o fato de que ele não se aplica ao Papa ou a alguém que tenha sido abandonado em criança numa ilha deserta. Ao contrário de uma definição por traços, que se aplica em princípio a qualquer objeto do mundo, o MCI evocado por “solteiro” só se aplica a indivíduos que teriam condição de casar-se, e isso exclui os padres católicos e o Papa, para quem o celibato é obrigatório (ECO, 2000).

Pode-se objetar que essas são expressões formulaicas, que já estão prontas na língua para serem usadas. O recurso a MCIs permite dar um tratamento natural e intuitivamente válido à polissemia, e aqui o exemplo clássico a ser evocado é o da palavra *janela*. Por *janela* podemos entender tanto um abertura feita numa parede, para colocar um ambiente em contato com o exterior, como a armação de madeira ou metal e vidros que veda a abertura. Normalmente as duas coisas vêm juntas, de modo que nosso MCI de *janela* compreende simultaneamente as duas coisas. Assim, o MCI permite que circulemos imperceptivelmente e de maneira motivada entre esses dois valores da palavra.

Gramática e categorias semânticas

Examinando os significados expressos pelas classes de palavras e pelas construções, os pesquisadores identificaram as seguintes categorias semânticas: dêixis e foricidade, referenciação, predicação e conexão.

Dêixis e foricidade

Entende-se por dêixis o processo por meio do qual a interpretação semântica de certas expressões depende da situação discursiva. Assim, o entendimento do que significam itens como *eu / você, aqui / lá, este / aquele, hoje / amanhã*, entre outros, fica na dependência de quem os pronunciou. A referência desses termos está no discurso, na situação social concreta que envolve os falantes.

O termo deriva do substantivo grego *déiksis*, literalmente “mostração”, derivado do verbo *déiknymi*, “mostrar”, “apontar”. Os itens lexicais acima enumerados apontam para as pessoas do discurso, para o lugar que elas ocupam no espaço físico e no tempo.

Na Linguística moderna, coube a Bühler formular em 1934 uma Teoria da dêixis, que ele distinguia dos símbolos. Os símbolos, referencialmente mais estáveis, e a dêixis, que não dispõe dessa estabilidade, dividem os campos linguísticos. Entendida como “ostensão”, a dêixis representa um “primeiro conhecimento da coisa”. Através da propriedade dêítica, inserimos entidades na corrente do discurso, sejam seus participantes, sejam seus tópicos. Diferentes classes gramaticais codificam a dêixis: os pronomes, os advérbios circunstanciais, certos morfemas (como os de tempo), entre outros: (BUHLER, 1961).

No mundo antigo, Apolônio Díscolo (séc. I d.C.) argumentava que os pronomes abarcam também os de terceira pessoa, “pois também se realizam como anafóricos, desde que as pessoas sejam conhecidas de antemão, e como dêíticos, se a pessoa está à vista” (1987, p.165). E mais além: os pronomes de 1ª e 2ª pessoa

servem para discernir pessoas ainda não definidas, com o que as pessoas por eles significadas se fazem definidas. É claro que as suas dêixis são as primeiras vias de entrada das pessoas que lhes subjazem, e por isso não precisam da companhia do artigo, já que não pode haver anáfora de pessoas que se mostram à vista. (APOLÔNIO DÍSCOLO, 1987)

Mattoso Câmara (1977, p.90) acompanha Bühler, ao definir a dêixis como a

faculdade que tem a linguagem de designar mostrando, em vez de conceituar. A designação dêítica, ou mostrativa, figura assim ao lado

da designação simbólica ou conceptual em qualquer sistema lingüístico. Podemos dizer que o SIGNO lingüístico apresenta-se em dois tipos – o SÍMBOLO, em que um conjunto sônico representa ou simboliza, e o SINAL, em que o conjunto sônico indica ou mostra. O pronome é justamente o vocábulo que se refere aos seres por dêixis em vez de o fazer por simbolização, como os nomes. A dêixis se baseia no esquema lingüístico das três pessoas gramaticais que norteia o discurso: a que fala, a que ouve, e todos os mais seres situados fora do eixo falante ouvinte.

Benveniste (1966) mostrou que os dêiticos constituem uma “irrupção do discurso no interior da língua, porque o seu próprio sentido [...], embora releve da língua, apenas se pode definir por alusão ao seu emprego”. Para Ducrot (1973, p.302), dêiticos são “expressões cujo referente só pode ser determinado em relação aos interlocutores. Assim, os pronomes de primeira e segunda pessoa designam respectivamente a pessoa que fala e aquela a quem se fala”. Segundo Lyons (1977, p.290),

todo enunciado lingüístico se realiza num lugar particular e num tempo particular: ocorre numa certa situação espaço temporal. É produzido por uma pessoa – o falante – e em geral se dirige a alguma outra pessoa – o ouvinte. O falante e o ouvinte, diremos, são tipicamente distintos um do outro, podendo, certamente, haver mais de um ouvinte, e estão, além disso, na mesma situação espaço temporal.

Ele acrescenta que

a noção de dêixis que é simplesmente a palavra grega que exprime a ação de “apontar” ou “indicar”, e veio a ser um termo técnico da teoria gramatical – foi introduzida para indicar os traços “orientacionais” da língua que se relacionam com o tempo e o lugar do enunciado. Os chamados pronomes pessoais – “eu, tu (você), ele” etc. – constituem apenas uma classe dos elementos da língua cujo significado se determina pela referência às “coordenadas dêiticas” da situação típica do enunciado. Outros elementos que incluem um componente de dêixis são advérbios de lugar e de tempo – como aqui, aí, ali, lá, acolá (de lugar) e agora e então (de tempo), que indicam o “próximo” e o “não próximo” do falante (e às vezes também do ouvinte) e o “momento em que se fala” e o “não-momento em que se fala”. São esses os exemplos mais evidentes da maneira pela qual a estrutura gramatical de uma língua pode refletir as coordenadas espaço temporais da situação típica do enunciado. A situação típica no enunciado é egocêntrica: como o papel do falante se transfere de um participante para outro numa conversa, muda-se assim o “centro” do sistema dêitico, usando o falante eu para referir-se a si mesmo, tu, você, etc. para dirigir-se ao ouvinte. O falante está sempre no centro da situação do enunciado.

Lahud (1979, p.40) reconhece que a noção de dêixis está muito vinculada à classe lingüística dos pronomes pessoais (*eu/tu*, mais precisamente) e demonstrativos (*isso*), e ainda está igualmente vinculada às formas temporais do verbo. O que se pode observar é que alguns traços unem essas categorias: pessoa, proximidade e tempo, o que faz delas uma única classe (Lahud está se referindo à classe nocional).

As citações acima mostram que os limites entre a dêixis e a foricidade não são muito nítidos. Carreter (1968, p.130) tem essa opinião: a dêixis “consiste en señalar algo que está presente ante nuestros ojos: aquí, allí, tú, esto, etc. Cuando la función deíctica no consiste en hacer una ‘demonstratio ad oculos’, sino que señala un término de la frase ya anunciado, recibe el nombre de anáfora”.

Na língua portuguesa, a dêixis tem uma codificação flexional e lexical. A pessoa só tem flexão no verbo; nas demais classes, é o lexema que contém essa categoria. Os itens lexicais expressam uma localização positiva e uma localização negativa dos participantes do discurso. Localizam-nos positivamente os itens que os dispõem num eixo de proximidade ou de não proximidade com respeito ao locutor: *este-esse*, *aqui*, *hoje* fornecem uma localização próxima, ao passo que *aquele*, *lá*, *ontem* / *amanhã* provêm uma localização remota. Localizam-nos negativamente os itens que não têm esse poder de discriminação, como os artigos.

Através da foricidade retomamos o que já se mencionou (= anáfora) ou anunciamos o que se mencionará (= catáfora). Halliday e Hasan (1976) dão à anáfora e à catáfora a designação comum de *endófora*, reservando o termo *exófora* aos processos de retomada de informações constantes na situação de fala, não verbalizadas no enunciado.

Entendida como “remissão”, a foricidade representa um *segundo conhecimento da coisa*, sendo que o *primeiro conhecimento* é dado pelo processo da referência. Através da anáfora, retomamos um tópico discursivo, trazendo de novo à consciência os participantes do discurso mencionados anteriormente, ou presentes no contexto.

Referenciação

Denomina-se *referenciação* a categoria semântica por meio da qual representamos qualquer entidade do mundo extralingüístico, real ou imaginário, valendo-nos para isso de um dado signo lingüístico. O sentido do signo selecionado repousa em nossa crença de que ele de fato remete a essa entidade, visto que o entendimento do sentido do signo selecionado não garante sua referência.

Podemos selecionar no panteão dos heróis da pátria alguém que mereça essa denominação, denominando-se de *herói*. Mas também podemos com esse

signo denominar uma criança, mesmo tratando-se de um infante, ou um grande patife, quando queremos ironizar sobre esse participante. A referência, portanto, não remete necessariamente à vida real. A referenciação e a predicação constituem duas atividades fundamentais na organização das sentenças: denominamos um participante via referenciação e lhe atribuímos uma propriedade via predicação.

O modo como se dá a representação dos participantes tem sido um grande problema para a Semântica. As investigações têm mostrado entre outras coisas que em nosso recorte do mundo físico podemos destacar suas propriedades íntimas (*intensionalidade*), sua capacidade de remeter a conjuntos ou a indivíduos desses conjuntos (*extensionalidade*), tanto quando nossa habilidade de apresentar as coisas definida ou especificamente (*especificidade*), ou indefinida ou genericamente (*genericidade*). Vou limitar-me às duas primeiras propriedades.

A *intensão* é o conjunto de propriedades lexicais das palavras, ou seja, seus traços semânticos inerentes. Combinando-se as palavras em expressões complexas, nota-se que sua intensão é preservada, nos casos de *composicionalidade* (ou “linking”, segundo Weinreich, 1977), ou é alterada, seja pelo cancelamento dessas propriedades, nos casos de *delimitação* (o mesmo que “composicionalidade parcial” ou “hedging”, segundo Lakoff, 1975), seja pelo surgimento de propriedades novas, não contidas nos itens envolvidos, nos casos de *não-composicionalidade* (ou “nesting”, ainda segundo Weinreich, 1977).

- (1) *O nenê começou a falar* [“composicionalidade”, pois tanto *começar* quanto *falar* preservam suas propriedades intensionais].
- (2) *O nenê está quase falando* [“composicionalidade parcial”, pois *quase* elimina algumas propriedades de *falar*].
- (3) *O nenê pôs-se a falar* [“não-composicionalidade”, visto que o significado de “começar (a falar)” não corresponde às propriedades intensionais de *pôr*].

Nos exemplos acima, verbos foram combinados com verbos. Na combinação de itens diferentes, como N + Adj, Ilari (1992b) mostra que se observa igualmente o comprometimento da intensão, visto que o conjunto gerado se afasta do que cada item significa individualmente. Assim, em

- (4) *Aquela construção é um verdadeiro elefante branco,*

elefante deixa de significar “mamífero de grande porte” e *branco* igualmente não é mais a “impressão causada pelo raio de luz não decomposta”, para significar “obra ou iniciativa inútil”. O mesmo pode dizer-se de “estado maior”, “controle remoto”, etc. Dizemos que tais expressões expressam uma resultante não composicional. A não composicionalidade dá origem às expressões idiomáticas.

A extensão é o conjunto de indivíduos denotados através das propriedades lexicais das palavras. Ao operar sobre esta propriedade, o Adj tem geralmente

um efeito delimitador. Assim, em

(5) *O cidadão pagou seus impostos,*

cidadão denota o conjunto total dos seres integrados numa comunidade organizada, no gozo de seus direitos civis. Já em

(6) *O cidadão brasileiro pagou seus impostos,*

esse conjunto foi limitado aos indivíduos nascidos no Brasil. Dizemos então que a expressão *cidadão brasileiro* é intensionalmente composicional, e extensionalmente modificada.

Segundo a lógica aristotélica, a designação é também um processo de predicação, e assim cada item lexical pleno de significado é um predicador. Indo por aqui, os substantivos predicam, isto é, designam os seres e as coisas, os adjetivos designam os estados, os verbos designam as ações e os eventos, as preposições designam as relações, e assim por diante. Aristóteles, naturalmente, cercou essa afirmação dos devidos cuidados, quando mostra que

os nomes são símbolos das coisas, mas a relação entre o conceito (nóema) e o sinal (semêion) ou entre a coisa (prâgma) e o nome (ónoma) não é sempre de congruência. Não se recobrem sempre inteiramente conceito e palavra. O que está no som é símbolo do que está na alma, mas não necessariamente o conceito que está no som, o significado, é congruente com o conceito que está na alma, embora só sob as formas de linguagem possam ser apreendidos os conteúdos mentais. (NEVES, 1987, p.64-65).

A predicação por designação gera o sentido, que decorre da relação entre o item e seu referente. Essa percepção não será tomada em conta aqui, pois a predicação será entendida mais restritivamente como a incidência de um item sobre outro, de que resulte uma atribuição de propriedades semânticas.

Predicação

Apolônio Díscolo, gramático alexandrino do séc. I d.C., teve uma intuição fundamental para o entendimento do processo semântico da predicação. Ele integrava os estudos gramaticais em três pontos: o som e a sílaba, a classificação das partes da oração, e a própria oração (1987, p.32). A oração se realiza num nível duplo, o semântico (= a oração tem uma significação auto suficiente) e o funcional (“os casos oblíquos se conectam com os retos por meio de um verbo inserido entre ambos, a ação do qual passa do nominativo <reto> para o oblíquo”, Apolônio Díscolo, I, 137).

uma elaboração dessas relações, ver Jespersen (1971, cap. 7), e Kato e Castilho (1991).

Por outro lado, observando-se as “direções da predicação” representadas pelas flechas que acompanham o enunciado (7), nota-se que o movimento da direita para a esquerda é o mais habitual, não se excluindo o movimento da esquerda para a direita, identificada em *jogador alto*, em *ganha fácil* e em *jogador alto ganha fácil*.

A predicação, em suma, ocorre quando um operador toma um termo por seu escopo. A inspeção do escopo permite verificar que a predicação ocorre nos seguintes ambientes sintáticos:

- O escopo é um dos constituintes do sintagma. Dizemos que a predicação ocorreu no espaço sintagmático da sentença, em que podem ser documentadas predicações por determinação, por quantificação, por delimitação e por atribuição, no caso do SN, e por modalização, no caso do SV. Identificam-se assim no interior dos sintagmas os mesmos processos semântico-sintáticos que se identificam no interior das sentenças.
- O escopo é um dos constituintes da sentença. Dizemos que a predicação ocorreu no espaço funcional da sentença: o V toma por escopo o SN argumento externo e o SN / SP argumentos internos.
- O escopo é a sentença inteira. Dizemos que ocorreu uma predicação da sentença: os chamados “advérbios de sentença” tomam por escopo toda a sentença, como em (7), segundo se pode constatar através da paráfrase:

(7a) *É real que S.*

- O escopo é um dos participantes do discurso. Dizemos que ocorreu uma predicação pragmática, nas situações em que o predicador toma por escopo não um termo codificado no enunciado, e sim um dos participantes do discurso. Nesses casos, a predicação atuou no sistema discursivo da língua, como em:

(8) *Nas feiras hippies as pessoas naturalmente compram bugigangas.*

Em (8), nota-se que a predicação desencadeada por *naturalmente* pode gerar mais de um significado: (i) Se o interlocutor processa tal S tomando por escopo do Adv toda a S, provavelmente ele a parafraseará como

(8a) *é natural que as pessoas compram bugigangas nas feiras hippies,*

e o advérbio estará modalizando asseverativamente a sentença. (ii) Se ele considerar que o predicador adverbial está incidindo sobre o verbo, provavelmente interpretará esse enunciado como

(8b) *é hábito comprar bugigangas nas feiras hippies,*

e o Adv estará quantificando o verbo. (iii) Finalmente, se o interlocutor estiver passando por uma feira hippie e ouvir (8) de seu parceiro de conversação, ele poderá interpretar que o escopo do Adv, além dos acima indicados, contidos no enunciado, pode ser ele próprio, como um participante da enunciação, identificando-se um efeito perlocutório, parafraseável mais ou menos assim:

(8c) *visto que é verdadeiro que as pessoas compram bugigangas nas feiras hippies, e isso é até mesmo um hábito, meu interlocutor está insinuando que eu lhe compre algo.*

Nessa interpretação, o Adv estará concorrendo para o desencadeamento de uma inferência conversacional, vale dizer, de uma significação que não se encontra na “literalidade” de (8). Nessas duas situações, explorou-se a força ilocucionária da predicação adverbial, caracterizando-se um caso de predicação discursiva, ou pragmática.

Conexão

Preposições e conjunções integram a classe dos nexos gramaticais, ligando palavras e sentenças. A diferença entre elas está no tipo de conexão que promovem. As preposições subordinam o item seqüente ao item antecedente, sejam palavras, sejam sentenças. As conjunções ligam palavras e sentenças por dependência, independência ou interdependência.

A literatura sobre as preposições tematiza continuamente a difícil questão de seu sentido. Teriam elas um sentido de base, de que decorreriam sentidos derivados? Ou seriam completamente vazias de sentido, e a semântica das expressões preposicionadas decorreria dos termos que elas relacionam?

Os pesquisadores do GPCFB hipotetizaram que as preposições são operadores de predicação que tomam por escopo o antecedente e o conseqüente, atribuindo-lhes propriedades semântico-cognitivas de POSIÇÃO NO ESPAÇO, DESLOCAMENTO NO ESPAÇO, DISTÂNCIA NO ESPAÇO, MOVIMENTO, etc. A categoria de ESPAÇO poderá ser descrita em termos dos eixos horizontal (origem / meta), vertical (inferior / superior) e transversal (anterior / posterior). Esses três eixos são insuficientes para a caracterização semântica das preposições, sendo necessário agregar a distinção “continente / conteúdo” e “próximo / distante”.

Desses sentidos espaciais prototípicos derivam os sentidos de Aspecto, Tempo e Qualidade. Processos de deslocação dos esquemas imagéticos dão origem a outros tantos significados, conforme se demonstrou no Cap. VII da *Gramática*, relativo às preposições.

Quanto às conjunções, reconheceu-se a insuficiência do par opositivo “coordenativas / subordinativas”, abrindo-se espaço para as conjunções correlativas, descritas no Cap. XII.

Gramática e processamento da informação

Língua como competência comunicativa

De acordo com a formulação de Neves (1997), por competência comunicativa deve-se entender

a capacidade que os falantes têm não apenas de acionar a produtividade da língua, isto é, de jogar com as restrições, mas também – e primordialmente – de proceder a escolhas comunicativamente adequadas, isto é, de operar as variáveis dentro do condicionamento ditado pelo próprio processo de comunicação.

A competência comunicativa, portanto, é observável nos usos linguísticos, através dos quais tornamos comuns conteúdos informativos, sentimentos pessoais e instruções que devem ser seguidas. “Comunicação”, nesta perspectiva, pouco tem a ver com a Teoria da Comunicação formulada nos anos 60, tendo muito a ver com a etimologia mesma do termo, desvendado por seu tratamento fonológico em nossa língua, em que *comunicare* > *comungar*.

Teoria da articulação tema-rema

A Teoria da articulação tema-rema foi formulada pela Escola Linguística de Praga por volta dos anos 30. De acordo com essa Teoria, “*tudo ato de comunicação bem sucedido consiste em duas realizações: (i) destacar um objeto de predicação, (ii) predicar sobre esse objeto*”, segundo Ilari (1986, p.36), que explicou fenômenos da língua portuguesa por meio dessa teoria. Em suas próprias palavras,

toda oração serve para realizar duas ações básicas e irreduzíveis, que descrevemos na linguagem de todos os dias mediante os predicados ‘falar de’ e ‘dizer que’: o primeiro desses predicados capta o papel de tópico (= Tema), e o segundo o papel de foco (= Rema). Toda sentença envolveria, em suma, dois ‘atos de fala’, cada um dos quais obedece a condições específicas. (ILARI, 1986, p.42)

Mais além, Ilari esclarece o que está entendendo por “atos de fala”:

conquanto, nessa análise de atos de fala, as duas expressões “falar a respeito de” e “dizer que” devam ser consideradas como primitivas (no sentido de que não se deixam definir por outras expressões mais básicas), cabe perguntar que tipo de ação verbal representam: trata-se num caso de uma “ação de referência”, e no outro, de uma ação de asserção ou informação. (ILARI, 1986, p.178)

A teoria da articulação tema-remata foi introduzida entre os lingüistas ingleses e americanos por Halliday (1967, 1968), e em seguida grandemente desenvolvida por Chafe (1970), Prince (1981), Givón (1979) e outros, suscitando diversas aproximações entre a sintaxe e o discurso.

Essa teoria pode ser generalizada para além dos limites da sentença, segundo mostrei em Castilho (1989a), ao estudar as unidades discursivas. Num artigo-balanço, Danes (1995) afirma que a teoria tomou três direções distintas: (i) articulação comunicativa dos enunciados, que é o ponto de vista original; (ii) bipartição informacional: informação dada/sabida/velha vinculada ao contexto, versus informação nova/não-sabida, não vinculada ao contexto; e (iii) dinamismo comunicativo. Apesar das inter-relações entre (i) e (ii), Danes reafirma o ponto de vista original de Matthesius, segundo o qual “qualquer enunciado (= cláusula) tem sua estrutura T-R, sem correspondência com a possível bipartição informacional” (DANES, 1995, p.263).

As sentenças, portanto, representam diferentemente a informação, concentrando em seu início a “baixa informatividade”, dada pelo Tema, e em seu final a “alta informatividade”, dada pelo Rema. O Tema corresponde em geral ao sujeito, que é o dado conhecido da S, enquanto que o Rema corresponde em geral ao predicado, entendido como o V e seus argumentos internos.

É preciso ter em mente que os lingüistas de Praga tomavam a entonação como o ponto de partida na constituição da gramática. Assim, a ênfase, o contraste, a tessitura são trazidas para dentro da análise gramatical, entendendo-se o Tema e o Rema como categorias prosodicamente dependentes.

A percepção informacional da sentença teve em Halliday um seguidor importante. Ele postula que a gramática é o mecanismo lingüístico que liga umas às outras as seleções significativas que derivam das várias funções da linguagem, e as realiza numa forma estrutural unificada (HALLIDAY, 1967, 1968, 1976, 1985). O seguinte quadro, reproduzido em Neves (1997), dá conta dessa postulação:

FUNÇÃO	SISTEMA
Ideacional	Transitividade (especificação dos papéis “ator”, “meta”, etc.)
Interpessoal	Modo (sujeito/predicador/complemento/finitude)
Textual	Tema e informação

Quadro 1 – Funções da linguagem segundo Halliday

Segundo Neves (1997), dois pontos são básicos na reflexão de Halliday: (1) a unidade maior de funcionamento da língua é o texto, em cujo interior se dá a criação dos significados, (2) os itens são multifuncionais, e atuam no nível do sintagma, da sentença e do texto. Assim, os substantivos desempenham a função

ideacional quando representam a realidade, a função interpessoal, como uma não-pessoa do discurso, e a função textual como organizadores da informação. Na sua *Introdução à Gramática Funcional*, ele examina a sentença como mensagem, representação e interação. O ponto central, portanto, está na investigação dos significados, e com isso as formas lingüísticas são um meio, e não um fim em si mesmas.

A gramática e o dinamismo das estruturas lingüísticas: a gramaticalização

Negando autonomia às estruturas, a gramática funcionalista sustenta que elas podem ser descritas e interpretadas a partir das seguintes propriedades: (1) as estruturas são flexíveis e permeáveis às pressões do uso, combinando-se a estabilidade dos padrões morfossintáticos cristalizados com as estruturas emergentes; (2) as estruturas não são totalmente arbitrárias; (3) as estruturas são dinâmicas e sujeitas a reelaborações constantes, através do processo de gramaticalização.

As seguintes subteorias elaboram este postulado:

Teoria das gramáticas em competição

A correlação assimétrica entre funções e estruturas explica a heterogeneidade natural das línguas, fenômeno que tem sido considerado por programas de pesquisa intitulados “gramáticas em convivência”, “motivações em competição”, entre outros (DUBOIS, 1985). Como decorrência disso, certos estudos funcionalmente orientados não partem de generalizações para os dados, preferindo o caminho inverso, privilegiando o estudo empírico de uma dada língua, indo dos usos para as estruturas, na pressuposição de que a forma da língua é determinada por seu uso.

Muitas estruturas, tradicionalmente vistas como arbitrárias, tiveram resgatada sua motivação discursiva, como, por exemplo, o clítico *i-* prefixado ao verbo, como marcador predicativo estudado por Gillian Sankoff, apud Votre e Naro (1996, p.54). Isso não quer dizer que não se reconheça que estruturas muito cristalizadas de fato “se descolaram” de sua motivação discursiva, no estágio máximo de sua gramaticalização.

Teoria da iconicidade

Alguns lingüistas têm notado que por vezes as estruturas gramaticais simbolizam o conteúdo que se quer passar (HAIMAN, 1980, 1985). Mollica (1995, p.93) considera que o uso de *de que* na introdução de completivas pode ser

interpretado como “um ícone: estratégia de unidiretividade, de distanciamento do narrador em relação ao conteúdo proposicional”.

Teoria da gramaticalização

A partir dos anos 80, diversos linguistas retomaram os estudos sobre gramaticalização: Lehman (1982), Traugott e Heine (1991), Heine, Hünnemeyer e Claudi (1991), Hopper e Traugott (2004), Bybee, Perkins e Pagliuca (1994), entre outros.

Esses estudos repercutiram fortemente no Brasil, encontrando-se trabalhos que cobrem as seguintes áreas:

- Perspectiva geral, aspectos teóricos e metodológicos da gramaticalização: Gonçalves (1994), Martelotta, Votre e Cezario (1996), Castilho (1997a), Neves (1999a), Gorski et al. (2002), Mattos e Silva (2002), Martelotta, Votre e Cezario (1996a), Ferreira et al. (2000), Naro e Braga (2000), Gorski et al. (2003), Gonçalves, Lima-Hernandes e Casseb-Galvão (2007), Mendes (2007).
- Gramaticalização de substantivos: Bittencourt (1999), Castilho (2001).
- Gramaticalização de verbos: Ilari (1986), Martelotta e Leitão (1996), Mattos e Silva (1999), Galvão (2000, 2002), Callou e Avelar (2001), Kewitz (2002 a,b), Gonçalves (2003), Mendes (1999), Simões (2004).
- Gramaticalização de pronomes e de expressões de tratamento: Freitas (1995), Omena / Braga (1996), Vitral (1996), Vitral e Ramos (1999), Ramos (2000, 2002), Salles (2001), Menon, Lambach e Mandarin (2003), Lopes (2003), Zilles (2002, 2005).
- Gramaticalização de advérbios: Cunha (1996), Vitral (2000), Braga, Silva e Soares (2001), Ramos (2002), Braga e Paiva (2003), Costa (2003).
- Gramaticalização de conjunções: Castilho (1997b), Barreto (1999, 2004), Pezatti (2000, 2001), Longhin (2003), Módolo (2004c).
- Gramaticalização de preposições: Viaro (1994), Baião e Arruda (1996), Macêdo (1997), Poggio (2002), Castilho et al. (2002), Castilho (2003a, 2004a, b), Kewitz (2004), Módolo (2004b).
- Gramaticalização de operadores discursivos e argumentativos: Risso (1993, 1996), Martelotta (1996), Martelotta e Rodrigues (1996), Martelotta e Alcântara (1996), Braga, Silva e Soares (2001), Souza (2001), Gorski et al. (2002), Tavares e Gorski (2002), Mago e Gorski (2002).
- Gramaticalização e organização funcional da sentença: Castilho (1997c).

- Gramaticalização e integração de sentenças: Cezário, Gomes e Pinto (1996), Dias de Moraes (1987), Ignácio e Hintze (2001), Módolo (2004a), Simões (2004).

Entende-se por gramaticalização a alteração das propriedades de um item lexical, ao longo da qual ele (i) passa por modificações em suas propriedades sintáticas, morfológicas, fonológicas e semânticas, (ii) deixa de ser uma forma livre, (iii) estágio em que pode até mesmo desaparecer, como consequência de uma cristalização extrema (CASTILHO, 1997a). Esse trajeto se dá tanto no tempo real quanto no tempo aparente. É importante reter que na gramaticalização um domínio cognitivo fonte fundamenta o estágio A, que se altera para o estágio B igualmente motivado por um domínio cognitivo alvo. A pesquisa mais recente vem incluindo na agenda desta teoria a identificação dos gatilhos cognitivista e pragmático da gramaticalização.

Antoine Meillet foi o primeiro linguísta a estudar o processo da gramaticalização, situando-o no plano diacrônico. Ele propõe inicialmente a existência de três classes de palavras, as palavras principais, as palavras acessórias e as palavras gramaticais, indicando que entre elas há uma transição gradual. A esse processo de transição ele chamou *gramaticalização*, entendida como a “atribuição de um caráter gramatical a um termo outrora autônomo” (MEILLET, 1912, p.131).

Essa transição implica no esvaimento tanto do sentido quanto da forma, de tal sorte que em dado momento uma palavra acessória se transforma numa palavra gramatical, podendo mesmo juntar-se a uma palavra principal para atribuir a esta um papel gramatical de que ela não dispunha previamente. Para exemplificar o processo, ele chama a atenção para os usos do verbo francês *être* como palavra principal (= verbo locativo), como palavra acessória (= verbo de ligação) e como palavra gramatical (= verbo auxiliar, que pode combinar-se com o próprio *être*). A exemplificação de Meillet leva a crer que por gramaticalização se pode entender tanto um processo diacrônico, isto é, a derivação de usos “acessórios” e “gramaticais” de um uso “principal”, quanto um processo sincrônico, isto é, a convivência dos usos assim constituídos num mesmo recorte do tempo.

Durante o Estruturalismo, o debate sobre a gramaticalização conheceu certo refluxo, rompido por Hodge (1970) e Givón (1971, 1979). Hodge tinha admitido dois estágios: (i) sintaxe forte e morfologia fraca, e (ii) sintaxe fraca e morfologia forte. Ele criou o slogan “a sintaxe de ontem é a morfologia de hoje”. A idéia dos estágios da gramaticalização passa a retornar com bastante frequência na literatura.

Givón (1971, p.413), parece estar dialogando com Hodge (1970) e Lehman (1982) quando, já nos quadros da Gramática Funcional, ele declara que “a morfologia de hoje é a sintaxe de ontem”. Essa formulação recebeu,

posteriormente, o seguinte aditamento: “a sintaxe de hoje é o discurso pragmático de ontem” (GIVÓN, 1979, p.208-209). Surgiu assim a escala *Discurso > Sintaxe > Morfologia > Morfofonêmica > Zero*. Para uma crítica a essa derivação, ver Castilho (2007).

Abordagem semelhante da gramaticalização ocorre na chamada Gramática Emergente, entendimento da gramática como um conjunto de parcelas “cujo estatuto vai sendo constantemente negociado na fala, não podendo em princípio ser separado das estratégias de construção do discurso” (Hopper, 1988, p.118). Neste trabalho, fica claro que Hopper não inclui na gramática as estruturas determinadas por atributos intrínsecos, fixando o olhar mais nas estruturas em estágio de constituição. A língua, portanto, é vista como uma atividade no tempo real, cujas regularidades são provisórias e continuamente sujeitas à negociação, à renovação e ao abandono. Com isso, a rigor não existe gramática como um produto, mas sim a gramaticalização, como um processo. Sobre estágios, fases, princípios e gatilhos da gramaticalização, ver Castilho (1997a).

Um longo processo de gramaticalização produz categorias fixas, rígidas. Elas se tornam, por isso mesmo, antifuncionais. A cristalização de estruturas contraria a natureza mesma da língua, no que ela tem de criativo, de transitório, de re-elaborador. Lembrem-se, a esse propósito, os argumentos de Franchi (1977, p.32) em defesa da linguagem como uma atividade de permanente reformulação:

A linguagem na medida em que ‘dá forma’ é bem já uma atividade quase-estruturante, mas não necessariamente ‘estruturada’, no sentido estrito do termo, ou se concebermos ‘estrutura’ como uma organização estável de categorias. [...] A linguagem natural permanece sempre o instrumento de uma prática primitiva de estruturação dos fatos da experiência, de revisão e reformulação: uma espécie de ‘lógica’ primitiva e fraca que não se cinge às restrições das propriedades formais.

Considerações finais

A abordagem funcionalista opera com os processos que acabamos de enumerar, na descrição das classes de palavras e dos processos de construção.

As classes de palavras não foram entrevistas, portanto, como pontos numa estrutura abstrata, nem como uma sorte de “primitivos lingüísticos”. Recusando a idéia de que o léxico de uma língua reúne um conjunto de itens estáticos, “prontos para o uso”, os pesquisadores preferiram ressaltar seu caráter dinâmico, multifuncional, mutável ao longo de um texto, governados não pelas determinações do sistema, mas, entre outras motivações, pelo “contexto interacional do ato de fala”, na feliz formulação de Lavandera (1984, p.109).

Outro encaminhamento dessa questão está em reconhecer que a “teoria natural” tem mais poder explanatório do que a “teoria clássica” na identificação das categorias gramaticais. Ingressamos aqui no clássico tema da identificação das classes ou categorias gramaticais.

Segundo a teoria clássica, as categorias gramaticais se distribuem por conjuntos claramente separados, definidos por propriedades compartilhadas por todos os membros do grupo. A tradição gramatical do Ocidente se assenta nessa convicção, que atravessa igualmente a gramática portuguesa. Na base dessa tradição, está a crença de que a língua espelha o mundo mas com ele não se confunde, e suas categorias são definidas a partir de propriedades essenciais. Mais precisamente, a língua é feita de símbolos relacionados com as coisas. Com isso, as categorias gramaticais se distanciam da percepção do mundo que nos cerca, pois mente e corpo são aqui considerados como entidades independentes, sustentando-se ditas categorias como construtos sem a carne de que são feitos seus criadores, “desencorpando-se” a língua, por assim dizer (LAKOFF, 1975, p.8).

Segundo a teoria natural – que se generalizou sob o rótulo de Teoria dos Protótipos – não há limites claros entre as categorias, estabelecendo-se um continuum entre elas. Alguns membros compartilham traços comuns, constituindo-se em protótipos de sua categoria. Outros compartilham apenas alguns traços, integrando-se como elementos marginais de sua categoria. Estes, ao mesmo tempo, exibem características do “grupo ali do lado”, sublinhando a continuidade, a fluidez e a dinamicidade das categorias gramaticais. Para as teorias de categorização natural, categorizar significa eleger protótipos, a partir dos quais a realidade é organizada em classes de limites imprecisos (UNGERER; SCHIMIDT, 1996, p.1-59).

São dinâmicos, portanto, os itens lexicais em seus usos, e dinâmica é a categoria que precariamente os reúne. Os pesquisadores reconheceram na Teoria dos Protótipos um poder explanatório maior.

Um novo domínio de estudos poderá abrir-se, se considerarmos as línguas naturais como multissistemas complexos, mas isso já é matéria para outras considerações (CASTILHO, 2007).

CASTILHO, A. T. de. Theoretical foundations of the Spoken Brazilian Portuguese Grammar: on the second volume, word classes and constructions. *Alfa*, São Paulo, v.51, n.1, p.99-135, 2007.

- *ABSTRACT: This paper deals with the main theoretical foundations of the Spoken Brazilian Portuguese Grammar, volume II, word classes and grammatical constructions.*
- *KEYWORDS: Grammar; spoken language; functionalism.*

Referências bibliográficas

- ABAURRE, M. B. M.; RODRIGUES, Â. C. S. (Org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002. v.8.
- APOLÔNIO DÍSCOLO. *Sintaxis*. Introducción, traducción y notas por Vicente Bécares Botas. Madrid: Gredos, 1987.
- BAIÃO, R. de B.; ARRUDA, J. Gramaticalização de *até*. In: MARTELOTTA, M.; VOTRE, S.; CEZÁRIO, M. M. (Org.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p.251-260.
- BARRETO, T. M. M. *Gramaticalização das conjunções na história do português*. 1999. 4v. Tese (Doutorado em Letras) - Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.
- BARRETO, T. M. M. Esboço de estudo multissistêmico do item conjuncional 'conforme'. In: COSTA, S. B. B.; MACHADO FILHO, A. V. L. (Org.). *Do português arcaico ao português brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2004. p.13-30.
- BÉCARES BOTAS, V. Introducción. In: APOLÔNIO DÍSCOLO. *Sintaxis*. Introducción, traducción y notas por Vicente Bécares Botas. Madrid: Gredos, 1987. p.9-70.
- BENVENISTE, É. *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard, 1966. v.1.
- BITTENCOURT, V. de O. Gramaticalização e discursivização no português oral do Brasil. *Scripta*, Belo Horizonte, v.2, n.4, p.39-53, 1999.
- BLANCHE-BENVENISTE, C. et al. Des grilles pour le français parlé. *Recherches sur le Français Parlé*, Aix-en-Provence, v.2, p.163-205, 1979.
- BRAGA, M. L.; PAIVA, M. da C. de. Do advérbio ao clítico *é isso aí*. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Org.). *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras; FAPERJ, 2003. p.206-212.
- BRAGA, M. L.; SILVA, R. C. V. P. da; SOARES, S. M. *Aí e então* e a hipótese da trajetória universal. In: NEVES, M. H. de M. (Org.) *Descrição do português: definindo rumos de pesquisa*. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2001. v.1, p.13-24.
- BÜHLER, K. *Teoría del lenguaje*. 2.ed. Tradução de Julián Marías. Madrid: Revista de Occidente, 1961.
- BYBEE, J.; PERKINS, R.; PAGLIUCA, W. *The evolution of grammar: tense, aspect and modality in the languages of the world*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.
- CALLOU, D. I. (Org.). *A linguagem falada culta na cidade do Rio de Janeiro: materiais para seu estudo*. Rio de Janeiro: UFRJ/FJB, 1992. v.1.

_____; LOPES, C. R. (Org.). *A linguagem falada culta na cidade do Rio de Janeiro*: materiais para seu estudo. Rio de Janeiro: UFRJ; Brasília: CAPES, 1993. v.2.

_____; _____ (Org.). *A linguagem falada culta na cidade do Rio de Janeiro*: materiais para seu estudo. Rio de Janeiro: UFRJ; Brasília: CAPES, 1994. v.3.

_____; AVELAR, J. O. Sobre *ter* e *haver* em construções existenciais: variação e mudança no português do Brasil. *Gragoatá*, Rio de Janeiro, v.9, p. 85-100, 2001.

CARRETER, F. L. *Diccionario de terminologia lingüística*. Madrid: Gredos, 1968.

CASTILHO, A. T. de. Projeto de descrição do português culto na área paulista. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v.4, p.73-78, 1969.

_____. Rumos da dialetologia portuguesa. *Alfa*, Marília, v.18/19, p.115-153, 1972/1973.

_____. El proyecto de estudio coordinado de la norma culta: formalismo y semanticismo en la sintaxis verbal. In: SOLÁ, D. F. (Ed.). *Language in the Americas*: proceedings of the ninth PILEI Symposium. Ithaca: Cornell University, 1984. p. 161-165.

_____. Para o estudo das unidades discursivas do português falado. In: _____. (Org.) *Português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989a. p. 249-280.

_____. Da Análise da conversação para a análise gramatical. *Estudos Lingüísticos*, v.17, p.219-226, 1989b.

_____. (Org.). *Gramática do português falado*. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Fapesp, 1990a. v.1.

_____. O português culto falado no Brasil: história do projeto NURC/SP. In: PRETI, D.; URBANO, H. (Org.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*. São Paulo: T. A. Queiroz; Fapesp, 1990. p.141-202.

_____. (Org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Fapesp, 1993. v.3.

_____. A gramaticalização. *Estudos Lingüísticos e Literários*, Salvador, v. 19, p. 25-63, 1997a.

_____. Língua falada e gramaticalização: o caso de *mas*. *Filologia e Lingüística Portuguesa*, São Paulo, v.1, p.107-120, 1997b.

_____. Para uma sintaxe da repetição: língua falada e gramaticalização. *Língua e Literatura*, São Paulo, v.22, p.293-332, 1997c.

_____. Aspectos teóricos de la descripción de la lengua hablada. In: BERNALES, M.; CONTRERAS, C. (Org.). *Por los caminos del lenguaje*. Temuco: Ediciones Universidad de la Frontera, 1998. p.23-37.

_____. Notas sobre a gramaticalização de *vez*. In: MAIA, C. (Org.) *Miscelânea de estudos em homenagem ao Prof. Dr. José Gonçalo Herculano de Carvalho*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2001.

_____. Unidirectionality or multidirectionality? *Revista do GEL*, Araraquara, v. 1, p.35-48, 2004a.

_____. Reflexões sobre a teoria da gramaticalização: contribuição ao debate sobre gramaticalização no contexto do PHPB. In: DIETRICH, W.; NOLL, V. (Org.). *O português do Brasil: perspectivas da pesquisa atual*. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt: Vervuert, 2004b. p.203-230.

_____. Diacronia dos adjuntos adverbiais preposicionados no português brasileiro. In: MASSINI-CAGLIARI, G. et al. (Org.). *Estudos de lingüística histórica do português*. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2005. p.73-110.

_____. *A língua falada no ensino de português*. 7.ed. São Paulo: Contexto; 2006.

_____. An approach to language as a complex system: new issues on language change. 2007. Texto apresentado ao 6º Seminário do Projeto para a História do Português Paulista. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

_____. Análise multissistêmica das preposições do eixo transversal no português brasileiro. In: RAMOS, J.; ALCKMIM, M. (Org.). *Para a história do português brasileiro*. v.6. (no prelo)

_____; BASÍLIO, M. (Org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Fapesp, 1996. v.4.

_____; PRETI, D. (Org.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo: materiais para seu estudo*. São Paulo: T. A. Queiroz; Fapesp, 1986. v.1.

_____; PRETI, D. (Org.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo: materiais para seu estudo*. São Paulo: T. A. Queiroz; Fapesp, 1987. v.2.

_____ et al. Gramaticalização de algumas preposições no português brasileiro do séc. XIX. 2002. Comunicação apresentada ao 5º Seminário do Projeto para a História do Português Brasileiro. Ouro Preto, 2002.

CEZARIO, M. M.; GOMES, R.; PINTO, D. Integração entre cláusulas e gramaticalização. In: MARTELOTTA, M.; VOTRE, S.; CEZARIO, M. M. (Org.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p.77-114.

CHAFE, W. *Meaning and the structure of language*. Chicago: The University of Chicago Press, 1970.

_____. (Ed.) *The pear stories: cognitive, cultural and linguistic aspects of narrative production*. Norwood: Ablex, 1980.

_____. *Discourse, consciousness and time: the flow and displacement of conscious in speaking and writing*. Chicago: Chicago University Press, 1994.

COSTA, S. B. *Adverbiais espaciais e temporais no português: indícios de gramaticalização*. 2003. 3v. Tese (Doutorado) - Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, 2003.

CUNHA, M. A. F. da. Gramaticalização nos mecanismos de negação em Natal. In: MARTELOTTA, M.; VOTRE, S.; CEZARIO, M. M. (Org.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p.167-190.

DANES, F. Functional sentence perspective and the organization of the text. In: _____. (Ed.). *Papers on functional sentence perspective*. Paris: Mouton, 1974a. p.106-128.

_____. (Ed.). *Papers on functional sentence perspective*. Paris: Mouton, 1974b.

_____. A static view and a dynamic view on text and discourse. In: HAJICOVA, E. et al. (Ed.). *Travaux du Cercle Linguistique de Prague*. Amsterdam: John Benjamins, 1995. v.1, p.185-199.

DIAS DE MORAES, L. C. *Nexos de coordenação na fala urbana culta de São Paulo*. 1987. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1987.

DILLINGER, M. Forma e função na lingüística. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v.7, n.1, p.395-407, 1991.

DUBOIS, J. Competing motivations. In: HAIMAN, J. (Ed.) *Iconicity in syntax*. Amsterdam: John Benjamins, 1985. p.343-365.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

ECO, U. *Kant and the platypus: essays on language and cognition*. New York: Harcourt Brace, 2000.

FERREIRA, L. M. A. et al. Uma abordagem pancrônica da sintaxe portuguesa. *Gragoatá*, Rio de Janeiro, v.9, p.135-153, 2000.

FRANCHI, C. Linguagem: atividade constitutiva. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, v.22, p.9-39, 1992.

FRANCK, D. Sentenças em turnos conversacionais: um caso de 'double bind' sintático. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, v.11, p.9-20, 1981.

FREITAS, J. *Nós e a gente* em locuções formais. In: PEREIRA, C. da C. *Miscelânea de estudos lingüísticos, filológicos e literários in memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. p.155-163.

GALVÃO, V. C. C. A atuação de mecanismos desencadeadores de processos de gramaticalização. *Scripta*, Belo Horizonte, v.4, n.7, p.44-59, 2000.

_____. A referenciação histórica de um processo de gramaticalização. In: ENCONTRO DE ESTUDOS DIACRÔNICOS DO PORTUGUÊS, 2., 2002, Araraquara. MASSINI-CAGLIARI, G. (Org.). *Anais...* Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras, 2002. p.75-84.

GARDNER, H. *A nova ciência da mente*. Trad. de Cláudia M. Caon. São Paulo: Edusp, 1995.

GIVÓN, T. Historical syntax and synchronic morphology: an archaeologist's field trip. In: REGIONAL MEETING OF CHICAGO LINGUISTIC SOCIETY, 7., 1971, Chicago. *Papers...* Chicago: Chicago Linguistic Society, 1971. p.394-415.

_____. *On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1979.

GONÇALVES, V. G. Gramaticalização: conceitos, causas e processos. *Caderno de Letras*, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.91-104, 1994.

GONÇALVES, S. C. L. *Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade: um estudo de caso no português do Brasil*. 2003. 250 f. Tese (Doutorado em Lingüística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

_____.; LIMA-HERNANDES, M. C.; CASSEB-GALVÃO, V. C. (Org.). *Introdução à gramaticalização: em homenagem a Maria Luiza Braga*. São Paulo: Parábola, 2007.

GORSKI, E. M. et al. Gramaticalização: discursivização de itens de base verbal: funções e formas concorrentes. *Estudos Lingüísticos*, São Paulo, v.31, 2002. 1 CD-ROM.

_____. et al. Fenômenos recursivos: resultados de análises variacionistas como indícios de gramaticalização. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J.(Org.) *Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras; FAPERJ, 2003. p.106-122.

HAIMAN, J. The iconicity of grammar: isomorphism and motivation. *Language*, Baltimore, v.56, n.3, p.515-540, 1980.

- _____. (Ed.). *Iconicity in syntax*. Amsterdam: John Benjamin, 1985.
- HALLIDAY, M. A. K. Notes on transitivity and theme in English. *Journal of Linguistics*, Cambridge, v.2, p.37-81, 1966.
- _____. _____. *Journal of Linguistics*, Cambridge, v.3, p.199-244, 1967.
- _____. _____. *Journal of Linguistics*, Cambridge, v.4, p.179-215, 1968.
- _____. Estrutura e função da linguagem. In: LYONS, J. (Org.) *Novos horizontes em lingüística*. Trad. de G. Cintra, C. Vogt, E. Lopes, J. A. Durigan e J. P. Paes. São Paulo: Cultrix; Edusp, 1976. p.134-160.
- _____. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1985.
- _____; HASAN, R. *Cohesion in English*. London: Longmans, 1976.
- HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. From cognition to grammar-evidence from African languages. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (Ed.). *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1991. v.1, p.149-188.
- _____; HÜNNEMEYER, F.; CLAUDI, U. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
- HILGERT, J. G. (Org.). *A Linguagem falada culta na cidade de Porto Alegre*. Passo Fundo: Ediupe; Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1997. v.1.
- HODGE, C. T. The linguistic cycle. *Language Sciences*, v.13, p.1-7, 1970.
- HOPPER, P. J. Emergent grammar and the a priori grammar postulate. In: TANNEN, D. (Ed.) *Linguistics in context: connecting observation and understanding*. Norwood: Ablex, 1988. p.117-134.
- _____; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. 2.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- IGNACIO, S. E.; HINTZE, A. C. J. Um estudo sobre as funções de expressões gramaticalizadas. In: NEVES, M. H. de M. (Org.) *Descrição do português: definindo rumos de pesquisa*. Araraquara: FCL/Unesp; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2001. p.25-36.
- ILARI, R. Delocutivos nós também temos, falô? *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, São Paulo, v.10, p.81-86, 1986.
- _____. *Propriedades extensionais e intensionais dos adjetivos*. 1992. Texto apresentado ao 6º Seminário do Projeto de Gramática do Português Falado, Campos do Jordão, 1992a.
- _____. *Perspectiva funcional da frase portuguesa*. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1992b.

_____. (Org.). *Gramática do português falado: níveis de análise linguística*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992c. v.2.

JESPERSEN, O. *La philosophie de la grammaire*. Tradução de Anne-Marie Léonard. Paris: Minuit, 1971.

JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006. v.1.

KATO, M. (Org.). *Gramática do português falado: convergências*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Fapesp, 1996. v.5.

_____. Formas de funcionalismo na sintaxe. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v.14, n.esp., p.145-168, 1998.

_____; CASTILHO, A. T. de. Advérbios modalizadores: um novo núcleo predicador? *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v.7, n.1, p.409-424, 1991.

KEWITZ, V. *Gramaticalização de ser e estar no período medieval e no século XIX*. 2002. 123 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002a.

_____. Os verbos ‘ser’ e ‘estar’ plenos no português arcaico. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v.31, 2002b. 1 CD-ROM.

_____. *Para a gramaticalização das preposições ‘a’ e ‘para’ no português brasileiro*. 2004. Comunicação apresentada ao 6º Seminário do Projeto História do Português do Brasil, Itaparica, 2004.

_____. *Gramaticalização e semanticização das preposições a e para no português brasileiro (sécs. XIX a XX)*. 2006. 152 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Fapesp, 1996. v.6.

LAHUD, M. *A propósito da noção de dêixis*. São Paulo: Ática, 1979.

LAKOFF, G. Hedges: a study in meaning criteria and the logic of fuzzy concepts. In: REGIONAL MEETING OF CHICAGO LINGUISTIC SOCIETY, 8., 1975, Chicago. *Papers...* Chicago: Chicago Linguistic Society, 1975. p.183-227.

LAVANDERA, B. *Variación y significado*. Buenos Aires: Hachette, 1984.

LEHMAN, C. *Thoughts on grammaticalization: a programmatic sketch*. Köln: Arbeiten des Kölner Universalien-Projects, 1982. v.1. Mimeografado.

LONGHIN, S. R. *A gramaticalização da perífrase conjuncional só que*. 2003. 212 f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2003.

LOPES, C. R. dos S. *A inserção de a gente no quadro pronominal do português: percurso histórico*. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt: Vervuert, 2003.

LYONS, J. *Semantics*. London: Longmans, 1977.

MACÊDO, A. M. N. de. *Locuções prepositivas na constituição histórica da língua portuguesa: período arcaico*. 1997. 2v. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.

_____. *Gramaticalização de locuções prepositivas na história do galego e do português*. 2003. 3v. Tese (Doutorado) - Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

MAGO, D. dal; GORSKI, E. M. Quer dizer: um elemento lingüístico com múltiplas funções. In: VANDRESEN, P. (Org.). *Varição e mudança no português falado da Região Sul*. Pelotas: Educat, 2002. p.293-314.

MARCUSCHI, L. A. Análise da conversação e análise gramatical. *Boletim da ABRALIN*, v.10, p.11-34, 1988/1991.

_____. *Fala e escrita no continuum tipológico*. Recife: UFPe, 1997. Inédito.

MARQUES, M. H. D. *O vocabulário da fala carioca*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/ UFRJ, 1996. 8v.

MARTELOTTA, M. E. Gramaticalização em operadores argumentativos. In: MARTE-LOTTA, M. E.; VOTRE, S. J.; CEZARIO, M. M. (Org.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p.191-220.

_____.; ALCÂNTARA, F. Discursivização da partícula *né?*. In: MARTELOTTA, M. E.; VOTRE, S. J.; CEZARIO, M. M. (Org.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p.277-292.

_____.; LEITÃO, M. Discursivização do verbo *saber*. In: MARTELOTTA, M. E.; VOTRE, S. J.; CEZARIO, M. M. (Org.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p.293-302.

_____.; RODRIGUES, L. Gramaticalização de *então*. In: MARTELOTTA, M. E.; VOTRE, S. J.; CEZARIO, M. M. (Org.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p.221-236.

_____.; VOTRE, S. J.; CEZARIO, M. M. O paradigma da gramaticalização. In: _____.(Org.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996a. p.45-76.

_____. (Org.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996b.

MATTOS E SILVA, R. V. Resíduos arcaizantes em 1540: a propósito do uso variável de *ser/estar* e de *haver/ter* em estruturas possessivas no período arcaico do português. In: DUARTE, L. P. (Coord.). *Para sempre em mim: homenagem à professora Ângela Vaz Leão*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 1999. p.234-245.

_____. *Estudos de gramaticalização na Bahia*. 2002. Comunicação apresentada à Mesa-redonda sobre gramaticalização, GT de Sociolinguística no 17º Encontro da ANPOLL, Gramado, 2002.

MEILLET, A. L'évolution des formes grammaticales. *Scientia: Rivista di Scienza*, Bolonha, v. 12, n. 26, p.6-12, 1912.

MENDES, R. B. *A gramaticalização de estar + gerúndio no português falado*. 1999. 110p. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 1999.

_____. (Org.). *Passando a palavra: uma homenagem a Maria Luiza Braga*. São Paulo: Paulistana, 2007.

MENON, O. P. da S. et al. Alternância *nós/a gente* nos quadrinhos: análise em tempo real. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Org.). *Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras; FAPERJ, 2003. p.96-105.

MÓDOLO, M. *Gramaticalização das conjunções correlativas no português*. 2004. 144p. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004a.

_____. A gramaticalização da preposição 'de' na formação dos advérbios modalizadores delimitadores 'mais de', 'menos de', 'antes de'. *Estudos Lingüísticos*, v.33, 2004b. 1 CD-ROM.

_____. A gramaticalização da conjunção correlativa 'quer...quer'. 2004. Comunicação apresentada ao 6º Seminário do Projeto História do Português do Brasil, Itaparica, 2004c.

MOLLICA, M. C. *(De) que falamos?* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

MOTTA, J.; ROLLEMBERG, V. (Org.). *A linguagem falada culta na cidade de Salvador: materiais para seu estudo*. Salvador: Instituto de Letras/UFBa, 1994. v.1.

_____. *A linguagem falada culta na cidade de Salvador*. materiais para seu estudo. Salvador: Instituto de Letras/UFBa: Brasília: CNPq, 2006. v.2.

NARO, A. J.; BRAGA, M. L. A interface sociolinguística/ gramaticalização. *Gragoatá*, Rio de Janeiro, v.9, p.125-134, 2000.

NASCIMENTO, M. do. Teoria gramatical e mecanismos funcionais do uso da língua. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v.6, n.1, p.83-98, 1990.

_____. Gramática do português falado: articulação teórica. Conferência apresentada ao Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 1993. Inédito.

NEVES, M. H. de M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. Estudos funcionalistas no Brasil. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 15, n. esp., p.71-104, 1999a.

_____. (Org.). *Gramática do português falado*. São Paulo: Humanitas; Campinas: Editora da Unicamp, 1999b. v.7.

_____. *A vertente grega da gramática tradicional*. 2.ed. rev São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

OMENA, N. P. de; BRAGA, M. L. *A gente está se gramaticalizando?* In: MACEDO, A. T.; RONCARATI, C.; MOLLICA, M. C. (Org.). *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p.75-85.

PEZATTI, E. G. *Portanto*: conjunção conclusiva ou advérbio? *Scripta*, Belo Horizonte, v.4, n.7, p.60-71, 2000.

_____. O advérbio *então* já se gramaticalizou como conjunção ? *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v.17, n.1, p.81-95, 2001.

POGGIO, R. M. G. F. *Processos de gramaticalização de preposições do latim ao português*: uma abordagem funcionalista. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2002.

PRETI, D. (Org.). *Análise de textos orais*. São Paulo: FFLCH/USP, 1993.

_____. (Org.). *O discurso oral culto*. São Paulo: Humanitas, 1997.

_____. (Org.). *Estudos de língua falada: variações e confrontos*. São Paulo: Humanitas, 1998.

_____. (Org.). *Fala e escrita em questão*. São Paulo: Humanitas, 2000.

_____. (Org.). *Interação na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas, 2002.

_____. (Org.). *Léxico na língua oral e escrita*. São Paulo: Humanitas, 2003.

_____. (Org.). *Diálogos na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas, 2005.

- _____. *Oralidade em diferentes recursos*. São Paulo: Humanitas, 2006.
- _____; URBANO, H. (Org.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo: materiais para seu estudo*. São Paulo: TAQ; Fapesp, 1989. v. 3.
- _____. *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*. São Paulo:TAQ; Fapesp, 1990. v.4.
- PRINCE, E. Toward a taxonomy of given-new information. In: COLE, P. (Ed.) *Radical pragmatics*. New York: Academic Press, 1981. p.223-256.
- RAMOS, J. O surgimento de um novo clítico no português brasileiro: análise quantitativa e qualitativa da forma *cê*. In: GÄRTNER, E.; HUNDT, C.; SCHÖNBERGER, A. (Ed.) *Estudos de gramática portuguesa*. Frankfurt:TFM, 2000. p.181-190.
- _____. A alternância *não* e *num* no dialeto mineiro. In: COHEN, M. A.; RAMOS, J. (Org). *O dialeto mineiro e outras falas*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG, 2002. p.155-168.
- RISSO, M. S. 'Agora... o que eu acho é o seguinte': um aspecto da articulação do discurso no português culto falado. In: CASTILHO, A. T. de (Org.) . *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Fapesp, 1993. v. 3, p.31-60.
- _____. O articulador discursivo 'então'. In: CASTILHO, A. T. de (Org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Fapesp, 1996. v.4, p.423-452.
- _____. Marcadores discursivos basicamente sequenciadores. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006. v.1, p.427-496.
- _____.; OLIVEIRA E SILVA, G. M.; URBANO, H. Traços definidores dos marcadores discursivos. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006. v.1, p.403-426.
- SÁ, M. P. M.; CUNHA, D. A. C. da; LIMA, A. M.; OLIVEIRA JR., M. (Org.). *A linguagem falada culta na cidade do Recife: diálogos entre informante e documentador*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco/Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, 1996. v.1.
- _____.; LIMA, A. M.; CUNHA, D. A. C. da; OLIVEIRA JR., M. (Org.). *A linguagem falada culta na cidade do Recife: elocuições formais*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco/Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, 2005. v.2.

SACKS, H.; SCHEGLOFF, E.; JEFFERSON, G. A symplest systematics for the organization of turn-taking for conversation. *Language*, Baltimore, v.50, p.696-735, 1974.

_____. Sistemática elementar para a organização da tomada de turnos para a conversa. *Veredas: Revista de Estudos Linguísticos*, v.7, n.1, p.9-73, 2003.

SALLES, M. *Pronomes de tratamento do interlocutor no português brasileiro: um estudo de pragmática histórica*. 2001. 246 f Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

SILVA, A. S. da. A lingüística cognitiva: uma breve introdução a um novo paradigma em lingüística. *Revista Portuguesa de Humanidades*, v.1, n.1/2, p.59-101, 1997.

SIMÕES, J. da S. *Gramaticalização, semanticização e discursivização das orações gerundiais no português brasileiro*. 2004. Comunicação apresentada ao 6º Seminário do Projeto História do Português do Brasil. Itaparica, 2004.

_____. *Sintaticização, discursivização e semanticização das orações de gerúndio no Português Brasileiro*. 2007. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SOUZA, M. T. As expressões *isto é, ou seja* e *quer dizer*. In: NEVES, M. H. de M. (Org.) *Descrição do português: definindo rumos de pesquisa*. Araraquara: FCL/Unesp; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2001. p.37-48.

SWEETSER, E.; FAUCONNIER, G. Cognitive links and domains: basic aspects of mental space theory. In: _____. (Ed.) *Spaces, worlds and grammar*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996. p.1-28.

TAVARES, M. A.; GORSKI, E. M. Disputa por um lugar ao sol: conectores seqüência-dores na fala de Florianópolis. In: VANDRESEN, P. (Org.) *Variação e mudança no português falado da região sul*. Pelotas: EDUCAT, 2002. v.1, p.269-292.

TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (Ed.). *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1991. 2v.

UNGERER, F.; SCHMID, H.-J. S. *An introduction to cognitive linguistics*. London: Longmans, 1996.

VIARO, M. E. *Das preposições latinas às do português e do romeno: derivações semânticas*. 1994. 316 f Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

VIARO, M. E. Sobre a presença de *tenuis* no Ibero-Romance. *Confluência*, Assis, v.4, p.269-277, 1995.

_____. *Por trás das palavras*. São Paulo: Globo, 2004.

VITRAL, L. A forma *cê* e a noção de gramaticalização. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v.4, n.1, p.116-124, 1996.

_____. A evolução da negação no português brasileiro: sintaxe formal e gramaticalização. In: GÄRTNER, E.; HUNDT, C.; SCHÖNBERGER, A. (Ed.). *Estudos de gramática portuguesa*. Frankfurt: TFM, 2000. p. 175-180.

_____; RAMOS, J. Gramaticalização de “você”: um processo de perda de informação semântica? *Filologia e Lingüística Portuguesa*, São Paulo, v.3, p.55-88, 1999.

VOTRE, S.; NARO, A. J. Mecanismos funcionais do uso da língua. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v.5, n.2, p.169-184, 1989.

_____; _____. Mecanismos funcionais do uso da língua: função e forma. In: MACEDO, A. T.; RONCARATI, C.; MOLLICA, M. C. (Org.) *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p.51-62.

WEINREICH, U. Pesquisas em teoria semântica. In: LOBATO, M. L. (Org.). *A semântica na lingüística moderna: o léxico*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. p.165-273.

ZILLES, A. M. S. Grammaticalization of *a gente* in Brazilian Portuguese. *University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics*, v.8, n.3, p.297-310, 2002.

_____. The development of a new pronoun: the linguistic and social embedding of *a gente* in Brazilian Portuguese. *Language Variation and Change*, Cambridge, v.17, n.1, p.19-53, 2005.

ZILLES, A. M. S.; MAZZOCA, P. da R. O papel dos fatores sociais no processo de gramaticalização de ‘*a gente*’. 2000 Comunicação apresentada ao 4º CELSUL, Curitiba, 2000.

A INFORMAÇÃO GRAMATICAL NOS DICIONÁRIOS

Francisco S. BORBA¹

- RESUMO: A partir de discrepâncias observadas no registro de palavras gramaticais nos grandes dicionários que circulam no país, propõe-se, para regularização, uma teoria gramatical que deve estar implícita na montagem de verbetes de palavras lexicais e explícita na organização dos verbetes das palavras gramaticais. Exemplifica-se com as preposições e os advérbios. Para as duas classes focalizam-se relações espaciais. Numa primeira etapa, discute-se a possibilidade de ampliação da classe adverbial e da classe preposicional pelo mecanismo da gramaticalização. Na segunda etapa, a apresentação apóia-se no conceito de transitividade, o que permite uma descrição tão exaustiva quanto possível das propriedades sintático-semânticas dessas duas classes. Os elementos arrolados servirão para a estruturação coerente e não lacunar, de verbetes de advérbios e de preposições num dicionário de língua.
- PALAVRAS-CHAVE: Advérbio; preposição; gramaticalização; transitividade.

Introdução

A proposta constante deste texto se liga a um projeto maior: investigação das propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas do léxico levada a efeito num corpus de 200.000.000 de ocorrências de palavras do português escrito no Brasil desde o século XVI e cujo objetivo principal é a organização de dicionários de língua, monolíngües ou bilíngües e, no caso específico, a montagem de um dicionário do português escrito no Brasil. Partindo-se do princípio de que um dicionário de língua deve ser avaliado a partir de sua concepção teórica,² entendendo-se esta como uma teoria gramatical, uma das primeiras dificuldades enfrentadas pelo dicionarista é como organizar verbetes de palavras gramaticais. Aliás, são eles que mostram com mais clareza a opção teórica do dicionarista. As dificuldades, que se relacionam principalmente com tomada de posição, vão

¹ UNESP – Faculdade de Ciências e Letras – Departamento de Linguística – 14800-901 – Araraquara – SP – Brasil. Pesquisador do CNPq. Endereço eletrônico: franborba@uol.com.br

² Entenda-se dicionário de língua como aquele que dá informações sistemáticas sobre a estrutura e o funcionamento da língua. Assim também pode ser chamado de dicionário de usos.

desde a rotulação de classes e subclasses até a organização de matrizes estruturais, naturalmente ligadas a uma complementação possível.

Um exame comparativo, mesmo superficial, dos grandes dicionários que circulam em nosso país acusa vários tipos de discrepâncias no tratamento das palavras gramaticais,³ e aqui vamos nos ocupar apenas das preposições (Prep) e dos advérbios (Adv). No **Houaiss**, a Prep **a** apresenta-se dividida em três campos: 1 - como relacional, com dez acepções; 2 - em perífrases, com duas acepções; e 3 - como introdutora de oração subordinada. Por último enumeram-se outros usos. O verbete **com** apresenta quatro campos: 1 - relacional, com quinze acepções; 2 - emprego com valor adverbial; 3 - emprego em exclamações; 4 - como conectivo principal e como conectivo secundário. O verbete **de** tem seis campos: 1 - relacional, com doze acepções; 2 - ligando dois substantivos; 3 - introduzindo objeto direto preposicionado; 4 - precedida da Interj ai [ai dos vencidos]; 5 - entra na formação de determinadas formas perifrásticas; 6 - entra em construções comparativas. Esses três verbetes praticamente só têm em comum a enumeração e as indicações dos valores relacionais da preposição sob o número 1. Mas o que mais chama a atenção é a variedade dos tipos de informação, de tal forma que cada uma parece exclusiva, e não é, é claro: ligar dois substantivos não é exclusivo de de, qualquer Prep faz isso. Esse tipo de decisão compromete seriamente a enumeração. Já os advérbios se apresentam um pouco melhormente. Por exemplo, debaixo, dentro, fora são rotulados como Adv, e debaixo de, fora de, dentro de, como subentradas, depois de um símbolo, que marca as locuções. Só não se fica sabendo se é locução adverbial ou prepositiva.

No **Aurélio**, as discrepâncias são mais gritantes. Assim, **a** tem: 1 - exprime inúmeras relações entre as palavras, sendo seus principais empregos: a) introduz complemento, b) rege expletivamente o objeto direto, c) rege verbo no infinitivo, d) é elemento primordial em inúmeras locuções adverbiais, e) entra na formação de numerosas locuções prepositivas; 2 - se, se acaso, caso (precedendo verbo no infinitivo). O verbete **com** está assim: 1 - partícula usada em português nos seguintes casos: 1 - introduz complemento, 2 - junto aos nomes designa o adjunto restritivo de conteúdo, parte, acessório, 3 - é elemento fundamental de inúmeras locuções adverbiais, 4 - Auxilia na formação de locuções prepositivas, 5 - Sobretudo antecedendo verbo no infinitivo indica idéia de concessão, 6 - Entra na formação de adjuntos circunstanciais: a) companhia b) preço... j) estado. O verbete **de** é partícula de larguíssimo emprego, nos seguintes casos: 1 - a) relação atributiva possessiva, b) adjunto adnominal, c) relação duma denominação especial,

³ Estou considerando três com edições recentes: Dicionário HOUAISS da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001; Novo dicionário AURÉLIO da língua portuguesa. 3. ed. revista e atualizada. Curitiba: Positivo, 2004. Michaelis – moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2002.

d) a (=adjunto) de pertença, e) a de natureza, qualidade, caráter... t) a de primazia; 2 - introduz complemento de alguns verbos; 3 - com os verbos auxiliares ter e haver forma as locuções perifrásticas ter de, haver de; 4 - pospõe-se a certos verbos (?) 5 - usa-se com numerosos verbos... Não é só a diferença de arranjo dos verbetes com confusão de letras e números: é a natureza e a discriminação das informações que é triste. Realmente, por aí não é possível descobrir uma linha de orientação gramatical.

A organização dos verbetes de advérbios está melhor. O **Michaelis** enumera os usos exemplificando todos, mas para cada Prep procede diferentemente. Em **a** primeiro diz que introduz objeto indireto, e complemento da passiva; depois, que compõe locução adverbial e locução prepositiva; depois que expressa relações enumerando 16. Em **de** enumera 23 relações que a Prep expressa deixando para o fim dizer que introduz locução adverbial, prepositiva e adjetiva. **Com** tem apresentação confusa: primeiro enumera 23 valores semânticos [interação, companhia, circunstância, causa...]; depois, diz que introduz objeto indireto; depois, diz que compõe a) locução adverbial, b) locução adjetiva, c) locução prepositiva. A apresentação dos advérbios deixa muito a desejar. Por exemplo, **debaixo** tem duas acepções seguidas de uma expressão **debaixo da mão** [= às ocultas], e empregos de **debaixo de** sem rótulo nenhum de locução. Em **dentro** apresenta duas acepções, mais construções complexas – **dentro de, dentro em, de dentro**, sem rotular se se trata de locução.

A causa mais provável dessa situação está na ausência de uma teoria gramatical subjacente à organização do dicionário, já que é essa teoria que lhe dá coerência interna. Por isso, proponho, para as palavras gramaticais, uma teoria gramatical extraída dos princípios gerais do estruturalismo ortodoxo, de base distribucional, na linha de Harris.⁴ É o que dará conta de vários aspectos da organização de verbetes e orientará a seqüência de informações para as entradas de palavras gramaticais.

As classes gramaticais: relações espaciais e gramaticalização

Como se sabe, as classes gramaticais constituem conjuntos fechados, ou seja, contêm um número fixo de componentes, o que pode variar de língua para língua, mas em cada língua o conjunto é finito. As línguas contam, entretanto, com mecanismos de ampliação de qualquer classe de palavra. Aqui só vou tratar da gramaticalização, que tem papel relevante na ampliação das classes selecionadas para este estudo – as Prep e os Adv.

⁴ Esses princípios vêm expostos em Borba (1979, p.121).

A gramaticalização, entendida como mudança de classe/subclasse lexical para classe/subclasse gramatical, amplia a classe preposicional e adverbial, especialmente no conjunto mais amplo que é o das relações espaciais. Os conceitos espaciais são concebidos pelo falante em termos relativos, ou seja, relacionados a um ponto de referência que tanto pode ser o falante, ou melhor, a posição do falante ou um ponto do ambiente [espaço] físico. Isso traz como consequência imediata o fato de que as relações espaciais se traduzem *in abstracto* na língua, o que configura conceito gramatical enquanto relações que se processam no âmbito do sistema. A realização dessas relações espaciais dá-se em duas etapas de abstratização: numa primeira etapa, menos abstrata, temos os advérbios [cf. dentro, fora, perto, longe > *Ouvia o ruído que vinha de dentro*;⁵ *O dentista está fora*; *Moro perto/longe*] e, numa segunda, mais abstrata, temos as preposições [cf. em, sobre, sob > em casa; sobre/sob a mesa]. Isso quer dizer que os Adv, estando numa primeira etapa de gramaticalização, têm um significado lexical mais saliente.⁶

Nem todas as relações espaciais são traduzidas na língua por meio de Adv ou de Prep simples. E aí é que entra o expediente da gramaticalização: *tomam-se as Prep, que são mais abstratas, para servir de operador de gramaticalização formando sintagmas complexos cujo núcleo é um nome ou um adjetivo*. Assim, tem-se **em, a, de, por** etc. + **cima/baixo** > em cima, a cima [>acima], de cima, por cima; em baixo [>embaixo], a baixo [>abaixo], de baixo [>debaixo], por baixo. Das Prep, a mais dessemantizada em português é **a**, que serve à formação de vários sintagmas de valor espacial como termo de movimento espacial ou direção [: *Viajaram **ao Sul***], limite espacial [: *Lurdes está tremendo da cabeça **aos** pés*]; contigüidade espacial [: *O radialista lá, **ao** microfone, e tomando uma Brahma*]; distância espacial [: *Caiu **a** 20 metros do bar*]; inclusão [: *filé **ao** molho americano*]; posição superior / inferior [: *uma blusa de crochê **ao** ombro; o obelisco branqueava **ao** luar*]. O valor semântico específico fica por conta do núcleo do sintagma. Dessa forma, pode-se multiplicar a representação das relações espaciais. Uma fonte dessas ampliações está nas partes do corpo. Talvez pelo fato de o corpo humano ser um ponto de referência na localização espacial, quando um nome de parte do corpo [pé, mão, braço, cabeça, testa, boca, costas, nariz] ocupa o centro do sintagma, desenvolve-se uma cadeia de

⁵ As seqüências ilustrativas foram extraídas do Corpus de Araraquara, conjunto de obras de língua escrita no Brasil. Por uma questão de espaço, a maioria é adaptada e limitada ao essencial. Só foram abonados os usos menos comuns na língua contemporânea. Essas abonações foram retiradas das seguintes obras: AZEVEDO, A. *O Mulato*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1881. MATOS, G. de. *Obra Poética*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1992. NAVA, P. *Balão cativo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1973. NAVA, P. *Chão de ferro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976. NETTO, H. M. C. *Cidade maravilhosa*. São Paulo: Melhoramentos, 1928. PALMÉRIO, M. *Chapadão do Bugre*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965. RIBEIRO, J. *A carne*. São Paulo: Martin Claret, 1999.

⁶ Talvez esteja aí um ponto de partida para algumas propostas de colocação dos advérbios como subclasse das preposições.

gramaticalização, ou seja, uma estrutura linear que pode ser descrita como um *continuum* ou uma escala, que vai do concreto e lexical para o abstrato e gramatical. Assim se pode reconstruir as etapas que vão de uma entidade conceitual, digamos parte do corpo, a uma entidade abstrata puramente relacional, digamos, uma preposição, ou, então, um advérbio, passando por etapas intermediárias como generalização e/ou abstratização. Por exemplo, de olho [*um galo enterra o bico no olho do outro* = órgão da visão formado pelos globos oculares e seus anexos], passa-se, no contexto **a+@**, por abstratização pela perda do traço definitório específico e com retenção de um traço relacionado com a função do olho, ao sentido de sem critério, sem medida [: *O peso era calculado a olho.*].

Assim, o mais comum nesses casos é que a preposição, motivando a mudança do sentido lexical para o gramatical, constitua uma construção adverbial de lugar, como se vê em à mão = perto; por perto [: *tudo que eu preciso está ali à mão; jogavam o que primeiro encontravam à mão: livros, mesas, cadeiras*]. Quando se neutraliza o traço locativo, o conjunto passa a indicar relações adverbiais mais abstratas como o modo > pelas costas = por trás; traçoeiramente [: *Pio sentiu-se apunhalado pelas costas*]; a braços = às voltas: [*Sumido no Sobradinho por estar a braços com incômodo de bexiga solta*]; à testa = no comando, na chefia [: *Demétrio, que era mais velho do que Valdo, sempre estivera à testa dos negócios.*]; a causa > em face = por causa, devido [: *O Diretor havia mudado de lado, em face das represálias policiais.*].

Dessa forma se estruturam as construções adverbiais que obrigatoriamente são introduzidas por uma preposição com dessemantização do núcleo nominal e conseqüente adverbialização do conjunto. Ex: às/por vezes = com pouca freqüência [*Perdoe-me, se às vezes me torno um tanto patético; A colonoscopia permitiu o diagnóstico de tumores do cólon por vezes não evidenciados pelo exame radiológico*]; de graça = gratuitamente [*Ninguém entra de graça. Entrada inteira até pra criança de colo*]; em breve = logo [*Espero em breve rever você*]. Esta é uma posição de cristalização do nome que, muitas vezes, só sobrevive dessa forma: revelia > à revelia = sem consulta ou sem conhecimento da parte interessada [*Um ano, e isso faz muito tempo, à revelia do velho, vendeu dezenas de cabeças de gado*]; sorrelfa > à sorrelfa = sorratamente [*os dois piscaram os olhos um para o outro e riram-se à sorrelfa*]; socapa > à socapa = às escondidas [*O encanto do futebol acaba na tristeza e no horror dos ônibus repletos de jovens alegres bombardeados à socapa*]; às pampas = muito: *A moçada gozou a cara dele às pampas*].

Sistemas de transitividade

A situação apresentada acima mostra especialmente como a classe adverbial se expande pelo expediente da gramaticalização. Se se levar em conta também o mecanismo de transitividade da língua, ver-se-á como esse conjunto se amplia e se redireciona rumo às preposições. A transitividade, entendida como possibilidade de completude sintático-semântica de um item, aplica-se a qualquer classe, e, portanto, aos Adv e às Prep, uma vez que se trabalha com construções e não com formas isoladas. Independentemente de serem derivadas ou não, Prep e Adv estão sujeitos à transitividade. Quando se diz perto ou longe, acima ou abaixo, dentro ou fora, já se admite perto ou longe de alguém ou de alguma coisa, independentemente de esse **de+N** atualizar-se ou não [Cf. *Depois olhou o rosto dele, que estava muito perto, um rosto devastado; Os alemães colocaram lanternas perto das janelas; pequenas ondas serenas que nasciam longe e morriam na areia alva da praia; Rezei, deitei-me longe dela, o coração em pinotes*]. Nessa linha de idéias, então, é que se admite que os Adv de lugar constituem uma subclasse gramatical. A noção espacial se concretiza com diversas nuances semânticas por causa da combinatória contextual. Exemplos: **abaixo**: **1** em direção a um ponto inferior: *escapando silenciosamente rio abaixo em seu discreto barco com motor de popa*, **2** em seguida: *Abaixo damos os nomes dos planetas em ordem de afastamento do sol*, [C: **de+Nc**] **3** localizado em posição mais baixa: *Como posso eu sujar a sua água se estou abaixo da corrente?*; *as suíças escorregando grisalhas um pouco abaixo da orelha*; **acima**: **1** em lugar superior: *Quando se chegava acima, seu auxiliar já tinha preparado uns 30 copos de solução reforçada de sal amargo*; *Aqui, Raulzinho – gritou ele, duas braçadas acima*, **2** em direção a um ponto superior: *O pirarucu me arrastou rio acima três dias e três noites*; *O coração às vezes trepa dentro da gente, o mesmo que jaguatirica árvore acima!* [C: **de+Nc**] **3** localizado em posição mais alta: *Que delícia estar ali naquela frisa acima da platéia*; *O copo suspenso a um palmo acima da boca*, **4** para além: *A bandeja de uísque oscilou perigosamente acima do nível das nossas cabeças*; **adentro**: para o interior; para dentro: *Certa manhã, portão adentro, apareceu Rocco munido de enorme serrote*; **afora**: em toda a extensão do espaço: *Foi andando estradinha afora*; **fora**: **1** no lado externo; exteriormente: *Um barulho seco de vidros quebrando-se retiniu fora*, **2** para f.: *Eu desço na outra viagem. E pulou fora apressada*, **3** @ do lugar onde se mora ou se trabalha: *ele está esperando que eu volte, a mãe está fora, não posso passar a noite com ele!*, **4** no chão ou no lixo: *jogando fora as cascas das balas deflagradas*; *John atira o cigarro fora, inquieto*. [**±C: de+N**] **5** em lugar afastado; em outro lugar: *Fui catar papel e permaneci fora de casa uma hora; só muito tarde ficava sabendo do triste evento, pois estivera fora da vila*; **além**: **1** em lugar adiante do falante: *Mas então divisei uma pequena luz além.*, **2** adiante; à

frente: *Alguns metros além havia uma plataforma de areia. [C: **de+Nc**] 3* para o lado de lá; depois: *Na Segunda Avenida, pouco além da rua 35, ele parou e ficou olhando.; **aquém: 1*** do lado de onde está o falante; do lado de cá: *Aquém, no terço baixo dessa aba, era a Casa. [C: **de+Nc**] 2* para cá: *A primeira fonte continuava aquém dos degraus de acesso à esplanada. 3* abaixo: *a pesca da sardinha não ficará aquém do nível previsto; um índice muito baixo, aquém da linha do zero.; **atrás: 1*** na parte posterior; na retaguarda: *Quatro homens sentaram-se atrás para proteger o cadáver., 2* em seguida; após: *Daniel vinha atrás, crucificado com o feixe de canas ao ombro. [C: **de+Nc**]3* no lado posterior: *Atrás do acampamento faziam as suas próprias casinhas, 4* em seguida: *As montanhas correm agora, lá fora, umas atrás das outras; Saem todos em procissão, atrás do sacristão; **defronte: 1*** em frente: *Almoçou bife com batatas fritas, mandado vir do botequim defronte. [C: **a/de+Nc**] 2* em frente a; diante de: *Dirigiram-se os dois para uma pedra que havia defronte à casa; Desceu uma curva ampla e parou defronte do alpendre.*

As preposições são sempre transitivas na medida em que nunca estão no limite da construção. Como relatores, entretanto, deixam-se controlar pela transitividade do antecedente. Se este é transitivo, a Prep torna-se semanticamente vazia, sendo a semanticidade do sintagma preposicionado regida por ele, ou seja, pelo complementado. As Prep são, portanto, introdutoras de complemento e, então, são geradas por algum traço semântico do complementado. Por isso são diversificadas [obedecer a; chocar-se com; correr de; confiança em, ânsia por, útil a]. Essas preposições identificam os mecanismos de nominalização e de gramaticalização e, portanto, podem ser chamadas de funcionais nominalizadores e funcionais gramaticalizadores. Para o português, a escolha de uma Prep nominalizadora está relacionada com a transitividade: se o verbo for intransitivo, a Prep é **de** [Cf *O galo morreu > a morte **do** galo; O vento dança > a dança **do** vento*]; se for transitivo direto, a Prep é **de** para o complemento direto e **por** para o sujeito, que comumente se apaga [*Cabral descobriu o Brasil > a descoberta do Brasil (por Cabral); Gutenberg inventou a imprensa > A invenção da imprensa (por Gutenberg)*]; se transitivo indireto, a Prep será a mesma que introduz o complemento [fugir a, de > fuga a, de; confiar em > confiança em] e o sujeito será introduzido por **de** [> *Maria encontrou-se com Pedro > O encontro de Maria com Pedro*]. Nas construções com verbo transitivo direto, se o complemento direto se apaga, o sujeito também será introduzido por **de** [> *A invenção de Edson foi um grande passo para a humanidade*]. Isso mostra que o funcional de nominalização preferencial em português é **de**.

Como gramaticalizador, a Prep introduz o gramaticalizado formando uma expressão adverbial que se transitiviza ou não. Transitivizando-se, recebe mais

uma Prep que, em português, é de se o núcleo for nome de parte do corpo. Cf mão > **em mãos**; pé > **ao pé de** = junto a [: *Ao pé da serra, uma visão estranha: a floresta toda chamuscada; estabelecera autoridade junto aos velhos, que se sentiam orgulhosamente nulos ao pé do filho*]; **à testa** = à frente [: *E o sargento que estava comandando o grupo gritava comigo que vinha à testa do pessoal para abrir mais o passo*]; **na cabeça** = na frente: *Sou eu mesmo quem vou. E vou na cabeça da tropa*]; **aos olhos de**: em presença de: *Durante duas horas comeria, aos olhos de quinhentas mil pessoas, os produtos de quatro firmas associadas para custear o programa caríssimo: as Massas Alimentícias Caboré*]. Com esses nomes, já no fim da cadeia, a abstratização causada pela perda do traço locativo, faz chegar a um valor relacional mais puro, ou seja, ao equivalente de uma Prep. Ex: aos olhos de = para: *Se teu artelho te escandaliza, livra-te dele; aos olhos do mundo serás um amputado, mas, na vida eterna, renascerás completo*; embaixo de = sob: *O ministro saiu da sala embaixo de gritos e vaias*. Como se vê, o valor intermediário, menos abstrato, é adverbial e o último, mais abstrato, preposicional.

A estrutura Prep+N+de+N forma construções adverbiais com ou sem mudança do sentido lexical do núcleo nominal. Mas esta posição favorece a dessemantização desse núcleo, que passa a indicar um conceito abstrato comumente expresso por um advérbio ou por preposição. Isso se dá especialmente quando o núcleo for um nome abstrato. Ex: **por amor** > (i) por causa: *Passaram para o depósito dos fundos, que, por amor de uma velha mesa, recebia, ainda, o nome de escritório*. (ii) para: *Pois da minha parte, eu que sou devoto de São Francisco, gostaria também que essa leitoa ficasse por aqui, por amor de melhorar a raça dos porcos dessa cidade!*

Se o antecedente da Prep é intransitivo, ela, obviamente, não introduz complemento, mas aquilo a que chamamos adjunto. As Prep introdutoras de adjuntos podem ser espaciais e não espaciais, sendo que as espaciais têm um valor relacional indicativo de posição no espaço. Aqui vou apenas exemplificar com o sentido básico de algumas das principais preposições do atual sistema do português contemporâneo: **ante** = posição dianteira => diante de: *Ajoelhou-se ante a estátua da Virgem*; **após** = posterioridade espacial => depois de: *Há duas farmácias logo após o cinema*; **com, contra**: contigüidade espacial: *rua Espírito Santo esquina com Carijós; Tomou minha cabeça contra seu peito*; **em** = inclusão; *dentro de: Uma cobra no saco de dormir*; **por** = distribuição no espaço: *Roupa suja espalhada pelo chão*; **de** = origem no espaço: *o sangue escorrendo da ferida*; **para** = direção no espaço: *Era dia de viajar para o sítio do João Cancela*; **sob/sobre** = posição inferior/superior: *Parecia sentir sob a mão inútil as rugas e o empapuçamento das pálpebras; Como se fosse uma espada sobre nossas cabeças*.

Conclusões

1. As relações espaciais produzem preposições e advérbios. Paralelamente ao espaço, se desenvolve o tempo. Num grau seguinte de abstratização é que se tem os demais tipos de relações como o modo [*Uma cruz que cada um carrega com prazer* > *prazerosamente*] meio, instrumento, inclusão, exclusão etc. Logo, na organização dos verbetes cuja entrada é Prep a ordem das informações deve ser primeiro o valor espacial, depois o temporal e, em seguida, os demais. No caso dos advérbios, dá-se a mesma coisa, sendo que, quanto a eles, a questão é de rotulação de subclasses: lugar, tempo, modo, meio, instrumento, etc.⁷ No caso de gramaticalização, os tipos devem ser registrados como subentradas, reguladas pelo núcleo. Assim, **ao pé, em mãos, a braços** entram em **pé, mão, braço** respectivamente. O rótulo que antecede a subentrada pode ser qualquer coisa descritiva como **Núcleo de construção adverbial**, por exemplo.

2. A transitividade que se aplica no caso, serve para orientar a ordem das informações. Quanto às preposições, as que introduzem adjuntos apresentam valores relacionais que convém enumerar: espaciais, temporais, modais etc. Em seguida é que se alude àquelas que introduzem complemento enumerando seus empregos sintáticos: tipos de complementos que introduzem, valores funcionais etc. Como os advérbios podem ser intransitivos e transitivos, começa-se pelos primeiros, seguidos pelos segundos, naturalmente precedidos da estrutura complementar. Ex: *defronte* = em frente: *Almoçou bife com batatas fritas, mandado vir do botequim defronte* [**Compl: a/de+N**] em frente a; diante de: *Havia uma paineira defronte à casa; Desceu uma curva ampla e parou defronte do alpendre*. Essa decisão elimina a incômoda rotulação das locuções prepositivas que as gramáticas escolares abrigam e que o dicionarista não sabe onde colocar. Não sabe onde colocar porque trabalha com itens lexicais simples ou complexos, mas delimitados. Ora, enquanto **às claras, aos pulos, de cabeça, de cor** são expressões adverbiais lexicalmente independentes, **ao lado de, ao pé de, junto a** não chegam a formar uma expressão ou locução porque constituem conjuntos dependentes e, portanto, inacabados. No caso das ampliações, então, tanto as construções intransitivas como as transitivas são registradas pelo núcleo, sendo que as últimas sempre serão precedidas do tipo complementar. Assim, **ao pé** e **ao pé de+N** entram em **pé**.

3. Com base nos posicionamentos teóricos expostos, sugiro o arranjo abaixo para Prep e Adv, ilustrando com **de**, preposição que foi o objeto de minha primeira publicação acadêmica (BORBA, 1965) e **dentro**:

⁷ Nossos dicionários comumente não registram subclasses.

DE Prep Relaciona dois termos da oração indicando **1** origem: *Não saio de casa.* **2** separação: *Afastou-se dos amigos.* **3** interioridade: *uma dorzinha de cabeça.* **4** lugar => em: *Os acontecimentos da rua Toneleros assustaram a população.* **5** percurso => por: *O suor escorria-lhe do rosto.* **6** posição intermédia => entre: *Uma de vocês vai ganhar este colar.* **7** tempo passado: *Chegamos a sua fazenda, formada de pouco tempo.* **8** limite no tempo: *nas proximidades do Natal.* **9** duração: *Essa viagem de um mês veio renovar os prazeres.; um atraso de duas horas e meia.* **10** destinação ou finalidade => para: *creme de barbear; uma série grande de aparelhos de luta contra o frio.* **11** destino => para: *Os ônibus de Ipanema tinham ponto inicial na rua México.* **12** delimitação => com referência a; quanto a: *Era um homem de 36 a 38 anos, forte de membros, alto e bem proporcionado.* **13** causa => devido a: *Seu olhar se anuviou de tristeza.; Ficou inchado de orgulho.* **14** dimensão; medida; valor: *um muro de cem metros.* **15** estado ou condição: *E lá estava ele, nada mudado, sempre de branco. Fui trabalhar de pajem.* **16** disposição => em forma de; em: *Subiram por uma escada de caracol.* **17** meio ou instrumento => com: *Eles nos observavam de binóculos.; praias que o mar bravio assoalha de espumas.* **18** posse: *o cachorro do meu patrão; gaúchos de alma grande.* **19** conteúdo => com: *canecões de cerveja; trazendo nas mãos uma lata de goiabada.* **20** característica => próprio de: *dentes de artista de cinema; Pairava silêncio cáldo de sesta.* **21** matéria => feito de: *chapéu de palha grosseira; Passou a mão no jarro de louça.* **22** assunto => sobre: *falar de miséria, de latifúndio, de exploração?* **23** disposição ou propósito => para: *fugindo à sua missão de luta.* **24** direção => a; para: *Raimundo já não achava posição na janela; virava-se da esquerda, da direita, firmava-se ora numa perna, ora na outra deixando afinal pender a cabeça.* **25** (Coloq) modo => ao modo de; como: *Também grunhia de porco, cacarejava de galinha, coaxava de untanha, ralhava de mulher velha.* **26** em correlação com **em**, marca o ponto de partida ou de início de uma seqüência ou distribuição no espaço: *Saiu pedindo esmola de casa em casa.* **27** em correlação com **em**, marca o início de uma periodicidade no tempo: *De cigarro em cigarro, olhando a fumaça no ar se perder.* **28** em correlação com **a/para** marca o ponto de partida [até um ponto de chegada] => desde: *Este sujeito quer levar a vida bebendo da manhã à noite. Seis pedrinhas de sal, que representam, em ordem sucessiva da esquerda para a direita, os seis meses vindouros, de janeiro a junho.* **29** introduz complemento: *Wilson gostava de ser escrupulosamente justo.; O desânimo apossava-se de todos. pessoas desejosas de trabalhar.* **30** introduz o complemento da voz passiva => por: *Deixou-se vencer dos amavios da floresta* (RIBEIRO, J. A Carne). **31** compõe perífrases verbais para indicar aspecto e modalização: [ter de, haver de, parar de, deixar de... + Inf] > *Agora tinha de se arranjar.; Jogou-lhe em cima dos pés uma cobra de duas cabeças que acabara de desenterrar da lama.* **32** compõe o superlativo relativo – o maior/ o menor de todos e pode entrar na construção do

comparativo mais alto (do) que: *A aventura dera-lhe o melhor de todos. O tom, no entanto, era bem mais brando do que o anterior.* **33** usado como funcional de nominalização: *Colombo descobriu a América > o descobrimento da América por Colombo; descobriu-se o fogo > a descoberta do fogo; domesticaram os bois e os cavalos; a domesticação dos bois e dos cavalos.* **34** introduz locução adverbial: [de tarde, de repente, de frente, de costas, de sobreaviso, de resto, de mansinho] *De súbito uma gargalhada estrondou como afrontando-o. Foi verificar de perto as ruínas.* **[Adj+d. +S]** **35** usada para pôr em evidência o Adj: *Pensas que este é o idiota do teu marido?; Bento está amando. Uma paixão da brava.* **Obs:** como Complemento dos verbos comer, beber, tem valor partitivo [= um pouco de, uma certa quantidade de]: *as flores fediam a enxofre; mas, quem comesse desses frutos, se deitasse nesse chão, se banhasse nessas águas ficava por tal modo enfeitado, que não havia meio de arrancá-lo dali* (AZEVEDO, A. *O Mulato*); *Isto a velha quer, que seja, e do seu querer colijo, / que vai a beber do mijo.* (MATOS, G. de. *Poesias*) É arcaísmo que pode dar ao discurso um tom solene.

DENTRO Adv [Lugar] **1** na parte interior de algum lugar; interiormente: *Os ratos tinham aberto um buraco no guarda-comidas, viviam lá dentro, numa chiadeira infernal.; Um cãozito amarelo estivera preso, ali dentro, uma semana, sem comer.* **2** no fundo do coração; intimamente: *Cunha é meu homem. Não adianta, que ele mora aqui dentro. E Batia forte no peito.* **3** no peito ou no ventre: *Tenho uma coisa aqui dentro – disse ele apontando para o peito – e meu pai diz que é fraqueza.* **4** na mente: *Quando converso, as melhores idéias ficam cá dentro, sem encontrar expressão.* **[C: de+S]** **5** no interior: *Costurei o retrato dentro do meu colchão. Se ele não carregasse tantas bíblias dentro da mala grande tinha mais espaço.* **6** no íntimo: *Era como se dentro dela o desespero morresse e surgisse.* **7** no fundo; profundamente: *olhando-o dentro dos olhos.* **8** no meio: *Um camarada contava que estivera dentro de um tiroteio de mais de hora.* **[Direção]** **9** adentro; adiante: *Estou vendo que, mais dia, menos dia, entra-me pela casa dentro um dos meus homens com uma cesta de moedas colhidas na árvore das patacas.* (COELHO NETTO. *Cidade Maravilhosa*) **[Tempo]** **[C: de+S]** **10** num determinado intervalo de tempo: *Diga ao Seu Adriano que estou lá dentro de uns quinze minutos.* **11** no prazo: *O navio deveria para lá partir dentro de quatro dias.* **[Modo]** **[C: de+S]** **12** de acordo (com); conforme: *Os tubos de ferro fundido nodular Ferrodúctil são fabricados, rigorosamente, dentro das normas da ABNT.; Estamos enviando cópias dos editais de licitação publicados exatamente dentro do que prescreve a legislação.* **[Função pronominal]** **[Prep+d. ±C: de+S]** **13** o interior de algum lugar, especialmente casa: *Carregue as malas pra dentro.; A voz veio de dentro.; Dosolina quer lhe falar também. Vamos até dentro.* (PALMÉRIO, M. *Chapadão do Bugre*). **14** o lado interno:

Retirou-se para o seu quarto, fechou-se por dentro.; Percebendo que era vigiado de dentro das guaritas, conteve-se. [Função adjetiva] [S+d. C: de+S] 15 vestido (com); envolvido (em): *É Dudu, muito loura, dentro de um vestido berrante. [Núcleo de construção adverbial] [por+d.] 16* intimamente; interiormente: *Sentia uma coisa por dentro, um alvoroço.; Um roubo, que diabo, muda a gente por dentro. 17* a par; ao corrente (dos acontecimentos; de particularidades, de atualidades etc): *Além disso, você fica por dentro das fofocas cinematográficas. Sm 18* parte interna: *polpa quente e corada como o dentro dos beijos, o embaixo da língua e o fundo das bochechas. 19* o íntimo: *E se esses crimes imaginários não seriam mesmo obras reais de uma espécie de estado segundo do meu fora – levados a efeito durante obnubilação do meu dentro. E eu sei? (NAVA, P. Chão de Ferro) ►d. em pouco/breve* em pouco tempo; logo: *Dentro em pouco, toda a cidade repetia a meia voz, que Maria era mesmo Santa.; Dentro em pouco, um caminhão roncava na mata.; Pedrinho pôs-se a pensar que, dentro em breve, seria devolvido à vida. Obs:* As acepções 1,2, 3, 4 e 5 vêm comumente precedidas de aqui/cá, aí, ali, lá.

BORBA, F. S. Grammatical information in dictionaries. *Alfa*, São Paulo, v.51, n.1, p.137-149, 2007.

- *ABSTRACT: Observing discrepancies in grammatical item entries in Brazilian unabridged dictionaries, we propose, for regularization, a grammatical theory that must be implicit in lexical item entries and explicit in the grammatical ones. We illustrate with prepositions and adverbs, in their spatial relations. First, we discuss expansion possibilities of adverbial and prepositional classes through grammaticalization devices. Then, we present transitivity principles, allowing for an exhaustive description of syntactic and semantic properties of those two classes. We believe this is a way of ordering information in grammatical entries for a language dictionary.*
- *KEYWORDS: Adverb; preposition; grammaticalization; transitivity.*

Referências bibliográficas

BORBA, F.S. *Teoria sintática*. São Paulo: T.A. Queiroz, Edusp, 1979.

_____. Empregos ibéricos da preposição **de**. *Alfa*, São Paulo, v. 7-8, p.173-198, 1965.

Bibliografia consultada

BORBA, F. S. *Organização de dicionários: uma introdução à lexicografia*. São Paulo: Ed. Unesp, 2003.

_____. *Sistemas de preposições em português*. São Paulo, 1971. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1971.

CASTILHO, A. T. de. *A predicação adverbial*. São Paulo, 1993. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1993.

GIVÓN, T. *On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1979.

HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

NEVES, M.H.M. *A gramática: história, teoria, análise, ensino*. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

A CATEGORIA ADVÉRBIO NA GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS FALADO

Rodolfo ILARI¹

- RESUMO: O presente texto relata o trabalho da equipe que, no interior do Projeto “Gramática do Português Falado”, ao tratar, descritiva ou teoricamente, de algum fato lingüístico do português falado culto do Brasil, sob o aspecto da ordem linear dos elementos, fixou-se no advérbio. O estudo aqui relatado durou três anos e foi muito importante para consolidar a própria equipe e seu modo de fazer lingüística, orientar a busca de uma organização racional das palavras que as gramáticas têm reunido sob a denominação de “advérbios”, e esclarecer o papel que devem desempenhar, numa gramática lingüisticamente fundamentada, as “classes de palavras”. Por fim, discute-se o caráter “científico” da investigação aqui descrita.
- PALAVRAS-CHAVE: Advérbios; classes de palavra; língua falada; gramática; sintaxe.

A escolha do tema

Em 1989, durante o segundo Seminário do Projeto “Gramática do Português Falado”, foi passada aos presentes a incumbência de se organizarem em grupos para tratar, descritiva ou teoricamente, de algum fato lingüístico do português falado culto do Brasil, sob o aspecto da ordem linear dos elementos. A equipe que, em seguida, assumiria a tarefa de tratar das “Classes Gramaticais e Lexicais do Português Falado”² fixou-se então no advérbio, que, nas gramáticas tradicionais, é descrito ora como a palavra que tem sua posição “normal” depois dos termos integrantes do predicado, ora como a palavra que tem posição livre, podendo figurar entre dois constituintes quaisquer.

Esse estudo durou três anos e foi muito importante a) para consolidar a própria equipe e seu modo de fazer lingüística, b) para orientar na busca de uma organização racional das palavras que as gramáticas têm reunido sob a denominação de “advérbios” e c) para esclarecer o papel que devem desempenhar,

¹ UNICAMP – Instituto de Estudos da Linguagem – Departamento de Lingüística – 13081-970 – Campinas – SP – Brasil. Endereço eletrônico: rilari@gmail.com

² Esse grupo contou, no início, com a participação de Ataliba T. de Castilho, Célia Maria M. de Castilho, Carlos Franchi, Marco Antônio de Oliveira, Margarethe Elias, Maria Helena de Moura Neves e Sírío Possenti.

numa gramática lingüisticamente fundamentada, as “classes de palavras”.³

Neste texto, relato essa investigação, comentando em seguida, seu caráter “científico”.

Amplitude da investigação possível

Partimos das definições tradicionais de advérbio. Dois ingredientes morfossintáticos aparecem regularmente nessas definições: (a) o caráter de palavra invariável e (b) o caráter de palavra regida, aplicada tipicamente a não-substantivos; por esse segundo critério, os adjetivos, relacionados sintaticamente aos nomes, distinguem-se dos advérbios, normalmente relacionados ao verbo, a adjetivos ou a outros advérbios. Como é o caso para outras classes gramaticais (“designação de seres” para o substantivo, “expressão da qualidade” para o adjetivo, etc.), também se utilizam na caracterização tradicional dos advérbios alguns critérios nocionais; (c) o principal desses critérios recorre à noção de modificação: assim se define o advérbio como a palavra que modifica a idéia expressa pelo verbo ou denota as “circunstâncias” em que se dá o processo a que ele faz referência.

Os três critérios tradicionais permanecem válidos. Mas, como outros critérios da tradição gramatical, sua aplicação surte efeitos claros e não contraditórios apenas em um pequeno número de casos exemplares. Na prática, o gramático defronta-se com inúmeros exemplos em que eles levam a classificações conflitantes; e às dificuldades da aplicação dos próprios critérios a gramática tradicional tem acrescentado as de um tratamento até certo ponto inconseqüente, pelo hábito de enquadrar entre os advérbios uma quantidade enorme de *palavras* que, apenas em algumas ocorrências particulares e em alguns ambientes sintáticos, atendem àqueles critérios. Tratar do “advérbio” é, antes de mais nada, tomar consciência desses equívocos, constatando a diversidade de emprego dessas expressões.

Problemas das classificações tradicionais

Começemos por assinalar os seguintes empregos:⁴

³ O primeiro texto produzido pelo grupo foi Ilari et al., “Considerações sobre a posição dos advérbios”, in Castilho (1990). Esse texto teve um importante papel de orientação e estímulo, suscitando pesquisas que originaram uma série de outros textos dedicados a sub-classes específicas de advérbios. A presente exposição é uma síntese daquele trabalho.

⁴ Os exemplos aqui transcritos salvo indicação de [n.a.] foram colhidos no Corpus do Projeto NURC. Para sua localização naquele *corpus*, ver Ilari et al. (1990).

- (1) *Estudei bem, fiz um estudo bem certinho para ver qual era a melhor [escola] e foi determinado, visto que aquela era melhor. Então [o menino] foi posto [naquela escola], quer dizer não foi uma escolha **assim** sem base.*
- (2) *Então eu tenho muita tarefa também fora de casa, não é... manter contacto com entidades **aqui** do bairro... com os pais de alunos e tudo mais.*
- (3) *Eu acho que um trabalho **assim**... de gabinete eu gostaria.*
- (4) *Mas a cadeia de supermercados **aqui** é do Recife.*
- (5) *Isso **aqui** é entrada.*
- (6) *Eu recebi **aqui** meu ordenado.*

Em todos esses exemplos atua um mecanismo de sinalização pelo qual um dêitico antecipa a função sintática e semântica da expressão que segue. Esse mecanismo se estende a outros dêiticos que antecipam “cataforicamente” adjuntos adverbiais, predicados complexos, ou mesmo argumentos do verbo, cp.

- (7) *eles têm noção de horário porque **lá** em casa tudo é função do horário.*
- (8) *Ela é supervisora nata, é, **assim**... ah... toma conta precocemente, não? Das atividades dos irmãos.*
- (9) *São muito acomodadas... ainda não começaram **assim**... aquela fase chamada de mais difícil, de crítica.*

A idéia que prevaleceu no grupo é que, em empregos como esses, os dêiticos têm um papel de sinalizadores. Por sua vez, os dêiticos invariáveis a que se tem chamado tradicionalmente de “advérbios de lugar/advérbios de tempo” admitem usos bastante variados, muitos deles difíceis de classificar. Que o digam as ocorrências de *lá* encontradas nas orações que seguem (não atestadas no *corpus*), nas quais essa palavra não é nem um modificador, nem um argumental, nem um advérbio de lugar:

- (10) Ele tem **lá** seus defeitos.
- (11) Eu sei **lá** o que isso quer dizer.
- (12) Aassalariado **lá** tem escolha?
- (13) Isso é **lá** com ele.

Para alguns desses empregos, a melhor caracterização é talvez como marcadores de distância do locutor em relação ao conteúdo de sua asserção, com um elemento de atenuação que, em (11) e (12) (talvez pela presença do predicado epistêmico *sei* ou da interrogação?), resulta num efeito de negação.

Outras palavras tradicionalmente classificadas como advérbios que colocam em xeque os critérios tradicionais são os “intensificadores”, *muito*, *pouco*, *bastante*... Esses advérbios compartilham a invariabilidade com os indefinidos

neutros. Quando há motivos igualmente fortes para encarar o verbo como transitivo ou intransitivo, uma forma invariável como *muito, pouco, bastante...* pode ser analisada ora como SN em função de objeto direto, ora como advérbio. É o que ocorre em

- (14) *Em casa o café é muito demorado, muito complicado, quer dizer, então, até eles comerem todas as coisas que fazem parte do café eles demoram; um briga com o outro, a divisão tem que ser absolutamente exata, porque se um tiver mais do que o outro sai um monte de briga; na realidade não acabam tomando tudo não, comendo tudo que têm. Mas PRECISA TER IGUAL. Basta ser igual.*

Nesse exemplo (14), *mais, tudo, igual* entram em estruturas sintáticas perfeitamente paralelas; embora *mais* seja considerado por alguns gramáticos um advérbio, *tudo*, um pronome indefinido e *igual* um adjetivo, todas essas formas ocupam posições argumentais.

Tudo isso mostra que os critérios habitualmente usados para delimitar a classe dos advérbios só identificam aproximativamente as expressões que a mesma tradição tem apontado como tais; por conseguinte, os critérios habituais não são aproveitáveis para uma análise rigorosa e exaustiva. Indiretamente, porém, sua discussão serviu para lançar um pouco de luz sobre algumas facetas insuspeitadas do tema “advérbios” e sobre a possível existência de regularidades que autorizam a falar, se não do advérbio como uma classe homogênea, pelo menos de conjuntos de expressões que funcionam de maneira sensivelmente semelhante. Pensamos, por exemplo, que se justifica tratar como classes bem configuradas os dêiticos e os intensificadores. A nosso ver, esses tipos são diferentes das classes de advérbios tradicionalmente reconhecidas, havendo evidências de que devem ser tratados à parte.

Crítérios alternativos de demarcações do campo

A discussão permitiu também que aflorassem, ainda que de maneira confusa, duas dimensões para a classificação das expressões tradicionalmente reconhecidas como advérbios: a primeira dimensão é a dos segmentos sintáticos a que o advérbio se aplica; contrariamente à definição tradicional, esse segmento não é nem um verbo, nem um adjetivo nem um outro advérbio numa vasta série de casos.

A segunda dessas dimensões é a das “funções” que os chamados advérbios desempenham; essas funções são bastante diferenciadas, o que tende a ser escamoteado quando se reconhece uma única função extremamente genérica de “modificação”.

Dito de outra maneira, surgiram evidências de que o advérbio *não* é uma classe de palavras com características morfossintáticas uniformes. Por isso, era um contra-senso propor ou até mesmo ensaiar uma definição geral de advérbio, mesmo que essa expectativa estivesse na consciência de muitos de nós; o que pareceu necessário foi ao contrário, aprofundar as distinções, tentando organizar a heterogeneidade das palavras que a tradição gramatical tem lançado acriticamente nessa classe. Esse foi nosso próximo passo.

O quadro maior da análise dos advérbios

Advérbios *Sentenciais* - Na concepção tradicional o advérbio é representado como uma “parte da oração”, sugerindo-se que seu papel se esgota quando é aplicado aos constituintes da oração. É sabido, ao contrário, que o advérbio pode aplicar-se também à oração como um todo. Considere-se o seguinte enunciado:

(15) **Basicamente**, eu posso não interferir no processo global... mas eu queria entender esse processo.

Sabendo que o informante está falando das relações sociais em que está inserido, seu enunciado poderia ser parafraseado como “*em síntese/no fundamental*: aspiro a compreender as relações sociais em que estou envolvido, embora eu não possa interferir nelas”. Cabe então distinguir em (15) um conteúdo assertado (“aspiro a... apesar de que...”) e uma qualificação da asserção (“minha asserção tem um caráter de síntese”) pela qual é responsável o “advérbio” *basicamente*. Se é assim, *basicamente* refere-se ao resto da sentença como um todo, e não a algum constituinte em particular. Semanticamente falando, é um advérbio sentencial. Vejamos mais alguns casos:

(a) os “advérbios *de circunscrição*” - Alguns advérbios servem para limitar o ponto de vista do qual pode ser considerada correta a asserção; por isso, os chamamos “advérbios de circunscrição”, tal como já se fez em lingüística americana (ingl. *hedges*).

(16) **Humanamente**, é impossível fazer tanto processo ao mesmo tempo.

(b) *Quase-modais* - Outros advérbios sentenciais, incluindo *realmente*, *provavelmente*, *possivelmente*, *difícilmente*, modalizam a asserção. Seu papel lembra vagamente o dos operadores da lógica modal, mas a modalização atestada nos dados é geralmente de caráter epistêmico, isto é, refere-se às opiniões e expectativas dos interlocutores, razão pela qual reservamos a eles a denominação de “quase-modais”. Eis alguns exemplos do *corpus*:

(17) **realmente**, deve ser maravilhoso ter uma família grande.

- (18) *Eu pus numa escola, ele não gostou daquela... Aí eu achei que, **realmente**, a escola não preenchia tudo que eu gostaria que preenchesse.*
- (19) *[É de praxe] falar com essa pessoa e agir com essa pessoa dentro da máxima ética... porque essa pessoa **provavelmente**, será um cliente futuro.*
- (20) *Ela está assumindo tarefas assim muito precocemente. **Possivelmente** passe essa fase*
- (21) *Há pessoas que **difficilmente** perdem a calma, perdem o controle.*
- (c) *aspectualizadores - Ainda uma outra classe de advérbios sentenciais inclui ocorrências de *geralmente, normalmente, diariamente, de vez em quando, às/algumas vezes*, indicando a frequência com que um evento se reitera.*
- (22) ***Normalmente**, quando tem muitos [filhos] e um começa a tomar atitudes mais ou menos autoritárias, os outros mesmos se encarregam de colocá-lo no lugar.*
- (23) ***Diariamente, quase que diariamente**, eles chegam atrasados.*

Advérbios de discurso - Alguns “advérbios”, particularmente os dêiticos, podem aplicar-se a unidades cujas dimensões ultrapassam não só os limites dos constituintes, como também da sentença.

No exemplo a seguir, o advérbio *agora* tem duas ocorrências:

- (24) *A- **Agora** que estão todos maiores, quer dizer, cada um fica mais ou menos responsável por si. B- já se cuidam A- de higiene, de trocar de roupa, todo esse negócio. Quer dizer, já é alguma coisa que ele fazem porque... B- Ajuda demais, né? A- Já ajudam bem. A- **Agora**, tem sempre [...] numa família grande há sempre um com tarefa de supervisor... por instinto, não é por obrigação.*

Ao passo que a primeira estabelece uma referência temporal ao momento de enunciação, a segunda introduz um novo “momento de discurso” que se distingue do anterior por uma mudança de tópico e de orientação discursiva. No trecho anterior, a iniciativa das crianças era descrita com otimismo; já no trecho que começa com *agora*, esse otimismo sofre uma ressalva; no próximo momento, passarão a ser assunto do diálogo as atitudes repressivas da filha mais velha para com os irmãos.

Não causa estranheza encontrar em funções discursivas precisamente os elementos dêitico-anafóricos. Passando da dêixis para a anáfora e para as operações discursivas, há um progressivo esvaziamento da dimensão espaço-temporal, na medida em que o discurso se torna a dimensão de referência. À sequência cronológica e à referência espaço-temporal se substituem assim outras séries, que incluem a continuidade temática, a continuidade do tópico e a continuidade e ordenação da argumentação. Mas o uso discursivo de advérbios não se restringe aos dêitico-anafóricos. Considerem-se, por exemplo, estas duas ocorrências de *inclusive*, indicando que uma conclusão aceitável, para a qual os interlocutores já dispõem de outros argumentos, é apoiada também pelo argumento que segue:

- (25) *O endocrinologista proibiu terminantemente que eu tenha mais filhos **inclusive** ele disse que se eu tiver vai ser necessário um aborto.*
- (26) *Quando são amigos escondem tudo e **inclusive**, se há alguma coisa quebrada (por exemplo eu chego, foi um dos dois) o aquele que fez diz que foi ele que fez ou então é o pai ou mãe, aquele que não estiver presente.*

Exclusões estratégicas

Resumindo, a análise dos *corpora* levou-nos naturalmente a reconhecer que um número alto de ocorrências “adverbiais”, como as que encontramos em (27)-(31) se aplicam a unidades distintas dos “verbos, adjetivos e advérbios” de que fala a tradição gramatical:

- (27) *A cadeia de supermercados **aqui** é do Recife.*
- (28) *Uma pesquisa **agora** da ONU determinou o seguinte..*
- (29) *Isso **aqui** é entrada.*
- (30) ***Exatamente** nove ou dez.*
- (31) ***Justamente** porque a tabela não deu certo é que os filhos vieram ao acaso.*

Mostrou também que há advérbios que se articulam com segmentos definidos não enquanto constituintes da sentença, mas enquanto segmentos temáticos ou discursivos.

Em suma, uma descrição completa do advérbio mobiliza dois tipos de gramática: a) a que estuda as expressões do ponto de vista de sua constituição morfosintática e de sua conexidade; b) a que trata do fluxo de informações e da coesão textual. Como essas duas gramáticas têm interesse em reconhecer unidades inferiores à sentença, e unidades iguais ou superiores à sentença, chegamos ao seguinte enquadramento para as expressões tradicionalmente classificadas como advérbios. Na primeira coluna, as relações que contam são de natureza estrutural, na segunda, são de natureza coesiva, para adotar uma conhecida distinção de Halliday e Hasan (1976).

Âmbito	Gramática da conexidade	Gramática da coesão
Inferior à sentença	advérbios de constituinte	advérbios de tópico etc.
Igual ou superior à sentença	advérbios sentenciais	advérbios de discurso

Quadro 1 – Expressões tradicionalmente classificadas como advérbios

Dada a formação do grupo, pareceu-nos temerário tentar tratar com alguma sistematicidade da interação dos advérbios com unidades coesivas. Embora esse tipo de estudo ficasse claramente demarcado, nosso trabalho limitou-se, pois, à interação dos advérbios com unidades definidas estruturalmente.

Os advérbios na estrutura oracional

A oposição predicativo/não-predicativo

Na afirmação tradicional de que o advérbio modifica o sentido do verbo ou do adjetivo está implícita a hipótese de que, de um ponto de vista lógico, ele expressa uma predicacão de grau superior: assim como o verbo ou o adjetivo atribuem uma ação ou uma propriedade ao sujeito, o advérbio predicaria uma propriedade da qualidade ou ação que se atribui ao sujeito: assim, em “João caminha lentamente”, descreve-se como sendo lenta a ação de caminhar que se atribui a João.

Essa representação fornece um critério para organizar as ocorrências do *corpus*; há, com efeito, alguns empregos em que a idéia de predicacão de segundo grau se aplica com naturalidade, como em (32), e outros para os quais seria contra-intuitiva como em (33).

(32) chegar **bem** / falar **muito** / **autenticamente** brasileiros

(33) chegar **aqui**, chegar **cedo**, **não** falar, melhorar a sinalização, **inclusive** vertical

A distinção predicativo/não-predicativo que acaba de ser esboçada não tem por critério a possibilidade de obter paráfrases em que a expressão adverbial é substituída por um predicado no sentido gramatical do termo, mas a diferença dos papéis lógicos que os advérbios que desempenham. Para marcar essa diferença, propomos que o leitor realize um artifício de raciocínio em três etapas: (i) considerar o verbo ou o adjetivo “em estado de dicionário”; (ii) refletir sobre sua definição lexical, chegando a um núcleo significativo; (iii) verificar de que modo esse núcleo significativo foi afetado pelo advérbio. Entendemos que nos exemplos de (32) o núcleo significativo do verbo e do adjetivo foi afetado pelo acréscimo do advérbio (houve qualificação, intensificação, alterando aquele núcleo); já nos exemplos de (33) o sentido de dicionário dos verbos e do adjetivo permaneceu intacto, tendo-se apenas agregado circunstâncias de tempo e lugar, ou indicações sobre os limites de aplicação da proposição com eles construída.

Os resultados dessa reflexão são os mesmos que poderíamos obter buscando uma tradução daquelas expressões em linguagem do cálculo dos predicados: aí, somente os advérbios predicativos correspondem a “predicados de segunda ordem”, ao passo que os não-predicativos devem ser tratados como argumentos de primeira ordem (*cedo*) ou como operadores lógicos. Valham, a título de lembrete, as traduções que se poderiam esperar, na linha de Reichenbach, para

- (34) a. José saiu: (3f) [S(f) & f(j)]
b. José saiu precipitadamente: (3f) [S(f) & P(f) & f(j)]
c. José saiu ontem: (3f) [S(f) & f(j,o)]
d. José não saiu: (3f) [S(f) & ~f(j)]

(onde *José* corresponde ao argumento “j”, *saiu* corresponde ao predicado de primeira ordem “S”, *precipitadamente* corresponde ao predicado de segunda ordem “P”, *ontem* ao argumento “o” e *não* ao operador “~”).

Advérbios predicativos - Entre os advérbios que se enquadram em nosso conceito de predicativos, há algumas classes mais claramente caracterizadas.

- (a) A primeira dessas classes é representada por construções como *comer bem*: o paralelismo dessa construção com a que se compõe de substantivo mais adjetivo indicando qualidade (*comida boa*) é flagrante, e foi a principal motivação para denominar os advérbios dessa subclasse de “qualitativos”. Encontramos advérbios qualitativos aplicados a adjetivos e verbos. Advérbios predicativos aplicados a advérbios podem ser lembrados (*maravilhosamente bem*), mas não apareceram no *corpus*.
- (b) Uma outra subclasse de advérbios predicativos a considerar é a dos intensificadores, na qual incluímos ocorrências de *mais* e *muito*. O uso mais típico desses intensificadores é com verbos, adjetivos e advérbios (*sofrer mais, mais triste, mais depressa*); seu uso ao lado de substantivos e pronomes soa como uma espécie de metáfora (cp. “*ele é muito gente*”, “*o chefe é muito ele*”), ou determina ambigüidades do tipo quantitativo/qualitativo (Os funcionários poderiam ter sido mais gente votando no partido X).
- (c) Os advérbios que numa passagem anterior foram denominados “quase modais”, “de circunscrição” e os de “de atitude proposicional” atuam de maneira bastante parecida, no sentido de que qualificam a asserção (“Certamente P” = Afirmando com certeza que P; “Felizmente P” = É um prazer para mim afirmar que P; “Tecnicamente P” = Falando de um ponto de vista técnico, cabe afirmar que P). Em seus exemplos mais típicos, esses advérbios se aplicam a sentenças completas. Para dar conta de suas semelhanças, pareceu-nos oportuno reuni-los numa classe intermediária, subordinada à dos predicativos, que denominamos “modalizadores”. Essa denominação resulta do fato de que aplicam à asserção qualificações que lembram vagamente as modalidades lógicas e o tipo de qualificação imposta à asserção pelos modos verbais.
- (d) Incluímos, ainda, na classe maior dos predicativos, os advérbios “aspectualizadores”.

Advérbios não-predicativos - Chamamos em geral de não-predicativos aos advérbios para os quais não cabe falar em “modificação de sentido”, nem em “predicados de segunda ordem”, sendo típicos a negação e os circunstanciais.

- (a) Sabe-se desde Frege que a negação não é ingrediente da proposição (mais exatamente: não é um predicado, nem um ato como a asserção: é uma

operação sobre proposições que inverte a suposição de verdade das mesmas). Constatar esse fato é reconhecer que a negação opera diretamente sobre o valor de verdade que se pensa em atribuir à sentença, uma característica que a negação compartilha com as expressões de inclusão/exclusão (*inclusive, só*) e de focalização (*justamente, exatamente*), as quais, além do mais, comparam proposições semelhantes quanto a valores de verdade. Entendemos que todos esses advérbios deveriam ser reunidos numa mesma classe de “advérbios de verificação”.

A análise dos advérbios de negação que ocorrem no *corpus* alertou-nos contudo para o fato de que, com mais frequência do que o esperado, o que se nega (confirma, focaliza) é a expressão utilizada; nesses casos a negação (confirmação, focalização) assume um caráter metalingüístico, e todo o realce é dado ao modo de dizer. Para distinguir os dois possíveis usos dos advérbios de verificação, utilizamos, por sua clareza, a velha distinção *de dicto/de re*.

(b) A principal observação sobre os circunstanciais é que as ocorrências encontradas no *corpus*, embora numerosas, se limitavam praticamente à classe dos dêiticos; se definirmos, os dêiticos como “palavras cuja referência é função do contexto”, todas as ocorrências de circunstanciais atestadas no *corpus* são dêiticas; se os definirmos como “palavras cuja referência é função do aparelho da enunciação”, apenas sobravam como exceção algumas poucas ocorrências de *cedo*.

Essa observação mostrou, mais uma vez, que os dêiticos têm comportamento sintático idiossincrático, o que aconselhava a tratá-los como uma classe à parte na gramática do português falado. No que segue, adotaremos essa atitude; pensamos contudo que convinha conservar a classe dos circunstanciais, como um modo de deixar em aberto a questão de sua relevância. Essa análise foi realizada em Neves (1992).

Proposta de classificação dos advérbios na “Gramática de Conexidade”

Como resultado das decisões descritas até aqui, chegamos ao Quadro 2: trata-se de uma matriz com duas dimensões, na primeira das quais se classificam as ocorrências de advérbios pela sua função, a começar pela distinção predicativos não-predicativos, ao passo que a outra as classifica pelo tipo de unidade sintática a que se aplicam, a começar pela distinção entre advérbios sentenciais e “de constituente” (note-se que os números identificam as posições no quadro).

TIPOS DE ADVÉRBIOS		PREDICATIVOS						NÃO PREDICATIVOS									
								de verificação									
								de re			de dicto			circunstanciais			
		qualitativos	intensificadores	modali- zadores			aspectualizadores	negação	afirmação	inclusão/exclusão	focalização	denegação	afirmação				
quase-modais	hedges			atitudinais													
constit.	substantivo		11					61		81							
	adjetivo	02	12					62			92	102					
	verbo	03	13					63		83	93						133
	numeral		14								94	104					
	advérbio		15					65		85	95						
	outros							66		86	96						
senten.				27	37	47	57		77		97	107					

Quadro 2 – Os advérbios: uma tipologia possível

Exemplos:

- 02 *O comer está exatamente dentro de um prato requintado, **bem** apresentado, uma mesa bem posta.*⁵
- 03 *Morar **bem**, buzinar **brabamente**.*
- 11 **Ele é **mais** gente do que ela.*
- 12 ***meio(a)** desiludida, (uma família) **bem** grande, **absolutamente** exata*
- 13 *fala **muito**, procurei **bastante**, **quase** nem aparece*
- 14 ***mais** trinta*
- 15 ***mais** autenticamente, **muito** menos*
- 27 *Precisa **realmente** estar convencido. **Logicamente** eu gostaria de fazer isso. Não vai resistir, **tecnicamente** vai acabar **mesmo**. O Brasil tá montado em cima de caminhão...então não tem solução **mesmo**.*
- 37 ****basicamente**, P. Isso é **humanamente** impossível. Não vai resistir, **tecnicamente** vai acabar mesmo.*
- 47 ***felizmente**, essa fase ainda não começou:*
- 57 ***normalmente**, P;*

⁵ Nos exemplos da classe 02, o advérbio aparece ao lado de um particípio passado. Caso o particípio passado seja considerado verbo, não parece haver qualificadores aplicados a adjetivos.

- 61 *O importante da pimenta é o aspecto aromático*
- 62 **países **não** fala;*
- 63 *a criança **não** fala;*
- 65 *Põe um ou dois tomates, **não** mais do que isso.*
- 66 *o futuro pertence **não** a Deus mas a nós*
- 77 *L1 - Esse caminhão nas nossas estradas não passa / L2 - **Sim** passa mas ocupa a estrada inteira*
- 81 *Cuidaram da sinalização, **inclusive** a sinalização vertical*
- 83 ***Só** reclama*
- 85 *Comecei a trabalhar há dois anos: só antes não trabalhava.*
- 86 *Não passava **mais** ninguém. Trabalhei **só** no início de casada.*
- 92 ***autenticamente** brasileiros*
- 94 ***exatamente** nove*
- 95 *Nós estamos com muito trabalho. Muito trabalho **mesmo**.*
- 96 *Queria falar **justamente** a respeito disso. **Justamente** proque a tabela falhou é que os filhos vieram ao acaso.*
- 97 *Aí é que entra o problema de dinheiro porque **justamente** não posso deixar o segundo emprego neste momento*
- 102 *Ela está com três anos e pouco e ainda não fala, então ela faz reeduca... reeducação **não**... exercícios.*
- 104 *Os três primeiros, **não**, nos primeiros meses daquele trimestre..*
- 107 *me enganei **não**, fui enganada*
- 133 *acordar **cedo***
- 136 *de manhã **cedinho**.*

Comentários

Embora as tenhamos encontrado por um processo quase apriorístico, as classes do Quadro 2 são empiricamente relevantes. Uma das maneiras de confirmá-lo consiste em perguntar caso a caso se o advérbio sofre alguma restrição de seleção por parte da palavra a que se aplica. É evidente que há restrições claramente marcadas em frases como

(35) *O endocrinologista proibiu **terminantemente** que eu tenha mais filhos.*

(36) *... pessoas que dificilmente perdem a calma, perdem o controle, falam **pausamente**.*

pois só se concebe *terminantemente* referido a verbos de proibição, e

pausadamente referido a verbos que descrevam atividades de fala, ou respiração. Também é evidente que não há qualquer restrição de seleção entre o verbo e o *realmente* de (37): a asserção que segue o advérbio *realmente* poderia ser qualquer uma.

(37) **Realmente** deve ser uma delícia ter uma família bem grande.

Entre essas duas situações extremas e exemplares, parecem situar-se vários outros casos em que a compatibilidade não depende do conteúdo lexical da expressão sobre a qual o advérbio opera, mas, por exemplo, do esquema tempo-aspectual associado à ação ou estado que o predicado evoca. Assim, em

(38) Essa refeição **habitualmente** leva uma hora e meia mais ou menos.

é essencial para um emprego adequado do advérbio que o verbo esteja num tempo e modo capazes de expressar reiteração (*tem levado, levava, leva* mas não *levou*).

Ao considerar as restrições seletivas entre verbo e advérbio, somos levados a considerar três casos:

- (i) há restrições que resultam especificamente da ação/estado descritos, tendo, portanto, um fundamento argumental (ex.(35) e (36));
- (ii) há restrições que dizem respeito ao esquema tempo-aspectual, e visam basicamente a preservar uma compatibilidade de aspecto (ex. (38));
- (iii) não há, entre o advérbio, qualquer tipo de restrição (ex. (37)).

Essa distinção, oportunamente cruzada com outras, dá respaldo ao Quadro 2 ou a alguma de suas possíveis variantes.

Outra maneira de reafirmar a relevância empírica do Quadro 2 é examinar as ocorrências dos advérbios do ponto de vista do escopo, entendendo-se informalmente por escopo o conjunto de conteúdos afetados por algum operador. No caso, esse operador é o próprio advérbio, e os conteúdos em questão são supridos por outras expressões que com ele interagem no mesmo co-texto.

Uma aplicação típica da noção de escopo pode ser feita em (39), onde o operador é o advérbio de negação *não* e o escopo é *com certeza*.

(39) [Co-texto: pretendo voltar a estudar, mas...] *Com as crianças necessitando da gente, não (se) pode precisar [quando isso acontecerá] com certeza.*

Aí, a noção de escopo presta-se para esclarecer a existência (potencial) de uma dupla interpretação: 1) renuncie-se a uma previsão exata, 2) tenha-se certeza da impossibilidade de previsão.

Uma “gramática do escopo dos advérbios em língua portuguesa”, isto é, um estudo sistemático de observações a respeito dos conteúdos que um advérbio pode afetar, é hoje um obscuro objeto de desejo; também não fica claro, fora de

um tratamento formal complexo e requintado, o que se deva entender pela afirmação de que o advérbio “afeta” determinados constituintes. Mas intuitivamente é possível trabalhar com a noção de escopo, e construir por meio dela uma série de testes/critérios operacionais.

(a) O primeiro desses critérios distingue entre os advérbios conforme podem ou não incluir-se no escopo da negação. Essa possibilidade fica excluída para advérbios como *possivelmente*, *geralmente*, *inclusive*, *felizmente* e para algumas interpretações de *no fundo*, *difícilmente* e *normalmente*. São, por coincidência, alguns dos chamados “advérbios sentenciais”, a confirmar que a negação é, ao menos em alguns empregos mais típicos, uma operação que se faz no conteúdo proposicional. O caso dos advérbios como *no fundo*, que ora se incluem ora não no escopo da negação, é bastante ilustrativo da incompatibilidade dos advérbios de frase com a negação: em

(40) A polícia não procurou o bandido **no fundo** [n.a.].

(41) A polícia procurou o bandido mas não foi **no fundo** [n.a.].

no fundo é eventualmente a expressão que se pretende negar, mas nesse caso interpreta-se como complemento de lugar (“em sua procura a polícia não examinou o fundo, da loja, do ônibus, etc.”); observações análogas valem para *normalmente*, *difícilmente* e outros advérbios, que só se submetem à negação se forem interpretados como adjuntos de modo.

(b) Supondo que todo advérbio, ao entrar em composição com outros elementos da oração, os afeta semanticamente, a afirmação de que todo advérbio tem escopo se torna trivial. Mas no caso de alguns advérbios a operação semântica que eles realizam, além de afetar uma determinada seqüência como um todo, parece dirigir-se mais especificamente a um determinado constituinte. É o caso de *não* em (42), onde a negação, se tem, por um lado, o papel de declarar globalmente falso todo o resto da sentença,

(42) *Os dois pequenos não aceitam muito a pajem*

(43) *Os dois pequenos aceitam muito a pajem.*

parece dirigir-se mais especificamente ao intensificador *muito*. Note-se que não seria correto inferir de (42) que os dois pequenos não aceitam a pajem *tout court*. Há assim advérbios cujo escopo comporta um elemento em relevo e advérbios cujo escopo é “horizontal”, composto de vários constituintes indistintos, e esse é mais um critério válido para reparti-los em classes.

(c) Alguns advérbios, como *oficialmente*, *fisicamente*, *tecnicamente*, *intelectualmente*, podem estar no escopo de um advérbio de inclusão ou exclusão, como se verifica nos exemplos (44)-(48); outros, como os de (49)-(51) não se submetem a essas operações:

(44) *Cada um já fica responsável por si, pelo menos fisicamente.*

(45) *Ele está bem só intelectualmente.*

(46) *O caso está encerrado inclusive oficialmente.*

(47) *Não vai resistir pelo menos tecnicamente*

(48) *Ele está morto pelo menos clinicamente*

(49) *Ele buzinou pelo menos brabamente [n.a.].*

(50) *São cantores brasileiros pelo menos autenticamente [n.a.].*

(51) Pelo menos realmente é um corre-corre [n.a.].

(d) A presença de certos advérbios faz com que a oração, além de informar implicitamente que uma determinada propriedade se aplica a determinado(s) indivíduo(s), veicule uma asserção explícita sobre a aplicação da mesma propriedade a outros indivíduos da mesma classe. É o caso de *só*, *somente*, *apenas*, *salvo*, *exceto*, *senão*, que permitem expressar exclusão, e *também*, *inclusive*, *até mesmo*, *pelo menos*, que permitem expressar inclusão.

O contexto mínimo em que o advérbio permite expressar inclusão ou exclusão, segundo o esquema semântico acima descrito (desdobramento da informação em asserção e pressuposição), é exemplificação por sentenças como (52), construídas com o advérbio *só*:

(52) **Só** João saiu [n.a.].

em que a saída de João é pressuposta, e a saída de qualquer outra pessoa que poderia ser colocada em paralelo com João é explicitamente excluída. Nesse exemplo, seria possível substituir *só* por *somente* ou *apenas* sem grandes diferenças quanto à interpretação. O fato de introduzir pressuposições é, obviamente, um forte critério para distinguir tipos de advérbios. Os quatro critérios que acabo de citar são apenas alguns dos inúmeros de que poderíamos lançar mão para confirmar a relevância empírica do Quadro 2. Alguns deles são mais probabilísticos do que categóricos, mas seu interesse nos parece evidente.⁶

⁶ A utilidade do Quadro 2 fica confirmada também pelos trabalhos que inspirou, direta ou indiretamente. Citamos aqui os principais: ILARI, R. "Sobre os advérbios aspectuais", in ILARI, R. (Org.), *Gramática do Português Falado II: os níveis de análise linguística*, Campinas EDUNICAMP, 1992, p.151-191; ILARI, R. "Sobre os advérbios focalizadores", *ibidem*, p.193-212; CASTILHO, A. e MORAES DE CASTILHO: "Advérbios modalizadores", *ibidem*, p.213-260; MOURA NEVES, M. H. de "Os advérbios circunstanciais de lugar e tempo", *ibidem*, p.261-296; OLIVEIRA, M. A. "Algumas notas sobre a colocação dos advérbios qualitativos em português falado", *ibidem*, p.297-304; POSSENTI, S. "Ordem e interpretação de alguns advérbios em português", *ibidem*, p.305-314; RISSO, M. S. "Agora... o que eu acho é o seguinte: um aspecto da articulação do discurso no português culto falado", in CASTILHO, A. (Org.) *Gramática do Português Falado III: as abordagens*, Campinas, EDUNICAMP, 1993, p.31-60; MORAES DE CASTILHO, C. M. *Os delimitadores em português falado*. Campinas, UNICAMP, Dissertação de mestrado; CASTILHO, A. *A predicação adverbial em português falado*. São Paulo, USP, Tese de Livre-Docência, 1993; CASTILHO e ILARI, "Syntactical classes in Brazilian spoken Portuguese", trabalho apresentado no Workshop on Functional approaches to grammar. Santa Bárbara, CA, abril de 1993.

Finalmente a ordem

A primeira impressão de quem trata de localização do advérbio na oração é de grande liberdade posicional ou mesmo de assistemática. A classificação proposta no Quadro 2 contribui para lançar um pouco de luz sobre a colocação dos “modificadores” adverbiais. O fato de o advérbio pertencer a uma subclasse determinada permite até certo ponto prever em que posição será encontrado; com efeito, as diferentes classes de advérbios tomam como escopo diferentes expressões em relação às quais se ordenam.

Advérbios predicativos

A posição dos advérbios qualitativos – Exemplificando com os advérbios qualitativos, verificamos que eles ocorrem nos três contextos seguintes: (i) com verbos intransitivos, associados ou não a outros adjuntos; (ii) com verbos transitivos indiretos; (iii) com verbos transitivos diretos.

Começamos por este último contexto. Os exemplos disponíveis no *corpus* analisado apontam, como privilegiada para o objeto direto a posição adjacente ao núcleo verbal. Não se encontram ocorrências em que, segundo nossa intuição de falantes, o advérbio interrompa essa adjacência, como seriam, por exemplo,

(53) a. *Ele leu **inteligentemente** o livro* [n.a.].

b. *Ulisses criticou **sutilmente** o pronunciamento do presidente* [n.a.].

Aparentemente, o que ocorre nesses contextos é que, desprovido de qualquer marca morfológica ou sintática que torne visível sua função temática, o objeto direto é identificado como tal pela posição imediatamente pós-verbal. Nesses contextos, o advérbio toma por escopo a unidade formada pelo verbo mais seu objeto direto.

No caso dos contextos (i) e (ii) – com verbos intransitivos e transitivos indiretos – a ordem básica dos advérbios é imediatamente após o verbo, incidindo eles diretamente sobre o núcleo do sintagma verbal.

(54) *Tem que vir correndo, almoçar **depressa** para dar tempo de digestão.*

(55) *Ver se ela fala **mais rapidamente***

(56) *Esse país só pode crescer **globalmente**.*

(57) *... falam **pausadamente***

(58) *Então a gente corre **depressa** vai para o carro, troca de roupa correndo.*

(59) *... Se a mão buzina **mais brabamente***

(60) *O metrô sai **mais caro** conforme o caminho.*

(61) *Trabalhamos **permanentemente** em Olinda.*

- (62) Não se preocupe **exageradamente** com o emocional.
- (63) Nós estamos pensando **seriamente** em parar.
- (64) Ultimamente se tem pensado **mais seriamente** nesse problema de saneamento básico.
- (65) ... ou a mulher se dedica... **inteiramente** à carreira e aí com prejuízo... dela como mãe... como dona de casa... ou então ela se dedica **exclusivamente** à dona de casa e à mãe, e aí com prejuízo da carreira.

Em contraste com o contexto dos verbos transitivos diretos, em que a posição imediatamente adjacente ao verbo parece ser aproveitada para tornar visível o papel temático do objeto direto, no contexto dos verbos transitivos indiretos essa mesma posição fica disponível para o advérbio, porque o complemento tem seu papel temático marcado inequivocamente pela preposição; isso não chega a impedir casos como

- (66) ... o telefonema de alguém ah:: intermediário... pode complicar a situação da pessoa naquela empresa ... então eles têm que telefonar... de um modo que não seja... identificado para que é... e conversar com a pessoa **diretamente**.

Mas também estes casos podem ser explicados por meio de uma hipótese auxiliar, de tipo pragmático-discursiva, por exemplo, a hipótese de que *diretamente* apareceu no final por ser informação nova, mais precisamente nova por contraste.

Os advérbios predicativos aplicados a adjetivos têm posição fixa; essa posição, ao contrário do que acontece com os advérbios aplicados a verbos, é, na grande maioria dos casos, imediatamente anterior ao seu escopo:

- (67) (ela não admite uma falha)... ela está **bem** ordenada.

A posição dos advérbios intensificadores – Quando aplicados ao verbo, alguns intensificadores confundem-se, na forma, com os indefinidos neutros, em posição de objeto direto; é talvez por isso que os encontramos, de modo absolutamente predominante, imediatamente à direita do verbo:

- (68) O médico está aconselhando a não ter **mais**.
- (69) Ainda não fala, fala **muito pouco**.
- (70) Precisa ter **igual**.
- (71) Se um tiver **mais** do que o outro.
- (72) Então ela se cala **um pouco**.

Na posição imediatamente à direita do verbo, também se encontram os intensificadores que são inequivocamente ad-verbais:

- (73) Gostaria **demais** de ter tido mais irmãos.
- (74) Não se toca **mais*** no assunto.

(75) *Sem querer eu vou apitando **mais**.*

(76) – ... *trocar de roupa, todo esse negócio... já é alguma coisa que eles fazem porque*

– *Ah, ajuda **demais**, né?*

– *Já ajudam **bem**.*

Quando aplicados a nomes, adjetivos e advérbios, a posição predominante dos intensificadores é a imediatamente anterior:

(77) *Gostaria de ter tido **mais** irmãos.*

(78) *Uma família bem grande com **bastante** gente.*

(79) *Aquela fase chamada de **mais** difícil.*

(80) *Embora eu fique **quase** biruta.*

(81) *E um começa a tomar atitudes **mais ou menos** autoritárias.*

(82) *Nós aqui ficamos **mais** autenticamente brasileiros.*

(83) *Ela está assumindo tarefas assim **muito** precocemente.*

(84) *A aparecer o boato que não é **mais** vinte e por, não é mais dez por cento mas será vinte por cento, então tá todo mundo assim, sobre o problema do salário, de aumento, o aumento, era quarenta.*

A posição dos advérbios sentenciais - O exame do *corpus* mostra que a posição predominante para os advérbios sentenciais é uma posição periférica na oração, de preferência a inicial, e mais raramente, a final. Deve-se dizer, no entanto, que as noções “posição inicial” e “posição final” não são óbvias, merecendo comentário a possível presença de tópicos, antitópicos e conectivos sentenciais, bem como existência, nas unidades discursivas, de “margens”, um fenômeno que já foi assim descrito:

as margens veiculam avaliações do falante a respeito do que ele fez constar no núcleo ou contêm instruções que orientam a interação e organizam as formas do desenvolvimento temático. A margem esquerda orienta-se para a elaboração do assunto: ela tematiza o núcleo e preside a organização textual da unidade discursiva (UD). A margem direita orienta-se para o interlocutor, através dos fáticos ou então oferece espaços para os segmentos ideados posteriormente à expressão do núcleo (*afterthoughts*) e para os antitópicos. As margens representam como que os andaimes da construção linguística, deixando à mostra os processos de sua constituição. Elas receberão aqui o nome de marcadores discursivos. (CASTILHO, 1987)

Assim, a chamada “posição inicial” é, mais do que um ponto, um amplo segmento onde se encontram expressões no papel de: a) operadores discursivos; b) tópicos; c) “complementizadores”; e d) sujeito da oração (estas já no núcleo da

oração). A chamada “posição final” inclui, por sua vez, a) antitópicos, b) *afterthoughts*, e c) operadores discursivos.

Quando há mais de um desses elementos na posição mais à esquerda da mesma oração, eles ocorrem numa ordem preferencial.

Vale ressaltar novamente que a posição entre o tópico e o sujeito gramatical é a predominante para advérbios sentenciais, já que é a posição privilegiada para que esse tipo de advérbio tome como escopo a oração toda. Geralmente esses advérbios seguem os conectivos oracionais:

(85) **Infelizmente**, Recife é uma cidade de mais de um milhão de habitantes.

(86) ... particularmente eu aprecio mais o cinema nacional... mas **infelizmente** nós estamos nessa situação.

(87) ... escrever para a faculdade pedindo o nome dos melhores alunos (...) porque **realmente** a dificuldade é grande.

(88) Agora, **realmente** ele é um chato.

(89) O menino então **geralmente** ele vai [para o campo de futebol] com o tio.

(90) os homens, os homens que estão lá, **realmente** eles penam, penam bastante.

A posição dos advérbios não-predicativos

Os advérbios não-predicativos mais frequentes no *corpus*, a saber os “de verificação”, obedecem, quanto à posição ocupada nas sentenças, a regras bem diferentes das que foram descritas até aqui.

(a) A posição habitual do advérbio de negação por excelência, *não*, é a imediatamente pré-verbal, e seu deslocamento para outras posições aparece na maioria dos casos como impossível, de modo que a construção mais habitual da negação em português poderia justificadamente ser caracterizada como uma construção quase-clítica.

(91) A programação havia sido planejada mas **não** deu certo.

(92) Esperamos que **não** haja maiores problemas.

(93) Então **não** tem quase que vantagem nenhuma.

(94) Oficialmente **não** está encerrado mas de fato está.

(95) **Não** se toca mais no assunto.

Os raros contextos em que tal não ocorre são bastante diferentes dos anteriores, e consistem em *tags* ou *denegações* de uma sentença anterior:

(96) A menina toma conta – precocemente, **não?** – das atividades dos irmãos.

(97) *Ela é uma pessoa muito capaz... que também provocou uns certos ciúmes. Isso eu soube **não** eu vi.*

(b) Os advérbios de inclusão e exclusão e os focalizadores podem ser encontrados em várias posições no interior da oração, como mostram as alterações de que são passíveis exemplos como (98):

(98) *Parece que ela **pelo menos** tentou lutar e não conseguiu.*

cp. (a) ***Pelo menos** parece que ela tentou lutar.*

(b) *Parece **pelo menos** que ela tentou lutar.*

(c) *Parece que **pelo menos** ela tentou lutar.*

(d) *Parece que ela tentou **pelo menos** lutar.*

Essa liberdade explica-se pela grande variedade dos termos que esses advérbios permitem incluir/excluir ou focalizar; mas os advérbios dessas duas classes ocorrem normalmente em posição adjacente ao constituinte que tomam como escopo.

Recapitulação dos principais aspectos descritivos

Resumindo os resultados dessa pesquisa, fomos levados a concluir que a posição dos advérbios na frase diz respeito a tipos (advérbios sentenciais, advérbios predicativos intra-sentenciais, operadores discursivos) que se definem funcionalmente e que correspondem a propriedades de ordem sintática e semântica. Para cada tipo há geralmente uma posição preferencial, sendo outras posições disponíveis por uma operação de “deslocamento” que obedece principalmente à necessidade de precisar o escopo do advérbio, mas pode eventualmente explicar-se por razões de informatividade ou de interesse discursivo; um mesmo “advérbio” (como *não*, *normalmente* ou *basicamente*) pode pertencer a vários tipos, assumindo as funções características de cada um; pode-se falar neste sentido de polissemia da maioria dos advérbios e, numa outra ótica, de economia da língua (já que a língua reutiliza os mesmos meios lexicais multiplicando as suas funções); a posição depende, em cada caso, da função que o advérbio exerce ao mesmo tempo que contribui para identificar essa função.

Somos assim levados a concluir que a posição dos advérbios em português falado é bastante regular. Tudo aquilo que pudemos observar em nossa análise dos advérbios contradiz a crença de que a língua falada é anárquica, opondo-se a uma língua escrita perfeitamente regrada. Uma consequência notável é, nesse sentido, a possibilidade de estabelecer generalizações sobre o papel da ordem que abrangem, simultaneamente, a posição dos advérbios relativamente às palavras que modificam, e a posição relativa do predicado e seus argumentos.

A impressão geral que gostaríamos de transmitir é, em suma, de coerência e regularidade. É claro que essa impressão só pôde ser obtida na medida em que,

na primeira parte do trabalhos, nos permitimos recomendar inúmeros “esquecimentos estratégicos”, afastar alguns estereótipos de advérbio e separar como não pertinentes determinadas classes de usos. Convém lembrar aqui todas essas “manobras”, porque elas resultaram em deixar abertas várias questões que constituem conexões obrigatórias com o tema aqui tratado:

- verificando que os dêiticos comportam empregos altamente diferenciados (como argumentos do verbo, operadores textuais, etc.), decidimos tratá-los como uma classe gramatical distinta da dos advérbios;
- ficou assim esvaziada a categoria dos advérbios “circunstanciais”, que não havia mais motivo para tomar como paradigmática;
- por razões de ordem sobretudo prática, decidimos não abordar as expressões adverbiais complexas e os advérbios de discurso; pelas mesmas razões, deixamos de abordar como um tópico específico os advérbios construídos como orações subordinadas.

Digressão final: a cientificidade dos resultados

Apesar de toda a insegurança, ceticismo e autocrítica que caracteriza os autores desta pesquisa, julgamos que suas conclusões são válidas, e é sobre os fundamentos dessa validade que compensa agora falar, a título de conclusão.

Em primeiro lugar, cabe lembrar que nem o interesse pelos advérbios, nem o interesse pela ordem nasceram de um plano previamente traçado; chegou-se a eles por um compromisso, que se tornou necessário entre os vários grupos que atuavam em 1989 no Projeto “Gramática do Português Falado” assim que ficou evidente sua absoluta heterogeneidade de formação e interesses. O Projeto “Gramática do Português Falado” compôs-se recrutando por seu prestígio acadêmico pesquisadores que atuam em várias universidades brasileiras, representando praticamente todas as grandes orientações da lingüística. Como era de se esperar, essas diferenças vieram à tona nas primeiras reuniões, levando à formação de equipes distintas. Ainda assim, a diversidade das equipes levaria a um impasse insuperável se não fossem algumas medidas “emergenciais”; uma dessas medidas foi a de recomendar que todos lessem e comentassem o mesmo trecho de um *corpus* previamente disponível; a outra, foi decidir que cada uma das equipes trabalharia sobre um problema qualquer em que fosse crucial a ordem: que desse modo era dada principalmente como um mote, propositalmente vago para permitir que cada equipe se voltasse para fenômenos de que tinha experiência prévia. Não tenho uma lembrança clara dos motivos por que nossa equipe foi interessar-se precisamente pelos advérbios, mas lembro que na decisão

influiu o receio de obter resultados que duplicassem os da outra equipe de “sintaticistas”, que estava mais preparada para estudar a estrutura canônica da sentença: o advérbio ficava em princípio fora dela.

Abordamos a classe dos advérbios cientes da necessidade de uma classificação mais racional que a das gramáticas escolares e investimos nisso nosso maior esforço, multiplicando ao máximo os testes que poderiam fundamentar uma tipologia. O tempo todo, tenho a impressão de que procuramos suspender qualquer reflexão mais articulada não só sobre a estrutura da sentença mas ainda sobre as outras classes de palavras que uma gramática precisa forçosamente reconhecer. Uma das conseqüências é que, na prática, trabalhamos o tempo todo com os conceitos de advérbio e outros da gramática tradicional, aceitando a interferência não explicitada de todos esses conhecimentos colaterais. Nesse sentido, nosso trabalho tem muito da situação, evocada por Otto Neurath, da reconstrução de uma parte do navio em que navegamos.

As conclusões alcançadas são parcialmente diferentes das que esperaríamos: de fato, penso que a maioria de nós esperava poder explicitar uma álgebra extremamente complicada que daria conta da posição dos advérbios tomados como uma classe coesa. De fato, acabamos por encontrar várias álgebras mais simples, que dão conta da posição dos advérbios mediante uma tipologia.

Em nenhum momento, penso que recorreremos verdadeiramente a qualquer experimento, se por experimento entendermos aquele tipo de situação em que a observação factual contradiz as predições de uma hipótese teórica e, portanto, leva a descartá-la, como no célebre e sempre lembrado episódio da descoberta das causas da febre puerperal por Sommelweis; na realidade, nosso método consistiu, na maior parte do tempo, em procurar o melhor enquadramento possível das ocorrências de advérbios que íamos sucessivamente examinando, na grade disponível, administrando “cum grano salis” o enquadramento e as alterações que se revelavam necessárias na própria grade. Com isso, acredito que fomos “ganhando experiência”, o que significa, no caso, entre outras coisas, que fomos tornando mais exata e articulada a representação bastante genérica de que tínhamos partido (que é a grosso modo a do advérbio como uma palavra que “modifica” outras palavras), com parcial esquecimento dessa mesma representação. Hoje, penso que, para a maioria de nós, a afirmação de que o advérbio é uma palavra que modifica “substantivos, verbos e outros advérbios” tem no máximo um interesse didático.

O que garante que nossa atual representação da classe dos advérbios é correta? Já que não chegamos a submetê-la a experimentos, temos que basear-nos precisamente nessa idéia de ganho de experiência.

- (a) Antes de mais nada, parece-me importante observar que o ganho de experiência de que falei é um fato coletivo, e foi compartilhado no caso por pessoas com longa vivência de problemas lingüísticos. Não quero com isso afirmar que a ciência deva ser gerida por velhos caducos e arbitrada por argumentos de autoridade. Quero apenas dizer que não me parece insignificante o fato de que os resultados acima descritos foram longamente negociados por pessoas que teriam condições intelectuais e psicológicas de contrapor alternativas atraentes; se não o fizeram, ou melhor, se foram diminuindo suas resistências e restrições a partir de um certo momento, não terá sido apenas por conformismo, mas pela impressão, talvez correta, de que esbarramos em um conjunto de fatos “objetivos”.
- (b) Com certeza, todos nós tínhamos em vista um interlocutor externo a nosso próprio trabalho, vagamente identificado com o futuro leitor da “gramática do português falado”. Assim, é provável que, ao aceitarem a representação que finalmente prevaleceu, os vários co-autores tenham considerado, além da “fidelidade aos fatos” (seja lá o que isso significa), uma certa “negociabilidade” com um público que está além do grupo, do próprio projeto e da casta dos especialistas. A grande procura de que foi objeto o livro em que se relata essa pesquisa, aliada a um número considerável de consultas e citações, mostra uma disposição evidente e generalizadora em adotar a representação proposta; isso talvez não a torne mais válida, mas a torna mais presente, criando no grupo e fora dele uma harmonia de ilusões que lhe confere em certa medida o caráter de “doutrina estabelecida”. Não há por que minimizar o fato de que a ciência é freqüentemente isso.
- (c) De qualquer maneira, para nós, parece mais fundamental a sensação compartilhada de que, tendo partido de uma especulação até certo ponto livre, porque informada apenas por alguns “slogans” (tipo: advérbio é a palavra que modifica...), fomos sentindo aos poucos surgir resistências nessa liberdade inicial, ao mesmo tempo em que íamos trabalhando mais a fundo os chamados “critérios” – o que teve principalmente a função de reforçar o tecido de representações em que se incluem os advérbios, as estruturas sintáticas e semânticas relacionadas, bem como as classes de palavras afins.

Outras representações seriam válidas? Penso que sim, e é possível que a escolha deva ater-se a um cuidadoso exame dos objetivos com que as elaboramos. Provavelmente, trabalhamos com objetivos excessivamente vagos, e a imagem que temos do futuro leitor da gramática do português falado, essa espécie de “honnête-homme”, que leria gramáticas para edificação pessoal, sem preocupações normativas, sem pedantismos e sem objetivos pontuais, é uma ficção.

Reconstrução de um fragmento de nossos “conhecimentos”, esse capítulo sobre advérbios seria impossível se não pudéssemos tomar alguma distância em

relação ao estabelecido. Essa distância foi dada pela crença, provavelmente falsa, de estarmos trabalhando sobre um objeto radicalmente diferente do da gramática tradicional e do da lingüística de estampo chomskiano. Esse objeto é evidentemente o “português falado”, que talvez não seja nada mais do que uma outra maneira de olhar para dados que sempre estiveram disponíveis – afinal são os mesmos que o NURC vinha ruminando há anos até serem repropostos de repente por uma espécie de acordo de cavalheiros, como algo que não conhecíamos. Olhar para esses mesmos corpora como se representassem algo radicalmente distinto da língua escrita fêz com que nos colocássemos “*d’emblée dans la langue*” recomeçando o velho jogo de ver e não ver descrito por Saussure, e assim recuperando uma possível sistematicidade que certamente esclarece um pouco da língua. Fazer lingüística é também isso.

ILARI, R. The adverbial category in the grammar of standard spoken Brazilian Portuguese. *Alfa*, São Paulo, v.51, n.1, p.151-174, 2007.

- **ABSTRACT:** *This paper describes the historical development of the reserarch team, who, within the “Gramática do Português Falado” Project, on the process of analysing descriptively or theoretically some linguistic facts about standard spoken Brazilian Portuguese, focused on the adverb. This group research worked together for three years. This being together was very important to consolidate the team itself and its approach to linguistics, to guide the search for a rational organization of the words that grammars have labelled under the name of ‘adverbs’, and to clarify the role that word classes should play in a linguistically oriented grammar. Finally, it discusses the scientific character of the investigation described here.*
- **KEYWORDS:** *Adverbs; word classes; spoken language; grammar; syntax.*

Referências Bibliográficas

CASTILHO, A. T. de. *Para o estudo das unidades discursivas em português falado*. Campinas, 1987. Mimeografado.

HALLIDAY, M. A. K; HASAN, R. *Cohesion in spoken and written English*. London: Longmans, 1976.

ILARI, R. et al. Considerações sobre a posição dos advérbios. In: CASTILHO, A. T. de (Org.). *Gramática do português falado: a ordem*. Campinas: EDUNICAMP, 1990. v.1, p.63-141.

NEVES, M. H. M. Os advérbios circunstanciais de lugar e tempo. In: ILARI, R. (Org.), *Gramática do português falado: os níveis de análise linguística*. Campinas: EDUNICAMP, 1992. v.2, p.261-296.

CONSTRUÇÕES DE GERÚNDIO NO PORTUGUÊS DO BRASIL

Maria Luiza BRAGA¹
Jaqueline CORIOLANO²

- **RESUMO:** Neste artigo, investigamos os variados usos das expressões formadas pela presença do morfema *-ndo*, focalizando mais detalhadamente as orações complexas que incluem como um de seus segmentos uma oração de gerúndio. Defendemos que as variadas construções podem se distribuir em três “constelações”, consoante a forma em estudo constitua o núcleo de um predicado verbal, seja em orações independentes, hipotáticas ou encaixadas; funcione como um elo conectivo a estabelecer relações entre sintagmas/orações ou como um marcador discursivo que contribui para a organização das relações inter-pessoais ou para sinalizar as atitudes do falante. Com respeito às orações complexas integradas por uma oração gerundial, mostramos que, no que concerne a suas propriedades gramaticais, as diferenças entre os variados tipos – circunstanciais, qualificadoras e seqüenciadoras – são de natureza estatística.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Construções de gerúndio; orações complexas; orações circunstanciais; orações qualificadoras; orações seqüenciadoras.

Nas últimas décadas, as questões relacionadas à polissemia têm recebido uma grande atenção por parte de lingüistas cognitivistas e funcionalistas, particularmente daqueles interessados por processos e mecanismos de gramaticalização. Questionam-se as diferenças entre polissemia e homonímia, buscam-se critérios capazes de sustentar esta distinção, estudam-se os processos cognitivos que levam à extensão do significado de um item lexical, examinam-se as correlações entre polissemia e mudança lingüística.

Esse fenômeno, inicialmente circunscrito aos limites dos itens lexicais, mais recentemente tem visto seus domínios se ampliarem. Taylor (1992), por exemplo,

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro – Faculdade de Letras – Departamento de Lingüística e Filologia – Programa de Pós-Graduação em Lingüística – 21941-917 – Rio de Janeiro – RJ. Endereço eletrônico: malubraga@terra.com.br

² Universidade Federal do Rio de Janeiro – Faculdade de Letras – Departamento de Lingüística e Filologia – Programa de Pós-Graduação em Lingüística – 21941-917 – Rio de Janeiro – RJ. Endereço eletrônico: jaquelinecor@yahoo.com.br

é claro a esse respeito: ressalta que as categorias da estrutura lingüística, sejam elas morfológicas, morfossintáticas, sintáticas e mesmo prosódicas, podem exibir um conjunto de significados relacionados, precisando, portanto, ser explicados como ocorrências de polissemia. Esta é motivada, estruturada e pode ser explicada a partir de uma abordagem que leve em consideração os processos metafóricos e metonímicos.

Com vistas a referendar sua posição, Taylor investiga, entre outros fenômenos, os sufixos diminutivos, no italiano, e o tempo passado, em inglês. Com referência aos variados diminutivos em italiano (*-ino*, *-etto*, *-ello* e combinações), assume que são instâncias de uma única categoria cujo significado central é a expressão da pequena dimensão de uma entidade física. Em virtude de processos metafóricos e metonímicos, o uso desse morfema sofre extensões, tanto no que diz respeito às classes de palavras às quais pode se agregar quanto aos significados que pode expressar. Em outras palavras, o sufixo pode ser acrescentado a nomes que designam entidades abstratas, adjetivos, advérbios e verbos e pode expressar atitude de afeição ou ternura por parte do falante; falta de valor; intensificação.

Quanto ao tempo passado, mostra que seu sentido central é a dêixis temporal, isto é, a localização de um evento ou estado em algum ponto ou período de tempo anterior ao momento da fala, ao qual se associam três outras constelações de significado: o uso não-dêitico nas narrativas, históricas e de ficção; sua utilização, em orações condicionais introduzidas por *if*, como sinalizador de desejos ou suposições e sugestões; seu emprego como um “amaciador pragmático”, constelações observadas em outras línguas, tais como o italiano e o zulu.

A análise que apresentamos das orações complexas integradas por uma oração de gerúndio se inspira nos postulados de Taylor, sinteticamente aludidos. O trabalho consta de quatro partes: na primeira, listamos as variadas construções que incluem entre seus constituintes uma forma com o morfema *ndo*; na segunda, focalizamos as orações complexas; as considerações finais vêm a seguir, na terceira parte; por fim, apresentamos as referências bibliográficas.

Os dados que fundamentam nosso estudo foram coletados em um *corpus* constituído por 400 seqüências textuais faladas e 400 escritas. A amostra falada totaliza 75.672 palavras e a escrita, 96.316. As seqüências textuais são de variados tamanhos e foram agrupadas segundo fossem predominantemente narrativas, argumentativas ou descritivas. Os textos orais foram recolhidos na Amostra Censo e os escritos, na Amostra Midiática, bancos de dados que integram o acervo do PEUL – Programa de Estudos sobre o Uso da Língua, sediado na UFRJ.

As construções integradas por forma verbal com o morfema *ndo*

As construções³ integradas por forma verbal com o morfema *ndo* exibem diferenciados graus de gramaticalidade. O grau mais baixo de gramaticalidade é representado pelo predicado verbal das orações “desgarradas”⁴ e o mais alto, pelos usos da forma no gerúndio como marcador discursivo. Entre esses dois limites extremos, dispõem-se outros empregos, como passamos a considerar a seguir.

As orações “desgarradas” de gerúndio caracterizam-se pela ausência de uma outra oração à qual possam se articular e admitem paráfrases quer por orações independentes quer por orações adjetivas, como mostram os exemplos (1) e (2), respectivamente.

- (1) F: Falei: “Então, tudo bem!”. Aí o pessoal: “A gente faz a prova, Fátima?” “Vamos fazer!” Sempre fui monitora de turma, três anos. “Vamos fazer a prova!” Aí tudo mundo *copiando* a prova, né? Que não era mimeografada, era não. Toca a copiar a prova. (Amostra Censo 80 – Falante 23)
- (2) Passarinho *cantando*, cachorro *latindo*, criança *chorando*. O ambiente era de aparente normalidade no morro do chapéu Mangueira, no Leme, terça-feira passada. Mas era só prestar atenção para perceber que os olheiros do tráfico acompanhavam de perto a movimentação. (*O Globo* – “Só a chuva atrapalhou” – 11 set. 2005)

Na modalidade falada, a falta de vinculação sintática da oração desgarrada é sinalizada pela entonação que a caracteriza como uma unidade entonacional independente; na escrita, pelos sinais gráficos de pontuação. Embora encontráveis na modalidade escrita, são mais frequentes na fala.

As orações complexas integradas por uma oração com predicado verbal no gerúndio foram distribuídas em três sub-grupos conforme admitissem paráfrases por orações coordenadas, adverbiais ou adjetivas. Elas são exemplificadas em (3), (4) e (5), respectivamente, e serão consideradas na próxima parte deste artigo.

- (3) Ao sair do veículo, um bandido rendeu a mulher dele, Nilda Ferreira, *roubando* o cordão de ouro e a aliança que ela usava. Knoller, que não estava armado, reagiu e levou um tiro no ouvido. (*O Globo* – “Dois PMs mortos a tiros em São Gonçalo” – 2 maio 2005)
- (4) F: ... professora Sandra. Eu tive tanto ódio dela... Então, eu *pegando* assim o Jornal do Brasil, *olhando* o Jornal do Brasil, eu vi o desenho de uma mulher gorda. Então, pelo desenho do jornal, dessa mulher, eu fiz ela. (Amostra Censo 80 – Falante 42)
- (5) Não sei se a fé remove, mesmo, montanhas, mas há ampla evidência empírica *mostrando* que a religião e fé ajudam a viver mais e melhor e a morrer em paz. (*O Globo* – “A ciência prova” – 8 abr. 2005)

³ Construção é aqui definida como “qualquer estrutura linguística que é analisável em partes componentes” (TAYLOR, 2002, p.561).

⁴ O rótulo “desgarrada” remete a Decat (2001), que já estuda há mais tempo esse tipo de oração.

Formas verbais no gerúndio podem funcionar como o V2 de uma perífrase verbal. Nas perífrases em pauta, V1 pode ser representado por itens em diferentes estágios de gramaticalização: verbos funcionais, tais como *ficar*, *andar*, *viver*, *ir*, aspectualizadores, tais como *continuar*, *acabar*, *começar*, e o auxiliar (*es*)*tar*, como exemplificam os trechos (6), (7) e (8), respectivamente.

- (6) E: E no tempo assim que o senhor namorava a sua esposa, né? o pai dela era muito severo?
F: Demais! O meu sogro botava até espelho atrás da televisão para *ficar me fiscalizando*. (Amostra Censo 80 – Falante 07)
- (7) F: Dei baixa no exército, em sessenta e um, em sessenta e quatro me casei, *continuei trabalhando* na mecânica, com essa pessoa, tudo bem. (Amostra Censo 80 – Falante 07)
- (8) F: Carro, todos eles são perigosos. Isso depende muito da pessoa que *está dirigindo*, entendeu? (Amostra Censo 80 – Falante 04)

Este sub-conjunto de estruturas evoca um dos parâmetros que Lehmann (1988) postulou com vistas a analisar as orações complexas, de uma perspectiva tipológica. A atuação do parâmetro em pauta, que incide sobre o grau de gramaticalização do verbo principal e suas repercussões sobre a estrutura da oração complexa, pode ser verificada a propósito da trajetória de mudança do verbo *ser*, inicialmente um verbo pleno, estativo, como se vê em (9), em verbo auxiliar, como se ilustrou em (8), acima. O processo foi lento e gradual e suas origens podem ser encontradas naqueles contextos em que *ser* passa a funcionar como verbo funcional, seguido por expressões locativas, temporais, de modo, codificadas sob a forma de advérbios ou SPreps, e orações com predicado verbal no gerúndio, como mostra o exemplo (10), coletado em Mendes (1999). A presença de elementos intervenientes entre *ser* e V2 no gerúndio, mais freqüente em se tratando de perífrases constituídas por verbo *funcional + gerúndio*, pode ser observada também a propósito de (*es*)*tar + gerúndio*, conforme se verifica em (11). Enunciados como este – *estou lá bem sambando* – são potencialmente ambíguos, podendo ser interpretados quer como oração complexa constituída por uma oração nuclear (*estou lá*) seguida por uma oração de modo (*sambando*), quer como uma oração simples com predicado verbal constituído pela perífrase (*es*)*tar + gerúndio*. Evocam, sincronicamente, o processo de gramaticalização que propiciou a constituição do tempo composto.

- (9) Maltreito de sas feridas, Galaaz non *estede* (séc. XIII). (apud Mendes, 1999)
- (10) E, *estando* (ele) a hũa fenestra *rogando* Nosso senhor e *louvando*-o mui de coração, viu hũa lu vïir (séc. XIV). (apud Mendes, 1999)

Em certos contextos, a forma terminada em *ndo* funciona como elemento conector à semelhança de um SPrep. O primeiro funcionamento é ilustrado em (11), no qual *dependendo* pode ser parafraseado por *segundo* e em (12), no qual *visando* pode ser parafraseado por *com vistas a*.

(11) Henrique Brandão acrescenta que o valor pago pelo seguro também varia *dependendo* do bairro carioca ou do município onde o segurado mora (*Extra* – “Apólices variam por bairros” – 4 maio 2003)

(12) É preciso que todos cheguem a um mesmo patamar para o Fluminense alcançar objetivos a médio prazo. Isso não quer dizer que não se tenha de trabalhar *visando* a Taça Rio. (*Jornal do Brasil* – “Flu em regime de concentração” – 9 mar. 2004)

Exemplos como os três últimos sugerem que algumas construções gerundiais estão experimentando um incipiente processo de gramaticalização, paralelo àquele sofrido por formas no participípio presente que adquiriram um valor prepositivo como é o caso de *tirante*, *consoante*, etc.

As construções gerundiais também podem ser utilizadas como um artifício para a obtenção da atenção do interlocutor, como o trecho abaixo ilustra, ou como um recurso intensificador, associado ao advérbio focalizador *só*, usos normalmente incluídos na classe dos marcadores discursivos e ilustrados em (13) e (14), respectivamente.

(13) Daqui a pouco, a gente está atuando em cima disso. Normalmente, tudo que eu gosto está... está sempre em cima de comunicação, *está sabendo?* uma... uma filmagem, uma entrevista, um... sabe? (Amostra Censo 80 – Falante 37)

(14) F: Menina, repetiu a comida só você *vendo!* (Amostra Censo 89 – Falante 12)

Os exemplos apresentados acima mostram que as formas constituídas pelo morfema *ndo* podem ser distribuídas em “constelações”, para nos valermos da metáfora de Taylor (1992), no que diz respeito ao seu estatuto categorial: construções nas quais *V+ndo* funciona como um predicado verbal, construções nas quais a forma constituída por *ndo* desempenha um papel conectivo e construções nas quais funciona ao modo de marcadores discursivos. Tecidas essa considerações, passamos ao exame das orações complexas integradas por uma oração gerundial.

Orações complexas constituídas por orações com predicado verbal no gerúndio

Nesta seção, examinamos as orações constituídas por predicado verbal no gerúndio, daqui para frente rotuladas de orações gerundiais, que se encontram vinculadas a uma outra oração, denominada núcleo. As primeiras, como adiantáramos na seção anterior, são de variados tipos: podem expressar uma circunstância que, nos termos de Halliday (1994), realça a oração nuclear (daqui para frente, referidas como circunstanciais), exprimir uma qualificação para um nome ou um evento (daqui para frente, referidas como qualificadoras), e sinalizar que um evento se segue a outro (daqui para frente, referidas como sequenciais).

Com relação a esse conjunto de orações, interessam-nos seus processos de vinculação às orações nucleares e suas propriedades gramaticais.

De acordo com a abordagem gramatical tradicional, as orações de gerúndio instanciam um processo de subordinação, elas mesmas se configurando como orações subordinadas – adverbiais ou adjetivas. A título de exemplo, considerem-se as formulações seguintes: “como o gerúndio tem principalmente significado temporal, as reduzidas por ele formadas correspondem, na maioria dos casos, a orações *subordinadas* adverbiais temporais [...] Mas podem equivaler também a outras orações *subordinadas* adverbiais” (CUNHA, 1970, p.418); “as orações reduzidas são *subordinadas*⁵ e quase sempre se podem desdobrar em orações desenvolvidas”⁶ (BECHARA, 1999, p.514).

Em se tratando da abordagem lingüística de cunho funcionalista, inexistente acordo quanto ao estatuto das orações gerundiais e, por conseqüência, do processo por meio dos quais elas se vinculam a sua oração núcleo. Assim, as propostas de Halliday (1994) e Hengeveld (1997), embora superpostas parcialmente, no que diz respeito aos critérios formais em que se baseiam, chegam a classificações distintas no que diz respeito ao processo de vinculação. O último considera as orações de gerúndio como construções encaixadas, vale dizer, um processo de subordinação, estatuto identificável pelos critérios formais apresentados a seguir:

- i. presença de subordinador
- ii. ordem especial dos constituintes
- iii. dependência do modo verbal
- iv. uma combinação de i-iii

De acordo com ele, as orações de gerúndio se subdividem em abertas e fechadas consoante a especificação do sujeito. Fechadas são as orações que apresentam o argumento sujeito especificado enquanto abertas são aquelas nas quais o sujeito não vem especificado.

Halliday (1994), por seu turno, considera as orações gerundiais como estratégias hipotáticas, vale dizer, um processo de hipotaxe, visto que congregariam os traços [+ dependência] e [- encaixamento], distinguindo-se, portanto, tanto das estratégias paratáticas, que apresentam os traços [- dependência] [- encaixamento] quanto das estratégias de encaixamento, com

⁵ A forma italicizada é nossa.

⁶ Esta citação foi extraída de uma seção na qual o autor caracteriza as orações reduzidas: “Dizemos que as subordinadas *ao chegar o verão, chegando o verão e chegado o verão*, são orações *reduzidas*, porque apresentam o seu verbo (principal ou auxiliar, este último nas locuções verbais), respectivamente, no *infinitivo, gerúndio e particípio* (reduzidas infinitivas, gerundiais e participiais) (BECHARA, 1999, p.513).

os traços [+ dependência] e [+ encaixamento]. A dependência é formal, isto é, sinalizada por um dos dois critérios listados a seguir:

- i. presença de conectivo subordinador
- ii. forma não finita do predicado verbal

À falta de convergência no que concerne ao estatuto sintático das orações de gerúndio se contrapõe o consenso parcial no que diz respeito às acepções semânticas que podem ser sinalizadas pelas orações gerúndias circunstanciais. Hengeveld (1997), fundamentado em abordagem tipológica, lista *tempo, causa, circunstância, concessão*, etc. Haiman (1985), por sua vez, também a partir de investigação de cunho tipológico, cita *seqüência temporal, conseqüência, modo ou aparência, contraste, concessão, condição, instrumento, testemunho ou exemplificação e simples conjunção* (simple conjoining) para o japonês; *and, then, on... ing, V-ly, even though / if, instead of, after, because of, if*, para o hindi e *after, because, if e and*, para o hua.

Trabalhos sobre o português do Brasil, independentemente da orientação teórica, também salientam a grande variedade de significados que podem ser expressos no contexto das orações de gerúndio. Com vistas a facilitar o cotejo entre as diversas obras, as relações semânticas associadas às orações gerúndias são apresentados na forma de um quadro.

Tempo	Tempo	Tempo	Tempo	Tempo	Tempo	Concomitância Temporal
Causa	Causa	Causa	Causa	Causa	Causa	Causa
Concessão	Concessão	Concessão	Concessão			Concessão
Condição	Condição	Condição	Condição	Condição	Condição	Condição
	Modo	Modo, Meio, Instrumento	Modo, Meio ou Instrumento		Modo	
					Consecução	Conseqüência
					Finalidade	Finalidade
(CUNHA; CINTRA, 2001)	(LIMA, 1972)	(BECHARA, 1976)	(SAID ALI, 1971)	(MATEUS et al., 2003)	(SOUZA CAMPOS, 1976)	(FERRARI, 1997)

Quadro 1 – Relações semânticas que podem ser inferidas no contexto das orações de gerúndio

Nas amostras de fala representativas da variedade carioca e naquelas constituídas por textos extraídos, identificamos também numerosas relações semânticas que podem ser inferidas na presença de orações de gerúndio, como ilustram os trechos a seguir.

■ Modo

(15) Entre 18h30 e 19h30, a dentista prefere ir à Tijuca *usando* o Jardim Botânico, apesar da distância maior, para evitar os engarrafamentos. (*Jornal do Brasil* – “Beleza de parar o trânsito” – 17 nov. 2005)

■ Tempo

(16) O crânio quase completo do animal foi doado ao museu por três caçadores de dinossauros amadores, de Iowa, que o descobriram em 2003, *explorando* a formação conhecida pelo nome de Hell Creek (Riacho do Inferno). (*O Globo* – “Descoberto nos EUA dinossauro herbívoro com cabeça de dragão” – 3 maio 2005)

■ Condição

(17) Não perturbando H eu falo para ele; se ele me perturbar, aí mesmo que eu não faço nada. (risos) Então, não me perturba que sai o serviço todo. Me *perturbando* não sai. (Amostra Censo 80 – Falante 14)

■ Causa

(18) *Temendo* a violência do Rio, alguns parentes da corretora de imóveis Juçara Dias Menezes já tinham decidido se mudar para Cabo Frio, na Região dos Lagos. (*Extra* – 4 jun. 2003)⁷

■ Concomitância

(19) Depois que o ônibus enguiçou, a situação se tornou incontrolável e os passageiros depredaram o carro, *quebrando* os vidros e pára-brisas. (*Extra* – 8 abr. 2005]

A apreensão da inferência desencadeada pelas construções de gerúndio não é fácil dada a ambigüidade, a compatibilidade com duas ou mais acepções, a vagueza e indeterminação semântica que as caracteriza. Essas orações ilustram bem a sub-determinação do significado e fazem ressaltar a relevância dos fatores co-textuais e das variáveis pragmáticas para a construção do significado.

O exame de dados produzidos em situação ordinária de comunicação, escrita ou falada, revela que as construções de gerúndio que expressam circunstância tendem a compartilhar algumas propriedades formais: se pospõem, não-marcadamente, à oração nuclear, dispensando a presença de elementos conectivos que as articulem à oração nuclear. Ocasionalmente, as orações que sinalizam condição (17) e causa (18), acima, contrariando a tendência à posposição, ordem não marcada das orações de gerúndio, ocorrem antepostas.

Com referência às orações gerúndiais que expressam *condição*, uma hipótese explicativa para as ocorrências marcadas, no que concerne à posição, poderia recorrer a um paralelismo com a contraparte finita, para as quais a ordem neutra é representada pela anteposição da hipotática. O poder explanatório dessa

⁷ Algumas seqüências discursivas do jornal *Extra* foram coletadas em textos que não dispõem de títulos.

hipótese, no entanto, perde força quando se examinam as orações de gerúndio que sinalizam *causa*: estas também tendem a ocorrer antepostas embora não se possa falar em ordem neutra da contrapartida finita sem se levar em consideração o tipo de conectivo – *como*, *porque* e *que* – que as inicia. Uma análise mais minuciosa do contexto de ocorrência de orações antepostas gerundiais desvenda a relevância de fatores de ordem pragmático-discursiva: a presença, no co-texto prévio, de orações finitas que exprimem a mesma acepção, como é o caso do exemplo (17), apresentado acima, no qual a oração *me perturbando não sai* é precedida por *se ele me perturbar, aí mesmo que eu não faço nada* e o conhecimento do mundo que explica como o medo pode levar pessoas ameaçadas a se mudarem de localidade, como é o caso do exemplo (18).

Quanto à presença de conector encabeçando oração de gerúndio, a outra variável a que aludimos, em nosso corpus encontramos apenas ocorrências de justaposição. O exame de outras amostras de fala, particularmente daquelas produzidas em situação formal de comunicação, revela que as orações gerundiais podem ser encabeçadas por preposição como mostra o exemplo seguinte, colhido nas transcrições do NURC:

- (19) Loc:... tinha-se esperança que que dona Ana Cândida tendo assumido a Procuradoria Geral do Estado, *em* ela *sendo* mulher... que ela defendesse um pouco mais a classe. (D2 – SP)

Um segundo subgrupo de orações gerundiais compreende aquelas rotuladas de adjetivais pela abordagem gramatical tradicional e exemplificadas abaixo:

- (20) F: E na época, a Gretchen usava aqueles shortezinhos bem *entrando* lá mesmo, né? Aí eu peguei falei: “Tudo bem. Eu vou entrar”. (Amostra Censo 80 – Falante 43)

A grande maioria das orações aparece contígua ao nome que qualificam, usualmente o sujeito. Distinguem-se, portanto, das circunstanciais por essa propriedade gramatical e também pelo fato de não admitirem a mudança da ordem.

Os enunciados gerundiais qualificadores se vinculam a um constituinte da oração precedente, qualificando-o, e aqui, diferentemente do que ocorria com as circunstanciais, se justifica falar em subordinação, já que se observa a presença dos dois traços aludidos previamente [+ dependência] e [+ encaixamento]. O nível de vinculação é diferente do exibido pelas orações circunstanciais: enquanto estas se articulam a uma outra oração, as qualificadoras se encaixam em um SN,⁸ fato que explica as divergências formais relativas a realização do

⁸ Em nosso corpus, encontramos duas ocorrências de qualificação de evento por uma oração gerundial, como mostra o exemplo seguinte: Rafael Alves Lira, 20 anos, confessou ontem que deu pedradas no idoso João Werneck Peixoto, 60, *provocando* a sua morte. (*Povo* – “Rapaz confessa que matou” – 7 jan. 2004).

sujeito e ordem. Uma outra distinção concerne ao fato de que o número de orações gerundiais qualificadoras desgarradas é bem superior à quantidade de orações circunstanciais desgarradas.

A distinção entre as orações circunstanciais e as qualificadores, porém, pode não ser tão nítida quanto nossas palavras sugerem. Assim, deparamo-nos com instâncias que admitem duas interpretações, como ilustra (21), no qual a não contigüidade entre o substantivo *cortejo* e a oração gerundial favorece uma leitura temporal, sem descartar totalmente a interpretação qualificadora.

(21) Sempre é possível fazer alguma observação aparentemente inteligente sobre o que tem acontecido estes dias em Roma. Por exemplo, o fato de que os rituais de velório e funeral não são imutáveis, diferentemente do código rígido que regula o conclave. Seria exemplo disso a novidade daquele cortejo que cruzou a Praça de São Pedro, *levando* o corpo de João Paulo II do Palácio Apostólico para a Basílica de São Pedro. (*O Globo* – “Sem queixas ao Bispo” – 8 abr. 2005)

O outro subgrupo a ser considerado neste artigo inclui as orações gerundiais que se configuram como um evento posterior, subsequente ao evento mencionado previamente, conforme se ilustra em (22).

(22) Após vários socos, o estudante desmaiou, *só voltando* a si quando já estava sendo atendido por um grupo de para-médicos que o levou para o Hospital Miguel Couto, no Leblon. (*Extra* – “Universitário é agredido à saída de forró na Lagoa” – 8 abr. 2005)

Enunciados semelhantes a (22) dispensam conectores e a explicitação do sujeito sintático e tendem a ser empregados em porções narrativas, tipo textual que favorece a leitura sequencial que lhes é atribuída. A mudança da posição é bloqueada visto que a ordenação das orações, gerundiais e finitas, neste caso, submete-se a motivações icônicas, que visam a reproduzir a ordem em que os eventos extra-lingüísticos ocorreram.

Este sub-grupo inclui também aquelas orações de gerúndio que representam o pano-de-fundo para os trechos que se constituem como figura de uma narrativa. A opção pela forma não-finita associada à imperfectividade congela, por assim dizer, o processo verbal, fazendo ressaltar o caráter pictórico, como se vê em (23). Distinguem-se das anteriores por apresentarem sujeito explícito e virem encabeçadas por conjunção coordenativa, conjunto de propriedades que pode ter motivado sua classificação como orações coordenadas pela abordagem gramatical tradicional (BECHARA, 1999; SAID ALI, 1971).

(23) Ela chega lá de novo: “Ah! É? Pulou a janela? Vai ficar mais meia hora aqui.” Ficamos um tempão no colégio copiando. Tudo bem! Sem grilo nenhum! Nós ficamos, depois a gente veio embora *e eu morrendo* de fome *e eu tremendo*, que eu estava tremendo, mas tudo bem, passou. (Amostra Censo 80 – Falante 54)

Com relação às orações complexas consideradas nesta parte do artigo, a última palavra concerne às suas correlações com as variáveis relacionadas à

modalidade e tipo de textual. O exame dos dados empíricos revela que elas são mais frequentes na modalidade falada, particularmente nas porções descritivas, nas quais desenha o modo de ser ou ações concomitantes àquelas referidas pela oração nuclear.

Considerações finais

Consideramos, nas seções anteriores, os variados usos das expressões formadas pela presença do morfema *-ndo*, focalizando mais detalhadamente as orações complexas que incluem como um de seus segmentos uma oração de gerúndio.

Defendemos que as variadas construções podem se distribuir em três “constelações”, consoante a forma em estudo constitua o núcleo de um predicado verbal, seja em orações independentes, hipotáticas ou encaixadas; funcione como um elo conectivo a estabelecer relações entre sintagmas/orações ou como um marcador discursivo que contribui para a organização das relações inter-pessoais ou para sinalizar as atitudes do falante. As diversas “constelações” se articulam a diferentes tipos de informação: informação relacionada ao mundo externo aos interlocutores, informação relacionada ao texto, e informação relacionada à atitude subjetiva do falante. Os usos são estruturados e, para cada “constelação”, podem ser explicados em termos de redes polissêmicas que se estabelecem entre as várias acepções.

Uma última palavra concerne a uma hipótese de Haiman (1985), investigada em Braga (1996), segundo a qual a redução e a incorporação, propriedades caracterizadoras das orações de gerúndio são compatíveis tanto com motivações econômicas quanto com motivações icônicas. Assim as orações em pauta cancelariam as marcas das categorias gramaticais que compartilham com a oração nuclear porque codificam material lingüístico conceitualmente próximo àquele exibido pelo núcleo com que se articulam. A economia, associada aos processos de coordenação, seria então o elemento propulsor do apagamento. A outra alternativa relaciona-se à motivação por iconicidade, isto é, as orações de gerúndio seriam reduzidas e incorporadas porque codificam material pano-de-fundo, “subordinado”. A subordinação sintática estaria, então, refletindo iconicamente a “subordinação” conceitual. A análise desenvolvida no presente artigo sugere que redução é propriedade de todas as orações gerundiais, não, porém, a incorporação, como mostramos na seção anterior. Uma vez desatreladas as duas propriedades e centrando-se apenas na redução, verifica-se que as motivações arroladas acima operam sobre conjuntos diferenciados de dados: parte das orações, denominadas aqui de seqüenciais, parecem motivadas por

economia; as qualificadoras e outra parte das sequenciais, por outro lado, parecem motivadas por iconicidade. É igualmente verdadeiro, no entanto, que para um outro sub-conjunto de dados não se pode identificar inequivocamente a motivação.

BRAGA, M. L.; CORIOLANO, J. Gerund constructions in Brazilian Portuguese. *Alfa*, São Paulo, v.51, n.1, p.175-187, 2007.

- **ABSTRACT:** *In this article, we investigate the many uses of the expressions formed by the presence of the morpheme -ndo (-ing). We defend that the constructions can be distributed in “constellations”, consonant with the form under investigation constitutes the nucleus of a verbal predicate, either in independent, hypotactic or embedded clauses, and functions as a connective link establishing relationships between phrases / clauses or as a discourse marker contributing to the organization of the inter-personal relationships. With regard to the complex clauses integrated by a gerund clause, we show that, concerning their grammatical properties, the differences between the various types – circumstantial, qualifiers and sequentials – are of statistical nature.*
- **KEYWORDS:** *Gerund clauses; complex clauses; circumstantial clauses; qualifier / attributive clauses; sequence clauses.*

Referências bibliográficas

- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- MENDES, R. B. *A gramaticalização de estar + gerúndio no português falado*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 1999.
- BRAGA, M. L. Processos de redução: o caso das orações de gerúndio. In: KOCH, I. V. G. (Org.) *Gramática do português falado: desenvolvimentos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. v.6. p.231-252.
- CAMPOS, O. G. L. S. Um problema de sintaxe contrastiva: o emprego do gerúndio e do infinitivo preposicionado em Portugal e Brasil. *Texto*, v.2, n.2, p.124-132, 1978.
- CUNHA, C. *Gramática do português contemporâneo*. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1970.
- DECAT, M. B. N. Orações adjetivas explicativas no português brasileiro e no português europeu: posição rumo ao ‘desgarramento’. *Scripta: Linguística e Filologia*, Belo Horizonte, v.5, n.9, p.104-118, 2001.

FERRARI, L. *Relatório final do projeto de pesquisa gramaticalização e polissemia nas construções gerundiais*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 1997.

HAIMAN, J. *Natural syntax*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

HALLIDAY, M. A. *An introduction to functional grammar*. London: Arnold, 1994.

HENGEVELD, K. (Ed.) *The theory of functional grammar*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1997.

LEHMANN, C. Towards a typology of clause linkage. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. (Ed.) *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1988. p.183-226.

LIMA, C. H. da R. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003.

SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1971.

TAYLOR, J. R. *Linguistic categorization: prototypes in linguistic theory*. Oxford: Clarendon Press, 1992.

_____. *Cognitive grammar*. Oxford: Oxford Press, 2002.

ASPECTOS SINCRÔNICOS E DIACRÔNICOS DO IMPERATIVO GRAMATICAL NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Maria Marta Pereira SCHERRE¹

- RESUMO: Este texto apresenta o fato gerador dos estudos variacionistas sobre a expressão gramatical do imperativo no português brasileiro, traça as dimensões geográficas deste fenômeno variável, discute a relação entre as formas gramaticais imperativas e outras formas verbais portuguesas e latinas e sintetiza tendências da variação e da mudança do imperativo no português brasileiro.
- PALAVRAS-CHAVE: Variação lingüística; imperativo gramatical; português brasileiro; imperativo latino; alternância tu/você.

Contextualização da pesquisa

Meu interesse sobre o entendimento do uso variável do imperativo gramatical em português (*deixa vs. deixe; recebe vs. receba; abre vs. abra; dá vs. dê; diz vs. diga; vai vs. vá*) decorreu de um dever de casa de uma estudante da 5ª série do antigo primeiro grau (atual ensino fundamental) de uma escola particular de Brasília em 1992. O referido dever teve como base o exercício de número 17, da *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, de Domingos Paschoal Cegalla, 34ª edição, de 1991, à página 184, a seguir transcrito, com negritos adicionados nos pontos de maior interesse para a contextualização da pesquisa que naquele momento se iniciou; que cresceu nas salas de aula da Universidade de Brasília (UnB) com a participação efetiva de um grande número de alunos dos cursos de graduação e pós-graduação;² que tomou corpo com uma pesquisa pessoal em

¹ UnB – Instituto de Letras (IL) – Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas (LIP) – 70292-100 – Brasília – DF – Brasil – mscherre@terra.com.br

² Segue em ordem alfabética a relação dos trabalhos produzidos pelos alunos da UnB até 2002, quase todos inéditos: Abreu (2003); Abreu; Belo; Franco; Santos (2001); Amoroso (2000); Aparecida e Silva (2002); Araújo (2000); Barcelos e Marques (2000); Campos (2001); Dias (1996); Dias (2000); Ferreira e Alves (2001); Fonseca (2003); Freitas (1994); Gomes; Amorim; Santos; Bezerra (2002); Jesus e Oliveira (1995); Leite (1994); Mattos e Wickert (2003); Morais (1994); Moreira (2000); Rodrigues (1993); Silva (2002); Silva (2003); Romero e Matos (2000); Sousa (2000); Sousa (2001); Trajano e Romero (2001).

parceria com colegas alunos e professores,³ que se enriqueceu com a pesquisa de mestrandos e doutorandos sob minha orientação;⁴ e se agigantou com a pesquisa de alunos de graduação, de mestrado, de doutorado e de professores de outras instituições,⁵ como teremos oportunidade de evidenciar ao longo deste texto.

Eis o referido exercício:

17. Passe para a 2ª pessoa do singular ou do plural, conforme o caso:
 - 1) **Divide** e sê vencedor.
 - 2) Não esqueçais o passado nem vos afeiçoeis demais ao presente.
 - 3) **Recebe** com alegria os amigos que te visitam.
 - 4) **Abri** as portas à esperança, não deixeis entrar o desânimo.
 - 5) Não magoes nunca nem entristeças tua mãe.
 - 6) Queremos que participeis de nossa alegria: entrai e comei!
 - 7) **Freqüenta** os bons e serás bom; convive com os maus, serás como eles.

Ao tentar resolver o exercício acima, a estudante buscou meu auxílio, explicando com desenvoltura que tinha entendido a explicação da professora a respeito da formação do imperativo: o imperativo afirmativo de *tu* e de *vós* vem do indicativo sem o *-s*; as outras formas vêm do subjuntivo, repetia ela. Mesmo assim, a estudante não conseguia entender o significado das frases do exercício solicitado (convido o leitor a resolver o exercício, em especial o item 4). Naquela época, eu lhe dissera que ela não conseguira entender o dever de casa porque as frases do exercício eram muito antigas – fora este o meu sentimento à época. Detalhes à parte a respeito de uma conversa com a escola sobre a propriedade do dever de casa com base no referido exercício, este fato despertou meu interesse pela análise da expressão gramatical do imperativo.

Buscando dados na minha intuição, percebi que se tratava de fenômeno instigante: sou mineira, só tenho o pronome *você* na minha fala, contexto de registro tradicional de formas como *deixe/receba/abra/dê/diga/vá* (formas denominadas auxiliares ou supletivas), mas me pareceu que eu tenderia a usar *deixa/recebe/abre/dá/diz/vai*, formas imperativas tradicionalmente associadas ao contexto de uso do pronome *tu* (classificadas como próprias). Em verdade,

³ Ver Scherre; Dias; Freitas; Jesus; Oliveira (1998, 2000a); Scherre; Dias; Freitas; Jesus; Oliveira; Damasceno (2000b); Scherre (2004, 2005, 2007); Scherre; Cardoso; Lunguinho; Salles (2007); e Andrade; Melo; Scherre (2007).

⁴ Ver Cardoso (2004, 2006, 2007), Lima (2005) e Jesus (2006).

⁵ Trabalhos em outras instituições: Universidade Federal do Rio de Janeiro (Paredes Silva, et al, 2000); Universidade Federal da Bahia (Sampaio, 2001, 2004); Universidade Federal da Paraíba (Alves, 2001); Universidade Federal de Santa Catarina (Reis, 2003); Universidade Estadual Paulista – Campus de Araraquara (Borges, 2004); Faculdade Jorge Amado em Salvador (Alves e Alves, 2005); Universidade de São Paulo (Lima Hernandez et al, 2006).

eu não conseguia ver com clareza como se dava a alternância entre as duas possibilidades de expressão do imperativo em referência à segunda pessoa do singular (*deixa vs. deixe; recebe vs. receba; abre vs. abra; dá vs. dê; diz vs. diga; vai vs. vá*) que, em função das características dos falares mineiros, não pode ter correlação com o pronome *tu*: pelas pesquisas de que tenho conhecimento, o pronome *tu* não ocorre em Minas Gerais (RAMOS, 1997; COELHO, 1999). Considerarei, portanto, oportuno levar a questão para a sala de aula e, para mim e meus alunos, a pesquisa sobre o tema começou.

Depois de uma série de pesquisas realizadas, fica claro hoje que a questão central do exercício 17 de Cegalla (1991, p.184) é a descontextualização das construções imperativas, isoladas de sua estrutura dialógica, sem âncoras discursivas (vocativos, balões, rimas, ícones etc.). Esse fato provocou ambigüidade em algumas construções, entre as quais se destacam as de número 1, 3, 4 e 7 do exercício em questão, especialmente a de número 4, que se aplica a todo e qualquer verbo regular da terceira conjugação. Neste caso, a primeira interpretação (e a mais provável) da forma verbal *abri* é de primeira pessoa do singular (*eu abri*), denotando uma leitura assertiva, e não uma leitura imperativa de segunda pessoa do plural (*abri vós*), como o exercício pressupunha. Bechara (1999, p.237) já registra que “para evitar os inconvenientes da homonímia que, pela identidade de formas, pode provocar ambigüidade com outras formas verbais, escritores portugueses se servem, às vezes, nos verbos da 3ª, da antiga desinência *-ide* por *-i*” e usam estruturas do tipo *Abride a porta*.

Em síntese, a configuração gramatical imperativa de segunda pessoa do singular (*deixa/recebe/abre/dá/diz/vai*) – considerada própria ou verdadeira (ao lado da forma imperativa de segunda pessoa plural) porque remonta à forma imperativa latina, hoje associada à forma indicativa sem o *-s* final – apresenta risco de perder sua leitura imperativa se descontextualizada, ou seja, se estiver fora da estrutura dialógica, sem âncora discursiva, como é o caso do exercício 17 de Cegalla (1991, p.184). Foi este dever de casa (não muito apropriado na sua forma) que, todavia, desencadeou reflexões ricas a respeito de uma área da língua portuguesa ainda inexplorada da perspectiva da teoria da variação linguística laboviana, nos termos de teóricos e metodológicos de Weinreich, Labov e Herzog (1968), Labov (1975), Sankoff (1988a; 1988b) e Pintzuk (1988). Estudos pioneiros sobre o tema, ainda sem proceder a uma análise quantitativa das variáveis linguísticas e não-linguísticas subjacentes a esse fenômeno variável, foram criteriosamente feitos por Faraco (1982) e Menon (1984).

Ao final deste texto, volto ao dever de casa motivador da rica pesquisa sobre o imperativo. Antes, meu objetivo é apresentar um pouco do estado da arte das pesquisas variacionistas sobre a expressão gramatical do imperativo de que tenho conhecimento; e um pouco de algumas reflexões que tenho feito sobre o tema, aguçadas pelos trabalhos de muitas cabeças a meu redor.

Mapeamento da expressão variável do imperativo na fala espontânea das décadas de 70 a 90 do século XX

Vamos apresentar a seguir dois grandes blocos de pesquisas. O primeiro bloco revela, predominantemente, formas imperativas do tipo *deixa/recebe/abre/dá/diz/vai*, enquanto o segundo, formas imperativas do tipo *deixe/receba/abra/dê/diga/vá*. Todos os percentuais relacionados nos dois blocos devem ser lidos em relação às formas *deixa/recebe/abre/dá/diz/vai*.

Assim, pesquisas com dados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, listadas a seguir, revelam, à exceção da cidade de Lages no interior de Santa Catarina, predomínio da forma imperativa do tipo *deixa/recebe/abre/dá/diz/vai* – HOJE ASSOCIADA À FORMA INDICATIVA – em diálogos espontâneos, sem relação de distribuição complementar com o contexto de uso do pronome *tu* ou do pronome *você*:

- 1) 95% a 98% na fala espontânea de Brasília – região Centro-Oeste –, área de predominância do pronome *você* (SCHERRE *et al*, 1998; RODRIGUES, 1993) em alternância com o pronome *tu* sem morfologia verbal explícita, ou seja, *tu* sem concordância, em especial na fala dos mais jovens (DIAS, 2007; LUCCA, 2005): dados do final da década de 90.
- 2) 92% na fala formal e informal de Brasília – região Centro-Oeste –, em contexto de predominância do pronome *você*: dados da década de 90 (SILVA, 2003);
- 3) 100% na fala espontânea do município de Goianésia – região Centro-Oeste, a 180 km de Brasília –, área de uso exclusivo do pronome *você*: dados do final da década de 90 (FERREIRA; ALVES, 2001, p.8-10);
- 4) 94% na fala espontânea de Campo Grande – região Centro-Oeste –, área de uso exclusivo do pronome *você*: dados do final da década de 90 (LIMA, 2005, p.12,54);
- 5) 98% na fala espontânea do Rio de Janeiro – região Sudeste –, área de alternância entre os pronomes *você/tu* e *tu/você* (PAREDES SILVA, 2003), sem concordância com o pronome *tu*: diálogos de mãe-filho da década de 80 (MORAIS, 1994, p.12);
- 6) 94% na fala do Rio de Janeiro – região Sudeste –, área de alternância dos pronomes *você/tu* e *tu/você*, sem concordância com o pronome *tu*: dados do projeto Norma Urbana Culta (NURC) e do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL) da década de 90 (SAMPAIO, 2001, p.61-62,109);
- 7) 100% na fala espontânea de Florianópolis – região Sul –, (BONFÁ, PINTO; LUIZ, 1997, p.10-11), área de alternância do pronome *tu/você* com predomínio do uso de *tu* - 76%, com 43% com morfologia verbal explícita, ou seja, com

concordância: dados da década de 90 (LOREGIAN-PENKAL, 2004, p.133,167);

- 8) 20% na fala espontânea de Lages – região Sul –, área de alternância do pronome *você/tu* (BONFÁ, PINTO; LUIZ, 1997, p.10-11), com predominância do uso do *você* (85%), segundo Loregian-Penkal (2004, p.133,167) – dos 15% de *tu*, há 14% com morfologia verbal explícita, ou seja, com concordância: dados da década de 90.

Pesquisas da região Nordeste, também listadas a seguir, revelam maior frequência da forma imperativa do tipo *deixe/receba/abra/dê/diga/vá* – FORMA ASSOCIADA AO SUBJUNTIVO – OU O EQUILÍBRIO DAS DUAS FORMAS (*deixa vs. deixe; recebe vs. receba; abre vs. abra; dá vs. dê; diz vs. diga; vai vs. vá*) em diálogos espontâneos, sem dependência exclusiva do uso do pronome *tu* ou *você*.

- 1) 35% na fala de Fortaleza – região Nordeste –, área de alternância dos pronomes *você/tu* (CARDOSO, 2007) ou *tu/você* (SOARES, 1980): dados do projeto Português Culto de Fortaleza, da década de 90 (CARDOSO, 2007);
- 2) 34% na fala de João Pessoa – região Nordeste –, área de alternância *tu/você*, com *tu* com concordância variável (PEDROSA, 1999): dados da década de 90, em contexto de predominância do pronome *você* (ALVES, 2001, p.54);
- 3) 51% na fala de Recife – região Nordeste –, área de alternância dos pronomes *você/tu* (JESUS, 2006, p.29-31,46,72), com *tu* com concordância variável (24% de concordância, segundo contagem nossa) e predominância do uso de *você* (JESUS, 2006, p.99; SETTE, 1980, p.106-107,148,164-166): dados do projeto Núcleo de Estudos Linguísticos da Fala e da Escrita (NELFE), do projeto Norma Urbana Culta (NURC) de Recife e da amostra da dissertação de mestrado de Sette (1980), das décadas de 70 e 80;
- 4) 28% na fala de Salvador – região Nordeste –, área de uso do pronome *você*: dados do projeto Norma Urbana Culta (NURC) do Programa de Estudos do Português Popular (PEPP), da década de 90 do século XX (SAMPAIO, 2001, p.61,79-80; ALVES; ALVES, 2005, p.35-44).

À exceção da cidade de Lages, os resultados das pesquisas relacionadas acima e visualizados no Gráfico 1, a seguir, revelam um corte geográfico bastante claro. Nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste há domínio do imperativo sincronicamente associado ao indicativo (*deixa/recebe/abra/dá/diz/vai*). Em três capitais da região Nordeste – Fortaleza, João Pessoa e Salvador –, há maior uso do imperativo associado ao subjuntivo (*deixe/receba/abra/dê/diga/vá*) e, em Recife – capital de Pernambuco –, também região Nordeste, há equilíbrio das duas formas gramaticais do imperativo (*deixa vs. deixe; recebe vs. receba; abre vs. abra; dá vs. dê; diz vs. diga; vai vs. vá*).

O comportamento diferenciado do uso do imperativo em Lages, no interior de Santa Catarina, região Sul, é sem dúvida instigante e motiva ampliação da coleta de dados (que já está sendo feita com dados do projeto Variação Linguística no Sul (Varsul) por Mariléia da Silva Reis), tendo em vista que os dados analisados por Bonfá, Pinto e Luiz (1997) revelam o menor índice de imperativo do tipo *deixa/recebe/abre/dá/diz/vai* (20%), até um pouco menos do que nos dados de Salvador (28%), capital da Bahia, região Nordeste. Num primeiro momento, esses resultados nos pareceram surpreendentes, mas o registro de Loregian-Penkal (2004, p.133) de que Lages é a cidade de Santa Catarina que apresenta maior uso de *você* (85%) lança luzes para o entendimento dos resultados de Bonfá, Pinto e Luiz (1997) e permite levantar a hipótese de que, na região Sul do país, possa haver relação mais nítida entres os traços de [+distanciamento] discursivo e uso respectivo de formas do tipo *deixe/receba/abra/dê/diga/vá* e *deixa/recebe/abre/dá/diz/vai*, à semelhança do que ainda ocorre em Portugal. Ainda mais instigante e até paradoxal, é o fato de Bonfá, Pinto e Luiz (1997, p.11) relatarem que as formas do tipo *deixe/receba/abra/dê/diga/vá* ocorrem em contexto de maior intimidade, enquanto *deixa/recebe/abre/dá/diz/vai* ocorrem em contexto de menor intimidade, o oposto do que se dá em Portugal. Pesquisas futuras podem trazer novos fatos para o entendimento destas questões.

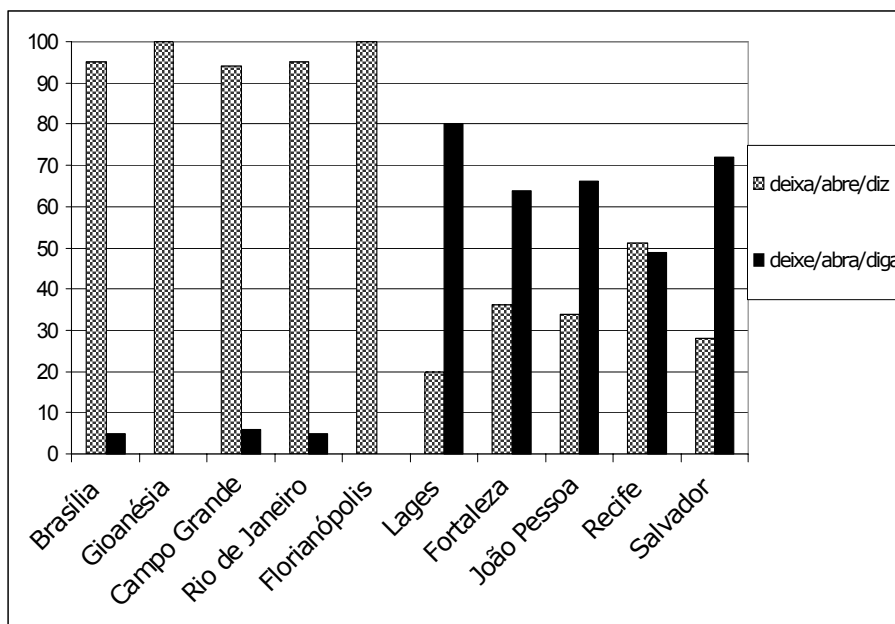


Gráfico 1: Distribuição do imperativo gramatical no eixo geográfico em diálogos de língua falada

Enfim, saber com precisão o que determina as diferenciações geográficas com relação ao imperativo no português brasileiro falado em circunstâncias

reais é tarefa ainda por se fazer. A hipótese de Heloísa Salles com relação à região Nordeste, em comunicação pessoal, é que esta questão pode estar relacionada ao maior uso de subjuntivo também nas orações subordinadas substantivas nessa mesma região. A esse respeito, remetemos o leitor ao trabalho que está sendo desenvolvido por Maria do Carmo de Oliveira, cujos primeiros resultados se encontram em Oliveira (2006). Nessa linha de entendimento, Daisy Bárbara Cardoso Borges está analisando a expressão do imperativo em dados de pessoas nativas de Fortaleza residentes em Fortaleza e pessoas nativas de Fortaleza residentes em Brasília, cujos primeiros resultados foram apresentados na qualificação do projeto de doutorado (CARDOSO, 2007).

Aspectos diacrônicos e sincrônicos com relação ao imperativo no português brasileiro⁶

Outro fato que merece destaque e que se encontra discutido em detalhes em textos ainda inéditos é a situação do português brasileiro no cenário das línguas de imperativo denominado verdadeiro pela teoria gerativa, ou seja, línguas que têm imperativo com morfologia e sintaxe próprias (distintas de outros modos verbais e/ou de outros tipos oracionais), à semelhança do que se observava em latim e do que se observa hoje, por exemplo, no espanhol castelhano e no português europeu (SCHERRE, 2005; CARDOSO, 2007; SCHERRE, CARDOSO, LUNGHINHO; SALLES, 2007). Nesse aspecto em particular, é importante salientar que, quando a tradição gramatical registra que o português tem imperativo próprio apenas para as segundas pessoas, ela está se reportando a uma verdade diacrônica, associando as formas imperativas do tipo *deixa/recebe/abre/dá/diz/vai* ao imperativo latino, um modo verbal distinto do modo indicativo, cuja segunda pessoa singular é derivada da forma infinitiva sem a última sílaba (ALMEIDA, 1995, p.211; GARCIA, 2000, p.59-60; FURLAN, 2006, p.85), como exemplificamos abaixo:

- 1) *laxa* (deixa) de *laxare* (deixar);
- 2) *recipe* (recebe) de *recipere* (receber);
- 3) *aperi* (abre) de *aperire* (abrir);
- 4) *da* (dá) de *dare* (dar);
- 5) *dic* (diz) de *dicere* (dizer);
- 6) *i* (vai) de *ire* (ir);

⁶ Com relação aos aspectos sobre o latim neste texto, contei com a valiosa colaboração da amiga e colega Jane Adriana Castro, professora de latim do Departamento de Linguística, Língua Portuguesa, Português e Línguas Clássicas (LIP) do Instituto de Letras (IL) da Universidade de Brasília (UnB), a quem agradeço de coração. Também busquei informações na página eletrônica Wikibooks.

- 7) *ama* (ama) de *amare* (amar);
- 8) *vide* (vê) de *videre* (ver);
- 9) *fac* (faz) de *facere* (fazer).

Faraco (1986) percorre vasta literatura sobre o tema e, com propriedade, discute em detalhes a questão de as formas imperativas denominadas próprias (*deixa/recebe/ abre/dá/diz/vai*) serem consideradas formas indicativas com valor de atos de fala impositivos. Pondera que “de fato, ambas as formas (a segunda singular do imperativo e a terceira singular do presente do indicativo) são morfologicamente idênticas (*canta*). É uma homofonia criada historicamente como resultado da queda do –t final da terceira pessoa do singular do presente do indicativo latino (*cantat-canta*)” (1986, p.5). Apresentando argumentação sintática (ausência de sujeito superficial), fonológica (padrão entoacional descendente) e semântica (capacidade de expressar ordens, pedidos, sugestões, súplicas etc.), Faraco (1986, p.2,6-8) conclui decisivamente que formas como *canta* em construções como “Canta essa música agora!” e “Não canta essa música agora!” “são de fato imperativas”.

Buscando mais argumentação para a proposta de Faraco (1986), apresento no Quadro 1, para os nove verbos usados como exemplo neste texto, as respectivas formas do infinitivo; da 2ª pessoa do imperativo singular; da 2ª pessoa singular do presente do indicativo (formas com ou sem morfema explícito que podem ser associadas ao pronome *tu* no português brasileiro a depender da área geográfica), e da 3ª pessoa singular do presente do indicativo. Para facilitar a visualização, coloco as formas latinas em caixa alta e as do português brasileiro, em caixa baixa.

À exceção dos verbos *dicere* (dizer) e *facere* (fazer), que já em latim não apresentavam a vogal final nas formas imperativas (*dic* e *fac*), é notável a regularidade da relação entre as formas imperativas latinas (com a supressão da última sílaba) e o infinitivo, mas não deixa também de ser notável a relação regular da forma imperativa latina com a forma de segunda pessoa do singular do presente do indicativo sem o –s final e igualmente notável a semelhança das formas de terceira pessoa do singular do presente do indicativo sem o –t final, fato já apontado por Faraco (1986).

INFINITIVO	2ª PESSOA DO IMPERATIVO AFIRMATIVO SINGULAR	2ª PESSOA SINGULAR DO PRESENTE INDICATIVO	3ª PESSOA SINGULAR DO PRESENTE INDICATIVO
1) LAXARE Deixar	<i>LAXA</i> Deixa	<i>LAXAS</i> Deixa/Deixas	<i>LAXAT</i> Deixa
2) RECIPERE Receber	<i>RECIPE</i> Recebe	<i>RECIPIIS</i> Recebe/Recebes	<i>RECIPIIT</i> Recebe
3) APERIRE Abrir	<i>APERI</i> Abre	<i>APERIS</i> Abre/Abres	<i>APERIT</i> Abre
4) DARE Dar	<i>DA</i> Dá	<i>DAS</i> Dá/Dás	<i>DAT</i> Dá
5) DICERE Dizer	<i>DIC</i> Diz	<i>DICIS</i> Diz/Dizes	<i>DICIT</i> Diz
6) IRE Ir	<i>I</i> Vai	<i>IS</i> Vai/Vás	<i>IT</i> Vai
7) AMARE Amar	<i>AMA</i> Ama	<i>AMAS</i> Ama/Amas	<i>AMAT</i> Ama
8) VIDERE Ver	<i>VIDE</i> Vê	<i>VIDES</i> Vê/Vês	<i>VIDET</i> Vê
9) FACERE Fazer	<i>FAC</i> Faz	<i>FACIS</i> Faz/Fazes	<i>FACIT</i> Faz

Quadro 1: Visão comparativa de formas do imperativo afirmativo singular classificadas como próprias

Embora estudos de natureza diacrônica não sejam de minha especialidade, não posso deixar de considerar mais notável ainda o fato de a literatura latina derivar o imperativo afirmativo singular de segunda pessoa da forma infinitiva; o fato de a tradição gramatical ora afirmar que o imperativo tem formas próprias para as segundas pessoas (leiam-se *tu* e *vós*) em construções afirmativas, ora afirmar que o imperativo afirmativo de segunda pessoa é derivado do indicativo sem o *-s* final (BECHARA, 1999, p.237; ALMEIDA, 1992, p.227; CEGALLA, 1991, p.166-167; ROCHA LIMA, 1969, p.118-119); e também o fato de Faraco (1986) estabelecer que o que houve, em verdade, foi uma confluência da 3ª pessoa singular do indicativo presente com as formas do imperativo singular por causa da queda do *-t* final dessas formas. Em verdade, cada uma das três interpretações não deixa de ter a sua lógica interna, em função das similaridades morfofonológicas existentes, embora as formas imperativas dos verbos *ir* e *ver* apresentem, em português, maior similaridade com as formas do indicativo.

O Quadro 2, a seguir, apresenta as formas imperativas de 2ª pessoa do plural e vejamos o que se pode acrescentar às questões colocadas acima. Observando as formas do latim no Quadro 2, é novamente possível ver relação clara entre o

imperativo plural e o infinitivo (com a supressão de –RE e inserção de –TE), mas é possível também ver relação morfológica regular com as formas verbais de segunda pessoa do plural do modo indicativo (queda do –S e transformação de I em E), relação esta que é absolutamente regular no português brasileiro escrito bíblico ou no de escritores que querem retratar um estilo de um português mais antigo, rigorosamente registrado pela tradição gramatical (com a queda do –S). O que não há em português nem em latim é relação óbvia entre o imperativo de segunda pessoa plural de *vós* e a terceira pessoa plural do presente do indicativo.

Pelo que apresentamos nos Quadros 1 e 2, entende-se o porquê da relação morfológica estabelecida entre as formas imperativas denominadas de próprias e as formas verbais de segunda pessoa, quer singular (*tu*) quer plural (*vós*): a meu ver, trata-se de uma confluência entre verdades sincrônicas e verdades diacrônicas que, segundo Saussure (1973), por serem de natureza diferente – porque se baseiam em relações de natureza diferente (respectivamente, relações entre unidades no eixo das sucessões e relações entre unidades no eixo das simultaneidades) –, deveriam ter seu espaço devidamente separado no entendimento dos fatos lingüísticos, mas é também fato que as duas verdades convergiram, na língua e no registro da tradição.

INFINITIVO	2ª PESSOA DO IMPERATIVO AFIRMATIVO PLURAL	2ª PESSOA PLURAL DO PRESENTE INDICATIVO	3ª PESSOA PLURAL DO PRESENTE INDICATIVO
1) LAXARE Deixar	LAXATE Deixai	LAXATIS Deixais	LAXANT Deixam
2) RECIPERE Receber	RECIPETE Recebei	RECIPITIS Recebeis	RECIPIUNT Recebe
3) APERIRE Abrir	APERITE Abri	APERITIS Abris	APERIUNT Abrem
4) DARE Dar	DATE Dai	DATIS Dais	DANT Dêem
5) DICERE Dizer	DICITE Dizei	DICITIS Dizei	DICUNT Dizem
6) IRE Ir	ITE Ide	ITIS Ides	EUNT Vão
7) AMARE Amar	AMATE Amai	AMATIS Amais	AMANT Amam
8) VIDERE Ver	VIDETE Vede	VIDETIS Vedes	VIDENT Vêem
9) FACERE Fazer	FACITE Fazei	FACITIS Fazeis	FACIUNT Fazem

Quadro 2: Visão comparativa de formas do imperativo afirmativo plural classificadas como próprias

Com a inserção do pronome *você* no sistema,⁷ incorporando o traço de mais proximidade (ou menos distanciamento) nas regiões Sudeste e Centro-Oeste e em, pelo menos, uma das capitais de um dos estados da região Nordeste, a saber, Salvador, o sistema se reorganiza e formas imperativas como *deixa/recebe/ abre/dá/diz/vai* passam a ocorrer também no contexto do pronome *você*. É importante registrar que essas formas imperativas eram utilizadas em latim em contexto de mais proximidade (ou menos distanciamento), da mesma forma que as formas verbais de segunda pessoa singular com morfologia expressa, nos moldes do que ocorre ainda hoje em Portugal e na Espanha. Para estabelecer relação de formalidade em relação a um só falante e também para a interação com mais de um falante independentemente da situação de formalidade, registram os trabalhos de natureza histórica que era usada a forma imperativa plural. Com o desaparecimento da antiga forma de plural *vós* no português brasileiro falado, o sistema imperativo plural também se reorganiza: a forma imperativa plural associada a *vocês* entra em cena, mas sem apresentar variação, valendo-se unicamente da forma associada ao modo subjuntivo (*deixem/recebam/abram/dêem/digam/vão*).

Segundo os registros históricos, repetimos, só havia formas imperativas afirmativas próprias para as segundas pessoas do discurso (*tu* e *vós*) em estruturas afirmativas. As demais pessoas do discurso, bem como o imperativo negativo, lançavam mão de formas do subjuntivo ou do infinitivo, denominadas supletivas ou auxiliares. No caso do português brasileiro, é novamente interessante observar a semelhança entre as formas imperativas auxiliares ou supletivas e as formas do subjuntivo latino, sem, novamente o –t final (ver Quadro 3), tanto para o singular quanto para o plural. Com o desaparecimento de *vós* do português brasileiro falado e a inserção de *você* no sistema pronominal, repetimos, são então adotadas para o imperativo plural as formas associadas ao subjuntivo (*deixem; recebam; abram; dêem; digam; vão*),⁸ e as formas singulares associadas ao subjuntivo ficam em variação com as formas imperativas latinas, hoje associadas ao indicativo pela tradição gramatical em função das confluências morfofonológicas.

⁷ Estudos sobre aspectos socio-históricos e sobre a gramaticalização do pronome *você* podem ser encontrados, por exemplo, nos textos de Faraco (1996); Pitombo (1998); Lucca (2003); Lopes e Duarte (2003).

⁸ Nossas atuais pesquisadoras de iniciação científica (Fernanda Gláucia de Moura Melo e Carolina Queiroz Andrade) não estão tão seguras dessa invariância. Pesquisas futuras, especialmente em áreas de Minas Gerais e Goiás, podem nos trazer novos fatos. Scherre et al. (2000a – Tabela 1) apresentam um caso desta natureza (**Levantam pra mim**) em 21 casos que, por ora, desconsideramos nas reflexões que estamos fazendo neste texto.

INFINITIVO	2ª PESSOA INDIRETA DO IMPERATIVO AFIRM. SING. E IMP. NEGATIVO: IMPERATIVO AUXILIAR	2ª PESSOA INDIRETA DO IMPERATIVO AFIRM. PL. E IMP. NEGATIVO: IMPERATIVO AUXILIAR	3ª PESSOA SINGULAR DO PRESENTE SUBJUNTIVO	3ª PESSOA PLURAL DO PRESENTE SUBJUNTIVO
1) LAXARE Deixar	(não) deixe	(não) deixem	LAXET Deixe	LAXENT Deixam
2) RECIPERE Receber	(não) receba	(não) recebam	RECIPIAT Receba	RECIPIANT Recebam
3) APERIRE Abrir	(não) abra	(não) abram	APERIAT Abra	APERIANT Abre
4) DARE Dar	(não) dê	(não) dêem	DET Dê	DENT Dêem
5) DICERE Dizer	(não) diga	(não) digam	DICIS Diga	DICANT Digam
6) IRE Ir	(não) vá	(não) vão	EAT Vá	EANT Vão
7) AMARE Amar	(não) ame	(não) amem	AMET Ame	AMENT Amem
8) VIDERE Ver	(não) veja	(não) vejam	VIDEAT Veja	VIDEANT Vejam
9) FACERE Fazer	(não) faça	(não) façam	FACIAT Faça	FACIANT Façam

Quadro 3: Visão comparativa de formas do imperativo de segunda pessoa classificadas como auxiliares ou supletivas

Como já tivemos oportunidade de evidenciar, diversas pesquisas sobre o imperativo gramatical no português falado têm mostrado que a alternância das formas *deixa vs. deixe; recebe vs. receba; abre vs. abra; dá vs. dê; diz vs. diga; vai vs. vá* não apresenta distribuição complementar em função do contexto de uso do pronome *tu* ou *você* ou da polaridade afirmativa ou negativa da construção (com a partícula negativa na posição pré-verbal). Elas revelam que, para a segunda pessoa singular, o português brasileiro falado apresenta as formas alternantes acima, arroladas no Quadro 4, construído em três etapas, com repetição das formas infinitivas e imperativas para facilitar a visualização e produzir uma visão de conjunto do sistema que, segundo as pesquisas consultadas, vigora no português brasileiro falado.

Vejamos também no Quadro 4 uma síntese tentativa da alternância dos pronomes *tu* e *você* no português brasileiro, cujas pesquisas consultadas revelam,

em termos de possibilidades, pelo menos cinco subsistemas, que se aplicam igualmente ao modo subjuntivo (e também a outros tempos além do presente). As especificações geográficas explicitadas em cada um dos subsistemas decorrem das pesquisas de que temos conhecimento, de um pouco de nossa própria experiência e de informações em comunicação pessoal. Num futuro ainda impreciso, esperamos poder mapear a nossa extensa configuração geográfica no que diz respeito ao uso do imperativo, ao uso de *tu/você* na posição de sujeito e à concordância variável com *tu*. Acreditamos, todavia, que os cinco subsistemas arrolados a seguir possam cobrir a realidade do imenso território brasileiro com relação a estes dois últimos aspectos.

O subsistema 1 exibe **uso exclusivo do pronome *você***, que, como se sabe, historicamente não apresentava desinência específica para suas respectivas formas verbais por ser derivado de uma forma nominal, usada como segunda pessoa indireta (ver referências bibliográficas na nota 2), e sincronicamente apresenta forma verbal em neutralização com a de terceira pessoa singular *ele/ela* (*Você deixa eu pensar? Ele/Ela deixa eu pensar?*). Este subsistema é encontrado no estado de Minas Gerais – região Sudeste; em toda a região Centro-Oeste, exceto o Distrito Federal; em praticamente todo o Estado do Paraná – região Sul; e na cidade de Salvador, estado da Bahia – região Nordeste.

O subsistema 2, com **uso predominante do pronome *tu* com baixa concordância** (mais de 50% de *tu* e menos de 10% de concordância: *Tu deixa eu pensar?*), é encontrado na região Sul. No Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre apresenta 93% de *tu*, com 7% de concordância; São Borja, 94% de *tu*, com 5% de concordância; Panambi, 93% de *tu*, com 3% de concordância; e Flores da Cunha, 83% de *tu*, com 2% de concordância. Em Santa Catarina, Chapecó exibe 51% de uso de *tu* com apenas 0,8% de concordância (LOREGIAN-PENKAL, 2004, p.133,167).

⁹ Soares e Leal (1993) analisam também o uso de *senhore* e a relação entre pais e filhos, filhos e pais de professores e funcionários da Universidade Federal do Pará, cujos detalhes muito interessantes não serão aqui relatados, por causa dos objetivos mais gerais de nosso texto. Para se chegar ao percentual de 77% global de uso do *tu*, fizemos a contagem de *tu* vs. *você* (366/472) a partir das informações do Quadro 12.

4A: RELAÇÃO ENTRE AS FORMAS DO IMPERATIVO SINGULAR E AS FORMAS DE SEGUNDA PESSOA SINGULAR COM OS PRONOMES TU E/OU VOCÊ DO MODO INDICATIVO

FORMAS COMUNS A TODOS OS SUBSISTEMAS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO		SUBSISTEMA 1	SUBSISTEMA 2	SUBSISTEMA 3	SUBSISTEMA 4	SUBSISTEMA 5
INFINITIVO	2ª PESSOA DO IMPERATIVO AFIRMATIVO OU NEGATIVO SINGULAR NO CONTEXTO DE TU E/OU VOCÊ	2ª PESSOA SING DO PRESENTE INDICATIVO Uso exclusivo do <i>você</i>	2ª PESSOA SING DO PRESENTE INDICATIVO Predominância de <i>tu</i> <i>TU</i> com BAIXA concordância	2ª PESSOA SING DO PRESENTE INDICATIVO Predominância de <i>tu</i> <i>TU</i> com MAIS concordância	2ª PESSOA SING DO PRESENTE INDICATIVO Alternância <i>você/tu</i> <i>tu/você</i> <i>TU SEM</i> concordância	2ª PESSOA SING DO PRESENTE INDICATIVO Alternância <i>tu/você</i> <i>você/tu</i> <i>TU COM</i> concordância variável
1) Deixar	(Não) deixa/deixe	Deixa	Deixa(s)	Deixa(s)	Deixa	Deixa(s)
2) Receber	(Não) recebe/receba	Recebe	Recebe(s)	Recebe(s)	Recebe	Recebe(s)
3) Abrir	(Não) abre/abra	Abre	Abre(s)	Abre(s)	Abre	Abre(s)
4) Dar	(Não) dá/dê	Dá	Dá(s)	Dá(s)	Dá	Dá(s)
5) Dizer	(Não) diz/diga	Diz	Diz/dizes	Diz/dizes	Diz	Diz/dizes
6) Ir	(Não) vai/vá	Vai	Vai/vás	Vai/vás	Vai	Vai/vás
7) Amar	(Não) ama/ame	Ama	Ama(s)	Ama(s)	Ama	Ama(s)
8) Ver	(Não) vê/veja	Vê	Vê(s)	Vê(s)	Vê	Vê(s)
9) Fazer	(Não) faz/faça	Faz	Faz/fazes	Faz/fazes	Faz	Faz/fazes

4B: CONFLUÊNCIA ENTRE AS FORMAS IMPERATIVAS SINGULAR E AS FORMAS DE TERCEIRA PESSOA SINGULAR DO MODO INDICATIVO E SUBJUNTIVO: FORMAS COMUNS A TODOS OS SUBSISTEMAS

INFINITIVO	2ª PESSOA DO IMPERATIVO SINGULAR NO CONTEXTO DE TU E/OU VOCÊ	3ª PESSOA SINGULAR DO PRESENTE INDICATIVO ELE/ELA	3ª PESSOA SINGULAR DO PRE-SENTE DO SUBJUNTIVO ELE/ELA
1) Deixar	(Não) deixa/deixe	Deixa	Deixe
2) Receber	(Não) recebe/receba	Recebe	Receba
3) Abrir	(Não) abre/abra	Abre	Abra
4) Dar	(Não) dá/dê	Dá	Dê
5) Dizer	(Não) diz/diga	Diz	Diga
6) Ir	(Não) vai/vá	Vai	Vá
7) Amar	(Não) ama/ame	Ama	Ame
8) Ver	(Não) vê/veja	Vê	Veja
9) Fazer	(Não) faz/faça	Faz	Faça

4C: CONFLUÊNCIA ENTRE A FORMA IMPERATIVAS PLURAL E A FORMA DE TERCEIRA PESSOA PLURAL DO MODO SUBJUNTIVO: FORMAS COMUNS A TODOS OS SUBSISTEMAS			
INFINITIVO	2ª PESSOA DO IMPERATIVO PLURAL NO CONTEXTO DE VOCÊS	2ª PESSOA PLURAL DO PRESENTE DO SUBJUNTIVO NO CONTEXTO DE VOCÊS	3ª PESSOA PLURAL DO PRESENTE DO SUBJUNTIVO ELAS/ELAS
1) Deixar	(Não) deixem	Deixem	Deixem
2) Receber	(Não) recebam	Recebam	Recebam
3) Abrir	(Não) abram	Abram	Abram
4) Dar	(Não) dêem	Dêem	Dêem
5) Dizer	(Não) digam	Digam	Digam
6) Ir	(Não) vão	Vão	Vão
7) Amar	(Não) amem	Amem	Amem
8) Ver	(Não) vejam	Vejam	Vejam
9) Fazer	(Não) façam	Façam	Façam

Quadro 4: Visão comparativa e de conjunto das formas do imperativo no português brasileiro falado

O subsistema 3, com **uso predominante do pronome *tu* com mais concordância** (*Tu deixa eu pensar? Tu deixas eu pensar? Tu deixasse ele ir?*), é encontrado nas regiões Sul, Norte e Nordeste, embora não conheçamos números precisos para todas as três regiões. Para a região Sul, Estado de Santa Catarina, o trabalho de Loregian-Penkall (2004, p.167) apresenta as cidades de Ribeirão da Ilha (96% de *tu*, com 60% de concordância), Florianópolis (76% de *tu*, com 43% de concordância). Para a região Norte, estado do Pará, Soares e Leal (1993, p.51) evidenciam que a cidade de Belém exibe 77% de uso global do *tu* com concordância variável.⁹ Na região Nordeste, o Maranhão é conhecido como o estado em que se usa o *tu* com concordância, mais presente na área urbana do que na área rural, segundo o depoimento de maranhenses com quem tenho contato intenso. Para o estado da Paraíba, o trabalho de Bezerra (1994: 115), com dados de crianças de Campina Grande, revela 69% de uso de *tu*; o trabalho de Pedrosa (1999) revela 23% de concordância com o pronome *tu* em dados de João pessoa (especialmente com o pretérito perfeito, à semelhança do Sul, nas áreas de *tu* com concordância (Loregian, 1996: 65)).

O subsistema 4 exibe **alternância dos pronomes *você/tu* ou *tu/você* sem concordância com o pronome *tu*** (*Você deixa eu pensar? Tu deixa eu pensar? Tu deixou eu pensar?*). Este subsistema é encontrado na região Sudeste, na cidade do Rio de Janeiro (PAREDES SILVA, 2003, p.163) e na cidade de Santos (MODESTO, 2006, p.102): respectivamente, 64% e 42% nas falas menos monitoradas; em áreas bilíngües do Rio Grande do Sul – com alto uso de *você* entre falantes bilíngües (LEÃO; ALTENHOFEN; KLASSMANN, 2003); em áreas bilíngües do Paraná, com maior uso de *tu* entre falantes bilíngües (LEÃO;

ALTENHOFEN; KLASSMANN, 2003); em áreas rurais da Bahia (OLIVEIRA, 2005 apud LUCCA, 2007) e está se instalando no Distrito Federal, em percentuais bastante significativos nos grupos mais jovens do sexo masculino, chegando a 78% em dados de fala sem conhecimento da gravação (LUCCA, 2005, p.83) e 45% em dados de fala com conhecimento parcial da gravação (DIAS, 2007, p.76).

O subsistema 5 exhibe **alternância dos pronomes *você/tu* ou *você/tu* com concordância com o pronome *tu* em grau mais variado** (*Tu deixa eu pensar? Tu deixas eu pensar? Tu deixou ele ir? Tu deixasse ele ir*) e pode ser encontrado na região Sul e na região Nordeste, embora também não conheçamos números precisos para as duas regiões. Na região Sul, o trabalho de Loregian-Penkal (2004, p.167) arrola as cidades de Blumenau (27% de *tu*, com 38% de concordância) e de Lages (15% de *tu*, com 14% de concordância), do interior de Santa Catarina.¹⁰ Na região Nordeste, a cidade de Fortaleza (estado do Ceará) e a cidade de Teresina (estado do Piauí) revelam uso do *tu* com concordância variável, mas em números ainda desconhecidos. Os dados de Recife, analisados por Jesus (2006), exibem variação *você/tu*, com maior uso do pronome *você* e 24% de concordância com *tu* (em contagem feita por nós diretamente nos arquivos do corpus analisado, mais também no pretérito perfeito, à semelhança da Paraíba e de áreas do Sul de *tu* com concordância (LOREGIAN, 1996, p.65)).

As sínteses acima revelam a rica diversidade do uso do *tu* e do *você* no português brasileiro em termos de percentagens gerais. Essa diversidade ainda se revela mais rica quando entra em jogo o efeito dos diversos fatores lingüísticos e não-lingüísticos que gerenciam a variação lingüística, entre os quais se ressalta a importância dos fatores de natureza interacional, especialmente o traço de [+distanciamento] ou [+intimidade], ou seja, toda a complexa relação de poder e solidariedade que envolve os pronomes de tratamento T/V, nos termos de Brown e Gilman (2003). No Brasil, a macro oposição no caso dos pronomes *tu/você* não é simples nem linear.

No subsistema 1, o pronome *você* nesta relação é a forma não-marcada e, como tal, transita pelos mais diversos contextos discursivos. Nos subsistemas 2 e 3, o pronome *tu* é que é a forma não-marcada: transita também por contextos discursivos diversos; neste caso, o uso do pronome *você* pode estar sujeito a forte monitoração. Nas situações formais, aumenta-se, muitas vezes, a concordância com o *tu*.

Nos sistemas 4 e 5, em que há a alternância de *você/tu* ou *tu/você*, não há dúvida de que o *tu* é reservado para as situações mais marcadas, permeadas

¹⁰ Ver também o trabalho de Hausen (2000, p.106-107), que apresenta percentuais de concordância – fora dos parêntesis – semelhantes aos de Loregian-Penkal (2004, p.167) (entre parêntesis): Ribeirão da Ilha: 57% (60%); Florianópolis: 40% (43%); Blumenau: 28% (38%); Lages: 9% (14%); Porto Alegre: 4% (7%); e Chapecó: 3% (0,8%). Infelizmente, ainda não tivemos a oportunidade de ler o trabalho de Amaral (2003) sobre a concordância verbal da segunda pessoa do singular em Pelotas. Numa próxima oportunidade, este trabalho será devidamente incorporado.

por relações de solidariedade, de intimidade, de proximidade, entre outras. A transição de uma forma para outra é muitas vezes inconsciente e, diante de um gravador para se fazer uma entrevista laboviana típica, o pronome *tu* desaparece a ponto de os falantes dizerem que não usam *tu* (depoimento de falantes do Piauí e de Recife, por exemplo) e muitos estudiosos dizem que o *tu* está desaparecendo do Brasil.

Diria eu, em coro com outras vozes, que o *tu* pode, sim, estar desaparecendo de gravações labovianas típicas, não da realidade do português brasileiro. A este respeito, é interessante ver, por exemplo, as ponderações de Soares e Leal (1993), Paredes Silva (2003), Lucca (2005, 2007), Modesto (2006) e Dias (2007). Neste momento, como coloca Soares e Leal (1993), o maior ou menor uso do *senhor*, decorrente da reorganização das relações familiares, está exercendo um papel importante nas formas usadas nas interações entre pais e filhos e, em verdade, nas relações entre as pessoas de forma mais geral, possibilitando até mesmo o efetivo ressurgimento do pronome *tu* sem concordância (exceto, creio, nas áreas do subsistema 1).

Assim, embora fortes e evidentes no uso de *tu/você* a depender da região, os aspectos sociointeracionais parecem não ser decisivos na variação do imperativo gramatical singular no português brasileiro falado, como foi para o latim e como ainda é para o português europeu. O que queremos enfatizar neste momento é que, dada a ampla variação entre *tu* e *você* no Brasil, é perfeitamente razoável a existência da variação de *deixa vs. deixe; recebe vs. receba; abre vs. abra; dá vs. dê; diz vs. diga; vai vs. vá*, sem ligação evidente com os contextos de *tu* e *você* em função de maior ou menor distanciamento. Além do mais, é importante ressaltar, novamente, que verdades sincrônicas e diacrônicas convergiram para a associação que a tradição gramatical faz entre as formas imperativas do tipo *deixa/recebe/abre/dá/diz/vai* e o modo indicativo (considerando ou não a eventual supressão do *-s* final), embora diacronicamente tenha havido a convergência entre terceira pessoa do indicativo e forma imperativa derivada do infinitivo.

O fato que mais conta hoje para o falante é que há alternância entre *deixa vs. deixe; recebe vs. receba; abre vs. abra; dá vs. dê; diz vs. diga; vai vs. vá*, duas formas inequivocamente imperativas no sentido de funcionarem como atos de fala diretivos, sem sujeito expresso e com entonação descendente. Resta saber se o falante faz intuitivamente a associação entre essas formas e as do modo indicativo e do modo subjuntivo. É um teste que ainda não foi feito. Como pesquisador, assumimos, até prova em contrário, que falar em imperativo associado ao subjuntivo e ao indicativo não deixa de ser legítimo. O que nos parece paradoxal é dizer que o imperativo tem formas próprias e é ao mesmo tempo um modo derivado.

O trabalho de Leão, Altenhofen e Klassmann (2003) introduz outro aspecto interessante na pauta das pesquisas, que é o uso do sujeito nulo como mecanismo

de neutralização da “marcação social que a escolha de *tu* ou *você* representaria”. Segundo os autores, esse mecanismo é especialmente usado pelos falantes de Santa Catarina em contextos bilíngües (bilíngües em área bilíngüe, 71%; monolíngües em área bilíngüe, 65%; monolíngües em área monolíngüe, 46%). Outro aspecto interessante em Santa Catarina é o uso de formas nominais nos diálogos, especialmente as de parentesco, relatado por Dias (2007, p.31) em recente trabalho sobre o uso do *tu* em Brasília. Ao fazer um apanhado criterioso sobre os pronomes T/V em diversas línguas do mundo, Dias (2007, p.7-47) apresenta, em especial, o sistema do português europeu e relata o uso amplo de formas nominais nesta língua. É provável que o mecanismo de esquiva com zero seja bem mais amplo do que se imagina e, também, que o mecanismo de uso de formas nominais seja freqüente em áreas do Norte, também pela influência dos casais açorianos, à semelhança do que ocorreu em Santa Catarina. Comparações instigantes ainda precisam ser feitas entre o que ocorre com o Sul, o Norte e o Nordeste do país com relação às formas de fazer referência ao interlocutor e a eventual relação entre estes mecanismos e a variação do imperativo gramatical.

Sobre os condicionamentos da variação no português brasileiro

Embora não haja distribuição complementar entre as formas imperativas singulares associadas ao indicativo ou ao subjuntivo em função do contexto de uso do pronome *tu* ou do pronome *você*, a variação linguística hoje observada na língua falada apresenta correlações mais ou menos nítidas em função de diversas variáveis linguísticas e não-linguísticas (SCHERRE et al., 1998, 2000a, 2000b, 2004, 2007; SAMPAIO, 2001; LIMA, 2005; JESUS, 2006), a saber:

- 1) formalidade e/ou natureza mais ou menos dialógica do evento discursivo;
- 2) polaridade da estrutura;
- 3) presença/ausência de *tu/você* no contexto;
- 4) pronome reto depois do verbo, e tipo/posição/pessoa do pronome oblíquo em relação ao verbo;
- 5) tipo de paradigmas verbais e de oposições verbais;
- 6) natureza aberta/fechada da vogal precedente em verbos da 1ª conjugação;
- 7) número de sílabas do verbo na forma infinitiva;
- 8) natureza da forma precedente em séries de formas imperativas (paralelismo discursivo);
- 9) faixa etária do falante; e
- 10) escolaridade do falante.

Tendem a favorecer relativamente formas imperativas associadas ao indicativo (<i>deixa/recebe/abre/dá/diz/vai</i>)	Tendem a favorecer relativamente formas imperativas associadas ao sub-juntivo (<i>deixe/receba/abra/ dê/diga/vá</i>)
1) eventos de fala menos formais e de natureza explicitamente mais dialógica (SCHERRE et al., 1998, p.65, 68; LIMA, 2005, p.50-57; SCHERRE, 2007)	1) eventos de fala mais formais e de natureza explicitamente menos dialógica (SCHERRE et al., 1998, p.65, 68; LIMA, 2005, p.50-57; SCHERRE, 2007)
2) Construções afirmativas (SCHERRE et al., 1998, p.66; SAMPAIO, 2001, p.96, 111)	2) Construções com negação pré-verbal (SCHERRE et al., 1998, p.66; SAMPAIO, 2001, p.96, 111; LIMA, 2005, p.82; JESUS, 2006, p.80)
3) Contexto com <i>tu</i> explícito no contexto na fala de Recife (JESUS, 2006, p.80) ou sem <i>você</i> explícito no contexto na fala de Campo Grande (LIMA, 2005, p.82)	3) Contexto com <i>você</i> explícito no contexto próximo (JESUS, 2006, p.80; LIMA, 2005, p.82)
4) Construções com pronome na forma reta em posição de objeto: <i>deixa eu ir/chama ele</i> (SCHERRE et al., 2000a; SCHERRE, 2004, p.242; SAMPAIO, 2001, p.88, 113; LIMA, 2005, p.78; JESUS, 2006, p.94)	4) Construções com pronome na forma oblíqua em posição de objeto: <i>deixe-me ir/chame-o/aproxime-se</i> (SCHERRE et al., 2000; SCHERRE, 2004, p.242; LIMA, 2005, p.78)
5) paradigmas irregulares com posição menos marcada: dá/dê; vai/vá; vem/venha; põe/ponha (SCHERRE, 2004, p.249) ou verbos específicos: <i>deixar</i> e <i>dar</i> (JESUS, 2006, p.107);	5) paradigmas irregulares com posição mais marcada: <i>faz/faça, diz/diga; sé/seja</i> (SCHERRE, 2004, p.249; LIMA, 2005, p.71; JESUS, 2006, p.107) e paradigmas regulares mais marcados (de 2ª e 3ª conjugações): <i>esquece/esqueça; sobel/suba; come/coma</i> (SCHERRE, 2004, p.249)
6) Verbos de até duas sílabas: <i>dar, ir, vir, ter, por, olhar, deixar, falar, ficar, abrir</i> (SCHERRE, 2004, p.247; 251; LIMA, 2005, p.66)	6) Verbos de mais de duas sílabas: <i>esperar, apertar, perguntar, desculpar, respirar, imaginar, aproveitar</i> (SCHERRE, 2004, p.251; LIMA, 2005, p.66)
7) Verbos regulares da primeira conjugação com vogal precedente aberta: fala/ olha/ espera (SCHERRE et al., 1998, p.67; SCHERRE, 2004, p.249; LIMA, 2005, p.71)	7) Verbos regulares da primeira conjugação com vogal precedente fechada: use/ abuse/ imagine (Scherre et al., 1998, p.67; Scherre, 2004, p.249; Lima, 2005, p.71)
8) Formas verbais em série precedidas de formas associadas ao indicativo (<i>deixa/recebe/abre/dá/diz/vai</i>) (SAMPAIO, 2001, p.88; LIMA, 2005, p.75; JESUS, 2006, p.97)	8) Formas verbais em série precedidas de formas associadas ao subjuntivo (<i>deixe/receba/abra/dê/diga/vá</i>) (SAMPAIO, 2001, p.88; LIMA, 2005, p.75; JESUS, 2006, p.97)
9) Falantes mais jovens (SCHERRE et al.; 2000b; SAMPAIO, 2001, p.102,121; LIMA, 2005, p.59)	9) Falantes menos jovens (SCHERRE et al.; 2000b; SAMPAIO, 2001, p.102,121; LIMA, 2005, p.59)
10) No Rio de Janeiro, falantes menos escolarizados; em Salvador e Recife, falantes mais escolarizados (SAMPAIO, 2001, p.104,119; ALVES; ALVES, 2001, p.41; JESUS, 2006, p.65)	10) No Rio de Janeiro, falantes mais escolarizados. Em Salvador Recife, falantes menos escolarizados (SAMPAIO, 2001, p.104,119; ALVES; ALVES, 2001, p.38-40; JESUS, 2006, p.65)

Quadro 5: Tendências gerais de favorecimento relativo das duas variantes do imperativo singular em termos de grandes oposições

Os efeitos acima foram sintetizados a partir de dados da língua falada (mesmo que, em alguns casos, pudesse ter sido previamente escrita), mas há também diversos trabalhos com dados da escrita que revelam efeitos parcialmente semelhantes e igualmente interessantes.

Cardoso (2004), por exemplo, analisou dados da obra de J. J. Veiga, um escritor goiano, advogado da região Centro-Oeste, que não reflete em sua obra o uso do imperativo da região, embora muito outros escritores reflitam a realidade local. J. J. Veiga usa um percentual de 24% de imperativo associado ao subjuntivo (*deixe/receba/abra/dê/diga/vá*), percentual semelhante ao encontrado para a fala de Salvador, enquanto trabalhos representativos da fala da região Centro-Oeste revelam índices acima de 90% de imperativo na forma associada ao indicativo, como já demonstramos (ver Gráfico 1).

Cardoso (2004, p.75) observa, todavia, que, em dados de dupla negação ou com negação pós-verbal, J. J. Veiga utiliza, sim, formas imperativas mais parecidas com a realidade da região, a saber, formas associadas ao indicativo (*deixa/recebe/abre/dá/diz/vai*). Cardoso (2004, p.74-87), retomada por Cardoso (2007), apresenta extensa discussão a respeito do tema, na linha de processos de mitigação e da correlação entre a possibilidade de negar o imperativo considerado próprio (ou verdadeiro) e as estratégias de negação.

Dados com dupla negação são de ocorrência extremamente baixa, especialmente na fala de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, região Centro-Oeste: *não fala de frescura não* (LIMA, 2005, p.81). Todavia, na fala de Recife, mesmo a negação pós-verbal e a dupla negação tendem a desfavorecer formas imperativas associadas ao indicativo: $1/8 = 17\%$ (JESUS, 2006, p.80). Este aspecto traz novamente à tona a questão das especificidades geográficas, que têm de estar na pauta dos que se envolverem com o tema aqui focalizado, seja em dados da fala seja em dados da escrita.

Temos nos dedicando à análise do imperativo em dados dos diálogos da escrita de revistas em quadrinhos da *Turma da Mônica* desde 1998. Com relação ao efeito da polaridade da estrutura, encontramos resultados semelhantes aos obtidos por Cardoso (2004), que podem ser vistos na Tabela 1. A dupla negação nas revistas em questão, escritas na região Sudeste, embora com poucos dados, favorece nitidamente mais imperativo associado à forma indicativa (0,62) do que a negação pré-verbal (0,25).

Tabela 1: Efeito da polaridade da estrutura no uso do imperativo associado à forma indicativa em revistas em quadrinhos da *Turma da Mônica* – dados das décadas de 70, 80, 90 e primeira década do século XXI - Contexto discursivo do pronome *você*

Fatores	Frequência da forma indicativa		Peso relativo dos fatores
Construções com dupla negação <i>Não estressa não, Pipinha!</i>	9/11	82%	0,62
Construções com negação pré-verbal <i>Da próxima vez não fale a verdade!</i> <i>Não deixem a uva cair! Lá vai!</i>	104/314	33%	0,25
Construções afirmativas <i>Faz de conta que você está andando pela rua...</i>	2.195/3.320	66%	0,53

As diversas pesquisas sobre o imperativo com dados da escrita, que se valeram da metodologia laboviana, tiveram seu início exatamente nas aulas de Sociolinguística do Português do Brasil ministradas nas salas de aula da UnB, sob a motivação do dever de casa apresentado no início deste texto. Não há espaço nem tempo suficiente para falar de todas elas neste texto. Por isso, remetemos o leitor interessado ao capítulo 4 de Scherre (2005, p.115-143), em que apresentamos alguns detalhes sobre as pesquisas com dados da escrita motivadas pelo já referido dever de casa. Para uma amostra do que tem sido observado na escrita, vamos, a seguir, tecer algumas considerações a respeito de alguns aspectos que julgamos mais relevantes, com base em algumas das pesquisas realizadas na UnB e em outras de outros pesquisadores fora da UnB.

Reis (2003, p.88-98,194) apresenta um estudo minucioso sobre os efeitos da dimensão estilística da variação no romance traduzido *Vinhas da Ira*, que tem sido considerado um documento lingüístico importante da fala gaúcha da época, 1939 (ver, também, o trabalho de Menon (2000), com base nessa mesma obra). Um dos pontos centrais do trabalho de Reis (2003) consiste em mostrar que, à época, a relação entre os interlocutores era representada nos diálogos e exercia influência sobre o tipo de variante imperativa utilizada, com destaque para o efeito da relação sociopessoal, favorecendo-se a forma associada ao indicativo em contextos da maior proximidade. Efeito semelhante foi encontrado por Fonseca (2003) na análise da variação do imperativo em obras de Ariano Suassuna, um escritor paraibano, radicado em Pernambuco. Novamente, contrastes e confluências geográficas podem ser vistos nestes dois trabalhos.

Outro ponto de destaque do trabalho de Reis (2003) é revelar a importância da obra traduzida como um reflexo da fala da comunidade ao redor, tendo em vista que Souza Dias (2001), com a análise de múltiplas versões da história infantil

Chapezinho Vermelho, e Oliveira (2003), com a análise de *tirinhas* publicadas em jornais, revelam que as obras ou as *tirinhas* traduzidas desfavorecem o imperativo brasileiro, a saber, o uso de formas imperativas associadas ao indicativo no contexto do pronome *você*. Borges (2004: 135), em análise detalhada e ampliada da variação do imperativo em *tirinhas* de jornais paulistas, corrobora os resultados obtidos por Souza Dias (2001) e por Oliveira (2003). Por todas as pesquisas que já tivemos oportunidade de orientar, de fazer e de ter acesso, verificamos, portanto, que o traço [+nativo] pode estar presente no uso do imperativo associado ao indicativo no contexto discursivo do pronome *você*. Tivemos a oportunidade de discutir essa questão com um trabalho apresentado em 2002, no NWAV (New Ways of Analyzing Variation) 31, intitulado "Vernacular features in written language: variable use of the imperative form in Brazilian Portuguese", quando discutimos esse fenômeno em função da variável personagem: personagens das revistas da *Turma da Mônica* que recebem marcas de oralidade em suas falas tendem a favorecer nitidamente imperativo na forma associada ao indicativo.

Uma forte diferença geográfica em termos mais gerais é apontada pelo trabalho de Sampaio (2004), com um estudo sobre a expressão do imperativo no português do século XVI ao século XX, em peças teatrais portuguesas e brasileiras. Entre os diversos aspectos interessantes deste trabalho, destaca-se o fato de que, da análise das peças teatrais cariocas e baianas da década de 50 do século XX, Sampaio (2004, p.172) observa na escrita contraste semelhante ao já observado por Sampaio (2001) para a fala do Rio de Janeiro e de Salvador, com predominância respectiva de imperativo associado à forma indicativa ou à forma subjuntiva.

Queremos aproveitar um pouco do espaço que nos resta para relatar outros aspectos importantes provenientes do trabalho com textos escritos feitos por nós e por outros pesquisadores. Já observamos que temos nos dedicado à análise sistemática e continuada do imperativo em dados de revistas em quadrinhos da *Turma da Mônica*, dando continuidade aos trabalhos pioneiros de Barcellos e Marques (2000), Moreira (2000), Amoroso (2000); e Gomes, Amorim, Santos e Bezerra (2002). Estamos fazendo um estudo em tempo real com dados das décadas de 70, 80, 90 do século XX e primeira década do século XXI. Em recente trabalho apresentado no V Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN), em fevereiro de 2007, e em texto publicado eletronicamente pela UNICEUB de Brasília (ANDRADE; MELO; SCHERRE, 2007), evidenciamos que, a partir de 1983, há uma mudança clara de uso da forma imperativa nos diálogos das revistas analisadas, da forma associada ao subjuntivo para a forma associada ao indicativo, no contexto discursivo do pronome *você*. Os resultados podem ser vistos na Tabela 2.

Tabela 2: Aumento do imperativo associado à forma indicativa, em revistas em quadrinhos da *Turma da Mônica* entre a década de 70 e a primeira década do século XXI

Ano ou período	Frequência de imperativo associado à forma indicativa (<i>deixa/recebe/abre/dá/diz/vai</i>)	Peso relativo dos fatores
1970 e 1971	11/162 = 7%	0,04
1983	15/84 = 18%	0,08
1985 a 1988	279/490 = 57%	0,37
1998 e 1999	361/637 = 57%	0,44
2001, 2002, 2004 e 2005	1.642/2.272 = 72%	0,62
Total	2.308/3.645 = 63%	

Entre 1983 e 1985, ocorre um salto da ordem de 39 pontos percentuais (e de 0,29 em termos de pesos relativos, que são frequências corrigidas). Outro salto, agora da ordem de 15 pontos percentuais (e de 0,15 em termos de pesos relativos), ocorre na virada do século. Durante o levantamento dos dados das 172 revistas que nos serviram de base para esta análise, nossas jovens pesquisadoras descobriram dois fatos históricos importantes.

Um deles foi a existência de uma carta da ABRALIN datada de março de 1985 admitindo o “personagem Chico Bento em seu corpo associativo, na qualidade de sócio honorário” por causa da ameaça do Conselho Nacional de Cultura de “proibir a publicação das revistas *Chico Bento*, sob alegação de que elas eram um péssimo exemplo para as nossas crianças, que poderiam imitar os personagens com traços lingüísticos rurais e de oralidade (presentes nas falas desses personagens) e, assim, falar “errado”, segundo o relato da professora Stella Maris Bortoni-Ricardo”. O outro fato foi a constatação de que o movimento das *Diretas Já!* ocorreu no intervalo de 1983 a 1985. Em face disso, em Andrade, Melo e Scherre (2007) levantamos a hipótese de que esses dois fatos históricos tenham influenciado o reflexo do vernáculo na escrita, abasileirando a expressão do imperativo gramatical na escrita dos diálogos das revistas.

Entende-se por abasileiramento do imperativo, nos termos de Paredes Silva et al. (2000), o uso de formas imperativas associadas ao indicativo (*deixa/recebe/abre/dá/diz/vai*) no contexto de uso do pronome *você*, que é, frisamos, o contexto das revistas da *Turma da Mônica*. Dos mais de 3.700 dados analisados (incluindo também os de natureza invariável), há exatos cinco casos de contexto do pronome *vós* (abaixo listados), em circunstâncias discursivas bem especiais, e nenhum caso de contexto do pronome *tu*:

- Ouçam só, amados reis... Ele uniu o nosso povo... Não vos PRECIPITEIS... Estamos em paz de novo! (Cebolinha, n.54, “Astronauta”, p.47)

- Ai, Senhor! DAI-ME paciência... (Magali, n.316, “Comendo Fora”, p.4)
- VALEI-ME! (Magali, n.316, “Comendo Fora”, p.8)
- AAAH!! ARREPENDEI-VOS!! (Cebolinha, n.196, “O paraíso astral”, p.19, out. 2002)
- ...E LIVRAI-NOS de todo o mal... (Magali n.349 “Iguazinha a tia Nena” p.3)

O brasileiroamento do imperativo é encontrado por Paredes Silva et al. (2000, p.121) na obra de Gastão Tojeiro por ocasião da Semana da Arte Moderna, em 1922. Silva (2002), em trabalho de final de curso da graduação na UnB, levanta a hipótese de que, independentemente de época, cada momento que envolve forte sentimento de nacionalidade pode provocar na escrita – uma instituição – o uso ou o aumento de formas vernáculas, em especial, diria eu, as que não envolvem estigma ou diferenças de classe social (SCHERRE, 2005, p.115-143). Aumento de imperativo associado ao indicativo também foi constatado na obra de Chico Buarque de Hollanda por Mattos e Wickert (2003) no período de 1969 a 1975. Segundo as autoras, “o ano de 1968 consta nas biografias do autor como uma espécie de divisor de águas, como sendo o ano em que Chico deixa de ser ‘o bom moço os olhos verdes’”: ruptura política provocando ruptura linguística.

É também a partir de 1983 que a forma considerada brasileira de usar o pronome reto na posição da forma oblíqua se observa nos dados que estamos analisando, com aumento constante de uso da forma do tipo *deixa/recebe/abre/dá/diz/vai* nesse contexto sintático até chegar a 100% nos dados do século XXI, como se pode ver nos resultados da Tabela 3. A mudança de posição e do efeito do clítico é outro aspecto também digno de nota: além de, relativamente, aumentar o número de próclises com o passar do tempo, as estruturas com próclise exibem também maior uso de formas imperativas associadas ao indicativo e as em ênclise, de forma oposta, revelam menor uso dessas formas (ver SAMPAIO, 2001 e SCHERRE, 2004 para mais discussão).

Tabela 3: Aumento do imperativo associado à forma indicativa em revistas em quadrinhos da *Turma da Mônica* entre a década de 70 e a primeira década do século XXI em função do tipo e da posição do pronome com relação ao verbo

Ano ou período	<i>Me</i> depois do verbo	<i>Me</i> antes do verbo	<i>Eu/ele/nos</i> depois do verbo
	DEIXE-ME ver...!! DEIXA-ME ver	<i>Me</i> DEIXE, Mônica! <i>Me</i> DEIXA falar!	<i>Hum...</i> DEIXA eu ver... <i>Bem...</i> DEIXE eu ver...
1970 e 1971	0/20 = 0%	0/5 = 0%	Não há
1983	Não há	1/10 = 10%	0/1 = 0%
1985 a 1988	0/5 = 0%	12/25 = 48%	13/15 = 87%
1998 e 1999	0/6 = 0%	23/39 = 59%	22/23 = 96%
2001, 2002, 2004 e 2005	3/21 = 14%	70/116 = 60%	83/83 = 100%
Total	3/52 = 6%	106/195 = 54%	118/122 = 97%

Diversas outras variáveis lingüísticas estão sendo analisadas e um novo mergulho na história será feito a fim de que possamos levantar hipóteses para o salto de 15 pontos percentuais observado na virada do século.

Conclusão

Demonstramos de forma panorâmica que a expressão variável do imperativo no português brasileiro revela a riqueza natural dos mundos variáveis. O dever de casa de número 17, que gerou toda a pesquisa variacionista sobre o imperativo, é apenas um ponto no universo da variação lingüística. Ele reflete a expressão do imperativo na escrita de outro momento da língua portuguesa ou da língua portuguesa em Portugal. Dada a variação que se instalou no português brasileiro atual, seria mesmo difícil (ou quase impossível) o entendimento descontextualizado e pretensamente uniformizado da expressão do imperativo associada ao indicativo, especialmente para uma estudante brasileira com 12 anos de idade. Hoje consigo perceber porque à época eu não tinha clareza de que forma(s) imperativas(s) eu usava.

Em verdade, vinha à minha mente o subsistema lingüístico subjacente à minha fala, em que predomina o imperativo na forma associada ao indicativo, e um sistema de escrita não-dialógica, em que predominam formas imperativas associadas ao subjuntivo, como já tivemos oportunidade de discutir em outros textos (SCHERRE et al., 1998; SCHERRE, 2005, 2007) e como podemos ver em dois dados reproduzidos a seguir:

- *Corra, saltE, andE e deixE de fumar* (Expressão escrita sem presença de vocativo – *Correio Braziliense*, 25 jun. 1999. Mundo, Saúde)
- *DeixE para sexta, sábado e domingo o que você poderia fazer hoje* (Expressão escrita sem presença de vocativo – *Correio Braziliense*, 20 nov. 2003. Cidades, p.27)

No português brasileiro, parcialmente diferente do português europeu (SCHERRE, 2007), é o imperativo na forma associada ao subjuntivo que assegura inequivocamente uma leitura diretiva. Assim, na escrita não-dialógica, o imperativo associado à forma indicativa só tende a ocorrer com âncoras discursivas, que podem ser balões, vocativos, rimas e ícones, como se exemplifica a seguir.¹¹

¹¹ Não chegamos a fazer estudo quantitativo de dados de natureza não dialógica na escrita, tendo em vista a raridade das formas imperativas associadas ao indicativo, embora estejamos coletando todas as propagandas com este tipo de dado com que nos deparamos. Lima Hernandes et al. (2006) fizeram esta análise em cartas pessoais, bilhetes, mensagens eletrônicas e cartas comerciais em que encontraram, respectivamente, 94%; 89%; 93% e 100% de formas associadas ao subjuntivo, fato que revela a tendência que observamos em textos de natureza sem estrutura de diálogo explícito.



- *SAI DA FRENTE!* Motorista de Brasília está cada vez mais mal-humorado (Expressão escrita dentro do *balão* – *Correio Braziliense*, 7 jul. 2002)
- *OlhA* o Papai Noel, *Gente* (Expressão escrita com presença de vocativo – *Correio Braziliense*, 16 nov. 2003, Trabalho & formação profissional)
- *Vem pra Caixa você também, vem!* (Propaganda da Caixa Econômica Federal)
- *Faz um 21!* – (Propaganda da Embratel, com um gesto imitando um telefone)

Em síntese, a riqueza da variação, seja na pesquisa linguística seja na discussão consciente dos fatos linguísticos na escola, não pode ser ignorada nem temida. Ela precisa ser valorizada: faz parte do universo e, como todo e qualquer elemento do universo, está em contínua mudança.

Agradecimentos

A atividade de pesquisa que permitiu a produção do presente texto conta com o apoio do CNPq, por meio de uma bolsa de produtividade em pesquisa. Agradeço, portanto, a esse importante órgão de fomento à pesquisa. Agradeço especialmente a todos os alunos que, em maior ou menor grau, se envolveram com a atividade de pesquisa em minhas aulas, fato que permitiu o avanço do entendimento do uso do imperativo gramatical em português. Citei grande parte dos trabalhos feitos por eles, mas há outros ainda não explorados. Agradeço também à Carolina Queiroz Andrade e à Fernanda Gláucia de Moura Melo, jovens pesquisadoras de Iniciação Científica que atualmente têm me acompanhado com especial interesse e sagacidade. Agradeço ainda à Jane Adriana Castro pelo apoio incondicional com relação aos fatos do latim, por meio de diversas mensagens eletrônicas (e também pela correção de algumas partes de nosso texto); à Janete Garcia Melasso por ter me respondido prontamente nos corredores da UnB que o imperativo latino derivava do infinito; à Daisy Bárbara Cardoso Borges pela dupla leitura do texto e pelas observações pertinentes à redação deste texto; à Hebe de Macedo Carvalho e Norma da Silva Lopes pelos depoimentos precisos a respeito do uso ou do não uso do *tu* em João Pessoa e Fortaleza, por um lado, e Salvador, por outro; à Nívia Naves Garcia Lucca pela gentil cessão de textos importantes; à Luciana Marquez Cunha Muniz pela

preciosa revisão do *abstract*; e à Carolina Rodrigues Cardoso pela leitura atenta da versão final deste texto. Inconsistências e incongruências que permanecerem são, contudo, de minha inteira e total responsabilidade.

SCHERRE, M. M. P. Synchronic and diachronic aspects of grammatical imperative in Brazilian Portuguese. *Alfa*, São Paulo, v.51, n.1, p.189-222, 2007.

- *ABSTRACT: This paper presents the main fact that triggered variable studies of imperative forms in Brazilian Portuguese, shows the geographic dimensions of this variable phenomenon, discusses the relation between the imperative forms and other Portuguese and Latin verbal forms and summarizes the trend of variation and change in imperative forms in Brazilian Portuguese.*
- *KEYWORDS: Linguistic variation; grammatical imperative; Brazilian Portuguese; Latin imperative; tu/você usage.*

Referências Bibliográficas

ABREU, R. S. P. de. *Estudo da variação do modo imperativo em obras de Jorge Amado*. Brasília: UnB, 2003. Inédito.

ABREU, R. S. P. et al. *A variação do modo imperativo em crônicas em Tieta do Agreste*. Brasília: UnB, 2001. Inédito

ALMEIDA, N. M. de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1992.

ALMEIDA, N. M. de. *Gramática latina*. São Paulo: Saraiva, 1995.

ALVES, G. C. *Aspectos do uso do imperativo na linguagem oral do pessoense*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2001.

ALVES, A. P. O.; ALVES, J. da S. *A expressão variável do imperativo singular na língua falada em Salvador*. Salvador: Faculdades Jorge Amado, 2005. Inédito.

AMOROSO, C. *Expressão do imperativo em revistas em quadrinhos da Turma da Mônica (década de 80)*, 2000. Inédito.

ANDRADE, C. Q.; MELO, F. G. de; SCHERRE, M. M. P. História e variação lingüística: um estudo em tempo real do imperativo gramatical em revistas em quadrinhos da *Turma da Mônica. Finos Leitores*: Jornal de Letras, Brasília, v.3, n.1, 2007. Disponível em <<http://www.uniceub.br/periodicos/default.asp>>.

APARECIDA, M.; SILVA, M. *A variação do modo imperativo nas obras de Machado de Assis*. Brasília: UnB, 2002. Inédito.

- ARAÚJO, E. B. de. *A expressão do imperativo na literatura infanto-juvenil de Giselda Laporta Nicoletis*. Brasília: UnB, 2000. Inédito.
- BARCELLOS, R. M.; MARQUES, V. L. *A variação do modo imperativo em revistas em quadrinhos: Tio Patinhas e Pato Donald*. Brasília: UnB, 2000. Inédito.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. São Paulo: Lucerna, 1999.
- BONFÁ, C. R. Z.; PINTO, I. A.; LUIZ, I. *Imperativo: uma comparação entre Lages e Florianópolis*. Florianópolis: UFSC/CEP, 1997. (Série de Estudos Diacrônicos). Inédito.
- BORGES, P. R. *Formas verbais imperativas em tiras de jornais paulistas*. 2004. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2004.
- BROWN, R.; GILMAN, A. The pronouns of power and solidarity. In: PAULSTON, C. B.; TUCKER, G. R. (Ed.). *Sociolinguistics: the essential readings*. Cambridge: MIT Press, 1960/2003. p.156-176.
- CAMPOS, E. F. *A variação do imperativo em revista de piadas*. Brasília: UnB, 2001. Inédito.
- CARDOSO, D. B. B. *Variação no uso do modo imperativo: análise de dados em textos de José J. Veiga*. 2004. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.
- CARDOSO, D. B. B. *Variação e mudança linguística: gênero e identidade na expressão do imperativo gramatical no português brasileiro*. Brasília: UnB, 2007. Inédito.
- CARDOSO, D. B. B. O imperativo gramatical no português do Brasil. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v.14, n.2, p.317-240, jul./dez. 2006.
- CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 34. ed. São Paulo: Nacional, 1991.
- COELHO, M. do S. V. *Uma abordagem variacionista do uso da forma você no Norte de Minas*. 1999. 95 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.
- DÍAS, E. P. *O uso do tu no português brasileiro falado*. 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- DIAS, J. G. *Uso do modo imperativo no português do Brasil*. Relatório apresentado ao CNPq, Brasília, 1996. Inédito.

- DIAS, S. T. de. *A variação do modo imperativo em crônicas de Luís Fernando Veríssimo*. Brasília: UnB, 2000. Inédito.
- ELIA, S. *Preparação à lingüística românica*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1974.
- FARACO, C. A. *The imperative sentence in Portuguese: a semantic and historical discussion*. 1982. Thesis (PhD in Modern Languages) – University of Salford, Salford, 1982
- FARACO, C. A. Considerações sobre a sentença imperativa no português do Brasil. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v.2, n.1, p.1-15, 1986.
- FARACO, C. A. O tratamento *você* em português: uma abordagem histórica *Fragmenta*, Curitiba, v.13, p.51-82, 1996.
- FERREIRA, G. R. A.; ALVES, E. do N. *A expressão variável do imperativo no português da Brasil: língua falada da região Centro-Oeste e escrita quase falada nas salas de bate-papo da Internet*. Brasília: UnB, 2001. Inédito.
- FONSECA, L. C. A. *A expressão do imperativo na obra de Ariano Suassuna*. Brasília: UnB: 2003. Inédito.
- FREITAS, V. A. de L. *Um estudo sobre o uso do modo imperativo na linguagem oral do português do Brasil*. Brasília: UnB, 1994. Inédito.
- FURLAN, O. A. *Latim para o português: gramática, língua e literatura*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.
- GARCIA, J. M. *Introdução à teoria e prática do Latim*. Brasília: Editora da UnB, 2000.
- GOMES, C. S.; AMORIM, E. C.; SANTOS, M. de F. G. L. P. dos; BEZERRA, J. M. *Fatores de norma e uso na variação do imperativo em revistas da Turma da Mônica*. Brasília: UnB, 2002. Inédito.
- HAUSEN, T. A. P. Concordância verbal do pronome “tu” no interior do estado de Santa Catarina. 2000. 121 f. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.
- JESUS, E. T. de. *O uso do imperativo no português do Brasil: fala*. Brasília: UnB, 1996. Inédito.
- JESUS, E. T. de. *O Nordeste na mídia e os estereótipos: estudo do imperativo na novela Senhora do destino*. 2006. 131 f. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- JESUS, E. T. de; OLIVEIRA, H. R. de. *Pesquisa sobre a formação do imperativo no português do Brasil: fala e escrita*. Brasília: UnB, 1995. Inédito.

LABOV, W. *Sociolinguistics patterns*. 3. ed. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1975.

LEÃO, P. B.; ALTENHOFEN, C. V.; KLASSMANN, M. *Varição de “tu” e “você” no português falado no Sul do Brasil*. Disponível em <http://www.ufrgs/propesq/livro2/artigo_paula.htm>. Acesso em: 18 nov. 2003.

LEITE, J. S. *O fenômeno variacionista na formação do imperativo: linguagem oral*. Brasília: UnB, 1994. Inédito.

LIMA, D. P. S. *O uso do imperativo na fala de Campo Grande – MS*. 2005. 102 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

LIMA HERNANDES, M. C. et al. *Modo imperativo gramatical em cartas brasileiras*. In: CASTILHO, A. T; OLIVEIRA, M. (Org.) Para a história do português brasileiro. (no prelo)

LOPES, C. R. dos S.; DUARTE, M. E. L. De *Vossa Mercê* a *você*: análise da pronominalização de nominais em peças brasileiras e portuguesas setecentistas e oitocentistas. In: BRANDÃO, S.; MOTA, M. A. (Org.). *Análise contrastiva de variedades do português: primeiros estudos*. Rio de Janeiro: In-Fólio, 2003. p.61-76.

LOREGIAN, L. *Concordância verbal com o pronome tu na fala do Sul do Brasil*. 1996. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

LOREGIAN-PENKAL, L. (Re)análise da referência de segunda pessoa na fala da região Sul. 2004. 260 f. Tese (Doutorado em Letras) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

LUCCA, N. *A expressão gramatical da 2ª pessoa do discurso em Minas Gerais: séculos XIX e XX*. Brasília: UnB, 2003. Inédito.

LUCCA, N. *A variação tu/você na fala brasiliense*. 2005. 126 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

LUCCA, N. *O estatuto do tu no português do Brasil*. Comunicação apresentada no 5º Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN), Belo Horizonte: 2007.

MATTOS, A.; WICKERT, A. A variação de imperativo na obra de Chico Buarque de Hollanda. *Papéis: Revista de Letras*, v.7, n.esp., p.29-38, 2003.

MIRA MATEUS, M. H. et al. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003.

MENON, O. P. da S. *O imperativo no português do Brasil*. 1984. 91 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 1984.

MENON, O. P. da S. Pronome de segunda pessoa no sul do Brasil: *tu, você, o senhor em Vinhas da ira. Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 35, n.1, p.121-164, mar. 2000.

MODESTO, A. T. T. *Formas de tratamento no português brasileiro: a alternância tu / você na cidade de Santos – SP*. 2006. 128 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MORAIS, R. D. *O uso e emprego dos imperativos 2*. Brasília: UnB, 1994. Inédito.

MOREIRA, A. S. *A variação do imperativo em revista em quadrinhos da Turma da Mônica e Walt Disney*. Brasília: UnB, 2000. Inédito.

NARO, A. J. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Org.) *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003. p.15-26.

OLIVEIRA, L. *Expressão gramatical do imperativo em tiras de jornal português*. Brasília: UnB, 2003. Inédito.

OLIVEIRA, L. A. F. de. *Tu e você no português afro-brasileiro*. Salvador: UFBA, 2005. Inédito.

OLIVEIRA, M. do C. *Estudo comparativo do uso do modo verbal em estruturas de complementação entre as regiões Sudeste e Nordeste*. Apresentação em mesa-redonda na 21ª Jornada Nacional de Estudos Linguísticos do Nordeste (GELNE). João Pessoa, 2006.

PAREDES SILVA, V. L. O retorno do pronome tu à fala carioca. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003. p.160-169.

PAREDES SILVA, V. L.; SANTOS, G. M. dos; RIBEIRO, T. de O. Variação na 2ª Pessoa: o pronome sujeito e a forma do imperativo. *Gragoatá, Rio de Janeiro*, v.9, p.115-123, 2000.

PEDROSA, J. L. R. Concordância verbal com o pronome 'tu' na fala pessoense. In: *CONGRESSO NACIONAL DA ABRALIN, 2.*, 1999, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis, UFSC, 1999. 1 CD-ROM.

PINTZUK, S. *VARBRUL programs*. 1988. Inédito.

PITOMBO, E. *TU e VOCÊ no português da Bahia no século XIX: por uma linguística sócio-histórica*. 1998. Inédito.

- RAMOS, J. O uso das formas *você, ocê* e *cê* no dialeto mineiro. In: HORA, D. da. (Org.) *Diversidade lingüística no Brasil*. João Pessoa: Idéia, 1997. p.43-60.
- REIS, M. S. dos. *Atos de fala não-declarativos de comando na expressão do imperativo: a dimensão estilística sob um olhar funcionalista*. 2003. 213 f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.
- ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 14. ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1969.
- RODRIGUES, M. da S. *Estudo da formação do imperativo na linguagem oral e escrita*. Brasília: UnB, 1993. Inédito.
- ROMERO, R.; MATOS, P. *A variação das formas verbais imperativas em textos literários de João Ubaldo e Nelson Rodrigues*. Brasília: UnB, 2000. Inédito.
- SAMPAIO, D. A. *Modo imperativo: sua manifestação/expressão no português contemporâneo*. 2001. 214 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.
- SAMPAIO, D. A. *A expressão do imperativo no português do século XVI ao século XX*. 2004. 273 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.
- SAUSSURE, F. de. *Curso de lingüística geral*. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 1973.
- SANKOFF, D. Sociolinguistics and syntactic variation. In: NEWMeyer, F. J. (Ed.) *Linguistics: the Cambridge survey*. New York: Cambridge University Press, 1988a. v.4, p.141-60.
- SANKOFF, D. Variable rules. In: AMMON, U.; DITTMAR, N.; MATTHEIER, K. J. (Ed.) *Sociolinguistics: an international handbook of the science of language and society*. Berlin: Walter de Gruyter. 1988b. p. 984-98.
- SCHERRE, M. M. P. Norma e uso: o imperativo no português brasileiro. In: DIETRICH, W.; NOLL, V. (Org.) *O português do Brasil: perspectivas da pesquisa atual*. Madrid: Iberoamericana, 2004. p.231-260.
- SCHERRE, M. M. P. *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação lingüística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola, 2005.
- SCHERRE, M. M. P. O imperativo gramatical no português brasileiro: reflexo de mudança lingüística na escrita de revistas em quadrinhos. 2007. In: VOTRE, S. J.; RONCARATI, C. (Org.) *Estudos de sociolingüística no Brasil: em Homenagem a Anthony Julius Naro*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

SCHERRE, M. M. P. et al. Phonic parallelism: evidence from the imperative in Brazilian Portuguese. In: PARADIS, C. et al. (Org.). *Papers in sociolinguistics*. N.WAVE-26 à l'Université Laval. Québec: Nota Bene, 1998. p. 63-72.

SCHERRE, M. M. P.; OLIVEIRA, H. R. de; FREITAS, V. A. de L.; JESUS, E. T.; DIAS, J. G. Restrições sintáticas e fonológicas na expressão variável do imperativo no português do Brasil. *Boletim da Associação Brasileira de Lingüística (ABRALIN), Forianópolis*, p.1333-1347, 2000a.

SCHERRE, M. M. P.; FREITAS, V. A. de L.; JESUS, E. T.; OLIVEIRA, H. R. de.; MORAIS, R. D. Restrições não-lingüísticas no uso variável do modo imperativo em português: um fenômeno em mudança lingüística? *Comunicação apresentada na 52ª Reunião Anual da SBPC*, Brasília, 2000b.

SCHERRE, M. M. P.; CARDOSO, D. B. B.; LUNGUINHO, M. V. da S. L.; SALLES, H. M. M. L. Reflexões sobre o imperativo em português. In: RODRIGUES, C. SCHER, A. P. Em homenagem à professora Lúcia Lobato. (no prelo)

SETTE, N. D. *Formas de tratamento no português coloquial*. 1980. 168 f. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1980.

SILVA, C. A. da. *O imperativo na língua falada na região centro-oeste*. Brasília: UNIP, 2003. Inédito

SILVA, M. N. *O imperativo no português do Brasil e a identidade nacional*. Brasília: UnB, 2002. Inédito.

SOARES, I. C. R.; LEAL, M. da G. F. Do *senhor* ao *tu*: uma conjugação em mudança. *Moara: Revista do curso de mestrado (UFGA)*, Belém, n.1, p.27-64, mar./set. 1993.

SOARES, M. E. S. *As formas de tratamento nas interações comunicativas: uma pesquisa sobre o português falado em Fortaleza*. 1980. 157 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1980.

SOUSA, M. da C. O. S. *A variação da expressão do modo imperativo nos livros "a droga do amor" e "a droga da obediência" de Pedro Bandeira*. Brasília: UnB, 2000. Inédito.

SOUSA, P. R. *Variação do imperativo na música popular brasileira*. Brasília: UnB, 2001. Inédito.

SOUZA DIAS, A. C. *O imperativo em Chapeuzinho vermelho e em quadrinhos Disney*. Brasília: UnB, 2001. Inédito.

TRAJANO, E. S.; ROMERO, R. *A expressão do imperativo na obra de Carlos Drummond Andrade*. Brasília: UnB, 2001. Inédito.

WEINREICH, U., LABOV, W.; HERZOG, M. I. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W. P.; MALKEK, Y. (Ed.) *Directions for historical linguistics: a Symposium*. Austin: University of Texas Press, p.55-195, 1968.

WIKIBOOKS. Latim: Apêndice: Conjugação verbal. Disponível em: <http://pt.wikibooks.org/wiki/Latim:_Ap%C3%AAndice:_Conjuga%C3%A7%C3%A3o_verbal>. Acesso em: 30 jul. 2007a.

WIKIBOOKS. Latim: Verbos: Infinitivo e Imperativo. Disponível em: <http://pt.wikibooks.org/wiki/Latim:_Verbos:_Infinitivo_e_Imperativo>. Acesso em: 30 jul. 2007b.

EMERGÊNCIA GRADUAL DAS CATEGORIAS VERBAIS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Leonor SCLIAR-CABRAL¹

- RESUMO: Em trabalhos anteriores, foi analisada a emergência das categorias verbais em 1.320 enunciados do sujeito Pá, colhidos em observação naturalística, quando a criança estava com 20 meses e 21 dias. Demonstrou-se que as primeiras categorias verbais dominadas são aspecto (imperfectivo *versus* perfectivo) e modalidade (permissão, possibilidade e volição). A distribuição do acento de intensidade para marcar as oposições aspectuais acarretou a implementação da fórmula de Mattoso Câmara Jr, que passa a ser: **T (R + VT) + SF (SMTA + SNP + SPF)**. No presente artigo analisamos a evolução das categorias verbais em 2.245 enunciados quando a criança estava com 22 meses e 20 dias. Foram observados os seguintes avanços: emergência da categoria de tempo (futuro imediato e passado *versus* o presente); estruturas mais complexas com a copula “é”; muitos casos de *ablaut* com verbos irregulares e primeiras ocorrências de metafonia com verbos regulares; orações encaixadas; e a oposição entre as pessoas do discurso.
- PALAVRAS-CHAVE: Categorias verbais; português brasileiro; aspecto; tempo; supra-fixo.

Introdução

Neste artigo nos propomos, por meio da análise dos dados do sujeito Pá, acompanhar a evolução das categorias verbais em duas fases de desenvolvimento: quando a criança está com 20 meses e 21 dias e aos 22 meses e 20 dias.

Em trabalhos anteriores (SCLIAR-CABRAL, 2005; SCLIAR-CABRAL; MACWHINNEY, 2004, 2005a, 2005b), discutimos a emergência das categorias verbais na fase inicial de uma criança que está adquirindo o português brasileiro (PB). Os dados foram codificados de acordo com as normas do Projeto CHILDES e constam de uma linha principal com a transcrição canônica (inclusive glosas para as criações da criança e formas familiares), acompanhada de um *bullet* que corresponde à respectiva fatia do espectrograma (permitindo, assim, ouvir

¹ Professor Emeritus, voluntário – Universidade Federal de Santa Catarina – Departamento de Língua e Literatura Vernáculas – 88040-900 – Florianópolis – SC – Brasil. Pesquisadora do CNPq. Endereço eletrônico: lsc@th.com.br

o enunciado). Para os enunciados da criança, constam ainda as transcrições fonéticas minuciosas e a linha morfológica, resultado da análise das unidades produtivas mínimas de significação. O *corpus* está disponível para os interessados no site: <http://childes.psy.cmu.edu/data/Romance/Portuguese/florianopolis.zip>.² Nos exemplos que ilustram este artigo, foi retirada a transcrição fonética.

A exposição obedece a discussão das categorias verbais que a criança domina na primeira fase, a saber: aspecto e modalidade, justificando com apoio na literatura por que tempo não é contemplado nesta fase, uma vez que a criança não domina as pessoas do discurso.

A seguir é explicada a implementação das categorias verbais e outros aspectos vinculados ao verbo, sobressaindo a emergência das pessoas do discurso e tempo. São ainda analisados outros desenvolvimentos, como as orações encaixadas, construções mais complexas com a copula, o *ablaut* nos verbos irregulares e a metafonía nos verbos regulares.

Primeiras categorias verbais aos 20 meses e 21 dias: aspecto

Duas categorias verbais ocorreram de forma consistente: aspecto (imperfectivo *versus* perfectivo) e modalidade (modais deônticos de permissão, possibilidade e volição).

O critério fundamental para considerar que uma determinada categoria verbal é produtiva é o de que a marca morfológica que a reveste aparece de forma consistente nos vários verbos utilizados pela criança, com a significação gramatical básica nos mesmos contextos de uso. Pelos exemplos a seguir, pode-se constatar que a criança opõe a categoria de aspecto acabado (perfectivo) a não-acabado, com adequação, por meio da oposição entre a qualidade das vogais e do contraste no acento de intensidade (supra-fixo):

- (1) *MOT: então vamos pôr aqui [= chão] ?
*CHI: m@i [% fechando a caixinha] .
*MOT: vamos por aqui [= chão] ?
*MOT: vai abrir ?
*CHI: fechô !

A criança utiliza o perfectivo com adequação, assinalando-o com o uso da vogal /o/ acentuada, a qual, recorrentemente, recobre a ação acabada na 1ª conjugação.

² No momento da redação deste artigo, os *bullets* e a linha morfológica da segunda fase ainda não estão disponíveis no site do CHILDES.

- (2) *CHI: (derr)ubá !
 *MOT: que foi ?
 *CHI: ó # (derr)ubô .

No exemplo (2), a oposição entre o imperfeito (vogal acentuada /a/, infinitivo da 1ª conjugação) e o perfeito (vogal acentuada /o/) é apresentada na mesma seqüência.

- (3) *CHI: ti(ra) .
 (4) *MOT: cheira .
 *CHI: m@i ?
 *CHI: ti(r)ô .
 (5) *CHI: tilá .

Os exemplos (3), (4) e (5) mostram três instâncias do mesmo verbo no imperativo, no perfeito e no infinitivo, assinalando o paradigma que nos autoriza a classificar a criança como estando na fase proto-morfológica quando “os primeiros contrastes flexionais semelhantes ao alvo se tornam regulares e quando as respectivas formas são empregadas na (maioria dos) novos lexemas” (BITTNER; DRESSLER; KILANI-SCHOCH, 2003, p.xxiii). Os mesmos autores definem “um verdadeiro míni-paradigma como correspondendo a um conjunto não isolado de no mínimo três formas flexionadas, fonologicamente não ambíguas e distintas do mesmo lema, produzidas espontaneamente em contextos sintáticos ou situacionais contrastivos, no mesmo mês das gravações”(BITTNER; DRESSLER; KILANI-SCHOCH, 2003, p.xv). Neste sentido, eles propõem três estágios para a aquisição das flexões verbais: o pré-morfológico, o proto-morfológico e o morfológico. Apoiamo-nos, igualmente, em Gathercole et al. (2002, p.686-687) que recomendam os seguintes critérios: “a) A dada forma (ou formas) é utilizada em pelo menos dois verbos diferentes; e b) pelo menos um destes verbos aparece pelo menos nas duas formas flexionadas”. Em adendo, as autoras “estabelecem o contraste para pessoa e tempo,³ ou número, na base da produtividade para ao menos duas pessoas, dois tempos, ou dois números respectivamente”.

O paradigma verbal da criança nesta fase é constituído: 1) da forma não marcada rizotônica (3ª pess. sing., com acento de intensidade recaindo sobre a última vogal do radical) do imperfeito (presente do indicativo e imperativo);

³ As autoras explicaram na primeira nota de rodapé (p.716) que estavam “usando tempo aqui, uma vez que era o termo utilizado por Grinstead (2000). Contudo deveria ser levado em conta que algumas das distinções temporais que Grinstead demonstrou como emergentes na fala da criança falante do espanhol (i. é, pretérito versus imperfeito) devem ser com mais propriedade descritas como indicativas das distinções aspectuais do que temporais”.

2) do infinitivo (forma arrirotônica, com o acento de intensidade caindo sobre a vogal temática); e 3) da forma não marcada arrirotônica (3ª pess. sing., com acento de intensidade recaindo sobre a vogal temática) do perfectivo (pretérito perfeito do indicativo): observe que, na 1ª conjugação (a mais freqüente), a vogal temática acentuada /a/ passa a arredondada /o/, por assimilação de um traço da semivogal /w/ que, embora tenha desaparecido, deixou seus efeitos. O paradigma fica visível no Quadro 1.

A categoria de tempo não é postulada na fase em exame, pois a criança não utiliza os pronomes pessoais (morfemas livres no português brasileiro) ou sufixos opositivos de pessoa/número (morfemas presos) de forma produtiva. O tempo é uma categoria dêitica que gira em torno das pessoas do discurso enquanto o aspecto vem assinalado pelos primeiros afixos verbais (inclusive o supra-fixo) e “não diz respeito à relação com outro tempo (i. é, é não-dêitico)” (SHIRAI; ANDERSEN, 1995, p.743), ou seja, o tempo está vinculado ao conceito de pessoa, através da perspectiva e da dêixis (WEINRICH, 1968, p.61-94; BÜHLER, 1985, p.129-121; MACWHINNEY, 2005).

Weist (2002, nota 3) foi dos primeiros a assinalar a precedência da categoria de aspecto sobre a de tempo, inclusive rotulando o processo: “20 anos atrás, observamos que o ‘aspecto precede o tempo’. Denominamos o sumário destas afirmações a **hipótese defectiva do tempo**”.

Vários outros especialistas em aquisição da linguagem defendem a mesma posição, como Berko-Gleason (1997): as crianças “não podem usar as formas lingüísticas que indicam número, gênero e tempo”, enquanto Clark (1985, p.699) assevera que “As combinações de duas palavras começam a aparecer aproximadamente com 1;6, e com elas surgem as primeiras terminações flexionadas dos verbos, usados em geral para marcar um estado resultativo” e somente numa fase evolutiva ulterior, aspecto e tempo se integram, na dependência do desenvolvimento cognitivo (CLARK, 1985, p.701).

1ª CONJUGAÇÃO VT1 /a/					
3ª pessoa não marcada				Infinitivo	
R-VT1&IPFV	Tks	R-VT1&PERF	Tks	R-VT1&INF	Tks
a)gaia	(1)	(ac)abô achô	(3) (3)	(d)a(n)çá (arr)umá	(1) (3)
		botô (cari)mbô (derr)ubô (des)inhô fechô ganhô g(u)a(r)dô lavô sujô	(2) (2) (1) (1) (4) (1) (1) (1) (1)	(derr)ubá fechaw lavá	(1) (1) (9)
ti(r)a tô(ma)	(1) (14)	tirô tomô	(1) (1)	naná papá p(r)up(ar)á ti(r)á	(5) (10) (3) (5)
R-VT1&IMP					
chega passa ti(ra) tô(ma)	(2) (1) (3) (1)	passô	(1)	passá	(1)
2ª CONJUGAÇÃO VT2 /e/					
3ª pessoa não marcada				Infinitivo	
R-VT1&IPFV		R-VT1&PERF		R-VT1&INF	
a(r)de (a)te(nde)	(1) (2)			batê descê (es)c(r)evê	(1) (23) (2)
3ª CONJUGAÇÃO VT3 /i/					
3ª pessoa não marcada				Infinitivo	
R-VT1&IPFV		R-VT1&PERF		R-VT1&INF	
cai	(4)	caiu	(43)	ab(r)i	(2)

Quadro 1 – Ocorrências dos verbos e distribuição morfológica nas três conjugações:
R = radical; VT = vogal temática (1 = 1ª, 2 = 2ª, 3 = 3ª conjugações); & = sufixos e suprafixo; IPFV = imperfeito; IMP = imperativo; PERF = perfectivo; INF = Infinitivo.

Mais recentemente Noccetti (2003) e Kilani-Schoch (2003) expendem o mesmo ponto de vista: a primeira atribui um significado semântico perfectivo aos dados da criança na transição para a proto-morfologia, como no exemplo “è rotta” (quebrou) enquanto a segunda conclui que “a primeira distinção entre formas verbais finitas (com exceção do imperativo) seria melhor caracterizada em termos de aspecto do que em termos de tempo” (KILANI-SCHOCH, 2003, p.283). Os dados de Meisel (1994) mostram o quão tardiamente suas três crianças adquiriram o tempo no alemão, isto é, aos dois anos e oito meses, três anos e três anos.

Passaremos a examinar a seguir a outra categoria verbal dominada pela criança nesta fase, a modalidade.

Primeiras categorias verbais aos 20 meses e 21 dias: modalidade

Referimos, no início deste trabalho, que as primeiras categorias modais a aparecerem foram: permissão, possibilidade e volição (modais deônticos). A criança se valeu dos auxiliares e/ou dos padrões de entoação, além do uso da negação. Neste artigo, apenas comentaremos o uso dos auxiliares que apareceram sempre no imperfectivo (presente) e, com exceção do volitivo ir, na forma não marcada (3ª pessoa singular): qué, pó(d)e e vô). Reconhece-se o imperativo porque o acento de intensidade nunca cai sobre a vogal temática (a não ser que o verbo seja monossilábico), já que a forma é rizotônica e através do padrão de entoação específico. Observe os indícios da metafonia verbal nos auxiliares qué e pó(de).

- (6) *CHI: qué chão [=! choramingando] .
*MOT: quer <tescê@f> [= descer] ,, né ?
*CHI: qué tescê@f .

A forma “qué” (**volição**) é usada como verbo principal e como auxiliar explícito ou implícito. Aparece 40 vezes na primeira fase, a maioria delas, mantendo a vogal [+baixa] (prenúncio da metafonia verbal), apesar da enorme flutuação fonética das consoantes.

Seguem-se exemplos do auxiliar de **permissão**:

- (7) *MOT: posso ver ?
*CHI: po(de) .
- (8) *MOT: olhe # posso pegar a caixinha pra mim ?
*CHI: po(d)e .
*MOT: pode ir .

Situação: a criança está correndo para o quarto

*CHI: <pode ir> [=! chorando]. i

Com exceção do primeiro exemplo, a criança usa a vogal acentuada [+bx] (prenúncio da metafonia verbal).

(9) *CHI: vò naná # Nenê .

Interpretamos esse modal como de volição e não como futuro imediato (como será mais tarde), porque, conforme já explicado, nessa fase a criança não domina o tempo.

Na secção seguinte passaremos a examinar a evolução das categorias verbais, quando a criança está com 22 meses e 20 dias. Foram examinados 2.245 enunciados.

Categorias verbais aos 22 meses e 20 dias: pessoas do discurso

A grande implementação na segunda fase é a emergência das pessoas do discurso, o que possibilitará postular a categoria de tempo. Temos evidências, conforme os exemplos de (10) a (13), do domínio da 1ª pessoa da enunciação oposta à 2ª. O domínio da 1ª pessoa singular obedece à regra distribucional do português brasileiro, ou seja:

1ª pessoa

1) quando o verbo for monossilábico ou em alguns poucos verbos irregulares de alta frequência de uso, o sufixo de pessoa é /-o/ acentuado (“-ou”) no presente do indicativo (imperfectivo):

(10) *CHI: vò ligá .

2) A maioria dos verbos de duas ou mais sílabas recebe o sufixo átono /-u/ no presente do indicativo (imperfectivo):

(11) *CHI: que(r)o (ofer)ecê ot(r)o ba@f [= bala] .

Observe nos exemplos (10) e (11) o uso dos tempos compostos com auxiliar mais infinitivo.

3) No perfectivo, todos os verbos regulares utilizam a semivogal /-j/ (sufixo de 1ª pessoa singular no pretérito perfeito), precedida pela vogal temática acentuada, ambas sofrendo mudanças alomórficas, conforme a conjugação:

(12) *CHI: eu não falei mais .

O exemplo é de um verbo da 1ª conjugação (a mais freqüente nos verbos regulares) e a vogal temática acentuada /a/ passa a [-post, -alt, -bx] /e/, por influência da semivogal contígua /j/. No exemplo (12) comparecem o sufixo de 1ª pessoa singular e o pronome pessoal.

2ª pessoa

A marca de 2ª pessoa aparece nos imperativos. Nesses casos, a marcação ocorre não só porque o acento (supra-fixo) cai sobre a última vogal do radical (formas rizotônicas), mas também porque tais vogais abaixarão (metafonia), se forem /e/ ou /o/ no infinitivo. Além disso, o imperativo é marcado por sua entoação peculiar.

(13) *CHI: (es)c(r)eve,

Observe que tal forma se opõe ao infinitivo (es)c(r)evê, mostrando a alternância da sílaba de intensidade.

Categorias verbais aos 22 meses e 20 dias: tempo

Exemplificaremos a emergência do tempo com a construção perifrástica do futuro imediato, à qual atribuíamos na 1ª fase apenas o valor de aspecto, uma vez que a criança não dominava as pessoas do discurso. Ocorre agora a fusão, à qual alude Clark (1985, p.701), já mencionada, entre aspecto e tempo.

(14) *CHI: vô petá [= vou apertar] .

Ocorre também a oposição entre passado e presente, o que se pode observar particularmente nas proto-narrativas, quando a criança responde adequadamente aos andaimes dos adultos, como no exemplo a seguir, da proto-narrativa **"Você tomou pinga?"**. O pai começa *in medio res*, repetindo a pergunta: "E ontem o que que você tomou?", ao que a criança responde:

(15) *CHI: eu não .

Outras implementações no sistema verbal

Ocorrências surpreendentes são as **orações encaixadas**, no caso, nominalizações, como o exemplo abaixo comprova:

(16) *CHI: deixe vê gagá@c? [= deixe (eu) ver gaga?]

Nesse exemplo, observa-se o verbo da oração principal usado com valor de modal deôntico, seguido de uma oração reduzida de infinitivo (nominalização), no latim, um acusativo com infinitivo. Sabe-se que é uma oração encaixada porque o sujeito da oração principal (o interlocutor) não é o mesmo da encaixada (a criança); gagá é uma criação lexical da criança que designa gravador, música e o próprio Luís Gonzaga, do qual se originou a criação.

Outra implementação diz respeito ao emprego da **cópula é**. Na primeira fase, ocorria apenas seguida do predicativo. Na segunda fase, a oração aparece completa, com a FN e o predicativo, inclusive em orações interrogativas com QU, como se pode verificar no exemplo a seguir:

(17) *CHI: que é esse ?

Ocorrem também vários casos de **ablaut**. O *ablaut*, no português brasileiro, ocorre no pretérito perfeito do indicativo com verbos irregulares de alta frequência de uso, para assinalar a oposição entre a 1ª e a 3ª pessoas do singular, através da alternância da vogal do radical, uma vez que em tais verbos inexistem o sufixo para marcar as pessoas. É o que exemplificam as ocorrências a seguir:

(18) *CHI: eu fiz ca(tro) .

(19) *CHI: o papai fez .

Observe que a única forma de distinguir a 1ª pessoa singular da 3ª é a alternância entre as vogais acentuadas do radical /i/ e /e/.

Completando os exemplos com outra ocorrência do mesmo verbo no imperativo negativo, temos um mini-paradigma, onde as oposições são assinaladas pela alternância das vogais do radical:

(20) *CHI: n(ão) faz . eu fiz ca(tro) . o papai fez .

A seguir, alguns exemplos de metafonia verbal em verbos regulares:

(21) *CHI: eu gosta .

(22) *CHI: pega papel .

Observe que com o verbo pegar, a criança fornece exemplos em que o abaixamento da vogal não ocorre, como no pretérito perfeito do indicativo e no infinitivo:

(23) * eu vô pega xampu .

(24) pego # papai # papel .

Considerações finais

Neste artigo nos propusemos um estudo comparativo da evolução das categorias verbais numa criança que está adquirindo o português brasileiro, por meio do exame de duas fases do sujeito Pá.

Com uma diferença de quatro meses, a partir dos 20 meses e 21 dias, constatou-se uma evolução considerável, assinalada pela emergência da oposição entre a 1ª e a 2ª pessoas do discurso, o que, conseqüentemente, permitiu atribuir à criança a categoria de tempo que com elas mantém um vínculo. Constatou-se que na segunda fase ocorre a junção entre tempo e aspecto, conforme propõe Clark (1985, p.701). Sendo assim, a criança já apresenta o futuro imediato, bem como a oposição entre passado e presente (tempo não marcado), assinalada nas proto-narrativas.

Outras implementações dizem respeito às orações encaixadas, à maior complexidade no uso das construções com a cópula, à utilização do *ablaut* nos verbos irregulares e à metafonia nos verbos regulares.

Agradecimentos

CNPq, Carolina Vidal Ferreira, Gabriel Sanches Teixeira, Glória Celeste Bahia de Brito, Fernanda Silveira de Souza, Jocieli Sinigaglia, Juliana Barboza Bittencourt, Marcos Mendes, Otávio Guimarães Tavares e Santo Gabriel Vaccaro, bolsistas de iniciação científica.

SCLiar-CABRAL, L. Gradual emergency of verbal categories in Brazilian Portuguese. *Alfa*, São Paulo, v.51, n.1, p.223-234, 2007.

- **ABSTRACT:** In previous papers, the author examined which verbal categories were productive, when the child was 1;8,21 years old, namely aspect (imperfective versus perfective) and modality (permission, possibility and volition): /'a/ vs. /'o/ signaled the contrast between imperfective and perfective in the 1st conjugation and/or supra-fix signaled both the contrast between imperfective and perfective and between present/ imperative and infinitive in the three conjugations. /'a/ vs. /'o/ signaled the contrast between imperfective and perfective in the 1st conjugation and/or supra-fix signaled both the contrast between imperfective and perfective and between present/ imperative and infinitive in the three conjugations, thus allowing the addition included in JMC's suffix MTS, the symbol **A**, referring to aspect and a third symbol **SF**, referring to supra-fix, both crucial to verbal acquisition in Brazilian Portuguese, namely, aspect (imperfective versus perfective) and modality (permission, possibility and volition). In this paper, the author examines the child's 2245 utterances when he was 1;10, 20 years old.
- **KEYWORDS:** Verbal categories; Brazilian Portuguese; aspect; supra-fix.

Referências Bibliográficas

BERKO-GLEASON, J. An overview and preview. In: _____. *The development of language*. Boston: Allyn & Bacon, 1997. p.1-39.

BITTNER, D.; DRESSLER, W. U.; KILANI-SCHOCH, M. (Ed.). Introduction. In: _____. *Development of verb inflection in first language acquisition*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2003. p.v-xxxvi.

BÜHLER, K. *Teoría del lenguaje*. Trad. de Julián Marías. 2. ed. Madrid: Alianza Universidad, 1985.

CLARK, E. V. The acquisition of Romance with special reference to French. In: SLOBIN, D. I. (Ed.). *The crosslinguistic study of language acquisition: the data*. Hillsdale: Erlbaum, 1985. v.1.

GATHERCOLE, V. et al. The emergence of linguistic person in Spanish-speaking children. *Language Learning*, Ann Arbor, v.52, n.4, p.679-722, 2002.

KILANI-SCHOCH, M. Early verb inflection in French: an investigation of two corpora. In: BITTNER, D.; DRESSLER, W. U.; KILANI-SCHOCH, M. (Ed.). *Development of verb inflection in first language acquisition*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2003. p.269-295.

MACWHINNEY, B. The emergence of grammar from perspective. In: PECHER, D.; ZWAAN, R. A. (Ed.). *The grounding of cognition: the role of perception and action in memory, language, and thinking*. Mahwah: Lawrence Erlbaum, 2005. p.198-223.

MEISEL, J. M.. Getting FAT: finiteness, agreement and tense in early grammars. In: _____ (Ed.). *Bilingual first language acquisition: French and German grammatical development*. Amsterdam: John Benjamins, 1994. p.89-129.

NOCETTI, S. Acquisition of verb morphology in Italian: a case study. In: BITTNER, D.; DRESSLER, W. U.; KILANI-SCHOCH, M. (Ed.). *Development of verb inflection in first language acquisition*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2003. p.351-378.

SCLIAR-CABRAL, L. Morfologia Verbal: a proposta de Mattoso Câmara Jr. em aquisição da linguagem. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 4., 2005, Brasília. Livro de Resumos... Brasília: ABRALIN, 2005, p.10. CD-ROM.

SCLIAR-CABRAL, L.; MACWHINNEY, B. *Stress and suffix deletion in the acquisition of Brazilian Portuguese verbal system*. In: LISBON MEETING ON LANGUAGE ACQUISITION WITH SPECIAL REFERENCE TO ROMANCE LANGUAGES, 2., Programme & Abstracts... Lisboa: Universidade de Lisboa, 2004. p.39.

_____. Morphological development in Brazilian Portuguese verbal acquisition. In: INTERNATIONAL CONGRESS FOR THE STUDY OF CHILD LANGUAGE, 10., 2005, Berlin. *Program & Abstracts...* Berlin: IASCL, 2005a. p.291.

_____. Aquisição da morfologia verbal do português brasileiro. In: CONGRESO INTERNACIONAL ALFAL, 14, 2005, Monterrey. Memórias... Monterrey: ALFAL, 2005b. p.80-89.

SHIRAI, Y.; ANDERSEN, R. W. The acquisition of tense aspect morphology: a prototype account. *Language*, Baltimore, v.71, p.743-762, 1995.

WEINRICH, H. *Estructura y función de los tiempos en el lenguaje*. Trad. de Federico Latorre. Madrid: Gredos, 1968.

WEIST, R. M. The first language acquisition of tense and aspect: a review. In: SALABERRY, R.; SHIRAI, Y. (Ed.). *The L2 acquisition of tense-aspect morphology*. Amsterdam: John Benjamins, 2002. p.21-78.

IN MEMORIAM



PAULO A. A. FROEHLICH

Faleceu aos 81 anos no dia 12 de dezembro de 2006, em Marília, o Prof. Dr. Paulo Augusto Adalberto Froehlich, primeiro professor de Lingüística da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília.

O Prof. Froehlich nasceu em 27 de outubro de 1925, em São Paulo. Casado com D. Alice Stach Froehlich, em 3 de janeiro de 1961, foi pai de três filhos, Rosa Eleonora, Roberto e Ronaldo, tendo deixado seis netos e um bisneto.

Formado em Letras Anglo-Germânicas pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (1944-1948), o Prof. Froehlich cursou Especialização em Letras Anglo-Germânicas pela mesma Faculdade (1948-1949). Simultaneamente a essas atividades, ele estudou Inglês na Sociedade de Cultura Inglesa (1943-1947), junto à qual obteve o certificado de proficiência “Lower Cambridge”. Aprovado em concurso público, lecionou Inglês no ensino médio em Descalvado (1949-1952), Araras (1953) e Pirassununga (1954-1958).

Interrompendo seu magistério em Pirassununga, deslocou-se para a Universidade de Georgetown, nos Estados Unidos, em cujo Instituto de Línguas e Lingüística fez o curso de Mestrado, obtendo o título correspondente em 1956, sob a orientação do Prof. Dr. Paul Garvin. Título da dissertação: *Some phonemic problems of the Bologna dialect of Italian*. Durante sua estadia nos Estados Unidos, ele frequentou ainda cursos pós-graduados de férias na Universidade de Michigan, em Ann Arbor, de junho a agosto de 1956, e lecionou Português para Estrangeiros na Universidade de Georgetown, em 1957.

Seu retorno ao Brasil coincidiu com a política de interiorização dos cursos universitários, empreendida pelo Governo do Estado de São Paulo, então sob o comando do Prof. Carvalho Pinto. Convidado a lecionar Língua e Literatura Inglesa na jovem Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, assumiu suas novas funções em 1959, como Professor Titular. Os novos ventos da academia não permitiriam, entretanto, que ele permanecesse nesse cargo por muito tempo.

Em 1962, o Conselho Federal de Educação reformou o Currículo de Letras, aí incluindo a Lingüística como disciplina obrigatória. Na época, havia por volta de 62 cursos de Letras no país, mas não se dispunha de outros tantos lingüistas. Para enfrentar a emergência, a Universidade de Brasília ministrou cursos de preparação rápida de profissionais. Por todo canto, seguiu-se uma improvisação de “lingüistas”, complicação de que a FAFI de Marília escapou, pois contava em seu corpo docente com um “lingüista de carteirinha”, formado nos rigores do Estruturalismo, que dominava então os estudos lingüísticos.

Assumindo a nova cadeira, o Prof. Froehlich organizou um curso exemplar, em que os alunos começavam pela Fonologia, passavam logo depois para a Morfologia Estrutural e a Morfossintaxe Tagmêmica, recebendo na disciplina de Sintaxe um treinamento em Gramática Gerativa-Transformacional, sobretudo após os anos 70. Foi na função de Professor Titular de Lingüística que ele se aposentaria, em 1982.

Em suas atividades de pesquisa, o Prof. Froehlich aplicou seus conhecimentos numa área então completamente virgem na Lingüística brasileira, a Fonologia Diacrônica, defendendo na Universidade de São Paulo, em 1967, a tese *Problemas fonêmicos no desenvolvimento histórico das oclusivas, do Protoindo-europeu ao Inglês Moderno*, sob a orientação do Prof. Dr. Isaac Nicolau Salum. Outro desdobramento dos conhecimentos que obtivera nos Estados Unidos foi sua investida no campo da Lingüística Ameríndia, em 1963, quando empreendeu viagem ao Parque Nacional do Xingu, gravando entrevistas com os Mehinaco e desenvolvendo observações sobre a língua Machipu.

Tendo vivido na fase da implantação e expansão dos estudos lingüísticos no país, o Prof. Froehlich participou ativamente dos seminários do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo, dos Seminários Brasileiros de Orientação Lingüística promovidos pelo Instituto Yazigi, e das reuniões científicas da Associação Brasileira de Lingüística, lendo comunicações, fazendo conferências e ministrando cursos sobre a temática estruturalista e sociolingüística e os problemas levantados pelo ensino da Lingüística na academia brasileira.

Discreto, mas convicto, o Prof. Froehlich era pouco dado a expor seus conhecimentos. Com ele privei durante quinze anos, aproveitando seus raros momentos de loquacidade, e aprendendo muito sobre os temas que ele dominava como poucos. Por ocasião do I Seminário de Lingüística da Faculdade de Filosofia de Marília (1967), ele foi convidado a dissertar sobre a Lingüística Descritiva, num momento em que os jovens professores do Departamento de Letras local convocaram os principais lingüistas do país para que falassem sobre suas áreas de atuação: Lingüística Estrutural (Joaquim Mattoso Câmara Jr.), Lingüística Histórica (Theodoro Henrique Maurer Jr.), Dialetoлогия (Nélson Rossi), Estilística (Julio García Morejón), Lingüística Ameríndia (Aryon Dall'Igna Rodrigues), além da prata da casa.

Seus trabalhos, adiante enumerados, dizem o essencial sobre sua carreira.

Publicações

1. The phoneme, meaning and patterning. *Alfa*, São Paulo, v.1, p.49-79, 1962.
2. Algumas observações sobre os Mehinaco do Alto Xingu. *Alfa*, São Paulo, v.4, p.107-130, 1963.
3. Sintagmema, morfologia e sintaxe. *Alfa*, São Paulo, v.7/8, p.75-88, 1965.
4. Apontamentos sobre a língua Machipu. *Alfa*, São Paulo, v.7/8, p.207-214, 1965.
5. *Phonemic problems in the morpho-phonological structure of Bolognese*. Marília: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1967. (Boletim nº 1 da Cadeira de Lingüística).
6. Novos rumos da sincronia e diacronia. *Estudos Lingüísticos*, v.3, n.1/2, p.37-47, 1967.
7. A lingüística descritiva. *Alfa*, São Paulo, v.11, p.167-196, 1967.
8. The logeme and the syntagmeme in English. *Linguistics*, The Hague, v.45, p.5-35, 1968.
9. O problema dos níveis de fala. *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, v.67, n.8, p.27-32, 1973.
10. Brasil: língua padrão ou diglossia? *Revista de Letras*, Assis, v.17, p.165-177, 1975.

Ataliba T. de Castilho
Ex-professor da FFCL de Marília

ÍNDICE DE ASSUNTOS

- Ação escolar, p.81
- Advérbio, p.137, 151
- Alternância tu/você, p.189
- Aspecto, p.223
- Caracterização, p.39
- Categorias verbais, p.223
- Classes de palavra, p.151
- Coerência, p.23
- Construção do sentido, p.23
- Construções de gerúndio, p.175
- Discurso apaixonado, p.9
- Discurso da paixão, p.9
- Enunciação, p.9
- Enunciado, p.9
- Espécies de texto, p.39
- Funcionalismo, p.99
- Gêneros discursivos e de texto, p.39
- Gramática, p.81, 99, 151
- Gramaticalização, p.137
- Hipertexto, p.23
- Imperativo gramatical, p.189
- Imperativo latino, p.189
- Língua falada, p.99, 151
- Metalingüística, p.81
- Modalização do ser, p.9
- Orações circunstanciais, p.175
- Orações complexas, p.175
- Orações qualificadoras, p.175
- Orações seqüenciadoras, p.175
- Poética, p.81
- Política lingüística, p.81
- Português brasileiro, p.189, 223
- Preposição, p.137
- Ressentimento, p.9
- Sintaxe, p.151
- Supra-fixo, p.223
- Tempo, p.223
- Tipos de texto, p.39
- Transitividade, p.137
- Varição, p.81, 189

SUBJECT INDEX

- Adverb, p.137, 151
Aspect, p.223
Attributive clauses, p.175
Brazilian Portuguese, p.189, 223
Characterization, p.39
Circumstantial clauses, p.175
Coherence, p.23
Complex clauses, p.175
Construction of sense, p.23
Discourse of passion, p.9
Discursive and textual genre, p.39
Enunciation, p.9
Functionalism, p.99
Gerund clauses, p.175
Grammar, p.81, 99, 151
Grammatical imperative, p.189
Grammaticalization, p.137
Hypertext, p.23
Latin imperative, p.189
Linguistic description, p.81
Linguistic policy, p.81
Linguistic variation, p.189
Modalization, p.9
Passionate discourse, p.9
Poetics, p.81
Preposition, p.137
Qualifier clauses, p.175
Resentment, p.9
School action, p.81
Sequence clauses, p.175
Spoken language, p.99, 151
Supra-fix, p.223
Syntax, p.151
Text species, p.39
Text type, p.39
Transitivity, p.137
Tu/você usage, p.189
Utterance, p.9
Variation, p.81
Verbal categories, p.223
Word classes, p.151

ÍNDICE DE AUTORES ***AUTHOR INDEX***

BORBA, F. S., p.137

BRAGA, M. L., p.175

CASTILHO, A. T. de, p.99

CORIOLOANO, J., p.175

FIORIN, J. L., p.9

ILARI, R., p.151

KOCH, I. G. V., p.23

NEVES, M. H. de M., p.81

SCHERRE, M. M. P., p.189

SCLIAR-CABRAL, L., p.223

TRAVAGLIA, L. C., p.39